

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Entre História e Literatura: a Formação do Panteão Rio-grandense e os Primórdios da
Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX.**

Dissertação de Mestrado

Luciana Fernandes Boeira

Porto Alegre, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Entre História e Literatura: a Formação do Panteão Rio-Grandense e os Primórdios da
Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX.**

Luciana Fernandes Boeira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar.

Porto Alegre, março de 2009.

Entre História e Literatura: a Formação do Panteão Rio-Grandense e os Primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX.

Luciana Fernandes Boeira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar

Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (PPG em História Social - UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Mara Cristina de Matos Rodrigues (PPG em História – UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann (PPG em História – UFRGS)

Porto Alegre, março de 2009.

À Silvia, que teria gostado de saber.

Agradecimentos

Sempre gostei de ler, em livros dos mais variados gêneros, a parte relativa aos agradecimentos. Por meio desse ambiente textual, o autor permite a seu leitor, na maioria das vezes, adentrar um pouco em uma dimensão do trabalho que outros espaços da mesma obra escrita não deixariam transpor. Espero que meus agradecimentos proporcionem a meus leitores esse sentimento agradável que eu tanto aprecio experimentar.

Dito isso, inicio os agradecimentos propriamente ditos. Começo, para não fugir a um padrão com que quase sempre me deparo e habitualmente simpatizo, agradecendo à minha família: meu pai, José, minhas irmãs, Rosângela, Rossana e Letícia Boeira, minha tia, Soloy e meu cunhado, Vitor. Pessoas tão amadas e tão queridas, que sempre estão ao meu lado e me dão a base pessoal necessária para conseguir levar adiante meus objetivos. Obrigada, então, pessoas queridas, por me ampararem nos períodos mais difíceis e lidarem, sempre com compreensão e sabedoria, com meus momentos mais delicados. E obrigada, claro, por rirem e se divertirem comigo, porque essa é a melhor parte.

Agradeço, também, ao Ricardo, que, juntamente com minha família, tem acompanhado de perto cada passo de minha trajetória profissional, sempre me apoiando e incentivando. Obrigada, meu querido, por todos os momentos em que tu compreendeste a minha ausência e por todos os outros em que aplaudiste as minhas conquistas ou, ainda, me consolaste e me animaste quando me senti desanimada. Obrigada, também, pelos livros, pelo *note* e pelo suporte “técnico”, que me foram tão úteis durante essa etapa da minha vida acadêmica. E obrigada, sobretudo, pelo amor.

Agora, agradeço aos amigos. Fico feliz que sejam muitos, embora receie esquecer de mencionar o nome de algum. Bom, para tentar impedir que isso ocorra (ainda que eu tenha quase certeza que será em vão), agradeço “amplamente” àqueles que nomeio meus amigos. Algumas dessas pessoas eu sei que sabem quem são: as “sete” (Bibiana Rocha, Camille Vieira, Débora Leal, Giovana Kovalski, Karine Rufino, Lisiane Garroni e Paula Parise – sempre em ordem alfabética, para evitar ciúmes). À Paula, agradeço, também, pela ajuda com o muitas vezes tirânico *Word*. Agradeço, ainda, as duas “Terasas”, Márcia Kopczynski e Letícia Parmeggiani. Todas elas amigas de longuíssima duração... Obrigada, meninas, pelo apoio emocional, pela torcida sincera, pelas lágrimas partilhadas e pelas risadas divididas.

Agora, os amigos e colegas. Colegas de trabalho, de estudo, de pesquisa e, também, amigos imprescindíveis: Eliete Tiburski, Evandro dos Santos, Marina de Araújo e Gustavo Coelho. A vocês o meu muito obrigada. Acima de quaisquer outros, foram vocês que me

suportaram e souberam me ouvir todas as vezes que precisei de uma palavra amiga, um conselho, um *tricot*, um texto emprestado, um telefonema, um auxílio ou, simplesmente, um carinho. Nesse conjunto de amigos e colegas especiais, figuram, também, Marisângela Martins, Cássia da Silveira e Jaisson Oliveira da Silva, que, tão prestativos, me cederam textos e torceram pela pesquisa. Agradeço aos colegas que estiveram em sala de aula junto comigo nesses dois últimos anos, seja nas cadeiras do Pós ou da Graduação, muitos dos quais companheiros de pesquisa ou de orientação. Cito alguns porque não é possível citar todos: Daniela Silveira, Carla Renata Gomes, Fernando Nicolazzi, Angela Ravazzolo, Vitor Batalhone Júnior, Rodrigo Bonaldo, Eduardo Cardoso e Pedro Silveira. Obrigada!

Obrigada a todos os colegas do GT de Teoria da História e Historiografia, grupo indispensável de troca de idéias e experiências de pesquisa. Agradeço, especialmente, aos professores Álvaro Klafke, Maria da Glória de Oliveira, Lilian Carlos e Mara Cristina de Matos Rodrigues e ao querido Hugo Hruby, exemplo de colega de trabalho e grande incentivador.

Quero agradecer aos professores do Departamento e do PPG em História da UFRGS, especialmente a Anderson Zalewski Vargas, Benito Bisso Schmidt, Carla Brandalise, César Augusto Barcellos Guazzelli, René Gertz, Helga Piccolo e Sílvia Petersen, com quem tive o privilégio de estudar e que me ensinaram e me ensinam sempre novas e brilhantes lições de história.

Agradeço imensamente à banca examinadora dessa dissertação: o Professor Eduardo Neumann, com quem realizei um seminário muito profícuo e de quem recebi muitas sugestões interessantes e proveitosas; a querida professora Mara, ela novamente, tão interessada, tão incentivadora, tão competente. Agradeço, ainda, ao Professor Manoel Luiz Salgado Guimarães por aceitar discutir conosco essa dissertação, o que é, para mim, uma grande honra.

Devo agradecer, também, a um profissional generoso e prestativo, o Professor Mauro Nicola Póvoas, que, mesmo antes de me conhecer, atendeu pronta e gentilmente as minhas mensagens de e-mail e me ofereceu textos que foram muito úteis para a pesquisa.

Agradeço, também, aos funcionários da UFRGS, especialmente à Marília, secretária do PPG, e às bibliotecárias da Biblioteca Central e Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS e Biblioteca da PUCRS. Agradeço, ainda, ao CNPq, que me concedeu uma bolsa de estudos muitíssimo bem-aproveitada e com a qual eu pude comprar livros e participar de seminários e encontros de história.

Também não posso deixar de agradecer à querida colega Taíse Tatiana Quadros. Ela nem mesmo deve se lembrar, mas foi a Taíse, no final do ano de 2003, quem me apresentou e me presenteou com as *Revistas do Instituto Histórico* provincial. Foi ali que tudo começou...

Por fim, agradeço ao mestre e amigo Temístocles Cezar, esse ser humano impecável, esse orientador competente, esse professor admirável e, especialmente, esse amigo extraordinário. Temístocles, sem teu apoio, teu incentivo, tua força e teu carinho, eu certamente não teria conseguido ampliar meu horizonte intelectual. Obrigada por tudo, sempre. E obrigada, principalmente, por manter unido um grupo de pesquisa coeso e trabalhador do qual eu tenho o maior orgulho de participar.

Após escrever essas palavras, chego ao fim dessa seção de agradecimentos que eu tanto gostei de escrever. Caso tenha esquecido de mencionar algum nome, vou ter que conviver eternamente com isso e já peço desculpas de antemão. Me escuso, também, pelo texto escrito de supetão. É que de tanto planejar, ele veio assim, de repente e de improviso. Confesso que estou extenuada, mas, de alguma forma, me sinto feliz e, até mesmo, aliviada, pois consegui converter em escrito essa parte do trabalho que há tantos anos eu projetava registrar.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2009.

Resumo

O presente estudo reflete sobre a relação entre a história e a literatura no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, em um período onde ainda não havia uma clara distinção entre os campos literário e histórico. Nesse espaço, se deu um trabalho de construção da figura do homem sulino como grande herói ou grande homem nacional, ao mesmo tempo em que se promovia a inserção dessa figura nas páginas que narravam a história da nação. Era a construção, por parte de um grupo de letrados da Província de São Pedro, do registro da história rio-grandense em relação à nação e, por assim dizer, dentro da nação, de forma a acreditarem esses homens estarem contribuindo, através do próprio ato de historiar, para a formação do tipo nacional.

O trabalho se preocupa em apresentar o espaço de atuação das sociedades literárias e dos literatos rio-grandenses do período por meio do estudo de três revistas literárias: a *Revista do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro* (IHGPSP), publicada entre 1860 e 1863, a *Revista do Parthenon Litterario*, publicada entre 1869 e 1879 e a *Revista Murmuriões do Guahyba*, que circulou de janeiro a junho de 1870.

A pesquisa procura discutir acerca da constituição da escrita da história e da construção do panteão de heróis e homens ilustres sulinos, bem como tratar sobre a constituição da idéia de nação brasileira e região rio-grandense nos periódicos literários em questão.

Acompanhando os caminhos que levaram à consolidação de um tipo de escrita da história marcado pelo *exempla* no Rio Grande do Sul, também se busca debater acerca da colaboração dessas escritas do IHGPSP, Partenon e *Revista Murmuriões* para a construção de uma idéia de Brasil que fazia parte dos interesses das elites dominantes no cenário nacional da segunda metade do XIX. Ao mesmo tempo, forjava-se a história da pequena pátria rio-grandense, porque se explicar para o Brasil era também se auto-explicar.

Abstract

The aim of this dissertation is to study the connection between history and literature in Rio Grande do Sul in the second half of the 19th century, in a certain period where there wasn't yet a clear distinction between historical and literary fields. Here, the figure of the southern man was built - as a great hero or a great, national man; at the same time where the integration of this figure in the pages that were reporting nation's history, was promoted. I intend to understand how was built, by a group of literate from the Province of São Pedro, the Riograndense history records related to the nation, and so to speak, within the nation, in a way that was promoted a belief among those men of being contributing, through their own act of historize, to the national type development.

This work, also, worries in presenting well the space of expertise from literary societies and the Riograndenses *literati* over the period, through studies from three literary magazines: *Revista do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro* (IHGPSP), published within 1860 and 1863, *Revista do Parthenon Litterario*, published within 1869 and 1879 and *Revista Murmuriros do Guayba* that was issued from January to June, 1870.

The research follows the ways which led to the consolidation of a writing type of the history, sealed for the *exempla* in Rio Grande do Sul and also aims to debate concerning the collaboration from these writings from IHGPSP, Partenon and *Revista Murmuriros* to build an idea of Brazil that was part of the dominating elite's interests in the national scenery, in the second half of the 19th century. At the same time, the history from the small Riograndense country was forged because, giving explanation to Brazil was, either, giving self-explanation.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1. O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar	32
1.1. Enfim, (re) nasce o congênere regional do IHGB	36
1.2. A <i>Revista Trimensal</i>	47
1.3. Entre discursos, livros e armas, a tarefa é registrar	59
1.4. O ocaso de um projeto	69
Capítulo 2. O Partenon Literário: a promoção do homem rio-grandense à condição de herói	77
2.1. Efervescência cultural? As tentativas de fundação de revistas literárias	78
2.2. A <i>Revista do Parthenon Litterario</i>	89
2.3. Sob a sombra do Partenon, formam-se literatos	105
2.4. Dissidências e tensões: a fundação da <i>Revista Murmúrios do Guahyba</i>	115
2.5. A pedra fundamental da Princesa Isabel	122
Capítulo 3. O Rio Grande e os Murmúrios do Guaíba	127
3.1. Registrar é historiar? A província entre a oralidade e a literatura	128
3.2. Em busca de um panteão	152
Considerações Finais	180
Referências Bibliográficas	185

Introdução

Em 1836, na cidade de Paris, o jovem literato Domingos José Gonçalves de Magalhães escreveu e publicou, na *Revista Niterói*, seu *Ensaio sobre a história da literatura brasileira*. O texto, posteriormente denominado *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, se tornaria o marco iniciador do nacionalismo literário brasileiro. Para Lêdo Ivo, esse trabalho de Magalhães pode ser tomado como o primeiro manifesto cultural brasileiro e “a primeira teoria literária e estética produzida por um autor nacional”.¹ No discurso, Magalhães - que se tornou célebre por ter sido considerado o iniciador do Romantismo no Brasil, com a publicação de seu famoso livro de poemas *Suspiros Poéticos e Saudades* - trata de um momento fundamental da literatura nacional brasileira, caracterizado por sua constituição e diferenciação em relação à literatura portuguesa. Segundo ele, esse período distintivo se inaugurou justamente por ocasião da Independência, em 1822, quando o Brasil finalmente se desvinculou da subordinação ao colonialismo cultural e político português. Era o início de um longo processo de busca por uma autonomia nacional e, por conseguinte, da independência literária, que, estimulada pela descoberta e assimilação do Romantismo europeu, visava à fuga dos padrões imitativos da antiga metrópole e, inspirada em Paris, passou a valorizar os temas nativos do Império do Brasil. Segundo Magalhães, “A litteratura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas idéas, de mais philosophico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais bello na natureza”.²

Era necessário refletir sobre a constituição e reconhecimento de uma literatura genuinamente brasileira, que pudesse fazer o país marchar para “o progresso da civilização e da industria”.³ De acordo com Magalhães, “ilustrar” os brasileiros era o caminho correto para fazê-los seguir em pé de igualdade com as nações européias, rumando para a elevação do país a graus cada vez mais elevados de desenvolvimento civilizatório.⁴

¹ IVO, Lêdo. “A ruína e a selva. A teoria literária de Domingos José Gonçalves de Magalhães”. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 6. Trata-se de uma edição fac-símile do texto, publicado originalmente pela Livraria Garnier, do Rio de Janeiro, no volume “Obras de D. J. G. de Magalhaens, Tomo VIII, Opusculos Historicos e Litterarios”, de 1865.

² MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. op. cit., p. 21.

³ Idem, p. 28.

⁴ Idem, ibidem.

As orientações esboçadas em seu texto são particularmente profícuas para entender o Brasil oitocentista, intrinsecamente marcado pelo trabalho de construção e divulgação de uma história oficial da nação brasileira. Esta edificação de uma história nacional fazia parte do projeto imperial de promoção do país à categoria de nação patriótica, processo semelhante àquele pelo qual passaram os países europeus, também em construção naquele período. De acordo com Ilmar Mattos, o Brasil vivia um jogo em que buscava enfatizar semelhanças com as nações européias mais civilizadas. Segundo ele,

Era preciso que os homens livres do Império tanto se reconhecessem quanto se fizessem reconhecer como membros de uma comunidade – ‘o mundo civilizado’, o qual era animado, então, pelo ideal do progresso. (...) Os cidadãos do Império não deveriam perder de vista a pluralidade das nações e dos Estados – referidas, a uma prévia unidade cultural - , como condição mesma para se obter um lugar nela, em termos de igualdade. Deveriam ainda não se esquecer que apenas alguns dias ou uns poucos meses distavam o Império das ‘nações industriosas da Europa’ e dos demais Estados, por via marítima.⁵

Considerado a *belle époque* da história, o século XIX foi o momento onde ela foi tomada como uma das ciências fundamentais do espírito. Nesse período, todos os campos passaram a se ocupar de suas produções e os historiadores ganharam um prestígio notório.⁶ Stephen Bann afirma que o século XIX produziu uma variedade de riquezas a respeito do fenômeno cultural do que chama de “mente histórica”. Para ele, houve um prodígio interesse pela história em todas as suas formas no período pós-Revolução Francesa. Tal interesse assumiu uma íntima conexão com o penetrante movimento do Romantismo.⁷ A partir daí, a história teria amadurecido e, mais do que nunca, as narrativas sobre o passado ganharam espaço. Nesse movimento, o historiador não cessaria de refinar e desenvolver seus métodos, ao mesmo tempo em que o sentido da história, gerado pela ascensão da disciplina no Romantismo, passou a servir como uma linha orientadora que cruzou todo o período.⁸

⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “O Império do Brasil”. In: *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 23.

⁶ POMIAN, Krysztof. “L’histoire de la science et l’histoire de l’histoire”. In: *Sur l’histoire*. Paris: Gallimard, 1999, p. 121.

⁷ BANN, Stephen. *Romanticism and the Rise of History*. Nova Iorque: Twayne Publishers, pp. 3-11.

⁸ Costa Lima assinala que a disciplinarização da história no século XIX foi acompanhada da profissionalização do historiador e determinada por uma concepção documentalista. Essa história tinha a verdade como preocupação primeira. Nesse caminho, ela buscou gradativamente distanciar-se do ficcional por meio de seu

No Brasil, a tarefa de formular uma idéia de nação para o Estado imperial coube, primeiramente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ainda na primeira metade do século XIX. A grande questão era a da escrita da história e o trabalho de escrita que lá começou a ser forjado tinha como meta traçar um perfil para o país que o mostrasse como um espaço de civilização no Novo Mundo.⁹ Compromissado em oferecer ao Estado um discurso histórico próprio, o IHGB, através de sua revista, tomou para si essa missão. Num momento delicado de constituição desse Estado-nação e em meio às lutas provinciais (Cabanagem, Sabinada, Balaiada, Revolução Farroupilha, entre outras), tornou-se urgente para a “elite ilustrada” afirmar identidades, origens e essências “nacionais”, mapeando um Brasil pitoresco, uno e singular, ao menos territorialmente.¹⁰

Flora Süssekind lembra que foi entre os anos de 1830 e 1840 que se constituiu uma prosa de ficção no país. Nesse período, teve início o ajuntamento de documentação, e a exploração de “notícias do Brasil”, por meio de viagens fundadoras, assim como através da elaboração de mapas e da publicação de relatos de viajantes que serviriam para a construção de uma representação territorial coesa para o solo brasileiro.¹¹ Gonçalves de Magalhães era ele próprio um desses viajantes. Foram, inclusive, sua viagem à Europa, em 1833, e sua conseqüente identificação com o ideário romântico que deram início à definição de uma nova literatura brasileira, lhe garantindo uma importância decisiva no desenvolvimento das letras nacionais.¹²

discurso e teve um cuidado com a construção textual: a narrativa histórica não tomaria a verdade como uma falácia convencional, diferenciando-se da fantasia e da ficção. Segundo o autor, “a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história”. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 37.

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, n. 1, 1988, p. 5.

¹⁰ Entender o Império como um e único era, para Mattos, compreendê-lo “como um continente que, sob a direção de uma elite ilustrada, deve conter a Nação brasileira – ‘a associação de todos os brasileiros’ -, até mesmo porque tem-se clareza de sua frágil coesão, como resultante da instituição que a fundamenta e que, não obstante, deve ser preservada: a escravidão”. De acordo com o autor, no Brasil da passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, era necessário defender a indivisibilidade do território em meio às ameaças internas – Cabanagem, Revolução Farroupilha – e externas – fronteira platina -, de forma a qualificar as províncias como meras circunscrições territoriais. Isso conduzia a uma concomitante desqualificação da ação política nessas regiões e, ao mesmo tempo, realçava a administração imperial, reservando tudo à Coroa, centro aglutinador para onde deveriam convergir todos os interesses do Império. MATTOS, Ilmar Rohloff de. “A moeda colonial em restauração”. op.cit., pp. 97-98.

¹¹ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 82

¹² CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007, p. 375.

Süssekind aponta as revistas literárias que começariam a ser publicadas a partir de então como sendo marcos de afirmação de uma autonomia nacional. Ao mesmo tempo em que os romances foram adquirindo um sentido instrutivo, com necessidades de darem “lições de história”, as revistas e seus narradores serviam como manual histórico e instrutivo. Somente na segunda metade do século essa figura inicial do narrador de ficção se modificaria, em direção às máscaras do historiador e do cronista de costumes.¹³

A fundação do IHGB, criado na capital imperial em 1838, sob a iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)¹⁴, ocorreu paralelamente ao florescimento, em solo francês, do Romantismo e da exaltação das idéias de liberdade e nacionalidade na pós-Revolução Francesa. Esse movimento está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento e a glorificação das idéias liberais num século XIX onde, justamente, se acentuava a consciência da história como um produto do período romântico.¹⁵ Para Leterrier, a reflexão sobre a Revolução Francesa e, por extensão, sobre a nação, constituem a matriz da reforma histórica que marcaria a disciplinarização da história no Oitocentos.¹⁶ E, como destaca Manoel Salgado, "a historiografia romântica nos permitiria um campo fértil para detectar e analisar tais relações".¹⁷ Todavia, Salgado lembra que o espaço de produção historiográfica no Brasil do século XIX não era o mesmo observado no contexto europeu oitocentista. Por aqui, o modelo inspirador do IHGB seria buscado nas academias européias de letrados, que, naquele continente, tiveram seu período de auge entre fins do século XVII e

¹³ SÜSSEKIND, Flora. op. cit., pp.82-83.

¹⁴ A SAIN tinha por objetivo fomentar as atividades produtivas no país, com especial destaque para a agricultura. Seus membros eram pertencentes à elite política imperial da geração da Independência. WEHLING, Arno. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 338, jan. /mar. 1983, p. 8.

¹⁵ BANN, Stephen. "Romanticism and the Desire for History". In: *Romanticism and the Rise of History*, p. 4.

¹⁶ Marcel Gauchet, ao examinar as condições que permitiram a constituição da história enquanto disciplina científica, no século XIX, aponta que as bases intelectuais e sociais do *métier* do historiador foram estabelecidas na primeira metade do século, essencialmente entre 1820 e 1830. O autor lembra, como Leterrier, que o contexto era dominado pelo problema da Revolução Francesa. Segundo ele, grande parte das produções dos anos 1820 girava, direta ou indiretamente, em torno do enigma revolucionário. O tema da nação era o ponto nodal do processo e a Revolução foi o que permitiu sua entrada em cena. Com a nação francesa, o exercício da soberania foi desvelado e esse só seria confiscado com o despotismo napoleônico. O movimento liberal burguês, caracterizado pelo retorno da soberania divina e dinástica, restabeleceu, todavia, a exigência fundamental de um poder exercido em nome da nação. O retorno ultra-reacionário de 1820 deu uma intensidade particular a essa mobilização em torno da soberania coletiva. GAUCHET, Marcel. “L’unification de la science historique”. In: *Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique*. Paris: Éditions du Seuil, 2002, p. 9-38; LETERRIER, Sophie-Anne. *Le siècle XIX historien. Anthologie Raisonnée*. Paris: Éditions Belin, 1997, p. 13.

¹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. op. cit., p. 5.

durante o século XVIII. Segundo o autor, o lugar de atuação dessas academias se diferenciava do ambiente universitário europeu do século XIX, onde ocorria quase que inteiramente o processo de escrita e disciplinarização da história.¹⁸ Ao contrário desse padrão universitário, o modelo institucional do IHGB, foi o das academias de ilustrados, cujo espaço de criação era preenchido por membros eleitos e pertencentes a uma elite letrada, herdeira de uma tradição iluminista. Essa característica própria ao contexto brasileiro de buscar inspiração nas academias ilustradas é uma questão muito importante para se pensar essas instituições e como elas surgiram tanto no centro do Brasil, via IHGB, quanto em suas províncias periféricas, através de seus congêneres regionais, caso do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), fundado em Porto Alegre no ano de 1860. O tipo de história produzido pelo Instituto regional, como se verá mais adiante, em muito se assemelhava à história produzida no IHGB, seu modelo inspirador.

Flora Süssekind, ao analisar o contexto de formação de uma historiografia literária de cunho nacional no Brasil do século XIX, afirma que os historiadores responsáveis por essa fundação encontravam-se diante da dificuldade de remontar com exatidão as possíveis raízes ou marcos de "descoberta da realidade" brasileira e, assim, sugeririam a si mesmos e sua geração como agentes da retomada ou verdadeiros fundadores da nacionalidade e de uma história da literatura nacional.¹⁹ Os membros fundadores do Instituto Histórico rio-grandense, primeira filial local do IHGB, partilhavam da mesma sensação de serem eles os fundadores de uma literatura "regional". Semelhante percepção teriam os literatos rio-grandenses ligados ao grupo Partenon Literário, para onde migrariam, a partir de 1868, muitos dos antigos membros do IHGPSP, nessa época já desaparecido.²⁰

Em 1861, no auge do IHGPSP, nota-se, pelo discurso do orador da instituição, Caldre e Fião, a consciência da responsabilidade da tarefa que tinha a associação na formação de uma história nacional. Caldre comentava os benefícios da união entre o IHGPSP e sua matriz nacional, o IHGB, ressaltando a importância conferida a isso na criação do tipo nacional brasileiro, ainda não existente no país:

¹⁸ Idem, p. 9.

¹⁹ SÜSSEKIND, Flora. op. cit., p. 16.

²⁰ O IHGPSP, surgido em 1860, teria se extinguido por volta de 1863, quando aparece o último número da revista da associação, referente a seu quarto ano de publicação. Embora tenha sido o primeiro congênere local do IHGB, o Instituto rio-grandense de 1860 foi resultado de uma segunda tentativa de fundação de uma filial regional do IHGB na província sulina, pois no ano de 1855, houve uma primeira versão, em seguida fracassada. No capítulo I, analisarei os motivos que levaram ao malogro dessa experiência.

A união dos homens de letras de uma mesma patria, e seu concurso, a sua communicacão directa, podem trazer a uniformidade nellas - o que se chama o typo nacional que ainda não temos. - Entre nós ainda outra vantagem, e que documentos que de outra forma não poderíamos pôde fornecermos essa illustrada associacão, que os tem em seus archivos sem grande proveito, visto que de hoje avante dispensamol-a de tratar da historia peculiar de nossa provincia, missão que tomamos sobre os nossos hombros.²¹

Nesse período, a história buscava incessantemente marcas de cientificidade. Privilegiava o desenvolvimento de conteúdos racionais e evolutivos e, assim, desligava-se da literatura, da filosofia e da erudição, rumando para a construção de uma disciplina científica reconhecida no meio acadêmico. Contudo, de acordo com Leterrier, a história foi, durante todo o século XIX, ao mesmo tempo ciência e arte, se se entende por isso que ela almejou combinar o rigor metodológico e a arte de escrever. Assim, a história do período não foi somente uma fonte fecunda de inspiração, mas também um gênero literário. Como os literatos, os historiadores seguiram modelos e formaram escolas. Como os pintores, quiseram eles obter a "cor local" e, como os poetas, criaram imagens e lendas. Para a autora, é justamente a peculiaridade em combinar erudição e criação, que faz com que os escritores da história produzida no século XIX sejam tão apreciados por um público ávido pelo prazer da leitura de suas obras.²²

Embora o século XIX seja considerado o século de ouro da história, onde ela se desenvolve como disciplina autônoma nos meios acadêmicos, a divisão de campos entre história e literatura permaneceu inoperante por quase todo o período. Na Província de São Pedro, escrever a história da pátria era uma tarefa delegada a uma instituição que se autodenominava uma "associação litteraria", como o discurso de Caldre e Fião atesta:

O governo de nossa terra, esquecido muitas vezes nas suas lutas inglorias do bem-estar das classes pobres e da educação peculiar da mais numerosa e util do Estado, não tem negligenciado o cultivo das letras, façamos-lhe justiça, -

²¹ Os seis fascículos de textos referentes às publicações realizadas pela *Revista do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro* (daqui por diante, *Revista do IHGPSP*), publicados originalmente entre 1860 e 1863, foram reeditados a partir do ano de 1945 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (daqui por diante, *Revista do IHGRS*), publicação esta da qual me sirvo nessa pesquisa. Nas citações referentes à documentação da época, preservarei a grafia original das publicações. CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. "Discurso proferido pelo orador, o Sr. Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião, na 1ª sessão solene anniversaria de installação". *Revista do IHGPSP*, Anno II, março de 1861, n. 1 e 2, vol. II. In: *Revista do IHGRS*, n. 101, I trimestre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1946, p. 68.

²² LETERRIER, Sophie-Anne. Op.cit. p. 13.

quando as aspirações dos cidadãos, no meio dos grandes povoados, surgem de grupos associados de homens mais ou menos categorizados. No primeiro reinado a sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, a Academia de Medicina, o Instituto Historico e outras associações desta ordem, nasceram sob o bafo Imperial e espalharam os conhecimentos technicos que cada uma das materias de que tratavam urgiam no momento. No segundo reinado, não ha provincia em que as associações litterarias, scientificas e industriais não tenham tido nascente e incremento, e sob o manto do imperador tem estado os trabalhos de nossa co-irmã, do Instituto Historico Brasileiro, e ainda ha pouco a mão munificente que taes serviços presta ao paiz lavrou os estatutos de cinco sociedades agricolas que devem fazer valiosos favores á lavoura interessando o rico na obra do pobre operario que fecunda a terra com o seu suor. (...) Porque em nossa provincia não tivemos outro fim em nossa associação litteraria? Senhores, é porque a historia resume tudo; narrando a vida da humanidade, ella resenha os seus conhecimentos, a sua marcha nas sciencias, na industria e na litteratura; mostra as suas relações com Deos e com a natureza, e não esquece a moralidade, o que o homem tem de associaçoavel e as leis que o regem, formando esses grandes grupos que se chamam nações e que á semelhança da familia vivem da protecção e do socorro mutuo.²³

Para Caldre e Fião, colaborar na escrita da história da pátria brasileira era a melhor forma de contribuir para o progresso daquilo que ele entendia e nomeava “nação”: uma associação de homens ligados por laços tão fortes quanto aqueles que unem uma família, um grupo de cidadãos que deve se proteger e socorrer mutuamente. De acordo com o orador, esse trabalho de escrita, tão importante para um futuro promissor da nação, se confundia com a redação da vida da humanidade e de seus conhecimentos, em uma marcha rumo ao progresso científico, mas também literário e econômico e, num certo sentido, moral e religioso. Era chegada a ocasião do Rio Grande de São Pedro se inscrever na história do país, escrevendo sua própria história através do cultivo de suas letras, como filho pródigo a socorrer a grande pátria-mãe brasileira que tanto se esforçava na empreitada da narração de uma história coesa do Império, objetivando auxiliar na criação de uma identidade nacional brasileira.²⁴

Justamente por ser um dos conhecimentos que mais auxiliam na constituição de uma origem comum, poderíamos dizer que a história se presta muito bem à criação da identidade

²³ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. op. cit., p. 66.

²⁴ Ligado diretamente à constituição da disciplina histórica, está o desenvolvimento dos estados nacionais durante o século XIX. Isto porque, como aponta Manoel Salgado, “a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os temas que permeiam o debate em torno do nacional”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. op. cit., p. 5.

nacional.²⁵ Assim, o IHGB foi, no caso brasileiro, o responsável pela invenção de uma idéia de Brasil e de homem civilizado brasileiro aos moldes do homem europeu. O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro se insere nessa perspectiva trazida ao país com a criação do IHGB, tentando ligar a história do Rio Grande do Sul à história da nação brasileira e servindo à idéia imperial de forjamento de um sentimento de identidade nacional que unisse todos os membros do Estado.²⁶ O grupo rio-grandense afirmava que o “patriotismo sempre foi o mais bello apanagio da gente rio-grandense”, embora um sentimento regionalista também fosse característica marcante da instituição, que previa ser a Província o “berço de uma geração vigorosa”, destinada a suceder as gerações passadas na defesa das fronteiras do Império.²⁷ Observa-se aqui, bem como em toda a publicação proveniente do grupo regional, um grande orgulho na figura do homem rio-grandense, sempre tido como valente e heróico defensor tanto de sua província como do Estado imperial brasileiro.²⁸

Fazia-se necessário, dessa maneira, mostrar ao país quem eram essas valorosas figuras defensoras das fronteiras meridionais do Império. Foi assim que o Instituto regional, buscando inspiração no próprio IHGB, teve a idéia de publicar em sua revista biografias de homens ilustres. Na associação matriz, a publicação de biografias dos notáveis do Império, além de contribuir para a gênese de uma galeria de heróis, tão cara a um Estado nacional em formação, era uma maneira de fornecer às gerações futuras os exemplos de grandeza moral e

²⁵ Defendo a idéia de que a criação de uma idéia de nação brasileira se dá dentro do Estado, constituidor da identidade nacional do povo. De acordo com Eric Hobsbawm, “para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. HOBBSAWM, Eric J. *Nação e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 19. Sobre a questão nação, Estado e território, ver também PIMENTA, João Paulo. “Território Nacional e Território Colonial”. In: *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata. 1808-1828*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2002, pp. 49-61.

²⁶ Para Manoel Salgado, “a criação do IHGB em 1838, como parte de um projeto mais vasto das elites políticas (...) inscreve-se num conjunto amplo de instituições que, no mundo ocidental, irão dedicar seus esforços no sentido de recolher, preservar e divulgar as respectivas histórias nacionais”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História”. In: *Humanas: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: IFCH, 2000, v. 23, n.1/2, p. 126.

²⁷ *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. 1, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, pp. 181 e 171.

²⁸ E, para escrever a história desse passado heróico, era necessário, então, organizar a documentação que comprovasse as façanhas dos heróis sulinos. Essa tarefa era o mote de união desses letrados em torno do Instituto provincial: “Mas quer dêsse, quer dótros, onde estão os documentos, os escriptos, as tradições mesmo? O facho da guerra tudo incendia, e as devastações quasi successivas arrebatavão apoz si os poucos apontamentos que uma ou outra das testemunhas oculares dos factos haviam podido fazer ou colligir. E no entanto o payz pedia a seus filhos, pedia aos homens da geração actual que salvassem do esquecimento os nobres procederes de seus heroes, os actos de seus homens de armas, os sucessos, os factos politicos, civis, e industriaes que sobre o bello solo desta terra se haviam passado”. Idem, *Ibidem*.

heróica provenientes do passado, o que permitiria à história cumprir seu papel pragmático, pois, no IHGB, a história era mestra da vida.²⁹ Conforme Temístocles Cezar, a publicação de biografias no Instituto nacional fazia parte desse mesmo regime de historicidade de história mestra da vida que orientava os planos historiográficos da associação.³⁰ As demonstrações de que a percepção de história do IHGB era calcada nos princípios da *historia magistra vitae* pode ser vislumbrada nas alocações implementares da agremiação, onde sua primeira geração de escritores ligava necessariamente a construção da história brasileira à concepção ciceroniana, conforme Januário da Cunha Barboza evidencia em discurso proferido na inauguração do IHGB.³¹ Ali, o Cônego expõe a importância de se biografar a vida dos grandes homens como exemplos inspiradores das ações dos cidadãos.³²

²⁹ Koselleck destaca que a *historia magistra vitae* teve sua formulação vinculada ao contexto da retórica. Segundo ele, “somente o orador seria capaz de conferir imortalidade à vida das histórias instrutivas (...)”. Era a história que oferecia ao orador a “coleção de exemplos *plena exemplorum est historia*” com a qual ele instruiria seus ouvintes. KOSELLECK, Reinhart. “*Historia Magistra Vitae*”. In: *Futuro Pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993, p. 44.

³⁰ CEZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”. In: *Métis: história e cultura*. UCS, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003. Caxias do Sul: Educs, 2003, pp. 73-94. Sobre a noção ou idéia de regimes de historicidade, ver HARTOG, François. *Régimes d’Historicité, présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003, p. 118.

³¹ O Cônego Januário da Cunha Barboza seria um dos grandes defensores desse modelo ciceroniano e construiria seu discurso sobre a importância da história pátria o tendo por base. Compromissado em fornecer ao país uma história exemplar, foi ele o idealizador de um projeto biográfico de escrita da história dos grandes homens dentro do IHGB. Temístocles Cezar, ao analisar tal projeto, observa que nele havia uma pertinência histórica intrínseca. De acordo com o autor, os membros do IHGB tomavam a biografia como portadora de *exempla* positivos que seriam utilizados como instrumentos transformadores do mundo. Ou seja, “o mundo se transforma graças aos grandes homens”. Cabia, assim, ao IHGB apresentar os homens ilustres da nação e, através de sua “máquina produtora dos grandes homens”, como apropriadamente expressou Cezar, promover a imitação do que era nacional. Segundo ele, no projeto biográfico do IHGB, “O brasileiro deve imitar o que é brasileiro. De certo modo, ele deve imitar-se. Para ativar esse procedimento reflexivo, nada mais útil do que ter arquétipos”. Dessa forma, o IHGB, através da promoção desses arquétipos heróicos, se responsabilizou por organizar uma galeria de grandes homens brasileiros. A partir do segundo volume de sua *Revista*, em 1839, iniciou-se a publicação regular dessas biografias no periódico, numa seção intitulada “Brazileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc...”. A primeira biografia foi a do poeta Basílio da Gama (1741-1795). *Revista do IHGB*, Tomo I, n. 2, 1839, pp. 152-155; CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, pp. 11-29, 2004 (principalmente, pp. 24-26).

³² Em seu discurso, Barboza reiteradas vezes discorre sobre a busca pelo modelo biográfico a auxiliar e moldar a sociedade, como nesta passagem: “Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações da honra, apreciar a glória e a afrontar os perigos, que muitas vezes são causa de maior glória. O livro de Plutarco (...) he uma excelente escola do homem, porque offerece em todos os generos os mais nobres exemplos de magnanimidade (...) ahi vidas brilhantes e mortes illustres ensinão a amar a glória, a apreciar as suas causas, a prever os seus resultados, e a acautelarmo-nos daquelles perigos, que seguem como sombras (...)”. Segundo Armelle Enders, o gosto que Januário da Cunha Barboza manifesta à propósito da biografia traduz o afastamento que se dá entre o homem das Luzes e as novas formas que revestem a história na primeira metade do século XIX, marcada por uma preferência pelas coletividades e que concede um lugar limitado aos indivíduos. BARBOZA, Januário da Cunha. “Discurso de Januário da Cunha Barboza, primeiro secretário perpétuo do IHGB”. *Revista do IHGB*, Tomo I, n. 1, 1839, p. 15; ENDERS, Armelle. “Le ‘Plutarque Brésilien’. L’Empereur et les grands hommes”. In: *Les Visages de la Nation. Histoire, héros nationaux et imaginaire politique au Brésil*

No Rio Grande de São Pedro, contudo, a galeria de heróis regionais almejada pelos homens letrados do IHGPSP não conseguiria alçar vôo. Talvez por seu prematuro desaparecimento, o Instituto regional não chegou a desenvolver em sua *Revista Trimensal* a desejada seção biográfica. Somente uma biografia fora publicada nas páginas do periódico, e apenas no último número de que se tem notícia de sua publicação. Tratava-se da biografia do Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito, sócio da instituição e membro atuante na sociedade porto-alegrense, falecido prematuramente, aos 33 anos de idade.³³

De acordo com o primeiro secretário do IHGPSP, Paula Soares, a biografia era uma importante auxiliar para a constituição da história.³⁴ Uma história também poderia ser escrita e esclarecida, para ele, pelos fatos que compunham a vida dos homens ilustres, numa perspectiva cara ao século XIX, época marcada, segundo François Dosse, por um alargamento considerável do campo classificatório daquilo que exprime quais as qualidades necessárias para enumerar a grandeza dos homens notáveis. Se até o século XVIII, o quadro qualitativo de grandes homens era reservado unicamente à esfera dos grandes homens militares, observa-se uma reatualização dessa visão no século precedente. No Oitocentos, os escritores abandonaram a antiga e restritiva concepção plutarqueana de vidas narradas por suas características exemplares ao plano de suas virtudes e do respeito da boa moralidade. O grande homem passou a ser, principalmente, aquele cidadão útil a sua época e que devotava sua existência para o bem público. Assim, o século XIX ampliou o leque de opções daqueles de quem relatava os "altos feitos", não os reduzindo mais à figura do herói dos campos de batalha. Todavia, o grande homem caro à época seria, necessariamente, um patriota, pois sua própria história auxiliava, ao final das contas, a um objetivo maior, o da escrituração das páginas gloriosas da biografia da nação.³⁵

(1822-1922). Paris: Université Paris I – Panthéon – Sorbonne, 2004, p. 185.

³³ "Biographia do fallecido vigario da Freguezia da Madre de Deus desta capital e sócio do Instituto Histórico Geographico Rio Grandense Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito". *Revista do IHGPSP*, Anno IV, n. 1, 1863, vol. IV. In: *Revista do IHGRS*, n. 123. Porto Alegre, 1982, pp. 163-166. A biografia não apresenta indicação de autoria.

³⁴ Paula Soares é o membro do IHGPSP que disserta com mais propriedade sobre a importância da publicação de biografias nas páginas da *Revista* do Instituto provincial. No capítulo terceiro desse trabalho, onde será trabalhada a questão da formação de um panteão de heróis rio-grandenses, dedicarei maior atenção ao discurso do professor rio-grandense. SOARES, Paula. "Trabalhos Historicos". *Revista do IHGPSP*, Anno II, n. 1, março de 1861, vol. II. In: *Revista do IHGRS*, n. 101, I trimestre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1946, p. 56.

³⁵ "Le Grand Homme, à la différence du héros, toujours botté et casqué (réellement ou symboliquement), se prête à de multiples incarnations, selon les auteurs du XIII siècle. Ce peut être l'athlète, le prêtre, le défenseur de la patrie, il peut briller autant dans l'ordre de l'intelligence que dans l'ordre de l'action guerrière. Ce peut être

Embora a empresa de escrever biografias dos grandes homens da Província de São Pedro não tenha se desenvolvido no IHGPSP, logo extinto do cenário local, outra instituição literária, fundada pouco menos de uma década após o ocaso do Instituto Histórico regional, levaria tal objetivo adiante. Trata-se da Sociedade Partenon Literário, criada em 1868 pelos irmãos Porto Alegre em parceria com o médico Caldre e Fião, antigo sócio e orador do extinto IHGPSP. Assim como no IHGPSP, a *Revista* da associação literária partenonista era seu principal órgão divulgador.³⁶ Tal instituição existiria até meados de 1885.³⁷ Além de trabalhar em prol da criação e divulgação do herói regional, que ali se corporificava na figura do destemido e valoroso soldado pampiano, tal qual o IHGPSP começara a promover, o Partenon Literário contribuiu solidamente para a formação da galeria de homens ilustres do Rio Grande, como o IHGB fez em âmbito nacional. Essa seção da *Revista do Parthenon* aqui interessa particularmente na medida em que foi a concretização de algo somente esboçado pela *Revista do IHGPSP*: a formação, através dos elogios e biografias divulgados nas revistas, de um panteão sulino de heróis e homens ilustres da pátria brasileira.

Dessa forma, se constata que as duas instituições sulinas, o IHGPSP da primeira metade da década de 1860 e o Partenon Literário, já no final desse mesmo período, foram, cada uma a seu modo, os locais por excelência da escrita da história do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Ainda, e apesar das diferenças político-ideológicas dos membros que compunham as duas instituições, pode-se verificar que ambas tiveram papel relevante para a afirmação de certo regime de historicidade no Rio Grande do Sul da época, caracterizado, conforme já se mencionou, pela *historia magistra vitae*. Assim, na tentativa de verificar como os membros do IHGPSP e do Partenon Literário estabeleciam os laços através dos quais seu passado afetava a escrita da história e a maneira como essa apresentava esse

l'orateur, le philosophe, le législateur, le magistrat, le négociant généreux, et aussi, pourquoi pas?, le mécène". JEANNENEY, Jean-Noël apud DOSSE, François. "L'Âge Héroïque". In: *Le Pari Biographique*. Paris: Éditions La Découverte, 2005, pp. 183-184.

³⁶ A *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario* circulou, com algumas interrupções, de março de 1869 a setembro de 1879. HESSEL, Lothar et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, IEL, 1976, p. 17.

³⁷ Na *Revista Mensal* publicada pelo Partenon os mais importantes letrados do Rio Grande instrumentalizavam seus leitores e pregavam idéias abolicionistas e republicanas. Seu quadro social era bastante vasto, chegando a contar com mais de 119 integrantes, onde se destacaram nomes como os de Mucio Teixeira, de Felipe Nery e do professor Paula Soares, os dois últimos também colaboradores da *Revista do IHGPSP*. Na Sociedade Partenon, o regionalismo foi assumindo excepcional importância, assim como o estudo da literatura rio-grandense. O historiador Guilhermino Cesar aponta que esse momento de fecundidade e gênese de uma literatura regional entre os anos de 1869 e 1884 vai desde o aparecimento da *Revista* até o início do Parnasianismo no Rio Grande. CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ Corag, 2006, p. 23.

passado, como o cultivava, como o enterrava, o (re) constituía e o mobilizava é que se desenvolve esse estudo. Além de procurar refletir sobre as maneiras pelas quais as narrativas do Instituto Histórico regional e do Partenon contribuíram para a formação de um panteão regional, outro objetivo da pesquisa é examinar sob quais aspectos, a partir da escrita da história proveniente dessas duas instituições, teve início a constituição de uma historiografia propriamente rio-grandense.

No Rio Grande do Sul, os estudos sobre historiografia são ainda bastante escassos e poucos são os pesquisadores que se dedicam a estudar o tema, embora os últimos vinte anos tenham tido alguns exemplos de pesquisas na área.³⁸ Houve, também, algumas tentativas anteriores de se pensar a questão da historiografia e que se fizeram presentes no Rio Grande do Sul, principalmente a partir da década de 80 do século passado.³⁹ Observa-se, ainda, que o começo de um estudo acerca da historiografia rio-grandense na universidade esteve ligado,

³⁸ Refiro-me particularmente à tese de doutoramento de Ieda Gutfreind, defendida em 1989 na Universidade de São Paulo e as recentes dissertações de mestrado de Letícia Nedel e Mara Rodrigues, de 1999 e 2002, respectivamente. A tese de doutorado de Ieda Gutfreind foi publicada, em 1992, pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mesma instituição onde Rodrigues realizou sua dissertação de Mestrado e, posteriormente, sua tese de doutorado em História. Todos esses trabalhos inovadores em termos de historiografia rio-grandense tratam, porém, da produção historiográfica sulina relativa ao século XX. Ieda Gutfreind trabalha exclusivamente com a historiografia rio-grandense no século passado, tentando definir qual o espaço que o Rio Grande do Sul ocupa na construção da identidade brasileira, identificando nas obras históricas gaúchas duas matrizes ideológicas distintas e opostas, uma lusitana e outra platinista. Ao contrário do estudo de Gutfreind, a dissertação de Letícia Nedel, escrita na Universidade Federal do Rio de Janeiro, faz uma digressão maior no tempo e chega a mencionar a existência do IHGPSP no século XIX, mas considera o posterior Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul como a instituição que instaurou a prática historiográfica no estado somente a partir da década de 1920. Já a dissertação de Rodrigues adentra mais ainda no século XX, pois a autora trabalha com o processo de institucionalização oficial da história no Rio Grande do Sul a partir da criação do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre (UPA), futura Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tal processo teve início entre as décadas de 1940 e 1950. Seu mais recente trabalho, intitulado *Da Crítica à História: Moyses Vellinho e a Trama entre a Província e a Nação. 1925 a 1964*, dá conta da prática historiográfica sul-rio-grandense entre os anos 1920 e 1970, momento que precede a pesquisa em história praticada na universidade. Para tal, a autora investiga mais profundamente a obra do historiador autodidata Moyses Vellinho, o mais importante pesquisador em história no Rio Grande do Sul a atuar antes da implantação da pesquisa universitária no estado. GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998; NEDEL, Letícia. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 78. (Mestrado em História); RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS - 1943 a 1950*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (Mestrado em História); RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da Crítica à História: Moyses Vellinho e a Trama entre a Província e a Nação. 1925 a 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Doutorado em História).

³⁹ Como exemplos dessa tendência, há o livro *RS: Cultura & Ideologia*, coletânea polêmica de artigos publicados por autores de diferentes ramos do conhecimento e que compõem a série *Documenta*, lançada pela Editora Mercado Aberto a partir de 1980. A Editora da Universidade lançaria, ainda, a coleção *Os gaúchos*, em meados dos anos 90, publicação não voltada, necessariamente, ao estudo acadêmico da disciplina histórica, mas que representava uma necessidade sentida pela intelectualidade sulina em repensar as questões que envolvem a identidade regional do Rio Grande em face à representação identitária nacional. Sobre isso, ver NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. "Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, pp. 166-167, jan./jun. 2005.

primeiramente, a outros campos de interesse das ciências humanas que não necessariamente o curso de história, como a antropologia e as ciências sociais.⁴⁰

Outro fator relevante para a elaboração desta pesquisa diz respeito a seu ineditismo: não constam no estado pesquisas analíticas a respeito de como se desenvolveu a escrita da história dentro do IHGPSP e a que fins específicos essa história servia. Quase nunca se considera o IHGPSP como um espaço relevante de produção historiográfica, justamente pela falta de pesquisas sobre essa instituição que, durante o século XIX rio-grandense, foi um dos raros ambientes literários onde se desenvolveu algum tipo de reflexão sobre os estudos históricos. Na maioria dos casos, quando se pensa a história produzida no estado durante o século XIX, há referência à Sociedade Partenon Literário como lugar de desenvolvimento da prática historiográfica sul-rio-grandense, embora haja também menções ao trabalho do Visconde de São Leopoldo, a quem Arthur Ferreira Filho chama “o pai da historiografia rio-grandense”.⁴¹

A respeito do Partenon Literário, a bibliografia é muito mais vasta, abarcando desde

⁴⁰ A dissertação de Mestrado de Marlene Medaglia, defendida no ano de 1983, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e intitulada *Introdução ao Estudo da historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)* foi realizada no então Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Na época, não havia um curso de pós-graduação em História na UFRGS (o que ocorreria somente em 1986, com o credenciamento do Mestrado e em 1995, com o credenciamento do Doutorado) e vários historiadores ligados àquela instituição bem como a outras faculdades do Rio Grande do Sul fizeram seus cursos de pós-graduação no Pós-Graduação em Sociologia, criado na UFRGS em 1973. Os trabalhos de Mestrado de Almeida e de Letícia Nedel, anteriormente citado, chegam a mencionar a existência do IHGPSP. Para Nedel, “(...) o panorama das obras históricas e literárias publicadas na província até por volta de 1880, revela uma produção, além de rarefeita, pouco identificada com os interesses regionais”. No estudo anterior de Medaglia, em quem Nedel, inclusive, se baseia para tratar desse ponto, o IHGPSP não é tomado como um espaço significativo de contribuição para a implementação institucional de uma historiografia sul-rio-grandense. Para ela, o Instituto não passou de uma efêmera tentativa de constituição de uma prática historiográfica no Rio Grande do Sul. Tal posição da autora em relação ao IHGPSP se explica pelo tipo de embasamento teórico de seu estudo dissertativo. Nele, Medaglia objetiva indicar que o crescimento de institucionalização da história no Rio Grande do Sul equivale a um crescimento da representatividade da história na ideologia dominante. Utilizando o conceito de intelectual orgânico de Gramsci e tendo como ponto de partida a história do capitalismo, Medaglia deseja mostrar, através da ação de institucionalização da história no Rio Grande do Sul no período pós-I Guerra, que a ideologia de classe foi usada, naquele momento, como uma arma para construir a hegemonia da classe social dominante no poder político. Sua forma de trabalhar a historiografia usa o texto como pretexto para, na verdade, tratar do contexto histórico, mostrando que sempre há uma subordinação a um interesse de classe por trás da atuação de obras e autores ligados à hegemônica classe dominante. Sobre o assunto, ver MEDAGLIA, Marlene. op.cit., p. 84 e pp. 193-194; NEDEL, Letícia. op. cit., pp. 79-80. Sobre a questão da historiografia sulina como campo de interesse nos cursos de ciências humanas locais, pode-se ainda citar o trabalho de pesquisa antropológica desenvolvido pelo professor Ruben Oliven, que trata do processo da construção identitária regional do gaúcho. Ver, por exemplo, OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992; _____. “O processo de construção da identidade gaúcha”. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, FÉLIX, Loiva (Org.). *RS: 200 anos definindo espaços na historiografia nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.

⁴¹ LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1979, p.10.

trabalhos acadêmicos até estudos mais descritivos sobre a instituição. Todavia, por ser um campo de interesse dos estudos literários, o tipo de produção acerca do Partenon é quase todo elaborado por pesquisadores ligados àquela área. Além disso, os textos sobre a instituição geralmente privilegiam o estudo da poesia e da prosa dentro do grupo, nunca trabalhando temática que envolva a constituição de um tipo de escrita da história a partir do Partenon, o que ele de fato acabou por elaborar.⁴² Dos trabalhos da área de história pesquisados, a tese de doutoramento de Alexandre Lazzari dedica significativo número de páginas a uma pesquisa acerca do Partenon. Ali, o autor se propõe a fazer uma releitura da escrita dos letrados gaúchos justamente no período de implementação de uma identidade regional que, ao mesmo tempo, desejava inserir-se nos modelos de história e literatura do Brasil oitocentista.⁴³ Recentemente, surgiu uma importante dissertação de mestrado sobre o Partenon Literário, intitulada *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*, de autoria de Cássia Daiane Macedo da Silveira. Numa perspectiva prosopográfica, centrada nos agentes literários e privilegiando as conexões entre literatura e política, a autora procura, através de sua pesquisa, esclarecer como a rede de relações formada em torno do grupo partenonista contribuía para a conservação do mesmo e para a difusão de suas idéias.⁴⁴

Ainda, outro periódico foi incorporado à pesquisa aqui desenvolvida e, ao contrário do Partenon ou do IHGPSP, não há estudos expressivos a seu respeito no campo da história. Trata-se da *Revista Murmúrios do Guahyba*, criada em Porto Alegre na década de 1870 e que surgiu em cena a partir dos arquivos consultados quando do trabalho de levantamento de

⁴² O número de publicações sobre o Partenon Literário é bastante amplo. Dentre as obras da área das Letras, dois trabalhos se tornaram bastantes relevantes para esta dissertação. A pesquisa de Mauro Póvoas é a mais completa, nela, o autor dedica especial atenção ao Partenon, embora sua análise esteja centrada em outra revista literária da época, surgida em 1870, a *Revista Murmúrios do Guahyba*, tratada mais adiante. A outra pesquisa em questão foi desenvolvida por Viviane Schitz, onde a autora analisa a produção feminina dentro da *Revista Mensal do Parthenon*. PÓVOAS, Mauro Nicola. *Literatura e imprensa em Porto Alegre: a revista Murmúrios do Guaíba (1870)*. Porto Alegre: PUCRS, 2000. (Mestrado em Letras) e SCHITZ, Viviane. *Presença de Mulher: a produção feminina na revista da Sociedade Partenon Literário*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. (Mestrado em Letras).

⁴³ Ao contrário dos demais estudos pesquisados, seu trabalho considera o IHGPSP como local relevante para a escrita da história na província, chegando a desenvolver um importante e detalhado estudo sobre a instituição regional, ligando-a, como aqui também se faz, ao posterior surgimento da Sociedade Partenon Literário. Em sua tese, Lazzari dedica especial atenção à obra de Apolinário Porto Alegre, um dos importantes nomes do Partenon. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. (Doutorado em História).

⁴⁴ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Mestrado em História).

fontes para a elaboração desse estudo dissertativo. Através de uma comparação da escrita da história das revistas do IHGPSP e do Partenon Literário com aquela desenvolvida por esse periódico, a *Murmurios* será aqui objeto privilegiado de atenção.⁴⁵ Teve ela efêmera duração nas letras da província, mas marcou o início da década de 1870 por ser uma publicação aos moldes da *Revista do Parthenon* e por ter abarcado alguns nomes ligados ao grupo partenonista.⁴⁶ Além disso, a *Revista Murmurios do Guahyba* apresenta uma peculiaridade em seu subtítulo: “Revista Mensal consagrada às Letras e à História da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”.

Para Póvoas, esse subtítulo revela os dois temas mais constantes ao longo das seis edições que conheceu o periódico: a literatura, por meio da publicação de romances, contos, poesias, peças de teatro e crítica literária, e a história, através da divulgação de biografias, da reprodução de documentos e artigos sobre os conflitos nos quais a província estivera envolvida nos últimos anos: a Guerra Civil Farroupilha e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Embora a *Revista do Parthenon* tenha sido a mais importante a surgir dentre as revistas literárias provinciais na segunda metade do século XIX, a *Revista Murmurios do Guahyba* ilustra a irrupção desse tipo de publicação na década de 1870, período onde as letras do Rio Grande de São Pedro se desenvolviam e florescia uma geração de escritores inicialmente ligados a um Romantismo tardio.⁴⁷ Póvoas lembra que, em um tempo onde o ideário romântico começava a perder sua força no país, no Partenon Literário ele ainda era predominante. De acordo com o autor, isso se deu devido a um “atraso cultural” da província.⁴⁸ Certamente a província, em decorrência da guerra, passou por um período difícil em termos culturais, principalmente nos tempos imediatos após a pacificação, na metade da década de 40.⁴⁹ Porém, a afirmação de “atraso cultural”, embora não possa ser posta à prova,

⁴⁵Tenho notícia de apenas uma pesquisa sobre a *Revista Murmurios*, a já referida dissertação realizada por Mauro Póvoas na PUCRS. PÓVOAS, Mauro Nicola. op. cit.

⁴⁶“A Murmúrios do Guaíba surgiu no momento em que a *Revista Mensal do Parthenon Litterario* dava seus primeiros passos. Contando com colaboradores e propostas similares aos do Parthenon, inclusive quanto à inclinação estética pelo romantismo, o periódico não logrou passar dos seis meses de vida. Sua existência, porém, atestou a riqueza e a fertilidade da vida literária do Rio Grande do Sul na época”. Idem, pp. 9-10.

⁴⁷ Idem, p. 8.

⁴⁸ Idem, p. 9.

⁴⁹ Sobre a situação desanimadora dos periódicos no período posterior à Revolução, Dillenburger diz o seguinte: “Ao ser assinada a Paz do Ponche Verde, a 28 de fevereiro de 1845, pondo fim à sangrenta guerra civil que por mais de nove anos devastou a Província de São Pedro, toda a população rio-grandense estava praticamente em armas. A pacificação, porém, pouco a pouco foi serenando os ânimos dos antigos combatentes, a vida econômica se recuperava e os ressentimentos se amainavam. Apenas aqui e ali continuava o espírito republicano. Porto

merece ser objeto de uma maior problematização. No capítulo segundo, voltarei ao assunto. É certo, contudo, que nos periódicos rio-grandenses a guerra era o tema predileto. Entender a luta e, principalmente, escrever sua história, para dela não mais se esquecer e para dela se tirar lições, era um objetivo claro nas ações dos literatos da província, mesmo que muitas vezes eles se limitassem a reunir e publicar material sobre o conflito, sem conseguir dar a ele a forma de relato histórico.⁵⁰

A partir da segunda metade do século XIX, estavam, então, os homens de letras da província a utilizar sua escrita para narrar ou, ao menos, preservar aquilo que eles gostariam que não se perdesse com a passagem do tempo, ou seja, o fruto de suas experiências, lições que poderiam servir às gerações do porvir. Afirmavam, repetida e incansavelmente, que o cidadão rio-grandense era um homem corajoso a defender as fronteiras do Império. Reuniam documentação e a publicavam para que, num futuro, as novas gerações conhecessem seus grandes feitos. E, contraditoriamente, perpetuavam, dentre outras, uma guerra que perderam. Teria isso algum motivo que vai além da simples exposição sôfrega da derrota e da perplexidade da perda? Esse trabalho tentará refletir sobre tais questões, nunca perdendo de vista, no entanto, a profunda e aparentemente paradoxal ligação entre a formação da figura beligerante do homem rio-grandense e a concomitante e efetiva colaboração exercida pelos letrados sulinos na construção de um passado comum entre o Rio Grande e a nação brasileira.

Segundo a historiadora francesa Anne-Marie Thiesse, no artigo *Ficções criadoras: as identidades nacionais*⁵¹, a nação é uma ficção criada no século XIX dentro do Estado e, no Brasil, esse processo teve participação direta de nossos poucos letrados.⁵² O Estado brasileiro buscou legitimar-se através da constituição de uma idéia de nação. Observa-se que a criação

Alegre, com seus quase 15 mil habitantes, sofria com a falta de acessos de comunicação com outras comunidades. (...) Os jornais eram poucos e de difícil circulação. (...) Devido a muitos problemas, principalmente econômicos, a maioria dos jornais tinha vida efêmera". DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987, p. 14.

⁵⁰ É o caso da série "Revolução da Província (1835-1845)", escrita por José Bernardino dos Santos e publicada no segundo número da *Revista Murmúrios do Guahyba*. Na introdução do trabalho, o autor informa que sua resolução em divulgar uma coleção de documentos sobre a guerra, ao invés de tecer acerca dela uma narrativa histórica, derivavam de sua incapacidade de escrever com imparcialidade sobre o conflito. SANTOS, José Bernardino dos. "Revolução da Província (1835-1845)". *Revista Murmúrios do Guahyba*, 1ª série, n. 2, fevereiro de 1870, pp. 78-83.

⁵¹ THIESSE, Anne-Marie. "Ficções criadoras: as identidades nacionais". In: *Anos 90: Porto Alegre*, n. 15, p.7-23, 2001/2002.

⁵² José Murilo de Carvalho lembra que, no século XIX, a elite *savante* brasileira era "uma ilha de letras num mar de analfabetos". CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatros de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

dessa idéia de nação brasileira se deu dentro do Estado, constituidor da identidade nacional do povo.⁵³ O povo nunca fez parte da construção da imagem nacional, embora a nação, sem o povo, seja apenas uma nação imaginada e nunca uma realidade concreta⁵⁴.

Foi assim que a idéia de Brasil acabou se constituindo no cenário nacional do século XIX como uma nação que representava os interesses da elite dominante e que acabou por construir o imaginário identitário do povo brasileiro. Da mesma forma, a idéia de região começou a tomar forma nesse mesmo período através do trabalho de representação social desenvolvido dentro das províncias brasileiras. No Rio Grande do Sul, podemos entrever as primeiras manifestações dessa nova forma de enxergar nossa região esboçada nas páginas da *Revista do IHGPSP*. A construção mental que deu significação ao homem sulino como herói rio-grandense e o investimento da história regional em promovê-lo como o mítico grande homem do Rio Grande, já são percebidos nos discursos dos letrados e políticos da época, que compunham o setor mais influente da sociedade.⁵⁵ Essa promoção do herói rio-grandense cresceria com o advento de associações como o Partenon Literário.

A perspectiva de nação e região como comunidades simbólicas de sentido que operam no âmbito do imaginário e que, portanto, correspondem a um sistema de representações sociais construídas historicamente e expressas por meio de discursos, imagens e práticas⁵⁶

⁵³ A nação brasileira é resultado de uma criação dos literatos pertencentes às elites de nosso país e não foi, em nenhum momento de sua formação, proveniente de sentimentos de pertencimento vindos das camadas populares que compunham o Brasil. No entanto, a nação se constituiu enquanto identidade do povo brasileiro por meio do trabalho de transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável que foi construída a partir de referências que tocavam o povo a ponto de fazê-lo sentir-se como parte integrante da grande nação brasileira. Sobre o imaginário nacional, ver ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14.

⁵⁴ O artigo *Brasil: Nações Imaginadas*, de José Murilo de Carvalho é bastante relevante para o desenvolvimento da idéia de Brasil enquanto uma nação imaginada. CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 233.

⁵⁵ De acordo com Hayden White, o discurso é o gênero em que predomina o esforço para adquirir direito de expressão. O emprego de tropos é a alma do discurso, o mecanismo sem o qual o discurso não pode fazer seu trabalho ou alcançar seu objetivo. A partir dessa consideração, White propõe uma tipologia discursiva e afirma que foi no início do século XIX que se deu o período clássico do discurso histórico. Foi ali que os artistas românticos se voltaram para a história e apelaram para a “consciência histórica” como uma tentativa de palíngenesia cultural, o passado como uma presença viva aos contemporâneos. Os literatos do Partenon e do IHGPSP podem ser inscritos nessa perspectiva de letrados que, através de “metáforas iluminadoras”, para usar expressão de White, procuraram organizar a realidade do processo histórico. WHITE, Hayden. “O Fardo da História”. In: *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 39-64.

⁵⁶ Sobre a questão da relação de alteridade entre a nação brasileira e a região rio-grandense no século XIX, ver o artigo de Sandra Pesavento, “Nação e região: diálogos do ‘mesmo’ e do ‘outro’ (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)”. In: PESAVENTO, Sandra (org.) et al. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

vem a demonstrar que a oposição entre a história da nação brasileira e da região rio-grandense não é justificável, uma vez que, concomitantemente à construção da idéia de nação, durante o século XIX, as províncias brasileiras também estavam imbuídas em construir suas identidades regionais próprias, de modo que a tensão e os conflitos que possam ter existido entre a parte e o todo são a razão mesma dessa relação.⁵⁷ Nessa perspectiva de história do IHGPSP e do Partenon, mesmo que também muito ligada à literatura e à política, visto que muitos de seus membros eram homens de letras, funcionários públicos e militares, havia uma preocupação com o discurso historiográfico.⁵⁸ Assim, pode-se observar, ainda, que a noção de escrita da história produzida nessas instituições é resultado de uma operação historiográfica tal qual àquela proposta por Michel de Certeau e que combinaria, limitadamente, um lugar social, procedimentos de análise e a construção de um texto.⁵⁹ A história pensada como esta operação é parte de uma realidade social e “essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’”⁶⁰, não tendo o historiador como sair de sua realidade social, da mesma forma com que estará ligado à instituição para a qual escreve: e isso é exemplar no que compete à escrita da história do IHGPSP, profundamente ligado ao poder político provincial e ao IHGB, que também obedecia às regras políticas do Império, tanto que foi o maior contribuinte para a criação da história da nação brasileira durante o século XIX.⁶¹

⁵⁷ Para Guilhermino Cesar, o intelectual rio-grandense, no momento em que elegia temas regionais para explorar em sua escrita, não estava apenas definindo-se a si próprio. Ao contrário, ao definir-se, estava se explicando ao resto do país. Para o autor, “o regionalismo gaúcho deve ainda ser considerado (...) como um esforço bem sucedido pela definitiva integração da raia sulina na cultura da nação brasileira”. Cesar se referia, nessa passagem, ao papel desempenhado pelo grupo de literatos ligado ao Partenon, embora essa idéia já se fizesse clara no discurso historiográfico produzido dentro do curto espaço de atuação do Instituto Histórico regional, entre 1860 e 1863. CESAR, Guilhermino. op. cit. p. 175.

⁵⁸ Bann aponta que durante boa parte do século XIX, a diferença entre história e literatura não implicava que se pensasse em falar da história fora dos círculos literários e do terreno da cultura literária. O mesmo se aplica aos literatos ligados ao Partenon Literário, que, embora atentos à separação entre narrativa ficcional e histórica, viviam num contexto onde as barreiras profissionais entre ficcionista e historiador de ofício ainda eram inoperantes. BANN, Stephen. op. cit. p. 40.

⁵⁹ CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.66.

⁶⁰ Idem, ibidem.

⁶¹ De acordo com Hayden White, a narrativa histórica não passa de uma ficção verbal, cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências. Para o autor, a história adquire êxito e efeito explicativo graças à peculiaridade de criar estórias a partir de simples crônicas, por meio do que chama de “urdidura do enredo”, ou seja, de sua codificação. Assim, ao publicar documentos, tanto os historiadores do Partenon quanto do IHGPSP estavam, na verdade, oferecendo a seus pares os fatos (selecionados) do passado, para que eles escolhessem a melhor forma de contá-los, cada um a seu modo. Ao mesmo tempo, utilizavam esses mesmos fatos, que coligiam, para dar suas próprias versões – ficcionais- do passado, podendo fornecer um sentido diverso a um mesmo conjunto de acontecimentos. É assim que o estado de beligerância servirá de mote para o IHGPSP tratar

Ao longo dessa apresentação introdutória, tencionei esboçar, em linhas gerais, o contexto em que se insere minha problemática: o Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, que, segundo afirma Guilhermino Cesar, era a mais esquecida e provinciana das províncias do Império. Nesse local, se forjou uma literatura regional, onde o rio-grandense foi elevado à condição de herói e defensor das fronteiras da pátria nacional. Essa discussão, que permeia toda a pesquisa e que aqui somente foi pincelada, será abordada de forma mais pormenorizada nos três capítulos que compõem essa dissertação. Abaixo, explico mais detalhadamente como trabalharei cada um desses capítulos.

Em linhas mais específicas, no capítulo primeiro, intitulado **O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar**, será estabelecida uma relação necessária entre esse Instituto regional e seu correspondente nacional, o IHGB, seguido de um estudo detalhado do conteúdo da *Revista* da associação. Esse estudo ocupará os subitens 2 e 3 desse capítulo. Num terceiro subitem, analisarei os sócios da instituição e como suas profissões influenciaram na decisão de escrever a história provincial. O quarto e último item tratará sobre as possíveis causas do desaparecimento da instituição, tendo como hipótese que a Guerra do Paraguai exerceu uma considerável influência para o ocaso da associação.

A segunda parte, chamada **O Partenon Literário: a promoção do homem rio-grandense à condição de herói**, tentará, inicialmente, fornecer uma possível resposta à pergunta formulada logo no começo do capítulo, sobre a evidência de uma efervescência cultural entre os letrados locais. Nessa Introdução se viu que o ambiente em questão, a capital Porto Alegre no ano de 1868, vivia supostamente um período de agitação cultural, como afirmavam os partenonistas e seus posteriores comentadores. Questiono-me se essa visão não foi promovida justamente como uma forma de valorizar o acontecimento que foi o surgimento do Partenon Literário. Para isso, faz-se necessário apontar as tentativas que houve, na época, em fundar revistas literárias na província, dando informações mais pontuais a respeito daquelas que alcançaram um maior prestígio. No subitem **A Revista do Parthenon Litterario**,

dos feitos dos nobres soldados imperiais, ao passo que o Partenon apresentará os heróis farroupilhas como formadores de seu panteão. WHITE, Hayden. "O Texto Histórico como um Artefato Literário". op. cit., pp. 97-116. Para uma crítica a White, ver CHARTIER, Roger. "A história entre narrativa e conhecimento". In: *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2002, pp. 81-100.

apresentarei um estudo mais detalhado do conteúdo do periódico partenonista, dando ênfase à questão do regionalismo e como ele foi ali trabalhado. Abordarei, ainda, a produção das biografias dentro da publicação como um modo de promover a panteonização dos heróis e homens ilustres da província. No terceiro subitem, **Sob a sombra do Partenon, formam-se literatos**, trabalharei em cima do quadro de sócios do Partenon, suas aspirações, visão política e ocupações profissionais. Na penúltima parte do capítulo, chamada **Dissidências e tensões: a fundação da Revista Murmúrios do Guaíba**, busco refletir sobre a pertinência ou não da afirmação de que a *Murmúrios* teria se fundado a partir de uma dissidência envolvendo membros do grupo do Partenon. Finalmente, em **A pedra fundamental da Princesa Isabel**, se discute o desaparecimento da entidade. O Partenon, ao mesmo tempo em que se consolidou no Rio Grande como um importante espaço de sociabilidade e de promoção da escrita da história regional, foi aos poucos perdendo o brilho. Suas idéias e combates envelheceram. O subitem tentará refletir sobre possíveis razões que teriam levado à dissipação dos ideais e projetos que uniam o grupo.

O terceiro e último capítulo se chama **O Rio Grande e os Murmúrios do Guaíba**. Na primeira parte, nomeada **Registrar é historiar? A província entre a oralidade e a literatura**, proponho uma reflexão sobre o papel desempenhado pela produção escrita no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX a partir do surgimento das três revistas literárias em questão como espaços privilegiados de atuação gráfica. Tentarei demonstrar, a partir da análise da escrita proveniente dessas publicações, como foram elas reveladoras de significados e intencionalidades ilustrativos no que concerne à constituição de uma escrita que buscou elevar o homem rio-grandense à categoria de herói nacional, ao mesmo tempo em que contribuiu para a difusão e consolidação do que Angel Rama chama de "república das letras" em solo rio-grandense.⁶² A partir daí, e inspirada no raciocínio desenvolvido por Rama, minha intenção será a de vislumbrar acerca da constituição de uma literatura escrita no Rio Grande de São Pedro como forma de comunicação que emerge a partir do declínio do esplendor da oralidade proveniente das comunicações rurais.⁶³ Nesse sentido, a escrita é percebida como

⁶² A obra do crítico literário uruguaio Angel Rama é um ensaio erudito sobre a formação de uma tradição intelectual na América Latina, onde o autor mostra como se deu o surgimento de um grupo letrado nos centros urbanos, que se revelariam importantes núcleos de poder no continente. Nesse ensaio, o autor pensa a cultura dos países latino-americanos como uma totalidade heterogênea, o que permite a ele localizar características que abarcam uma classe letrada emergida nas "cidades reais" da América Latina e que possibilitam ler a cultura toda desses espaços urbanos através de uma semiologia social. RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁶³ Idem, *ibidem*.

um objeto histórico por natureza a ser trabalhado e a cidade é o espaço por excelência dessa escrita. Assim, perceber por que as pessoas escrevem e o que a mudança de um universo oral para o escrito traz consigo se torna latente.

Por fim, na segunda e última parte desse terceiro capítulo, chamada **Em busca de um panteão**, trabalharei detalhadamente com o processo de panteonização, como ele se dá nas biografias presentes nas revistas analisadas e seu funcionamento como elemento-chave para a consolidação de uma história exemplar no Rio Grande.

Uma última explicação se torna necessária nessa exposição introdutória. Diz ela respeito ao tipo de proposta aqui apresentada e que está veiculada a uma nova forma de trabalhar com a questão historiográfica. Hoje, tornou-se indispensável revisar certas posições da história da historiografia, abandonando uma antiga idéia que vinculava a historiografia ao simples ato de elencar autores e suas obras. Atualmente, a preocupação é com uma reflexão sobre o ato da escrita produzido por determinada época. Nesse sentido, talvez uma maneira mais inteligível de traduzir as intenções desse estudo seja melhor expressa através das palavras empregadas por Rodrigues na tentativa de explicar sua própria pesquisa: “Busca-se uma abordagem mais focada no texto, na construção de sentido da narrativa, no tratamento do evento, da estrutura e da temporalidade, articulando-se esses aspectos com o lugar social de produção do conhecimento histórico”.⁶⁴

⁶⁴ RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. “Introdução”. In: *Da Crítica à História: Moysés Vellinho e a Trama entre a Província e a Nação. 1925 a 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 13. (Doutorado em História)

Capítulo 1

O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar

No dia 19 de fevereiro de 1860, a “nata letrada” da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul se reuniu na sala do Conselho Diretor da Instrução Pública, na capital provincial, Porto Alegre, com a intenção de tratar da criação de um Instituto Histórico e Geográfico regional à semelhança do IHGB. Uma semana após essa primeira reunião, no dia 26 de fevereiro, era fundado o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, primeiro congêneres regional do IHGB de que se tem notícia no país.

A singularidade do surgimento da instituição na província sulina torna-se mais significativa ainda ao se considerar que, cinco anos antes, em 1855, idéia semelhante chegou a ser colocada em prática no Rio Grande.¹ Naquela ocasião, fora também um grupo de homens representativos da província que se reuniu no Palácio do Governo com o intento de criar uma filial local do IHGB, chegando, inclusive, a eleger uma diretoria para a associação. A presidência da instituição fora reservada ao então governador da província, Cansansão de Sinimbu (sócio do IHGB desde 1840), que mais tarde se tornaria Visconde de Sinimbu.² A

¹ Segundo Renato Costa, “data daí, de mais de um século, do ano de 1854 – e não de 1845 – como por equívoco, se tem referido, a iniciativa da fundação de um Instituto Histórico e Geográfico da Província, a exemplo do que o Visconde de São Leopoldo, o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José Cunha Matos – um magistrado, um padre e um soldado – havia fundando em 1838 na Capital do Império e que é hoje o prestigiado Instituto Histórico e Geográfico”. A informação de Costa parece ter sido retirada da própria *Revista do IHGPSP* de março de 1861. Ali, o orador Caldre e Fião assim dizia: “Entre nós, como noutras partes, o governo não desovio as aspirações dos que haviam concebido o pensamento da criação de nossa associação. Em 1854, quando alguns cidadãos se mostraram com esse intuito, á presidência, o Sr. Cansansão tomado de uma bella surpresa acompanhou-os e tomou a sua direcção. Foi pena que em tão poucos dias se esvaecesse o sonho que parecia transformar-se numa magnífica realidade”. Todavia, na apresentação do primeiro volume da *Revista do IHGPSP*, em agosto de 1860, o relator Caldre e Fião informava que “passaram-se cinco annos” desde a primeira tentativa de fundação da associação no Rio Grande, o que situaria em 1855 e não 1854 o ano de criação do primeiro Instituto. COSTA, Renato. “Os Três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul”. In: *Revista do IHGRS*, Porto Alegre, ano de 1982, n. 123, p. 43; *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 173; CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. *Revista do IHGPSP*, Anno II, n. I, março de 1861. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 101, p. 67.

²² O Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, depois Visconde de Sinimbu, nasceu na Vila de São Miguel dos Campos da então Capitania de Alagoas, em 20 de novembro de 1810. Faleceu bastante idoso, aos 96 anos, em 21 de dezembro de 1906, na capital da República. Morreu pobre, dependendo de seus vencimentos para sobreviver. Segundo José Murilo de Carvalho, o líder liberal é um exemplo típico de filho de senhor de engenho (tendo sido ele mesmo um) que viveria para a política, mas também da política. Como se mantinha de seus vencimentos de magistrado aposentado e senador vitalício, o governo republicano fora obrigado a conceder-lhe uma pensão. Conhecido por ser um homem de “cultura européia”, Sinimbu foi presidente da Província de São Pedro entre 1852 e 1855, logo após ter sido aposentado como juiz de direito, com honras de desembargador. Segundo Rocha Almeida, “seu governo no Rio Grande do Sul foi excelentíssimo. Era homem de larga visão e grande simpatia pessoal”. ALMEIDA, Antonio da Rocha. *Vultos da Pátria*. Vol. I. Rio de Janeiro – Porto Alegre – São Paulo: Editora Globo, 1961, p.72; CARVALHO, José Murilo de. “Unificação da elite: o domínio dos magistrados”. In: *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 113. Ao longo do capítulo, citarei dados biográficos sobre os

vice-presidência da organização coube ao tenente-general Manoel Marques de Souza, então Barão de Porto Alegre.³ Desse grupo pioneiro faziam parte, ainda, Machado Ourique, eleito secretário do Instituto e o Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, ilustre médico da capital rio-grandense.⁴

Contudo, essa experiência primeira de fundação de uma filial do IHGB em solo rio-grandense não obteve êxito. O falecimento repentino de Machado Ourique, aliado ao afastamento de Sinimbu da presidência da Província acabaram por decretar o fim da primeira tentativa.

principais representantes do IHGPSP. Infelizmente, não foi possível obter informações acerca de todos os membros que compuseram o quadro de sócios da instituição, cerca de 122 nomes. Assim, adotei como critério principal para a elaboração dessas sucintas notícias biográficas a efetiva participação dos associados referidos no cotidiano da agremiação, bem como sua relevância como cidadãos atuantes na vida provincial.

³ O tenente-general Manoel Marques de Souza, um dos mais aclamados militares e políticos da Província de São Pedro, foi Barão, Visconde e Conde de Porto Alegre. Nascido na freguesia de Rio Grande, a 13 de junho de 1805 e falecido no Rio de Janeiro, a 18 de julho de 1875, Manoel Marques é até hoje considerado na historiografia sulina um dos maiores heróis da história militar do Rio Grande do Sul. Sempre lutou ao lado do Império e, em sua época, seus feitos militares foram motivo de grande orgulho. Em torno de sua figura, se criou uma aura de herói num tempo em que o governo provincial precisava lançar mão da criação de míticos heróis que pudessem figurar na história geral da nação brasileira que se formava. Além da vida militar, merece destaque o trabalho político de Manoel Marques de Souza. Muitas vezes eleito deputado provincial, foi ele um dos principais e mais entusiasmados líderes do Partido Liberal Progressista. A seguir, se explorará melhor essa vertente política do Barão. Sobre sua atuação política e, principalmente, militar, ver MAUL, Carlos; ANTUNES, De Paranhos; GRAÇA, Jaime Ribeiro da. *Conde de Porto Alegre. Poliantéia organizada pela Biblioteca do exército em comemoração ao 1º centenário da Batalha de Caseros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Bethel, 1952.

⁴ O Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba nasceu em Porto Alegre, em 30 de novembro de 1822 e aqui faleceu, a 08 de julho de 1875. Filho de comerciante – seu pai, Manoel Pereira da Silva (1792-1837), era o próspero proprietário de um armazém na Praça da Alfândega -, o jovem Ubatuba deixaria ainda moço a casa paterna para viajar à Corte no intuito de estudar Medicina. Lá estabelecido, o rapaz, então com 15 anos, trabalhava como caixeiro de loja num comércio na Rua da Quitanda, ao mesmo tempo em que fazia seus estudos. O apelido Ubatuba, ele teria incorporado ao nome de batismo, conforme informa Paulo Xavier, por essa época, pois, segundo o autor, ao receber seu diploma de médico da Faculdade de Medicina da Corte, o codinome já se fazia presente. De acordo com Xavier, o apelido estava ligado às origens da família paterna. Seu avô, Francisco Pereira da Silva e seu pai, Manoel Pereira, eram naturais de Ubatuba, litoral paulista. Um dos mais conhecidos e respeitados médicos de Porto Alegre, Ubatuba se destacaria como membro do Instituto na sua segunda aparição, em 1860. Segundo Renato Costa, Ubatuba, além de ser considerado um ilustrado, se envolveu com a política e a administração provincial, tendo exercido a alta função de Inspetor Geral da Saúde Pública em 1867, época em que uma epidemia de cólera assolou várias cidades sulinas. Ubatuba trabalhou na defesa sanitária da população em diversas regiões do Rio Grande no mesmo período em que Piccolo o situa como tendo se destacado como uns dos representantes da província a mostrar maior preocupação com os problemas econômicos da terra, incluindo a escravidão e a colonização. Paulo Xavier informa, ainda, que o Dr. Ubatuba exerceu também o cargo de Capitão Cirurgião-mor do Comando Superior de Porto Alegre da Guarda Nacional. Além disso, destaca que Ubatuba cumpriu quatro mandatos como deputado na Assembléia Provincial, entre 1850 e 1858. Para mais informações biográficas de Ubatuba, ver COSTA, Renato. “Os Três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul”. op. cit., p. 43; PICCOLO, Helga. “A Política Rio-Grandense no Império”. In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 103; XAVIER, Paulo. “Retrato de um pioneiro”. In: *Suplemento Rural. Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 de novembro de 1976; XAVIER, Paulo. “Retoque de um retrato”. Idem, 03 de dezembro de 1976, pp. 7-8.

Em 1860, entretanto, a idéia de fundar no Rio Grande de São Pedro um Instituto Histórico encontrou resultados positivos. Nessa época, a política da Província de São Pedro vivia uma fase de reorganização, marcada pela divisão de seus representantes entre partidários da chamada Liga e sua rival, a Contra-Liga, que originaria, mais tarde, o Partido Liberal Progressista.⁵ Enquanto a Liga era resultado de uma fusão entre políticos conservadores oriundos tanto do Partido Liberal quanto do Partido Conservador, a Contra-Liga era uma reunião dos dissidentes daquela organização.⁶ A preponderância na Contra-Liga era liberal. Entre seus principais representantes estavam o Barão de Porto Alegre, um de seus líderes mais destacados, o desembargador Luis Alves de Oliveira Belo, vice-presidente da Província de São Pedro quando do afastamento de Cansansão de Sinimbu, em 1855 e dois membros do IHGSP, o tenente-coronel Manuel Lopes Teixeira Junior e o poeta Caldre e Fião.⁷ Teixeira Junior, pai do escritor Mucio Teixeira, futuro sócio e colaborador do Partenon Literário,

⁵ Em 1852, a Província de São Pedro vivia ainda os resultados da invasão imperial brasileira no Prata, levada a cabo a partir de 1851, quando se destruiu o governo blanco de Oribe e se redefiniram os limites e interesses brasileiros na Banda Oriental. No mesmo ano, houve a derrubada do governo de Rosas em Buenos Aires e o Brasil passou a ter a hegemonia da região, exercida pela imposição militar. Manoel Marques de Souza teve significativa participação nos destacamentos militares que lutaram na região. O título de Barão de Porto Alegre lhe fora concedido, inclusive, nesse período, em razão de sua atuação na vitoriosa Batalha de Caseros. As lutas militares brasileiras são importantes para se entender em que contexto Manoel Marques de Souza ganhou o prestígio e a fama que o tornariam o modelo varonil de soldado defensor das fronteiras imperiais. Da mesma forma, é interessante destacar que o prestígio e as glórias militares alcançados pelo Barão lhe forneciam as condições necessárias para ter seu nome ligado à fundação de um órgão divulgador da história pátria como era o Instituto Histórico regional em gênese.

⁶ Até a década de 1850, o Rio Grande de São Pedro fora dominado por políticos ligados a um Partido Liberal difuso. Em 1848, a política do governo central, dominada pelos saquaremas (conservadores), fez nascer na província sulina o Partido Conservador. A organização dos saquaremas na província foi a grande responsável pela rearticulação do Partido Liberal entre os rio-grandenses nesse mesmo ano de 1848. Desde o início do ciclo farroupilha, que devastou a província e trouxe uma prostração nas atividades políticas, os liberais estavam completamente desarticulados e sua reorganização trouxe nova indefinição partidária, indefinição essa que originaria, em 1852, uma nova reorganização e faria surgir tanto a Liga quanto a Contra-Liga. A Liga tinha como justificativa acabar com as divergências entre os partidos. Segundo Piccolo, era também “uma estratégia política ditada por interesses pessoais que ficaram evidentes na organização das listas de candidatos à Câmara e ao Senado nas eleições de 1852”. Tal estratégia se efetivou devido ao medo do chefe do Partido Conservador, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, com as candidaturas do Barão de Porto Alegre e de Luis Alves de Oliveira Belo à Câmara e ao Senado. Oliveira Belo, aliás, fora nomeado em 1851, pelo governo imperial conservador, vice-presidente da província, cargo que exerceu de 15 de outubro daquele ano até 02 de dezembro de 1852. PICCOLO, Helga. op. cit., p. 100-102.

⁷ Figurava, ainda, entre os progressistas de maior destaque o Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba. Convém ressaltar, no entanto, que nem todos os integrantes da Contra-Liga ingressaram no Partido Liberal Progressista. De acordo com Helga Piccolo, isso vinha a demonstrar que a desarticulação partidária persistia, fazendo muitos políticos permanecerem como liberais ou progressistas. Foi somente a partir da década de 1860, época em que o Partido Conservador caiu no Rio de Janeiro, que novos rumos foram tomados na Província de São Pedro. Nesse período, um partido liberal autêntico surgiu no Rio Grande sob o comando de Félix da Cunha. No Rio Grande da década de 1860, a grande luta política seria entre o novo Partido Liberal e o Partido Liberal Progressista. Idem, p. 103-105.

faleceria no ano de fundação do IHGPSP, não chegando a ver impresso o primeiro número da *Revista*.⁸

Os membros do segundo Instituto Histórico nascente tinham as mais diversas procedências e profissões. Na parte III desse capítulo, se fará uma análise do corpo social da instituição e essa questão será retomada. Por ora, merecem destaque as figuras acima levantadas por terem elas influído diretamente no surgimento do Instituto regional, apesar de apresentarem, como se verá em detalhes posteriormente, posições políticas particulares e, muitas vezes, divergentes. Não obstante, não há como desvincular a ligação que o IHGPSP tinha com sua matriz nacional, o imperial IHGB, fundado sob os auspícios de D. Pedro II. Da mesma forma, havia uma profunda vinculação do novo Instituto ao governo provincial, visto que se oficiou desde o início ao presidente da Província, o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, a intenção de criar uma filial do IHGB. O presidente fora, inclusive, convidado a participar da sessão inaugural da instituição, em 26 de fevereiro de 1860, sendo eleito sócio efetivo da casa. Foi na sala do Conselho Diretor da Instrução Pública provincial, aliás, que ocorreram as duas primeiras reuniões que deram origem ao IHGPSP. Tal era a ligação do governo provincial com a instituição nascente, que, ao solicitarem permanentemente a referida sala para dar abrigo às reuniões do grupo e funcionar como sede do IHGPSP, seu pedido fora prontamente atendido por Fernandes Leão.

Uma das primeiras providências tomadas pela nova instituição foi a filiação ao IHGB, tal qual figura em seu segundo estatuto.⁹ Assim, no dia 18 de março de 1860, se convocou uma assembléia geral para que fosse requerida a filiação ao órgão maior e aprovados em definitivo os estatutos da nova agremiação. Como convidado mais ilustre a participar da sessão estava o professor porto-alegrense radicado na Corte Antonio Álvares Pereira Coruja, membro do IHGB.¹⁰ Na ocasião, Pereira Coruja foi nomeado sócio correspondente do IHGPSP no Rio de Janeiro.

⁸ No primeiro número da publicação, o falecimento de Teixeira Junior, que participara da sessão inaugural da instituição e que fora nomeado membro da Comissão de Trabalhos Históricos da casa, foi bastante destacado, como mostram os dizeres do relator, Caldre e Fião: “O Instituto Historico e Geographico teve de lamentar, logo nos primeiros dias de sua existencia, a perda de um prestante membro effectivo, o Tenente-Coronel Manoel Lopes Teixeira Junior, que desceu ao tumulo levando consigo as saudades délle. Fora seu fundador este zeloso cidadão e lhe fizera serviços que mereciam muito. O Instituto prestou-lhe os deveres que contrahira segundo os seus Estatutos”. *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*. op. cit., p. 177.

⁹ “Artigo 2º. Procurará filiar-se ao Instituto Historico do Brasil e por intermedio ou directamente manter correspondencia com as sociedades e academias estrangeiras para mais facil desempenho dos fins a que se propõe”. “Estatutos do Instituto Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro. Capítulo I, artigo 2º”. Idem, p. 201.

¹⁰ Antonio Álvares Pereira Coruja (1806-1889), além de ter sido um dos cidadãos mais respeitados da província

Com a intenção de “colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes á história e topographia da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; e a archeologia, ethnographia e língua de seus indígenas”¹¹, o IHGPSP tomava para si a tarefa de historiar “os nobres procederes de seus heroes, os actos de seus homens de armas, os successos, os factos políticos, civis, e industriaes que sobre o bello solo desta terra se haviam passado”.¹² Fora dado o primeiro passo e surgia, assim, a primeira filial local do IHGB.

1.1. Enfim, (re) nasce o congêner regional do IHGB

De acordo com Temístocles Cezar, o IHGB se organizou sob um conjunto de nove bases, posteriormente transformadas em estatutos e publicadas na *Revista* da instituição.¹³ Dentre os pontos que compuseram essas bases estruturais fundadoras, o terceiro deles diz respeito particularmente ao alvo do IHGB: definir, coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos concernentes à história do Brasil. Segundo o autor, o modelo de organização e regras dispostos nos estatutos do IHGB eram de influência estrangeira e, particularmente, francesa.¹⁴ Manoel Salgado destaca que era intenção da associação se constituir enquanto um espaço centralizador de informações colhidas em diferentes regiões do Império, de forma a canalizar para o Instituto Brasileiro quaisquer dados relevantes para a constituição da história da nação:

As semelhanças com o modelo francês parecem evidentes: da mesma forma

sulina, exercendo aqui o magistério, foi um dos rio-grandenses de mais prestígio a atuar na capital imperial. No momento particular em que fora criado o IHGPSP, Lazzari acredita que “não poderia ser outro, naquele momento, tanto o representante da Corte na fundação do IHGPSP como a voz da província junto às solenidades imperiais”. Sobre a original e importante contribuição de Pereira Coruja acerca do Rio Grande de São Pedro na *Revista do IHGB*, ver LAZZARI, Alexandre. “Homens de letras e de política na Província de São Pedro”. In: *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. Tese (Doutorado em História), pp. 35-38 e 44-45.

¹¹ “Estatutos do Instituto Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro. Capítulo I, artigo 1º”. *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. 1, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 201.

¹² “O Instituto Histórico”. op. cit., p. 171.

¹³ CEZAR, Temístocles. “L’ Institut Historique et Géographique Brésilien et la culture historique au XIXº siècle”. In: *L’écriture de l’histoire ao Brésil au XIXº siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Paris: EHESS, Tese de Doutorado, 2002, Tomo I, pp. 38-39.

¹⁴ “Ainsi, si la fonction symbolique de l’Institut brésilien ressemble à celle des académies françaises du XVIIIº siècle, l’archétype de fonctionnement est celui de l’Institut Historique de Paris (IHP), qui a été créé em 1834”. Idem, p. 42.

que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a Construção da Nação brasileira.¹⁵

Passados vinte e dois anos, o IHGPSP procurava inspiração nos estatutos do IHGB para montar sua estrutura organizacional. A observação da forma com a qual se dividem os capítulos e artigos de ambas as instituições revela, inclusive, que a base estatutária do IHGPSP é uma cópia fiel do modelo inspirador IHGB.¹⁶

O IHGB era o lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil oitocentista e sua criação fazia parte do processo de consolidação do Estado Nacional brasileiro.¹⁷ De acordo com Manoel Salgado, “uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação Brasileira’”.¹⁸ Para o autor,

É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregaram os letrados reunidos em torno do IHGB.¹⁹

Em 1860, era chegada a hora de expandir as “luzes” do IHGB às províncias do país, de forma a integrar as regiões do Império nesse processo de construção de uma identidade nacional. Assim, o grupo da Província de São Pedro resolveu tomar a frente e assumir para si a tarefa de criar um congênere local do Instituto Histórico.

¹⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*, n. 1, 1988, p. 8.

¹⁶ Como no capítulo I dos Estatutos do IHGPSP, intitulado “Fim e objecto do Instituto” (mantém-se o mesmo título tanto nos estatutos do IHGB quanto nos do IHGPSP), há três artigos no capítulo primeiro. O artigo de abertura diz o seguinte: “Art. 1º. O IHGB tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do Brasil; e assim tambem promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despesa”. Se no segundo artigo do IHGPSP se dispunha que este deveria se filiar ao IHGB, no caso da associação nacional a intenção era a de sustentar correspondências com sociedades internacionais e, também, penetrar “nas provincias do imperio para mais facil desempenho dos fins que se propõe”. Revista do IHGB, Tomo I, 1839, pp. 18-19.

¹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. op. cit., p. 6.

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Idem, ibidem.

Alexandre Lazzari destaca que, embora a existência do IHGPSP tenha sido precursora, seu pioneirismo não lhe garantiu sucesso ou vida longa.²⁰ Hoje quase desconhecido pela historiografia, o Instituto regional teve um espaço de atuação restrito e de pouca repercussão fora de seu tempo e dos limites da província sulina. De acordo com Lazzari, o pequeno sucesso do Instituto e sua breve existência não autorizam, todavia, que se desconsidere sua importância e significado político no contexto em que fora ele criado. Para o autor, há uma relação necessária entre a constituição do IHGPSP e o momento político em questão. Lazzari avalia, ainda, o surgimento do IHGPSP como uma colocação em prática de antigas aspirações do IHGB de expandir pelas províncias do Império filiais locais da associação, que, como se pôde ver aqui, fossem capazes de converter informações locais relevantes para a instituição central.²¹

A *Revista do IHGB*, publicada regularmente desde 1839, era considerada como o maior depósito de documentos sobre o passado brasileiro.²² Partindo de um estudo de conteúdo acerca do periódico, Temístocles Cezar tentou compreender como se dera a constituição de uma prática historiográfica no Brasil no século XIX. Para o autor, era nas páginas da *Revista do IHGB* que se definiram os critérios de pesquisa e as diferentes concepções de história que existiam no Brasil da época.²³ No sul do país, a influência do IHGB como centro aglutinador e referencial para a escrita da história não seria diferente e foi a associação nacional que ditou as regras de composição e funcionamento da pesquisa histórica empreendida no IHGPSP, cuja *Revista* foi inspirada e estruturada tendo por base o periódico nacional. No IHGB, Januário da Cunha Barbosa proclamava em seu discurso fundador:

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas

²⁰ “Foi inédita aquela iniciativa de fundar em uma província uma instituição equivalente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em atividade na Corte desde 1838. Pelo menos durante o período monárquico, o caso só teve similar no mais bem sucedido e longevo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), criado em 1862”. LAZZARI, Alexandre. op.cit., p. 26.

²¹ Além disso, Lazzari assinala o quanto o grupo reunido em torno do Partenon Literário foi tributário da experiência efetivada pelo Instituto Histórico provincial. Partilhando de posição semelhante ao autor quanto a essa relação entre as instituições sulinas, mais adiante retomarei as questões por ele levantadas. Idem, ibidem.

²² CEZAR, Temístocles. “Éléments pour une généalogie du concept d’histoire”. In: *L’écriture de l’histoire au Brésil au XIX^e siècle...*, p. 209.

²³ Idem, p. 210.

memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos; nos vamos assignalar, com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção de suas serras, e a capacidade de seus inumeraveis portos. Esta tarefa, em nossas circumstancias, bem superior ás forças de hum só homem ainda o mais emprehendedor, tornar-se-ha fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que attrahidos ao nosso Instituto pela gloria nacional, que he o nosso timbre, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observaões, para que sirvão de membros ao corpo huma historia geral e philosophica do Brasil.²⁴

Tomando para si a tarefa de preservar a memória e escrever a história de sua pátria, para que ambas fizessem parte do corpo da história nacional, os membros do IHGPSP assim declaram na abertura de sua *Revista*:

A necessidade do estudo das cousas patrias, da historia, da geographia e estatistica desta província de S. Pedro, fazia-se sentir de há muito tempo a esta parte. (...) A historia do passado, como do porvir desta provincia, não será um monumento de exclusivo interesse para ella; não, os sucessos mais notáveis aqui passados estão tão intimamente ligados á vida do Império, que não haverá brasileiro que os não lea como uma narrativa da historia geral do payz. Os bravos que derramaram seu sangue nas guerras da colônia, da Independência nacional, da do Estado Oriental, empenharam-se por lutas nacionaes, os sucesos acontecidos nélla eram ou deviam ser registrados na historia geral do payz. O que há de particular é somente a guerra civil, só os seus successos são os que nos tocam individualmente.²⁵

A associação provincial via claramente a necessidade de mostrar ao país tudo que se passou no passado “valoroso” e “guerreiro” do Rio Grande, tido por ela como parte integrante da história geral do Império. Para isso, era necessário “salvar do esquecimento” os supostos bravos atos de seu passado. Havia, pois, uma preocupação muito grande em inserir a história da província dentro da história nacional. Essa disposição do IHGPSP convergia, em certa medida, com o tipo de história produzido no IHGB e que era calcado no projeto mais amplo do governo nacional de evitar regionalismos e centralizar politicamente o Império do Brasil. Assim, a evidência de que a história produzida nesses espaços letrados tinha nitidamente um sentido político se torna manifesta. Para fortalecer o

²⁴BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso de Januário da Cunha Barbosa”. In: *Revista do IHGB*, Tomo 1, 1839, pp. 10-11.

²⁵ *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 171.

Estado imperial, era necessário escrever a história da nação brasileira. No IHGB, esse projeto era de natureza global e visava a integrar as diferentes regiões do país a fim de concretizar a existência de uma nação brasileira una e indivisa.²⁶ No IHGPSP, inserir a história local dentro da narrativa nacional em constituição no país era prestar mais um serviço ao Império, mostrando ao governo imperial e, também, ao restante da nação, que o rio-grandense era um povo patriótico e que sua história belicosa e guerreira era parte constitutiva do todo chamado Brasil. Para esses operários rio-grandenses,

O Instituto no pé em que se acha promette muitos serviços ao payz, e não será de admirar que as mais notáveis intelligencias da provincia busquem um lugar entre os seus membros, visto que o patriotismo sempre foi o mais bello apanagio da gente rio-grandense.²⁷

Esses letrados que viam no passado heróico e guerreiro do Rio Grande uma forma de conciliá-lo com o passado nacional, pontuando sua importância para a história da nação em formação, não deixavam, todavia, de destacar que não era somente pelas lutas travadas no terreno militar que os rio-grandenses deveriam ser lembrados.²⁸ Para os membros do IHGPSP, a história a ser registrada era também aquela proveniente das “victorias pacificas da intelligencia e da industria que o payz tem de alcançar no futuro”.²⁹ Ainda, se deve ponderar que, embora o rio-grandense estivesse se posicionando como membro da nação – e isso

²⁶ Segundo Cezar, “Néanmoins, si l’Institut reflète plus ou moins la tendance générale des disputes politiques qui agitent la société gravitant autour de la cour, il n’est qu’un des dispositifs de ceux qui contrôlent le pouvoir. Ce serait aussi surestimer ses potentialités au niveau de la production savante, compte tenu du fait que, dans les années 1850, presque tous les membres de l’IHGB ne font qu’essayer de faire l’histoire du Brésil. Ils cherchent, plutôt, à organiser les conditions propices à son edification. Durant ce processus, ils s’efforcent également de se protéger en tant que groupe. Ainsi, être member de l’Institut, c’est négocier un compromis avec l’empire, avec la nation, mais aussi entre eux, et cela malgré leurs différences. Participer à l’IHGB, c’est savoir la conscience que l’on travaille pour la nation, et pour un groupe chargé de la définir et de l’expliquer. Ils travaillent ensemble, comme des artisans, sur une matière presque brute. Ils sont les *artisans de la nation*”. CEZAR, Temístocles. “L’Institut Historique et Géographique Brésilien et la culture historique au XIX siècle”. op.cit., pp. 37-38. Em itálico, no original.

²⁷ *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 181.

²⁸ Entre as décadas de 1850 e 1860, a Revolução Farroupilha ainda não havia sido totalmente superada na província. O Barão de Porto Alegre, segundo Helga Piccolo, apesar de ter participado diretamente tanto da Guerra dos Farrapos quanto do conflito contra Oribe e Rosas, “mais do que ninguém estava disposto a juntar todos os brasileiros, objetivando a ‘prosperidade e grandeza’ do Brasil, e especialmente do Rio Grande do Sul, sempre prejudicado pelo constante estado de beligerância”. PICCOLO, Helga. “A política rio-grandense no Império”. op.cit., p. 102.

²⁹ *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 171.

convergência com a intenção do governo nacional de compor um todo chamado Brasil -, o sentimento de pertencimento regional não deixava de estar presente nas falas dos letrados da época. O rio-grandense queria se inserir na história maior e colaborar para a formação do tipo nacional e por isso buscou conciliar sua identidade própria local com um patriotismo que dizia já possuir. Todavia, os discursos aqui reproduzidos mostram que o sulino não deixou, em momento algum, de reafirmar sua identidade enquanto rio-grandense, pois era sempre o homem do Rio Grande que queria ver seus atos destacados e sua história preservada na narrativa geral que se pretendia construir no país.³⁰ E mais importante: esses letrados aspiravam terem reconhecidos os atos heróicos que obtiveram nas guerras em que se envolveram em nome dessa nação brasileira, de quem decidiram se aproximar. Assim, a tensão entre a região e a nação permaneceu presente, apesar dos esforços empreendidos na tentativa de amenizá-la, através da aliança entre a parte regional e o todo nacional.³¹

Durante inúmeras passagens dos discursos apresentados pelos associados, se percebe um cuidado em conformar a história que aqui se almejava produzir com àquela que o IHGB, desde o Primeiro Reinado, projetava realizar para a concretização do Estado nacional e de um povo imbuído do sentimento nacionalista. Para letrados como Caldre e Fião, parecia

³⁰ Miriam Dolhnikoff, em um texto onde analisa a organização institucional do Império após as reformas liberais da década de 1830 e a maneira com a qual as províncias – em especial, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco - se inserem e funcionam com base em tais mudanças, assinala que, no processo de unificação e construção do Estado nacional, o papel das elites regionais não deve ser menosprezado em relação àquelas das elites articuladas em torno do governo central. Para a autora, a unidade do Império foi possível “graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação”. Segundo ela, ao contrário do que apontam autores como Ilmar Mattos e José Murilo de Carvalho, as elites regionais construíram-se também em elites políticas de destacada atuação no contexto, para as quais o desejo de autonomia regional “não era sinônimo de uma suposta miopia localista e estava acoplado a um projeto político que acomodava as reivindicações regionais em um arranjo nacional”. DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado nacional”. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí: Fapesp, 2003, p. 432.

³¹ Para Dolhnikoff, “o federalismo foi a solução encontrada para permitir a unidade de todo o território luso-americano sob a hegemonia de um único Estado, cuja condição era o apoio e a cooptação dos diversos e dispersos grupos dominantes regionais. Regionalizava-se assim o jogo político, em um arranjo que impunha à elite dirigente central a acomodação com os grupos provinciais. Elite dirigente que, também ela, não esquecia de suas origens regionais”. De acordo com Álvaro Klafke, comentando a tese da autora, “a questão, contudo, me parece que reside em precisar em que grau era exercida a ‘autonomia’, na medida em que, no fundamental, as articulações se davam em torno do governo monárquico. Se a centralização se impunha, para as elites, como necessidade derivada de um contexto social e econômico específico, a discussão sobre a liderança da condução política perde um pouco de sua força, pois era aquela imposição que fazia a ação liberal ser tão parecida com a conservadora. (...) Assim, a questão sobre quem cedia a quem, se as províncias cediam parte de sua autonomia em favor do governo central ou se este abria mão de suas prerrogativas concedendo àquelas uma razoável independência fica diminuída quando se percebe a conciliação fundamental. Só que este concerto das elites imperiais nem sempre foi muito afinado, necessitando, por vezes, a atuação forte do governo central”. KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História), pp. 149-150; DOLHNIKOFF, Miriam. op.cit., p. 468.

necessário reforçar em cada oportunidade, através de suas inflamadas alocações, a postura determinada do IHGPSP de seguir em frente na luta para manter vivo o projeto de divulgação de sua história. Sentia-se ele, como suas metáforas deixam transparecer, um obreiro que, junto a companheiros de batalha, preparava o terreno e plantava sementes para “brotar as flores das intelligencias futuras”.³² Perante uma nação receosa por recebê-los, as armas de que dispunham esses homens eram suas vozes e suas penas. Pela fala, acreditavam ser possível expressar os princípios sob os quais agiam para levar adiante sua empreitada, como se, pelo discurso, fosse possível firmar o compromisso de que nada tinha a nação a temer com o surgimento da associação literária local. No tropo empregado pelo poeta, surge a imagem do irmão mais jovem pedindo o abraço fraternal do primogênito:

É verdade que a isto o INSTITUTO HISTORICO BRASILEIRO a sua bem entendida conveniência, que é a do paiz abrindo-vos os braços e num laço fraterno preparando a vossa união com a dos seus membros. Não posso noticiar-vos este facto officialmente, é verdade, mas tel-o-heis sabido como eu pelas publicações que a este respeito se fizeram.³³

Sob o manto imperial, fazia-se mister unir, num mesmo esforço, cada parte para formar o todo. Contudo, se precisava também mostrar ao Brasil que, em meio aos interesses de cada uma das partes envolvidas, havia de se apontar corretamente o que era possível reunir para a definição do tipo brasileiro e o que era necessário manter separado, a fim de evitar que o todo se esquecesse de que era, afinal, constituído de diversas partes. Em busca do progresso, a parte regional não poderia abrir mão de “asas para alçar vô”:

Não há perigos na accumulacão das forças intellectuaes de um povo *como há nas administrativas de uma grande e vasta nação*: aquellas como as da matéria imponderável tendem a expandir-se enquanto que estas como as da ponderável tendem para um centro de gravitaçãõ que único recebe o influxo dellas. Centralisar as forças intellectuaes é apenas dar-lhes um foco que irradie por toda a parte e crear – um ponto luminoso que esclareça tudo na razão de sua intensidade. Quando mesmo alguns espiritos timidos vissem na nossa união com o Instituto Historico Brasileiro alguma idea perniciososa de centralisaçãõ, basta a consideraçãõ que levamos escripta para assegural-os,

³² *Revista do IHGPSP*, Anno II, n. I, março de 1861. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 101, p. 67.

³³ *Idem*, *ibidem*.

nem somos dos que sobre isto devêssemos dessimular coisa alguma.³⁴

A união para a inventividade do tipo brasileiro era, pois, um imperativo que deveria ser observado pelos missionários das letras. Todavia, em toda relação de compromisso, o voto de confiança se fazia necessário e esses missionários letrados não se furtavam em pedir ao país que concedesse, enfim, os meios indispensáveis para seu engrandecimento em face da nação. Era fundamental à Província de São Pedro civilizar-se, acompanhando o movimento nacional de progresso econômico e industrial. Em uma palavra, era necessário conceder a esse Rio Grande a tão acalentada *autonomia*.

Acalentada e, tudo leva a crer, perigosa, pelo menos na visão do Estado Imperial. O país estava pacificado desde 1850 e havia-se passado já 15 anos do término da Guerra Civil Farroupilha quando apareceu na província sulina o Instituto rio-grandense, se propondo a ser uma filial do IHGB. Baseado nos próprios estatutos da organização nacional, que falavam, como se observou anteriormente, na necessidade de constituição de ramificações nas províncias, o IHGPSP encontrou certas dificuldades em receber seu reconhecimento por parte do IHGB. Isso porque, para o IHGB, essa extensão de representações nas províncias significava a necessidade de rever seus próprios estatutos, que não previam nenhum critério para o estabelecimento de filiais regionais ao órgão. Assim, antes de 1860, ou seja, antes de ter que responder com soluções concretas ao pedido de filiação de uma sociedade já constituída, não havia sido gerada, dentro da associação nacional, nenhuma mobilidade em relação à questão.

Foi necessário aos associados do IHGB pensar em uma forma de lidar com essa inquietante demanda: uma das províncias do Império – e justamente aquela que desafiou a soberania nacional, dele se separando e constituindo uma república por quase uma década – finalmente tomara a iniciativa de criar uma instituição congênere à sua.

O caso contou com a dedicada atuação de Pereira Coruja, peça fundamental para que a associação regional obtivesse o reconhecimento desejado e se tornasse a primeira filiada do IHGB em solo brasileiro. Justamente ele, que fora prisioneiro político, em 1836, após ter sido preso por sua ligação com os farroupilhas, estava agora imbuído em ajudar uma associação regional que tencionava escrever a história da província, história essa que tinha estado, até então, a cargo do IHGB.³⁵

³⁴ Idem, p. 68. Grifos meus.

³⁵ Coruja fora eleito deputado à Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul em 1835. Todavia, sua atitude

Através das atas das reuniões e dos relatórios do IHGB no ano de 1860, é possível acompanhar o demorado caminho percorrido desde o pedido de filiação até o aceite do IHGB.

No relatório anual do segundo secretário, o sócio Caetano Alves de Souza Filgueiras, consta que o IHGB “aceitou a filiação que lhe propuzera o Instituto Historico do Rio Grande do Sul” e que “apenas foi recebida a proposta a que me refiro, foi ella remettida á commissão de estatutos”.³⁶ Segundo o secretário,

O Sr. Conselheiro Pedreira, digno relator dessa commissão [de estatutos], alcançando as immensas vantagens que resultam dessa filiação para ambos os Institutos, e sobretudo para as letras patrias, traçou um bem elaborado e definido parecer, no qual promove com eloquentes razões o laço filial das duas associações; a aprovação unânime do Instituto virá depois coroar o prudente conselho do nosso illustre consocio.³⁷

Contudo, o processo não foi tão tranqüilo. Houve uma substancial demora na apreciação do pedido pela Comissão de Estatutos, o que fez com que Pereira Coruja, na qualidade de sócio correspondente do IHGPSP, intercedesse junto aos seus consócios do IHGB para buscar uma solução à questão da filiação, como consta no requerimento por ele lido na sessão de 14 de setembro de 1860. Desde a 8ª sessão, realizada em 17 de agosto de 1860, o IHGB estava ciente, por ofício, da criação do IHGPSP e da solicitação de filiação. A ata assim registra:

Idem [Um ofício], do Sr. Presidente do Instituto do Rio Grande do Sul, communicando ao Instituto a fundação daquella sociedade, pedindo-lhe sua

política de apoiar a oposição farroupilha lhe custaria caro. Segundo Laytano, ele foi preso e mandado para o Rio de Janeiro, recebendo anistia em 2 de julho de 1839, com a condição de não mais voltar à província sulina. Assim, tornou-se professor na capital imperial e passou a escrever obras didáticas, obtendo sucesso. No mesmo ano de 1839, se tornou sócio do IHGB. Aquiles Porto Alegre, porém, afirma que Coruja, embora tenha sido preso, não foi ao Rio de Janeiro de maneira forçada, mas sim “por conselho de amigos”. LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1979, pp. 89-90; PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1980, p. 41.

³⁶ FILGUEIRAS, Caetano Alves de Sousa. “Relatório do Segundo Secretario o Sr. Dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras”. *Revista do IHGB*, Tomo XXIII, 1860, pp. 682-683.

³⁷ Idem, p. 683.

filiação, e remessas de nossas Revistas, e remetendo três exemplares de seus estatutos.³⁸

Em maio de 1861, na primeira sessão de reuniões daquele ano, consta novo pedido do IHGPSP. Na sessão seguinte, ocorrida em 31 de maio de 1861, Pereira Coruja oferecia ao IHGB o primeiro e o segundo números da *Revista Trimensal do IHGPSP* e, finalmente, na terceira sessão, em junho de 1861, quase um ano após o primeiro requerimento, o IHGB, através de sua Comissão de Estatutos, aprovou os novos regulamentos sobre as sociedades filiais e concedeu filiação ao IHGPSP por unanimidade, considerando, conforme o artigo 2º do capítulo 1º de seus estatutos (aquele que apontava justamente para a necessidade de ramificação do IHGB nas províncias) que haveria vantagens na filiação.³⁹ Assim, a partir de 1861, finalmente, os assuntos relativos a pedidos de filiação passaram a ser regulados pelo Instituto nacional.

Uma interrogação, porém, permanece: por que razão o IHGB demorou tanto para apreciar o pedido do Instituto rio-grandense? A hipótese de que era necessária uma comprovação de seis meses de atividades dessas filiais não pode ser considerada, visto que essa regra somente seria aprovada em junho de 1861 e publicada em novembro daquele ano, conforme consta no decreto anteriormente citado. Além disso, se fosse essa a provável explicação, no mínimo, faria ela parte das atas como resposta às insistentes solicitações de Pereira Coruja, o que de fato não ocorreu.

Portanto, o assunto merece um exame mais com atento. Para isso, torna-se de extrema

³⁸ “Actas das sessões de 1860”. *Revista do IHGB*, Tomo XXIII, p. 637.

³⁹ Os novos estatutos do IHGB, com o regulamento sobre as filiais, seriam publicados na *Revista* somente no tomo XXV, de 1862. Porém, através do decreto nº 2482, de 2 de novembro de 1861, se aprovaram os novos artigos sobre as sociedades filiais, que dizem assim: “Art. 1º: O Instituto Historico e Geographico Brasileiro poderá reconhecer como filiaes as sociedades que se fundarem ou já existirem no Imperio com fim identico ao seu, que assim o desejarem, uma vez que ellas tenham mais de 6 mezes de existência regular, e estatutos já aprovados pelo governo. Art. 2º: A sociedade que estando nas circumstancias do artigo antecedente pretenda filiar-se deverá enviar ao Instituto com o officio em que declarar sua intenção exemplar de seus estatutos e regulamentos acompanhado da relação dos sócios, que a compozerem, e dos membros de sua directoria, mesa ou conselho administrativo. 3º: Desde que for admittida como filial ficará obrigada: 1º. A remetter ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro em cada semestre uma noticia circunstanciada de todos os documentos que publicar ou archivar que forem concernentes aos fins do mesmo Instituto. 2º. A facilitar a copia, ou o extracto de qualquer dos dictos documentos que o Instituto julgar conveniente. 3º. A enviar um exemplar de qualquer revista, periódico, ou documento que mandar imprimir. 4º. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro, por sua parte, além de transmittir gratuitamente a taes sociedades um exemplar de sua Revista Trimensal, e de qualquer manuscripto ou obra que fizer imprimir, compromette-se a prestar-lhe todo o auxilio, que depender d’elle, para melhor desempenho dos fins de sua criação. 5º. Os presidentes das sociedades filiaes do instituto terão assento entre os membros d’elle”. “Disposições aprovadas pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro para fazerem parte de seus estatutos”. *Revista do IHGB*, Tomo XXIV, 1861, pp. 865-867.

relevância destacar o papel que o IHGB teve na publicação de estudos sobre as diferentes regiões do Império. O periódico nacional, desde os primórdios de sua atuação, debruçou-se sobre a divulgação de informações sobre a história e geografia de suas províncias, com especial destaque à história rio-grandense. Em um exame preliminar realizado na *Revista do IHGB*, identifiquei que há ali um grande número de páginas dedicadas ao Rio Grande do Sul, sendo ele a segunda província com mais artigos a seu respeito ali publicados (enumero 51 referências sobre o Rio Grande divulgadas no periódico nacional, atrás somente do Rio de Janeiro, província sede do governo central, que registra 68 estudos publicados nos 52 tomos da *Revista* editados entre 1839 e 1889).⁴⁰ Tal fato merece ser levado em consideração, pois, para uma entidade com propósitos centralizadores tão claros quanto tinha o IHGB abrir mão, ou no mínimo, dividir esse papel de divulgador da história sulina com um estabelecimento análogo, poderia parecer ameaçador.

Apesar de extrapolar os propósitos desta pesquisa, acredito ser necessário explorar a vasta documentação sobre o Rio Grande do Sul que recebeu publicidade na *Revista* nacional, pois ela aponta para outra questão também em aberto e que merece ser investigada: a de que parece ter sido necessário ao Império incorporar e manter sob controle a estratégica região do Rio Grande, marcando, através da autoridade da história, seu pertencimento à nação, de forma a evitar que sentimentos separatistas pudessem eclodir na província, territorialmente tão próxima à temível região do Prata, até porque, em um passado não muito distante, o Rio Grande efetivamente colocou em risco a unidade nacional.⁴¹ A descoberta da presença dessa

⁴⁰ Utilizo o termo genérico “referências” para indicar diversos tipos de materiais concernentes a cada província do Império contidos na *Revista do IHGB*. Como embasamento para empreender essa contagem, me apoiarei em alguns autores que escreveram sobre os artigos publicados no periódico nacional. Assim, minhas principais referências foram os critérios para classificação dos textos publicados na *Revista do IHGB* oferecidos por Lúcia Guimarães em sua tese, bem como um documento publicado na própria *Revista do IHGB*, em 1888, e que visava a catalogar todos os artigos presentes na publicação a respeito de cada uma das províncias e ao Brasil em geral, formando um índice genérico sobre a *Revista do IHGB*. Tal índice, embora apresente algumas falhas, foi importante no sentido de permitir-me ter um parâmetro de comparação para realizar minha própria contagem. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set. 1995, pp. 509-511; SOUZA, Augusto Fausto de. “Índice dos artigos contidos nos 50 Tomos da Revista Trimestral do Instituto Histórico”. In: *Revista do IHGB*, Tomo LI, 1888, pp. 379-404. Sobre o assunto ver, ainda, PILLAR, Thanira Chayb de. *Níveis Tintas: índice classificado de assuntos e índice remissivo de colaboradores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1839-1864*. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Dissertação (Mestrado em Letras).

⁴¹ Cesar Guazzelli afirma que o continente de São Pedro pertenceu, simultaneamente, ao espaço brasileiro e ao platino. O período de cisma decorrente da guerra civil farroupilha é, nesse sentido, privilegiado para uma abordagem dessa questão. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “A província de São Pedro e o Paraguai na conjuntura da formação dos estados nacionais”. In: *Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Academia Paraguaya de la Historia, 2001, pp. 155-189.

grande massa documental faz com que se considere o IHGB como o local escolhido, pelo governo central, para registrar sua versão da história rio-grandense. Por conseguinte, acredito que, ao lado da *Revista do IHGPSP*, a *Revista do IHGB* deve ser tomada como um espaço por excelência da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX.

1.2. A Revista Trimensal

A *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro (Revista do IHGPSP)* é composta de seis fascículos, escritos entre os anos de 1860 e 1863, em Porto Alegre.⁴² Concebida para ser uma publicação trimensal, a revista foi reeditada a partir de 1945, pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Revista do IHGRS)*⁴³, com base nas cópias integrais da velha *Revista do IHGPSP*, oferecidas ao Instituto pelo então diretor do Museu Julio de Castilhos, Emílio Kemp.⁴⁴ A publicação de 1945 ilustra, em fac-símile, a página de rosto do primeiro número da velha publicação e os retratos dos três maiores incentivadores da *Revista do IHGPSP*: Conde de Porto Alegre, seu primeiro presidente; Caldre e Fião, primeiro orador e Dr. Ubatuba, primeiro redator do periódico. Tais retratos foram reproduzidos a partir da *Revista do Parthenon Litterario*. No seu primeiro ano de funcionamento, bem como no primeiro número do segundo ano, os fascículos foram editados na *Typographia do Conciliador*.⁴⁵ A partir do segundo número de 1861, entretanto, a

⁴² A *Revista* era publicada em forma de folheto, com dimensões de 14,5 x 20,5 cm, onde deveriam contar pelo menos 12 folhas de impressão. No primeiro ano, porém, a tipografia encarregada de imprimir a *Revista*, provavelmente por uma questão de custos, o fazia em folhetos contendo 6 folhas de impressão (48 páginas). O Instituto deveria, pelo contrato celebrado, fornecer o papel para a impressão e para a capa, além de mandar brochar cada folheto. DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987, p. 55.

⁴³ Na edição de número 100 da *Revista do IHGRS*, foram publicados os números 1 e 2 da *Revista do IHGPSP*, referentes ao ano de 1860. Na edição de número 101, seguiu-se a publicação, com a reprodução dos números 1 e 2 do segundo ano de funcionamento da *Revista*, em 1861. Na edição seguinte, de n. 102, consta a reedição do terceiro volume do terceiro ano da *Revista do IHGPSP*, saído em 1862. No ano de 1948, quando saía o número 109 da *Revista do IHGRS*, publicava-se o segundo número referente ao ano de 1862. Na ocasião, os membros do IHGRS acreditavam que se completava a publicação de todos os números da *Revista* do velho Instituto provincial. Porém, anos depois, Abeillard Barreto localizou na Biblioteca do IHGB outro número da *Revista do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro*, correspondente ao n. 1, volume IV, do quarto ano do IHGPSP, 1863, e o IHGRS reproduziu esse último volume em 1982, no número 123 de seu periódico, completando a republicação fac-símile da *Revista do Instituto Historico regional oitocentista*.

⁴⁴ Nessa apresentação da reedição, o sócio do IHGRS, Walter Spalding, caracterizava os trabalhos contidos na *Revista do IHGPSP* como "trabalhos de pouco valor e anotações desprovidas de qualquer interesse atualmente", o que não desvalorizava, como ele mesmo aponta, a reedição, pois a via como uma fonte a servir às pesquisas dos estudiosos da historiografia rio-grandense, além de ser importante para a própria *Revista do IHGRS*, que teria em seus arquivos a velha "colega". SPALDING, Walter. "A 'Revista' do velho Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Reedição)". In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 169.

⁴⁵ De acordo com Dillenburg, *O Conciliador*, que tinha como redator o médico Caldre e Fião, era um órgão

tipografia do jornal *Correio do Sul* seria a responsável pela editoração dos demais números da *Revista do IHGPSP*.⁴⁶

Em 1945, o sócio do IHGRS, Walter Spalding informava que a publicação da reedição tinha por objetivo fazer uma homenagem às figuras daqueles três homens que se salientaram nas letras e na política rio-grandense no século XIX. A homenagem, ocorrida por ocasião da comemoração do centésimo número e dos 25 anos da *Revista do IHGRS*, era estendida, conforme ele, a todos aqueles que fizeram parte, enquanto sócios, da empresa oitocentista. Para Spalding, a mesma batalha que se travara no passado novamente se dava no presente: "a divulgação de nossa história, - a história de nosso pago, - e a da cultura e nosso povo, incentivando nêle o amor ao que é nosso, rio-grandense e, por isso, profundamente brasileiro".⁴⁷ A declaração de Spalding, mais de oitenta anos depois do ocaso da efêmera *Revista do IHGPSP*, ainda era marcada pelas mesmas intenções dos historiadores rio-grandenses do século XIX: fazer conhecer à nação brasileira a história do Rio Grande, não perdendo de vista, no entanto, que escrever a história sulina era inseri-la na história maior da pátria brasileira, ou seja, ligar a história local à história nacional, assinalando o sentimento de

político e de variedades, surgido na capital, em 1858. Pertencia a Cândido Augusto de Mello, caracterizado pelo autor como um andarilho, um impressor sem residência fixa e que fundava jornais para logo em seguida abandoná-los. Em 1858, Mello, vindo de Rio Grande, fundou na capital sua tipografia. Dillenburg informa que o escritório, bem como a tipografia d'*O Conciliador* ficavam no Beco do Fanha, número 44. Segundo o autor, Mello fazia jornais muito bem impressos e de composição elegante. Todavia, *O Conciliador* não teve vida longa, pois em 1859, fora a tipografia vendida para uma firma pelotense. Tal informação, contudo, leva a um impasse: se a firma fora vendida no ano de 1859, como informa o autor, como explicar que em 1860 fora nessa mesma firma que o folheto do IHGPSP foi impresso? Talvez uma explicação possível seja a de que os três primeiros números não tenham sido impressos em Porto Alegre, já que era hábito, na página de rosto das publicações, o fornecimento do endereço da tipografia onde eram impressos. No que concerne à folha de rosto dos números onde a impressão ficara a cargo da tipografia d'*O Conciliador*, entretanto, não há qualquer referência ao endereço da mesma, constando somente o nome da tipografia, diferentemente dos demais números da *Revista*, onde aparece, na capa, tanto o nome quanto o endereço do estabelecimento impressor. A partir de 1861, passou a imprimir o periódico a *Typografia do Correio do Sul* de quem constam nome e endereço: Becco da Ópera, n. 21. DILLENBURG, Sérgio Roberto. op. cit., p. 24.

⁴⁶ Lembro aqui que o *Correio do Sul*, de propriedade de Felipe Nery, era o órgão de divulgação do Partido Liberal Progressista. No início, ele não tinha uma tipografia própria, sendo impresso, de acordo com Dillenburg, na *Typografia do Jornal do Commercio*. Essa informação, todavia, parece equivocada (pelo menos para o período inicial de circulação do periódico), já que é o próprio autor que afirma ter o *Jornal do Commercio* surgido na capital somente em 1865. Uma hipótese seria a de que houve outra tipografia responsável pela impressão do jornal até 1865, desconhecendo o referido autor seu nome e procedência. Embora as informações sejam desconstruídas (alguns autores, conforme Lourival Vianna, informam, por exemplo, que o jornal *Correio do Sul* surgiu em 1853 e mesmo em 1855 e não em 1852, como apontam Dillenburg e ele próprio), é certo que em 1862, já possuía sua própria tipografia, pois fora ali que a *Revista do IHGPSP* seria impressa até sua extinção, em 1863. DILLENBURG, Sérgio Roberto. Op.cit., pp. 47-59; VIANNA, Lourival. *Imprensa Gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu Social de Comunicações Hipólito José da Costa, 1977, p. 49.

⁴⁷ SPALDING, Walter. op. cit., p. 169.

pertencimento do Rio Grande ao Brasil-nação e destacando de que forma o Rio Grande do Sul se inseria como heróico representante e membro formador da história nacional brasileira.

Todas essas intenções que tinha a associação oitocentista, bem como a apresentação dos princípios sob os quais ela acabou se posicionando como instituição literária oficial da província, foram cuidadosamente alistados e explicados nas páginas do periódico. Naquilo que chamo, genericamente, de apresentação editorial da revista, e que compõe boa parte do primeiro número da publicação, são arroladas as metas, os conjuntos de membros e as comissões escolhidas para compor o quadro social da instituição.⁴⁸ É, portanto, nesse texto introdutório da *Revista do IHGPSP*, aqui freqüentemente mencionado e citado, que estavam a maioria das características que permeariam as atividades do grupo pelos próximos quatro anos de trabalho.⁴⁹

Por fontes históricas, parece claro que o IHGPSP trabalhava com a noção de que estes seriam documentos escritos acerca da história do Rio Grande e que poderiam servir como base para se narrar e conhecer a história provincial. A etnografia, a etnologia, a estatística e a geografia física seriam importantes auxiliares para se entender a história rio-grandense e escrever a da nação, bem como a geografia política, que seria a ciência incumbida de estudar e entender a atualidade.⁵⁰ Todas essas ciências ganharam espaço nos estudos realizados pelo Instituto, principalmente a geografia e estatística. Desse modo, a apresentação editorial da

⁴⁸ Gérard Genette já diria que as entradas (*seuils*, no original francês) que os textos literários nos proporcionam têm a peculiaridade de conterem "tudo em si", ou seja, por elas o(s) autor(es) de um texto dão a conhecer seu objeto, suas intenções. Assim, os prefácios, as apresentações ou as introduções, seja qual nome se escolha para denominar as entradas ou paratextos que compõem os textos literários, nos permitem ler pelas entrelinhas a carta de apresentação dos autores, de maneira que, através delas, conheçamos as intenções mais relevantes que a leitura de uma obra nos proporcionará. O texto introdutório da *Revista do IHGPSP* é pleno desses elementos. GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

⁴⁹ Para Genette, as obras literárias, ao menos desde a invenção do texto moderno, não se apresentam jamais como textos nus: elas têm em torno de si uma aparelhagem que as completam e as protegem impondo nisso um modo de emprego e uma interpretação conforme o desenho do autor. Essa aparelhagem, muitas vezes excessivamente visível para ser percebida, pode agir sem que seu destinatário saiba. E, entretanto, esses paratextos são freqüentemente consideráveis para a economia do texto. É assim que Genette se indaga: como nós leríamos o *Ulisses* de Joyce se ele não se intitulasse *Ulisses*? Dessa forma, seu estudo paratextual é uma incitação para que se leve em conta mais de perto aquilo que rege nossas leituras por baixo de nossas mãos: o *paratexto*. Idem, *ibidem*.

⁵⁰ Bann afirma que uma investigação das relações da história com uma de suas irmãs, a medicina (as outras duas irmãs eram a teologia e o direito), ajuda-nos a apreciar o relacionamento da história profissionalizada com o meio político. O autor destaca que, assim como a medicina, a história também tinha suas ciências auxiliares. Por meio delas, o historiador estaria como que diagnosticando a doença do corpo político. E como a medicina, que almejava assimilar suas ciências auxiliares, a história tencionava compelir, a seu serviço, as demais "ciências sociais" em proliferação no século XIX. BANN, Stephen. "A história e suas irmãs: direito, medicina e teologia". In: *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 32.

Revista do IHGPSP, em seu primeiro número, fez questão de explicitar, uma a uma, todas as causas que tornaram imprescindíveis esses conhecimentos.⁵¹ A etnografia, ciência em ascensão no período, estava presente na publicação porque, segundo os sócios, “foi sentida”, pela agremiação, uma necessidade de contar às futuras gerações do Rio Grande a história dos povos sem escrita que, segundo se desejava mostrar, teriam dado origem ao cidadão nacional. Baseada nessa suposta “necessidade”, a *Revista do IHGPSP* se preocuparia, também, em divulgar estudos etnográficos, de forma a evitar que as gerações do porvir reclamassem ou fossem privadas de ter um conhecimento etnográfico mais apurado:

Alem da historia da guerra, o espirito do homem teve o nascimento, devia remontar-se aos tempos de antes da conquista, e a considerar essas raças de homens numerosos, que viveram em sociedades mais ou menos bem organisadas, que habitaram nossas devesas, que foram déllas lançados ou néllas escravizados pela cobiça do conquistador. A Ethnographia, o conhecimento das linguas que vão se perdendo, que vão escapando ao dominio dos philologos e lexicographos, era um objeto de estudo bem digno e que nos reclamão nossos sucessores.⁵²

Mais que um estudo a ser reclamado pela posteridade, o uso da etnografia pelo IHGPSP tinha inspiração no programa de história adotado pelo seu modelo maior, o IHGB, que, durante todo o período monárquico, concentrou o debate em torno do saber etnográfico no país.⁵³

⁵¹ Nesse primeiro número, a *Revista do Instituto* local já demonstrava de forma prática sua intenção de se ligar ao Governo Provincial, de quem desejava ganhar verbas e prestígio em troca de divulgação. O primeiro documento escolhido para ser apresentado no periódico foi um relatório intitulado “Governo da Província”, pelo Tenente-coronel José dos Santos Viegas, onde estão listados os nomes de todos os cidadãos que estiveram à frente do governo do Rio Grande, desde 1737, quando era então uma comandância. A lista, bastante completa, arrola todos os nomes dos 28 presidentes e vice-presidentes da Província de São Pedro e finda justamente no nome do 28º encarregado, o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, sócio do IHGPSP. *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, pp. 181-189.

⁵² *Idem*, p. 172.

⁵³ Em um estudo onde objetiva analisar como o saber etnográfico foi construído dentro do IHGB e qual a relação que esse saber manteve com o discurso histórico em formação no Brasil Imperial, Rodrigo Turin salienta que havia algumas questões a nortear os trabalhos do IHGB sobre a etnografia: a possibilidade ou não da catequização dos índios; qual o melhor método para levar a cabo essa catequização e, ainda, o debate em torno da hipótese de serem ou não os índios formas decaídas ou mesmo degeneradas de civilizações anteriores. TURIN, Rodrigo. “A ‘Obscura História’ Indígena. O Discurso Etnográfico no IHGB (1840-1870)”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 86-113.

A estatística, cujos estudos ocupariam bastantes páginas da *Revista*, era tida como um importante auxiliar da história no entendimento da vida econômica e, até mesmo, política do povo rio-grandense.⁵⁴ Já a geografia, essa servia, como afirma Temístocles Cezar, para reafirmar a idéia de unificação do império. Segundo o autor, apesar de ser, como no caso da história, um campo disciplinar em formação no século XIX, "a geografia desempenha um papel simultaneamente científico e político".⁵⁵ Sobre a geografia, O IHGPSP assim escrevia:

E como conhecer a historia quando não se conhece o terreno sobre que se passara, os factos, cousa que modifica sobremodo a apreciação e conhecimento délles? Dir-nos-hão, é verdade, que a geographia physica será sempre, se não a mesma ao menos bem proxima; mas consinta-nos que façamos um reparo que não escapa á perspicacia de muitos, e é que os climas se modificam pelas mudanças que o tempo ou as mãos do homem operam sobre o solo, e profundamente alteram os pontos de vista, as posições estrategicas, ou a amenidade de uma comarca. A necessidade da geographia politica não pode ser posta em duvida, e menos ainda a necessidade de seu exame na actualidade, bem como do que era em algumas epocas passadas.⁵⁶

Como no caso do IHGB, o Instituto regional concedeu ao saber geográfico uma importância considerável, embora o objetivo principal sempre tenha sido a divulgação da história, ficando a geografia caracterizada como sendo, à semelhança dos estudos de etnografia, da etnologia e da estatística, um conhecimento acessório da história. Para Cezar, a geografia “era uma contribuição, não um domínio autônomo” no processo de constituição da identidade nacional brasileira.⁵⁷

Com base nesses preceitos acerca da necessidade do conhecimento geográfico sobre o território é que a *Revista do IHGPSP* conferiu amplo espaço para a divulgação de relatórios de exploradores de rios, serras e sertões e para a publicação de documentação sobre aldeias,

⁵⁴ “A estatística, que é o thermometro da vida econômica de um povo, que é a única sciencia que com precisão pode nos dar os dados para comparar a população, a riqueza, os progressos das diversas industrias, que era feito della? Alguns ensaios apenas feitos não podiam satisfazer o espírito publico e depois era sabido que muitos manuscriptos e trabalhos de repartição (...) forão despedaçados pela mão do descuido e atirados ao pó. (...) Será um grande serviço procurar nos arquivos publicos e dar-lhe forma precisa para fazer parte do importante corpo da historia”. *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 172.

⁵⁵ CEZAR, Temístocles. "A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista". In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.1, pp. 79-99, jan./jun. 2005.

⁵⁶ *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 172.

⁵⁷ CEZAR, Temístocles. "A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império...". op. cit., p. 82.

povoados, vilas e cidades.⁵⁸ No segundo número do periódico local, há cópias de atas de instalação de cidades e vilas na Província de São Pedro, como, por exemplo, os termos de declaração de elevação das vilas de Rio Pardo e Cachoeira à categoria de cidades, em 1846 e 1860, respectivamente. Também consta uma documentação comprovando a instalação de câmaras municipais em Caçapava (1834) e São Leopoldo (1846). A importância da publicação de tais documentos é imensa dentro do projeto a que se propunha a instituição local: eram as provas necessárias tanto da legitimação e, por conseguinte, da consolidação do território rio-grandense como integrante do brasileiro, quanto da solidificação do próprio território regional da Província de São Pedro, tantas vezes ameaçado pelas guerras de fronteira. Nesse sentido, se pode fazer uma aproximação dos usos que tiveram esses dados na *Revista do IHGPSP* e como eles foram ali arranjados com o que Demétrio Magnoli diz acerca da importância que tiveram os documentos cartográficos na constituição política do território brasileiro. Segundo ele,

Durante toda a segunda metade do século XVIII, enquanto a frente de apropriação se materializava na acelerada criação de povoações e nas concessões de forais e vilas, avançava a cartografia e os levantamentos econômicos das capitânicas ocidentais. (...) Os documentos cartográficos funcionavam como instrumento de empreendimento de apropriação política dos territórios coloniais.⁵⁹

Assim, da mesma forma que a cartografia servia para legitimar o território político do Brasil, colaborando para o projeto de construção da unidade espacial do país, a documentação coligida, armazenada e publicada no periódico local servia como prova de autenticidade do território rio-grandense numa região constantemente ameaçada pela confrontação militar com os espanhóis. Abertura de novos caminhos, valorização econômica da terra, relatos de

⁵⁸ Paula Soares, em discurso relativo à comemoração do primeiro ano de funcionamento do IHGPSP, assim se manifestava sobre a importância e conveniência dos trabalhos geográficos da casa: “Compartilhando eu a opinião daquelles que pensão que o exacto conhecimento da geographia physica de um paiz é de absoluta necessidade para a *vera apreciação de sua historia*, e sabendo quanto são imperfeitos nossos mappas topographicos, nos quaes, alem de innumeradas lacunas se notão algumas incorreições, enderecei aos Srs. commissarios uma circular pedindo-lhes informações sobre a nascente e direcções dos rios da Provincia, ramificações das differentes montanhas, e todas as particularidades topographicas de seus municípios. (...) Com a aquisição de taes dados *teremos feito um grande serviço á Provincia, pois com elles fácil nos será rectificar as duvidas que existem sobre muitos pontos de sua topographia, e legaremos a nossos vindouros mui importantes esclarecimentos que podem servir para a confecção de um mappa mais exacto*”. *Revista Trimensal do IHGPSP*, Anno II, n. I, vol. II, 1861. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 101, pp. 57-58. Grifos meus.

⁵⁹ MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca de seu território”. In: JANCSÓ, István (org.). op.cit., pp. 292-293.

elevação à condição de vila para antigas povoações ou freguesias e publicação de documentos oficiais que atestem tais empresas são, durante todo esse período, estratégias utilizadas para marcar a apropriação territorial. Nesse sentido, Magnoli lembra que o programa de unidade territorial nacional implicava a subordinação das oligarquias locais ao centralismo político.⁶⁰

É neste volume, também, que temos a primeira parte de um total de cinco publicadas dos “Ensaio Estatísticos de São Pedro do Rio Grande do Sul”, de autoria do antigo conselheiro provincial Antônio Manoel Corrêa Câmara.⁶¹ Os ensaios, escritos em 1849, foram publicados na *Revista do IHGPSP* a partir do manuscrito original de Corrêa Câmara, oferecidos ao Instituto pelo capitão José Antonio Corrêa Câmara, embora já tivessem ganhado publicação anterior na imprensa local.⁶² A importância da divulgação da obra de Câmara, que não chegou a se concluir nas páginas da *Revista do IHGPSP* pelo seu desaparecimento imprevisto, foi diversas vezes reiterada pelo Instituto, sendo já considerada rara em 1860.⁶³ Em 1861, quando a criação de uma comissão de estatística no Instituto era sentida como urgente pelo secretário Paula Soares, o trabalho de Corrêa Câmara, que ele considerava,

⁶⁰ Idem, p. 295.

⁶¹ Antônio Manoel Corrêa Câmara (1783-1848) era um ilustrado e foi, em sua época, um dos únicos rio-grandenses a cursar Direito em Coimbra. A Universidade de Coimbra era o reduto dos abastados que formavam a elite “intelectual” brasileira, pois a América Portuguesa, ao contrário da Espanhola, não possuía universidades próprias. Em 1820, Câmara, que era amigo de José Bonifácio, fora mandado pela província à futura capital imperial. Lá, o letrado escreveu *Correspondência Turca*, obra que alcançou grande sucesso entre os fluminenses. Aderiu à causa da Independência e recebeu de Bonifácio várias incumbências nos campos militar e da diplomacia, tendo viajado por diversos países da Europa e Américas. Em missão diplomática, esteve nos países platinos, dentre os quais o Paraguai. Durante a Revolução Farroupilha, Corrêa Câmara se identificaria com a causa farrapa, tornando-se embaixador farroupilha no Paraguai. Homem culto, Corrêa Câmara falava várias línguas e conhecia poesia clássica. Foi ele o responsável pela organização de uma Repartição de Estatística na Província de São Pedro, a pedido de Caxias, no ano de 1845. A partir desse trabalho é que Câmara deixaria seus *Ensaio Estatísticos*. Foi autor, além das obras acima mencionadas, de poesias, e de dois outros livros: *Resposta do Pontífice aos Carbonários* e *Manifesto da Praia Grande*. CESAR, Guilhermino. “Dos precursores ao início da literatura escrita”. In: *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1732-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2006, p. 72.

⁶² Os ensaios estatísticos de Corrêa Câmara foram publicados pela primeira vez em 1851, pelo jornal *O Mercantil*, popular órgão noticioso e comercial, fundado em Porto Alegre no ano de 1849. O periódico teve como redatores João Câncio Gomes, substituído, em 1861, por Félix da Cunha e Eudoro Berlink, que em 1864 assumiu a gerência da casa. DILLENBURG, Sérgio Roberto. op. cit., p. 16.

⁶³ Na sessão comemorativa do aniversário de dois anos do IHGPSP, em 23 de fevereiro de 1862, o primeiro secretário, João Luiz d’Andrade Vasconcellos lembrava as dificuldades no ajuntamento de documentação que pudesse “iluminar sobre a história da província”. Para ele, não fossem os trabalhos de Corrêa Câmara e do Visconde de São Leopoldo, o Rio Grande estaria desprovido de qualquer documentação “digna de fê” sobre sua história e geografia: “(...) teria a lamentar a falta absoluta se não lhe coubesse venerar os nomes dos ilustrados patriotas os conselheiros Antonio Manoel Corrêa da Câmara e o Visconde de S. Leopoldo. Ao aferrado sentimento de estudo e a aplicação desses gênios prodigiosos deve agradecer a província e ao Instituto os mais preciosos documentos de sua historia: delles tem podido enriquecer-se o archivo do Instituto e fornecido-se ás comissões da substancia de seus trabalhos”. *Revista do IHGPSP*, Anno III, n. I, vol. III, 1862. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 102, p. 210.

inclusive, como tendo sido mal aproveitado pela província, foi citado como o modelo a ser seguido nos trabalhos da instituição. Nas palavras de Paula Soares,

Se exceptuarmos a parte que diz respeito a população, que, como é natural, se acha hoje augmentada, e a que trata dos limites da Provincia, os quaes posteriormente não tido alterações; este trabalho, modelo de vasta erudição sobre tudo em sciencias phisicas, é um padrão de glória que tornará o nome de seu autor venerado, se por muitos outros títulos elle não houvesse já merecido o amor e o respeito de seus compatriotas.⁶⁴

Nos ensaios estatísticos, Corrêa Câmara procura louvar a figura heróica do homem rio-grandense. Sua caracterização desse sul-rio-grandense corajoso e belicoso é o retrato mais representativo do tipo de cidadão patriótico que o IHGPSP desejava divulgar. Assim ele descreve o homem sulino:

Sobrio, activo, generoso, e bravo; amigo sincero, e inimigo não despreciavel; firme como um rochedo, e de invencivel constancia na maior adversidade; entusiasta da gloria, e para conseguil-a anhelando os combates; e correndo após o perigo com avidéz insaciavel mas preferindo as mais rudes fadigas de vivissimas operações militares a estação inactiva dos cantonamentos, e a que resultadas nossas guarnições de paz; menos disposto ao serviço do infante, que ao do cavaleiro sem deixar de desempenhar qualquer delles, quando lhe é destinado; dispersando-se algumas vezes; e retirando-se mais por incapacidade do chefe, que por falta de animo, de um campo de batalha; sensível em extremo ao beneficio, e perdoando poucas vezes um ultraje; inclinado ao bello sexo, cuja sociedade cultiva com urbanidade e delicadeza não vulgares, e que se fazem notaveis até nas classes menos bem educadas; soffrendo o frio, a fome, a sede, a calma intensa com resignação, e paciencia admiraveis; geralmente talentoso, e apto para cultivar as sciencias, em que muito teria aproveitado, se de mais tempo as leis e as instituições, que as fomentão, e mais felizes circunstancias tivessem concorrido para ajuda-lo; bom pai, excellent marido, filho respeitoso, o cidadão rio-grandense foi talhado de molde para exercer as virtudes civicas, e guerreiras que o fazem recommendavel; e será indubitavelmente tão bom agricultor, e fabricante como tem sido solícito criador de gado: tudo deve esperar-se finalmente de um povo, que atravessando a cega, mal conduzida guerra civil do seu paiz; que a todo o momento provocado pelo exemplo para o charco immundo da brutalidade, immortalidade, impudor, e desenvoltura da ascorosa imprensa brasileira (aliquanta exceptione concessa) nem assim foi possível degrada-lo e corrompe-lo, conservando-se intacto seu genio cavalheiroso, seus brios,

⁶⁴ SOARES, Paula. “Trabalhos Geographicos”. *Revista do IHGPSP*, Anno II, n. I, vol. II, 1861. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 101, p. 58.

modestia, dignidade e honra.⁶⁵

A nota de rodapé que Câmara fornece a seu leitor nessa passagem do texto é pertinente para traduzir o objetivo de seu discurso. Diz ele:

Certamente, que o matar a rez alheia para comer, abuso frequentemente praticado pelos vagabundos e proletarios da campanha, não é uma virtude, e que o roubo de cavallo, que tanto importa vedar: está longe de parecer-se com uma acção louvavel, e meritoria. Se attendermos porém a que esta licença reprehensivel foi tomada desde o tempo em que uma rez custava apenas na provincia a modica quantia de 640 rs. ; isto é, o valor de seu couro; e tanto assim, que o confessor só o couro mandava restituir ao penitente, que se accusava desse peccado; si considerarmos a indifferença que nessa epocha a maior parte dos proprietarios, se não todos, olhãõ para tal desvio da propria fazenda; ao mesmo passo, que o legislador nada fazia para vedar a continuação e progresso desse esbulho, e que a policia em nossa vastissima campanha, então como agora, carecia em occasião, proxima do roubo, quasi seguro de o commetter sem testemunhas de ista, por temor algum é contido em suas depredações; então seremos levados a attribuir a existencias dos abactores, que infestão o paiz, menos a um vicio inherente á indole e predisposições daquella classe, que á causas que lhe devem ser estranhas, e que o emprego de leis apropriadas, e conveniente direcção dada ao exercicio de braços ociosos, devem fazer cessar.⁶⁶

Depreende-se que Corrêa Câmara era capaz de "desculpar" as faltas cometidas pelos rio-grandenses, mesmo que se tratasse de roubo, porque seu objetivo maior era o de forjar uma figura, a figura do rio-grandense, que mais tarde seria chamado *gaúcho*, como o herói do Rio Grande. E para isso, ele se deparava com certas dificuldades: uma delas era resgatar o que havia de louvável na figura, destruindo a imagem negativa que até então esse habitante do Rio Grande tinha no imaginário do restante do país.⁶⁷ Pode-se dizer que, nesse sentido, Corrêa

⁶⁵ CÂMARA, Antonio Manoel Correa da. "Ensaio statistico da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul". *Revista do IHGSP*, Anno III, n. I, vol. III, 1862. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 102, pp. 215-216.

⁶⁶ Idem, p. 216 (nota 26).

⁶⁷ Carla Renata de Souza Gomes acompanha a mudança de sentido que os termos "rio-grandense" e "gaúcho" sofreram ao longo do século XIX e que marcam, por conseguinte, a formação da figura do gaúcho – e a conversão a um sentido positivo dessa última nomenclatura - como o herói varonil a defender a pátria nacional. GOMES, Carla Renata de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: O Triunfo do Averso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História).

Câmara estava contribuindo, com sua descrição que fornece em relação à figura, para a construção de uma boa imagem do grande homem rio-grandense perante o Estado imperial. Como não era simplesmente possível a ele esquecer a maneira como até então tal figura era caracterizada, seria necessário um trabalho mais profundo, aquele de transformação da figura do homem rio-grandense de homem mau em herói valoroso. Sobre as "exceções" ao retrato do sul-rio-grandense que ele fornecia, assim dizia Corrêa Câmara:

Faltaria, todavia á verdade neste retrato graphico que faço dos Rio-Grandenses, se não admittisse algumas exclusões de que não está isempto nenhum corpo politico organizado. Felizmente pouco vulto fazem essas excepções desagradaveis: ellas representam diminuta fracção social, que tirada por circunstancias aziagas do circulo obscuro donde nunca deverião ter sahido, apresenta-se escoltada de todos os vicios proprios de sua origem, que o desmedido orgulho, o insupportavel pedantismo, a ambição sem limites, a falta de educação do homem recentirado do pó, soem augmentar. Então nenhum aventureiro estrangeiro sem merito algum pessoal é comparavel ao misero que venho de descrever: ele reune em si quanto tem de repugnante, e abjecto qualquer outro lixo ou sentina social. Este desditoso é essencialmente fanfarrão, traidor e covarde; nada lhe custa uma calumnia, seu bisulco dente dilacera sem compaixão, ou remorso a reputação mais illibada; diante de meio algum recua; vil ou criminoso, que seja; para conseguir seus fins abominaveis: é seu Deus o interesse, a garrulice sua linguagem, o crime seu recurso, o impudor, e a audacia excessiva, o escudo ignominioso com que em escandalosa lice se apresenta insultando e assoberbando a sociedade. Elle reduziria se pudesse á escravidão todos os livres indefesos para locupletar-se com o lucro, que dessa venda lhe resultasse; sem cessar de inculcar-se apezar disto tão puro como um anjo, tão inimigo da escravidão como Las Casas!⁶⁸

De acordo com Alexandre Lazzari, a publicação dos ensaios de Corrêa Câmara no periódico do velho Instituto era “uma forma de reavivar tanto a retórica da condição pouco civilizada da província como do ressentimento para com o restante do país”.⁶⁹ Nesse sentido, o conselheiro ainda lamentava o caráter pastoril da sociedade rio-grandense, mas já mencionava as características que fariam parte de sua construção como o herói que o IHGPSP e, posteriormente, o Partenon Literário, levariam adiante.⁷⁰ Eram, ainda, frequentes no

⁶⁸ CÂMARA, Antonio Manoel Corrêa da. “Ensaio statistico da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. op. cit., pp. 215-216.

⁶⁹ LAZZARI, Alexandre. op. cit., p. 60.

⁷⁰ Carla Renata Gomes afirma que as características dadas por Corrêa Câmara para compor a figura do rio-grandense encontravam semelhanças com aquelas fornecidas por Caldre e Fião no romance *A Divina Pastora*, de 1847 e que inaugurava o gênero de romance regionalista no Rio Grande. GOMES, Carla Renata de Souza. op.

periódico as queixas dos rio-grandenses quanto a pouca importância que o Império conferia à província. Lazzari chama atenção especialmente para o trabalho do Dr. Ubatuba e seu esforço em apresentar aos leitores longas séries documentais sobre a constituição do Rio Grande.⁷¹ Em alguns deles, Ubatuba explicava ao leitor que as menções a reclamações de privações sofridas pela região meridional eram realizadas desde o século XVIII e início do século XIX.⁷² É o caso, por exemplo, dos diversos documentos que ele publica no segundo número do segundo volume da *Revista do IHGPSP*, de outubro de 1861. Na página inicial do volume, a edição é aberta com uma observação de Ubatuba. Ele diz o seguinte:

A invasão de Ceballos tendo destruído o único Archivo da Provincia, que poderia ter reunido os documentos para a historia dos primeiros tempos, torna necessário aproveitar bem os que existem, e que dão algumas luzes sobre os successos d'aquellas épocas. Assim é que me parecerão muito valiosos os que agora offereço ao Instituto, e que desejo ver publicados, *não para encher o sacco das queixas, mas para que nossos irmãos do Norte conheção as provanças por que temos passado, os soffrimentos que nos tem torturado desde os primeiros tempos, e possa o patriotismo de seus representantes valer para supprir a desigualdade numérica de nossa representação*, que tão diminuta e enfraquecida pelas dissensões políticas, ou antes interesses de momento não pode conquistar no parlamento aquella influencia que se faz mister, para promover o desenvolvimento d'esta bella parte do Império.⁷³

A fala do liberal progressista só vem a reforçar a postura que seu partido e o IHGPSP apregoavam no início da década de 1860: o Rio Grande de São Pedro era uma vítima do governo imperial centralizador, que não conferia autonomia necessária à província, não lhe possibilitava ter um número significativo de representantes na Câmara dos Deputados e, assim a impedia de defender seus interesses econômicos junto à Corte. Além disso, nutria o Império

cit., p. 205.

⁷¹ O médico Manoel Pereira da Silva Ubatuba fazia parte da comissão de estatutos e redação da *Revista*. Foi, sem dúvida, o maior colaborador da publicação, tendo copiado ou mandado copiar e revisado pessoalmente em arquivos rio-grandenses inúmeros documentos para serem depositados no IHGPSP. Em pesquisa na *Revista do IHGB*, descobri, em uma lista de sócios falecidos publicada em 1877, o nome de Ubatuba como sócio da agremiação nacional (sócio falecido número 259), embora essa informação nunca tenha sido referida na *Revista do IHGPSP*. Mais adiante me deterei sobre sua dedicada atuação na entidade sulina. “Relação dos socios falecidos”. *Revista do IHGB*, Tomo XL, 1877, p. XV.

⁷² LAZZARI, Alexandre. op. cit., p. 60.

⁷³ UBATUBA, Manoel Pereira da Silva. “Observação”. *Revista do IHGPSP*, Anno II, n. II, vol. II, 1861. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 101, p. 87. Grifos meus.

um sentimento de ingratidão para com o povo rio-grandense, pois não reconhecia todo o trabalho que os patrícios sulinos sempre tiveram para assegurar a ordem e defender as fronteiras meridionais do Brasil. Para os Liberais Progressistas, o permanente estado de beligerância prejudicou o desenvolvimento do Rio Grande e era necessário registrar isso no livro da história do país.⁷⁴

À frente do plano de escrita desse “livro”, como se sabe, estava o IHGB. A produção do conhecimento da história da nação era seu encargo principal dentro do grande projeto imperial de construção da unidade Brasil. Por conseguinte, mostrar aos artífices de Estado nacional em formação que o Rio Grande era parte essencial em sua própria constituição enquanto unidade territorial era uma missão a que se delegava esse singular congêner regional sulino. Através da história, esses homens de “imaginações patrióticas” e “corações robustos”, mas “sós e desajudados de todo favor e influencia publica” acreditavam “conservar às gerações futuras os grandes feitos de nossos bens maiores”.⁷⁵ Uma visão de *historia magistra vitae* pode ser percebida a partir da leitura das publicações de se jornal trimensal. Nas primeiras páginas do periódico, se afirmava ser a história “um monumento vivo das acções humanas, ou do progresso da intelligencia da humanidade, que como uma salvaguarda a preserva dos erros e a conduz ao seu fim, á felicidade”.⁷⁶ Era uma clara alusão à história como sendo um modelo para a correção dos erros do passado e um exemplo a ser seguido para nos ajudar no presente. Tinham a história como um monumento a mostrar o avanço e a argúcia humana, num apelo ilustrador à explicação racionalista como critério de conhecimento e, conseqüentemente, de civilização. Preservando a humanidade dos erros, a História conduziria à felicidade por ser esta a sua finalidade, já que ela é mestra da vida.⁷⁷

⁷⁴ Segundo Lazzari, “o sentimento de que a província nunca desfrutou o devido reconhecimento político no centro da nação podia ser devidamente justificado pela autoridade dos documentos históricos. Por meio deles o dr. Ubatuba não oferecia nenhuma erudita narrativa historiográfica, mas transmitia com clareza sua mensagem. Muito mais do que reconhecimento do brilhantismo intelectual, estaria em jogo para os sócios a participação em um ato político representando tanto a fidelidade aos fundamentos do estado monárquico como o verdadeiro e não reconhecido papel da província na construção e defesa da nação”. LAZZARI, Alexandre. op. cit., pp. 60-61.

⁷⁵ PORTO ALEGRE, Barão de. “2ª Sessão Anniversaria em 23 de fevereiro de 1862”. *Revista do IHGPSP*, Anno III, n. I, vol. III, 1862. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 102, p. 205.

⁷⁶ *Revista do IHGPSP*, Anno I - agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 172.

⁷⁷ Koselleck afirma que até o século XVIII, a *historia magistra* dominou a forma de se relatar o passado. Segundo o autor, é difícil precisar ao certo quando a *historia magistra* se dá como um mero emprego ou lugar comum (referida no prefácio de uma obra, por exemplo) ou quando ela tem efetivamente um efeito prático na forma como um historiador encadeia seu relato. Na *historia magistra vitae* herdada de Cícero, o orador se serve da história como coleção de exemplos, a fim de que seja possível instruir por meio deles. Em Cícero, assinala Koselleck, há referências às leis sagradas na história, que fazem com que os homens conheçam seu passado e sejam capazes de iluminar o futuro, não de uma maneira teológica, mas sim a partir de um ponto de vista político

O “grande serviço” que a associação regional se propôs a empreender compreendia, então, o ajuntamento de dados históricos, para que eles não mais fossem apagados quando do desaparecimento dos “testemunhos oculares”⁷⁸ da história sulina, procurando nos arquivos espalhados pelas terras do Rio Grande o que ainda existia e, a partir deles, dar-lhes “forma precisa para fazer parte do importante corpo da História”.⁷⁹

1.3. Entre discursos, livros e armas, a tarefa é registrar

Quando se constituiu, o IHGPSP possuía 40 sócios efetivos. Ao contrário da limitação numérica relativa à presença de sócios efetivos na casa, seus estatutos não previam um número determinado tanto para sócios correspondentes quanto para sócios honorários. Para ser admitido na qualidade de sócio efetivo, era necessário ao candidato apresentar um trabalho inédito e de autoria própria nas seguintes áreas: história, etnografia ou geografia brasileiras, com ênfase para a província sulina.⁸⁰ Para ser contemplado com o oferecimento de títulos honorários, correspondiam também certos critérios: era observada a idade do candidato e deveria ser pessoa de consumado saber e distinção.⁸¹

Primeiro sócio correspondente do IHGPSP na Corte imperial, Antonio Álvares Pereira Coruja, como se viu, foi um dos grandes incentivadores da criação do Instituto regional. Desde sua partida para o Rio de Janeiro, em 1837, o renomado professor porto-alegrense era considerado o representante oficial do Rio Grande de São Pedro no centro do país. Tão logo chegou à capital imperial, Pereira Coruja se filiou ao IHGB e passou a cumprir com eficiência a função que se delegou de divulgar as ações do homem rio-

ou prático. Todavia, Koselleck lembra que há formas e versões as mais variadas da *historia magistra* ciceroniana encontradas na história e nos historiadores, algumas das quais até mesmo patéticas. Além disso, a história *magistra* sofreu alterações significativas em seu *topos* a partir, principalmente, do Iluminismo, quando a relação entre passado e futuro foi alterada. A partir dessa consideração, surge a indagação: a história mestra da vida que aparentemente rege a maneira de conceber a história em instituições como o IHGPSP poderia ser enquadrada dentro dessa perspectiva de *historia magistra* ciceroniana transformada? Não passaria ela de um mero lugar comum na economia do texto ou cria-se na possibilidade de transformação através dos ensinamentos da história? No capítulo terceiro, voltaremos a essa questão. KOSELLECK, Reinhart. “*Historia Magistra Vitae*. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, pp. 41-60 (principalmente pp. 43-46).

⁷⁸ *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 172.

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁸⁰ Era ainda exigido do candidato a sócio correspondente que oferecesse ao IHGPSP uma obra sobre o Rio Grande e outra sobre o país, de comprovado valor literário. Também poderiam ser oferecidos “presentes” para o museu que a instituição constituía. Idem, p. 202.

⁸¹ Idem, *ibidem*.

grandense em solo brasileiro.⁸² Sua importância para as letras nacionais, naquele momento, já era imensa, pois foi ele o primeiro brasileiro a escrever, em território nacional, uma gramática de língua portuguesa, surgida em Porto Alegre, no ano de 1835, o *Compêndio de Gramática da Língua Nacional*. Além disso, seus livros didáticos foram adotados pelo Colégio D. Pedro II e ele fundou um importante estabelecimento no Rio de Janeiro, o Liceu de Minerva. Eleito conselheiro e depois presidente da Imperial Sociedade Amante da Instrução, que tinha o Imperador como protetor, Coruja fez parte, ainda, da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Já compondo o quadro social do IHGB, seu primeiro trabalho junto à casa foi a formulação de um vocabulário de termos classificados por ele como aqueles que mais freqüentemente eram usados pelos sul-rio-grandenses, a “Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, publicado na *Revista do IHGB*, em 1852.⁸³

A relação estabelecida entre os sócios correspondentes e a instituição regional era mutuamente favorável. Para a associação, ter entre seus agremiados nomes de prestígio na província e fora dela, era apropriado em termos políticos e poderia abrir portas no jogo do poder dominante constituído no país. Para os sócios, a recíproca era verdadeira: não só por vaidade pessoal eram marcadas as relações de associação ao clube, mas também por conveniências políticas claras. Isso se torna mais evidente ainda ao se correr os olhos sobre o quadro de sócios da casa e se comparar, em seguida, esse número elevado de sócios com outro, que computa o número de colaboradores. Bem menos diversificado, o número de colaboradores se restringe aos nomes daqueles associados que compõem a diretoria e cada uma das comissões de trabalho da *Revista*.⁸⁴ Portanto, o restrito número que se poderia obter no que diz respeito à participação efetiva dos sócios enquanto colaboradores reforça

⁸² “Coruja tornara-se como que um embaixador intelectual rio-grandense na capital do império e pôde participar do círculo intelectual próximo do imperador. Ao compilar e publicar informações históricas e lingüísticas de sua província natal esperava fazê-la ocupar um espaço nobre no catálogo de conhecimentos sobre a nação que o IHGB organizava. Sua presença e participação no Instituto estavam de acordo com a linha defendida pelo primeiro presidente da instituição, José Feliciano Fernandes Pinheiro”. LAZZARI, Alexandre. op. cit., p. 44.

⁸³ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. “Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. *Revista do IHGB*, Tomo XV, 1852, pp. 210-240.

⁸⁴ No primeiro ano, por exemplo, acredito que os trabalhos em torno da instituição e de sua *Revista* não tenham envolvido mais que 22 sócios, num total de 40 efetivos e 31 correspondentes, entre administradores do IHGPSP e colaboradores do periódico. A mesa diretora do IHGPSP contava com seis nomes. Havia oito comissões trabalhando na agremiação, cada uma delas com, no máximo três colaboradores. Muitos deles, inclusive, acumulavam funções, como, por exemplo, Manoel Pereira Ubatuba (da Comissão de Estatutos e Redação da Revista e da Comissão de Pesquisas de Manuscritos e Documentos) e Caldre e Fião (orador e relator da Comissão de Estatutos e Redação da Revista).

o que apropriadamente conclui Lazzari: “é possível que o IHGPSP tenha recebido muitos sócios apenas em busca do prestígio que emprestava o nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.⁸⁵ A participação de militares da alçada de David Canabarro, general farroupilha e brigadeiro honorário do exército brasileiro, e do Comendador Vicente da Fontoura, que fora Ministro da Fazenda da República Farroupilha, como associados correspondentes do IHGPSP avigora a hipótese levantada pelo autor.⁸⁶

Em 1860, a diretoria do IHGPSP era composta pelo Barão de Porto Alegre, que permaneceria no cargo de presidente até o ocaso da instituição, José Maria Pereira de Alencastre (vice-presidente), Paula Soares (1º secretário), Cirurgião-mor da Brigada Ignácio Manoel Domingues (2º secretário), Caldre e Fião (orador) e João Damasceno Ferreira (tesoureiro). Dentre os sócios efetivos que não compunham a mesa diretora, mas que se destacavam no corpo social local, figurava o político Patrício Corrêa Câmara, encarregado inúmeras vezes pelo governo imperial como vice-presidente da província, o Dr. José de Araújo Brusque, candidato liberal derrotado, nas eleições de 1860, à Assembléia Provincial, e Felipe Bethbezé d’Oliveira Nery.⁸⁷ No interior da Província de

⁸⁵ LAZZARI, Alexandre. op. cit., p. 61.

⁸⁶ Canabarro era sócio correspondente em Santana do Livramento. Vicente da Fontoura, um dos maiores líderes civis farrapos, morreu assassinado no primeiro ano do IHGPSP, 1860, em Cachoeira, onde fora nomeado sócio correspondente. Da lista de militares tomados como associados correspondentes da agremiação, destacam-se, ainda, os nomes do General Propício Menna Barreto, de São Gabriel, do Brigadeiro Manoel Luiz Osório, futuro Marquês do Herval e do Barão do Serro Alegre, esses últimos correspondentes em Bagé. Segundo De Paranhos Antunes, o marechal de campo Menna Barreto, Barão de São Gabriel, foi tenente-coronel aliado dos imperiais na Revolução Farroupilha, tendo comandado o 3º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais, lutando ao lado de Manoel Marques de Souza. Osório também lutou ao lado do Barão de Porto Alegre na Revolução Farroupilha e, posteriormente, na Guerra contra o Paraguai. O Barão do Serro Alegre, cujo nome era João da Silva Tavares, também foi chefe militar imperialista na Revolução Farroupilha e deputado à Assembléia Provincial. Estancieiro e militar, o Barão, aos 70 anos de idade, ainda participaria da Guerra contra o Paraguai, se tornando Visconde do Serro Alegre. Seu filho, Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares), Barão de Itaqui, fora um dos responsáveis pela morte de Solano Lopez na contenda paraguaia. ANTUNES, De Paranhos. “Sob o Comando de Caxias”. op. cit., p. 97; PORTO ALEGRE, Aquiles. op. cit., p. 115.

⁸⁷ Polêmico e bastante ácido em suas críticas acerca dos problemas políticos rio-grandenses, Felipe Nery (1820-1869) foi um dos letrados mais destacados da província. Foi militar, como o pai, tendo prestado serviços na fronteira com a Argentina. Antes de completar trinta anos, Nery abandonou o Exército para ingressar, em Porto Alegre, na política e no jornalismo. Quando eclodiu a Guerra do Paraguai, Felipe Nery voltou a lutar nos campos de batalha e acabou por falecer, em 1869, na capital paraguaia, Assunção. Sobre a atuação parlamentar de Nery no Partido Liberal Progressista, assim se refere Guilhermino Cesar: “Na Assembléia Provincial, como representante dos liberais progressistas, alteou-se a sua oratória como uma das mais eloqüentes do Rio Grande do Sul. A sua atuação parlamentar criou-lhe uma auréola de prestígio como não a teve nenhum outro orador político da mesma época. E os louvores que se lhe fizeram, não são exagerados. Falava realmente muito bem. Do seu físico dominador, de sua bela voz, soube tirar o maior proveito na tribuna, distinguindo-se pelo tratamento artístico que imprimia ao discurso. De tal modo que nos debates ali travados, que é de justiça considerá-lo o primeiro grande orador político produzido pelo Rio Grande do Sul, em ordem cronológica”. CESAR, Guilhermino. “A Oratória, o Jornalismo, a Sátira Política”. op. cit., p. 395.

São Pedro, além de Canabarro, outros representantes de conhecido relevo na sociedade sulina formavam o quadro de sócios correspondentes e comissários. Entre esses nomes, estavam o do Dr. Henrique Francisco d'Ávila, então conselheiro do Império e, posteriormente, presidente da Província; o Cônego e historiador João Pedro Gay; o médico rio-pardense Antônio Ferreira Andrade Neves; o Dr. João Hildebrand, de São Gabriel, que foi um dos pioneiros imigrantes alemães na província; os doutores Francisco de Souza Cirne Lima e Antônio de Souza Martins, de Santo Antonio da Patrulha e o Vigário José de Noronha Nápoles Massa, baiano radicado em Cruz Alta, que se destacaria como gramático e colaborador da *Revista Murmúrios do Guahyba*, além de ter sido sócio do Partenon Literário.⁸⁸

Mesmo tendo procedências tão díspares, esses homens de letras foram reunidos pelo objetivo comum de registrar a história do passado rio-grandense no tomo maior que se estava compondo para a pátria brasileira, destacando seus feitos valorosos e buscando o reconhecimento que há tanto o Rio Grande ambicionava ter face à nação. Possuíam opiniões divergentes em questões como, por exemplo, o apoio ao regime monárquico. Havia quem apresentasse tendências abolicionistas e visse a escravidão como um problema sério, como era o caso dos médicos Dr. Ubatuba e Caldre Fião.⁸⁹ Os militares ligados à instituição apoiavam a monarquia e seus atos, de tal forma que nunca houve um posicionamento, dentro da *Revista do IHGPSP*, abertamente contrário à postura adotada pelo governo brasileiro em questão de qualquer gênero, salvo, é claro, à implícita

⁸⁸ Uma lista completa de todo o quadro social da instituição se encontra publicada no primeiro volume da *Revista do IHGPSP*, Anno I - agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, pp. 174-181.

⁸⁹ O poeta José Antonio do Valle (Caldre e Fião, que ele acrescentou mais tarde a seu nome de batismo, era apelido) era porto-alegrense, nascido em 22 de agosto de 1813. Faleceu em São Leopoldo, a 20 de março de 1876, aos 62 anos de idade. Foi médico, jornalista e político. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, Caldre e Fião viveu na Corte por alguns anos, onde iniciou sua pregação a favor do abolicionismo. Na capital imperial, fundou o jornal *O Filantropo*, que defendia abertamente a causa abolicionista. Em 1847, lançaria, no Rio de Janeiro, a novela *A Divina Pastora*, o primeiro romance rio-grandense. Posteriormente, em 1851, publicaria seu segundo romance rio-grandense, *O Corsário*. No regresso a Porto Alegre, Caldre e Fião se dedicou à prática da medicina, mas nunca abandonou o trabalho literário e a política, filiando-se ao Partido Liberal Progressista. Além de ter sido um dos sócios fundadores do IHGPSP, onde assumiu primeiramente a função de orador, Caldre e Fião emprestou seu prestígio para a fundação da Sociedade Partenon Literário, junto aos irmãos Porto Alegre, em 1868, se tornando presidente da agremiação. No Partenon, já mais velho, Caldre publicaria, sobretudo, notícias biográficas e poesias, além de participar ativamente das ações sociais da casa, principalmente nas ocasiões em que eram realizadas atividades em prol do abolicionismo. No que toca a sua vertente literária, Guilhermino Cesar assinala que Caldre e Fião, apesar de escrever romances rio-grandenses, onde se destacavam temas como a terra natal, os costumes locais e a paisagem, não foi um regionalista *à la* Apolinário Porto Alegre. Para Cesar, a escrita de Caldre e Fião se enquadraria muito mais num nacionalismo literário que no regionalismo que caracterizaria o trabalho de muitos nomes do grupo partenonista. CESAR, Guilhermino. "O Criador do Romance". op. cit., pp. 151-161.

discordância que nutriam quanto à política imperial em relação ao Rio Grande.⁹⁰ Devido à estreita representação política delegada à província dentro do governo brasileiro, crescia, nos discursos dos associados, um quê de injustiça por parte do governo central para com o Rio Grande. Na sessão comemorativa aos dois anos de fundação do Instituto, o discurso do Tenente-General Barão de Porto Alegre exemplifica essa constatação. Na ocasião, estavam presentes políticos e funcionários ligados ao governo central, como os presidentes da província e da câmara municipal, além de cônsules da França e Portugal, do comandante da Escola Auxiliar e do chefe da tesouraria da Fazenda Pública. Dizia o Barão:

Acolá o brado nacional surge nos lábios do Rei, e se converte em lábaro invicto ás plagas do estrangeiro, para quebrar-lhe os ferros. Aqui e alli, sempre e em toda a parte, a mesma vida pelo mesmo sopro – a gloria do Brasil, pelo estreito amplexo da liberdade com a monarchia! Senhor presidente, a presença de V. EX. neste recinto nos é um novo penhor de prosperidade. Digno delegado daquelle que honra o seu reinado protegendo as letras e continuando o intimo laço que une a coroa do Brasil a todas as grandesas da pátria, V. EX. não desdenhará dar a esta nascente associação a protecção publica de que careça. Em todo caso V. EX. poderá dizer a S. M. o Imperador que esteve no meio de uma reunião de Rio-Grandenses que desvividos pela historia pátria, achavão em cada pagina desta um novo titulo de gratidão e amor para com a excelsa Dynastia do Immortal Fundador do Império. Está aberta a sessão.⁹¹

A passagem acima permite perceber a reafirmação do militar de que a causa

⁹⁰ Um exemplo que ilustra bem o posicionamento favorável à monarquia foi o tratamento que recebeu dentro do IHGPSP a chamada “Questão Christie”, que envolveu o governo brasileiro e o ministro plenipotenciário da Inglaterra William Christie e que culminou com o rompimento diplomático entre os dois países entre 1863 e 1865. A querela foi deflagrada pela ocorrência de dois incidentes em 1861 e 1862. O primeiro foi o furto, por ladrões, da carga do navio inglês Príncipe de Gales, que naufragara na costa do Rio Grande de São Pedro em 1861. O segundo episódio envolveu a prisão, no ano seguinte, de três oficiais de uma fragata inglesa que andavam embriagados e em trajes civis pelas ruas do Rio de Janeiro, provocando arruaça. O embaixador Christie não teve atendidas as exigências de retratação face à prisão dos ingleses, o que irritou o governo inglês, que rompeu relações com o Brasil. A repercussão que o fato gerou no país foi imensa e o Rio Grande, através do IHGPSP, se mostrou plenamente favorável ao posicionamento assumido pelo Império, que reafirmou a soberania nacional. Na “Felicitação dirigida pelo Instituto Histórico a S. M. o Imperador”, assim se lê: “A voz que assoberbara as côrtes Portuguezas, não balbuciou ante a prepotência Inglesa; e aquelle que na débil e nascente colonia annunciara á Metropole uma gualharda nação, foi bastante feliz para mostrar esta ao mundo na sua heroicidade, sentado á frente dos illustres membros qye formão o Gabinete de 30 de Maio. (...) Com tal representação o paiz não podia temer um só momento pela sua honra e pelos seus destinos. Os povos acudirão, rodeando o Throno com sua grande alma, e o Brasil dêo ao mundo esse magnifico exemplo; que Vale um triumpho pela sua immensidade, e que turbou o inglez na sua prepotência”. *Revista do IHGPSP*, Anno III, n. II, vol. III, 1863. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 109 a 112, pp. 267.

⁹¹ PORTO ALEGRE, Barão de. “2ª Sessão Anniversaria em 23 de fevereiro de 1862”. *Revista do IHGPSP*, Anno III, n. I, vol. III, 1862. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 102, p. 206.

monárquica era também sua e, por conseguinte, da associação que presidia. Posicionando-se como patriota frente aos representantes da monarquia presentes na sessão, o Barão tentava atrair a simpatia do governo para com a causa defendida pelo IHGPSP, qual seja, de coligir e metodizar documentos referentes à história rio-grandense, de modo a inserir essa história na narrativa mais ampla que sua célula-mater, o IHGB, sob a proteção de D. Pedro II, tencionava redigir para a nação.⁹² Em um universo letrado marcado pelo mecenato do Imperador, como era o caso brasileiro, era importante a novas e inexperientes associações como o IHGPSP buscar a proteção da monarquia, cujo projeto oficial nacionalista era uma realidade vivaz. Agradar ao Imperador era, talvez, uma chance do IHGPSP se firmar no cenário nacional como um importante órgão a serviço da causa que o próprio IHGB, apesar de seus temores, dizia defender, e que consistia em inventariar e promover conhecimentos sobre a história e a geografia do país, através de sua ramificação nas províncias.⁹³

Todavia, a posição do Barão de Porto Alegre não era unânime dentro da casa. Havia aqueles que não se escondiam e manifestavam abertamente sua contrariedade em relação à política imperial e à própria monarquia enquanto forma de governo. Era o caso de

⁹² Segundo Lilia Moritz Schwarcz, o Estado imperial respondia por cerca de 75% das verbas do IHGB. De acordo com a autora, a participação do monarca no IHGB não se limitava à manutenção financeira. D. Pedro II, a partir da década de 1840, seria um membro ativo a participar das reuniões da associação, que funcionava, segundo ela, como uma espécie de porto seguro às experiências no monarca, desejoso por imprimir um caráter brasileiro à cultura de seu império. Foi assim que D. Pedro II, de 1849 a 1889, presidiria 506 sessões do IHGB, se ausentando somente em casos de viagem. SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Um monarca nos trópicos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II”. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 127.

⁹³ O Reverendo J. Baptista Hafkemeyer, no intuito de “apresentar o grande homem sem as galas do generalíssimo e sem os destaques de sua posição social”, pesquisou o memorial escrito diariamente pelo Barão e Conde de Porto Alegre durante dez meses, no ano de 1862. Entre o material encontrado pelo pesquisador para compor seu retrato do Conde, um particularmente relata justamente a sessão de 23 de fevereiro de 1862 do IHGPSP. Ali, Manoel Marques diz o seguinte: “Às 10 horas e meia sahi de coupé, e fui á Camara Municipal á Sessão anniversaria do Instituto Historico e Geographico riograndense. Ao meio dia chegou o Presidente da Provincia, o Desembargador Assis Rocha, sendo recebido por uma commissão de 5 membros, e tomando assento á minha direita, que na qualidade de Presidente da mesma associação presidia a aquelle acto, li um discurso análogo ao objecto da sessão, que era festejar o segundo anniversario da installação do mesmo Instituto, declarando que estava aberta a sessão. Depois leu o relatório do trabalho do anno que findava o 1º secretario interino, o 1º Tenente Andrade Vasconcellos, e seguindo-se a leitura de um discurso do tenente-coronel Meirelles, finalizando a sessão com um bello discurso improvisado do tenente-coronel Nery que, na falta do Orador do instituto, o dr. Caldre e Fião, prehencia o lugar deste, e antes de eu declarar finada a sessão, convidei os sócios para se reunirem no 1º domingo de Março deste anno para a eleição da nova mesa. Retirando-se o Presidente da provincia, fomos em corporação acompanhá-lo ao Palácio e dahi fui a pé com o Bacharel Fernandes Pinheiro para a casa deste, aonde me demorei uma hora á espera do meu bolieiro, o mulato João que havia-me deixado na casa da Camara para hir passear, recolhendo-me á casa ás duas e meia da tarde. Castiguei o João com palmatoadas, porque alem daquella falta não haver capim para os cavallos”. SOUZA, Manoel Marques de. PORTO ALEGRE, Conde de apud HAFKEMEYER, J. B. “Manoel Marques de Souza”. In: *Revista do IHGRS*, III e IV Trimestre, Anno III. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1923, pp. 276-277.

aqui já conhecido associado da casa Felipe Nery, que, por sua labuta de jornalista, se declarava assumidamente abolicionista e republicano. Redator do *Correio do Sul* nos anos em que circulou a *Revista do IHGPSP*, Nery utilizava não só as tribunas do IHGPSP, mas também o espaço que tinha na imprensa local para demonstrar suas opiniões. Para ele,

A independência, a abolição, a guerra e a República encontram-nos sempre de mãos dadas, como bons irmãos, a quem uma corrente electrica transmite os mesmos choques de alegria e de dor. E, mais do que tudo isso, (...) há a acrescentar que em todos os povos a constituição de uma pátria grande é um sentimento innato e permanente e que nós, se há um dogma inscripto nos corações, se há uma religião a que todos nos curvamos com amor arraigado e até com fanatismo, é a integridade absoluta da patria, que libertámos com os nossos esforços e os nossos sacrifícios do domínio colonial, da escravidão e da monarchia. *Noli me tangere!* A pátria acima de tudo. A mão sacrílega que se levantasse contra ella, ficaria petrificada (...).⁹⁴

As colocações de Nery revelam primeiramente, que embora tivesse ele particularidades de pensamento em relação à política monárquica, havia um ponto onde partilhava opinião comum para com o governo imperial: o projeto mais amplo de tornar o Brasil uma “pátria grande”. Percebe-se a fala de um patriota e essa especificidade chama a atenção justamente por ser o ponto de contato entre suas aspirações e a de seus colegas de agremiação. Fazer parte de uma instituição que se colocava sob a proteção imediata do governo provincial e objetivava ganhar a simpatia da monarquia não impedia que seus membros pudessem se manifestar contrários a suas ações, pois, segundo Nery,

Em meio d’essas afirmativas do civismo brasileiro, os órgãos mais conservadores, louvando o governo pelos seus actos notáveis, concitavam-n’o a ter todo o cuidado e todo o escrúpulo, em pôr fora do terreno das paixões e dos enthusiasmos duas coisas igualmente sagradas: a ordem publica e o respeito á prosperidade.⁹⁵

Ou seja: pela manutenção da ordem e pelo progresso do país, qualquer desentendimento político-partidário poderia ser superado. Para reforçar essa constatação,

⁹⁴ NERY, Felipe. *Correio do Sul*, Porto Alegre, ano X, n. 50, p. I.

⁹⁵ Idem, *ibidem*.

retorno, agora, à análise da atuação Manoel Pereira da Silva Ubatuba como colaborador da *Revista do IHGPSP*. Um olhar mais apurado em relação à sua cooperação tanto para com o periódico, quanto para o desenvolvimento da província como um todo, avigora que, a despeito de inclinações partidárias a favor de monarquistas e republicanos, havia causas em comum e de ordem superior que precisavam ser respeitadas.⁹⁶ Uma delas era o caminho para o progresso da pátria em direção ascendente na corrida pela civilização. A outra era para o papel que o Rio Grande deveria ocupar no cenário nacional. Em ambos os sentidos, a participação de Ubatuba é plena de significado.

Ubatuba exerceu com devoção seus encargos junto ao IHGPSP. Primeiramente, foi encarregado da confecção dos Estatutos da instituição, ao mesmo tempo em que foi escolhido membro de duas comissões do IHGPSP, a primeira delas a chamada “Comissão de Estatutos e Redação da Revista”, cujo relator era Caldre e Fião. O segundo comitê de que fez parte era a “Comissão de Pesquisas de Manuscritos e Documentos”, da qual foi escolhido relator. Conforme aqui já foi referido, Ubatuba era o responsável por aferir e dar parecer adequado quanto à autenticidade das cópias documentais que chegavam ao Arquivo do IHGPSP. Muitos desses documentos ele mesmo copiava. Outros, mandava copiar. Um deles, de grande importância, foi a “Representação que o abaixo assignado, em nome da Província de S. Pedro do Sul, dirige a S.A.R. o Príncipe Regente do Brasil, incorporado ao Senado da Camara do Rio de Janeiro, no dia 9 de janeiro de 1822”.⁹⁷ A escolha de tal documento para figurar no segundo número da *Revista* não foi aleatória e demonstra a preocupação dos liberais progressistas da casa em registrar a insatisfação que o Rio Grande sentia por ocupar uma posição dependente em relação ao governo central, apesar de seus “sentimentos patrióticos” perante a nação, o que demonstra, inclusive, que o descontentamento sentido não se opõe necessariamente ao desejo de participarem do projeto de unificação imperial. Numa ocasião em que era chegada a hora de pedir

⁹⁶ Helga Piccolo lembra que, apesar da Guerra dos Farrapos ter alimentado o imaginário da elite brasileira como uma possibilidade sempre presente de um novo levante no Rio Grande do Sul, que poderia levar, como na contenda farrapa, a um governo republicano, o republicanismo no Rio Grande do Sul viria somente mais tarde. Para a autora, a presença hegemônica do Partido Liberal rio-grandense, na década de 1870, não só barrou as pretensões dos conservadores na província como impediu que um partido republicano se estruturasse no Rio Grande. Assim, homens de idéias republicanas que quisessem atuar politicamente, só o fizeram dentro do próprio Partido Liberal. Isso era decorrente, segundo Piccolo, de um “conservantismo” assumido pelos liberais. Tal fato possibilitaria que republicanos ocupassem espaços e, alimentados pelo “monarquismo” dos liberais, acabassem por fundar, finalmente, seu próprio partido. Assim, somente em 1882, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) surgiria no cenário político local. PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX. Da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, pp.56-63.

⁹⁷ *Revista do IHGPSP*, Anno I - dezembro de 1860. In: *Revista do IHGRS*, n. 100, 1945, pp. 225-227.

retribuição pelos serviços prestados em prol do país, Ubatuba não titubeia e usa de suas armas. E Ubatuba usou muitas, disso não há dúvidas.⁹⁸ A despeito de seu cabedal, entretanto, interessa aqui sua vertente enquanto homem de letras. E foi assim que, como historiador, Ubatuba atesta, comprova e legitima sua ação através dos fatos documentados e oficiais que o passado lhe possibilita se servir. E o documento que ele dá a conhecer “fala” por si só:

Real Senhor – Quando os sentimentos de uma nação, onde uma parte do povo são conhecidos geralmente por multiplicados testemunhos de felicidade e de entusiasmo, os soberanos fazem grande injustiça a este povo, se pela falta de alguma formalidade, muitas vezes impedida por circunstâncias indestructíveis, o julgasse desligado do centro de seus interesses, e de sua gloria. Os habitantes do Rio Grande de S. Pedro, forão sempre distintos por estes sentimentos, que há séculos fazem o timbre de seu caracter, e nestes tempos mais próximos apparecerão com toda a energia no campo de batalha. Real Senhor, foi pelos interesses da nação, e consequentemente pela gloria do soberano, e de V. A. R. que esta briosa tribu de Luso-Brasileiro, formou de suas espadas, e de suas vidas uma barreira temível para seus inimigos, muitas vezes cimentada com o sangue dos filhos da Pátria, e tão firme, tão inabalável, como aquella que cingia a praça de Diu, rebatendo os ataques das diversas Nações que pretenderão desputar-nos a posse dos Estados da Índia. (...) O abaixo assignado protesta que estes são os sentimentos do seu Exm. General, cujo entusiasmo pela

⁹⁸ Manoel Pereira da Silva Ubatuba teve uma atuação singular em relação ao crescimento do Rio Grande em sentido amplo. Como aqui se viu, foi médico, político e historiador. Contudo, foi também um importante pesquisador, inventor e empresário. Possuía uma fazenda, chamada Pedras Brancas, onde desenvolveu a agricultura e promoveu diversas iniciativas industriais. Uma delas foi a criação de uma fábrica de preparação de carne enlatada. Segundo Paulo Xavier, a iniciativa de Ubatuba – que chegou a elaborar também leite condensado para ser usado em hospitais e navios da Armada Nacional Imperial – foi singular, se apercebendo o médico “da importância e significação do emprego desse processo para o comércio de carnes do Rio Grande”. Por suas empreitadas, Ubatuba fora premiado nas participações que teve em eventos do porte da I Exposição Nacional, de 1861, quando recebeu o prêmio Menção Honrosa por suas mostras de algodão, lã, linho e seda. Xavier destaca que, estimulado pelo reconhecimento, Ubatuba endereçou, em 1863, um pedido de empréstimo de doze contos de réis ao presidente da Província a fim de descobrir uma forma para transformar em produção industrial sua carne enlatada, para que essa abrisse mais portas ao mercado de carne rio-grandense. Eram contrários à concessão os deputados Gaspar Silveira Martins e Manoel Lourenço do Nascimento, integrantes da Comissão de Comércio, Agricultura e Indústria da Assembléa. Tal empréstimo, então, ele obteria somente em 1866, quando ganhou, na II Exposição Nacional, ocorrida no Rio de Janeiro, dois prêmios: a menção honrosa por seus tecidos de algodão e a Medalha de Ouro por sua elaboração do *extratum carnis*. Interessante destacar que em 1863, época em que pediu o empréstimo, consta na *Revista do IHGPSP* que Ubatuba teve a idéia de “resenhar os fatos mais notáveis ocorridos durante cada mez”. Tais fatos deveriam ser apresentados pelos sócios designados na primeira sessão do mês seguinte e, depois arquivados pelo Instituto e publicados no periódico. O primeiro – e único - resumo desses fatos foi impresso na *Revista* de 1863, onde se enfatiza que serão discutidas na Assembléa provincial “duas medidas importantes que passarão em segunda discussão (...), destinadas á melhorar a nossa industria nos seus dous ramos principaes: - a criação do gado e a agricultura. – A primeira é o empréstimo ao Sr. Dr. Ubatuba para a preparação de carnes de conserva pelo methodo de sua invenção e a segunda é a emenda do Sr. Dr. Félix da Cunha, consignando prêmios para a cultura do fumo e do algodão”. XAVIER, Paulo. op. cit., p. 7; “Resenha dos Factos mais notáveis ocorridos na Provincia durante o Mez de Maio de 1863”. *Revista do IHGPSP*, Anno IV, n. I, 1863. In: *Revista do IHGRS*, 1982, n. 123, p. 162.

gloria do Soberano, e da Nação é a divisa de sua conducta (...); são os princípios, que distinguem em geral todos os seus patrícios, e pela verdade destes sentimentos, o referido abaixo assignado não duvida offerecer a sua vida representando por ultimo a V. A. R., que se elle se adiantou a dar este passo sem esperar as credenciaes de sua pátria é porque está firmemente seguro, que faz grande serviço aos habitantes daquella Provincia, o que incorreria em sua indignação, se informado primeiro que elles desta infausta noticia não fizesse ver o seu interesse, clamando em seu nome pela residencia de V. A. R. no Brasil. Rio de janeiro, 9 de janeiro de 1822. – Coronel Manoel Carneiro da Silva.⁹⁹

A data é marcante: 9 de janeiro de 1822, “Dia do Fico”, data em que D. Pedro I, seduzido justamente pelas campanhas populares que pediam sua permanência no Brasil, firmou compromisso com a causa brasileira, abraçando a Independência e assegurando a unidade do país.¹⁰⁰ Ubatuba reconhecia a importância do assunto que o documento por ele apresentado trazia consigo: ali estava o âmago de todo o comprometimento que o Rio Grande de São Pedro firmara para com a integração do Império. Publicando tal documento na *Revista do IHGPSP*, Ubatuba utilizava-se de seu poder de historiador para demonstrar que a história atestava desde há muito que o Rio Grande estava ao lado do regime monárquico. E se o Rio Grande, através do IHGPSP, divulgava e adotava essa opção de fidelidade à monarquia, caberia ao governo monárquico reconhecer esse fato num momento como aquele, quando a província lhe solicitava socorro e lhe demandava maior autonomia. Era, ainda, uma forma de expressar que o Instituto local, por tomar para si o compromisso assumido em 1822, de se colocar ao lado do Império, não tinha nenhuma intenção oculta que pudesse ir de encontro com os interesses do IHGB e do Brasil. Assim, até o final da publicação de seu periódico, o IHGPSP se manteria fiel ao governo de D. Pedro II, “renovando a suprema epopeia de 1822, engrandecendo-a mesmo”, como dizia o último discurso do Barão publicado na *Revista*.¹⁰¹

Para esses homens de letras, o tempo em que viviam era uma época “magnífica” e suas ações, atos que consideravam como sendo dignos de louvor, pois estariam, através do ajuntamento e publicação da documentação do passado rio-grandense, colaborando, do

⁹⁹ *Revista do IHGPSP*, Anno I, dezembro de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, pp. 225-227.

¹⁰⁰ MALERBA, Jurandir. “Desatando os laços: a emancipação política brasileira (1808-1831)”. In: *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999, pp. 17-18.

¹⁰¹ PORTO ALEGRE, Barão de. “Discurso pronunciado em sessão de 26 de abril de 1863”. *Revista do IHGPSP*, Anno IV, n. I, 1863. In: *Revista do IHGRS*, 1982, n. 123, p. 161.

presente, para o engrandecimento do futuro. Pedia o Barão:

Acompanhai, Senhores, essas manifestações do nosso progresso, e dizei se não sentis como eu que atravessamos uma grande época, e que temos por diante uma missão magnífica! E não só entre nós, em todo o mundo, em toda a parte onde passa o sopro vivificador do século XIX; o sopro que resuscita a Italia, que agita a Niobe das nações, essa Polonia tão digna de amor e sympathia, que commove o christianismo do Oriente e abala como um tremor de terra a barbara denominação da meia lua, e que atravez dessas revoluções, rasga o isthmo de Suez e vem as entranhas dos Alpes para levar o progresso sobre as azas da industria a todos os povos! É bello viver n'um tempo destes! Sois mais felizes do que eu, vós que entraes cheios de seiva nesse movimento grandioso, vós que tendes diante de vós – o espaço que vos promete a mocidade, e a luz que vos dão a illustração e a intelligência. Eu, que commovido por este espetaculo magnifico me associo a elle pelo amor e pela dedicação mais sincera, não posso todavia mais que apontar-vos a senda rutilante que vos chamna, e excitar-vos, Senhores, a não ser menos que o nosso paiz e a nossa epoca.¹⁰²

A fala do presidente do Instituto denota que era necessário marchar rumo ao progresso e à evolução, fatores que ditavam os rumos vitoriosos das principais nações a despontar na “grande época” que era para eles o século XIX. Por isso, tentava o Barão contaminar com seu entusiasmo seus patrícios, na tentativa de fazer o Rio Grande do Sul marchar em pé de igualdade com a nação brasileira na busca pela “ilustração”. Nota-se que homens como o Barão, ao se incumbirem e se dedicarem a uma “missão patriótica”, jamais se colocavam num patamar inferior diante das demais nações e, entusiasmadamente, se posicionavam como que associados ao projeto luminoso, esclarecedor e progressivo da industrialização.

1.4. O ocaso de um projeto

Pelo que até aqui se sabe, a *Revista do IHGPSP* teria chegado a seu fim no ano de 1863, quando se tem notícia da circulação do último número do periódico, correspondente ao quarto ano de existência da agremiação. Foi no ano de 1863, ainda, que o Império brasileiro, através do Decreto nº 3.167, de 28 de outubro, atenderia à solicitação do Instituto de autorizar suas atividades. Embora fosse um tanto tarde, visto que esse foi o ano derradeiro das atividades regulares na casa, o documento assim dizia:

¹⁰² Idem, p. 162.

Concede autorização ao Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense na Província de S. Pedro, para continuar a exercer suas funções e aprova os respectivos Estatutos. Atendendo ao que representou a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Rio-grandense – estabelecido na Província de São Pedro e de conformidade com o parecer da Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 7 de julho do corrente ano: Hei por conceber ao mesmo Instituto autorização para continuar a exercer suas funções, e Aprovar os respectivos Estatutos, ficando as alterações que neles se fizerem sujeitas a aprovação do Governo Imperial, e substituindo-se o art. 3º pelo seguinte: - O Instituto poderá estabelecer prêmios para as composições que tratem dos assuntos no art. 1º, assim como poderá dar, dentro do recinto de suas sessões, as demonstrações de apreço, que julgar apropriadas aos sócios e qualquer outras pessoas que lhe tenham prestado serviços relevantes em relação àqueles mesmos assuntos. O Marquês de Olinda, Senador do Império, Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Outubro de mil oitocentos sessenta e três, quadragésimo segundo da Independência e do Império.¹⁰³

Dentro em pouco, teria início a Guerra das Províncias Unidas contra o Paraguai e é provável que esse conflito tenha tido grande influência para o desaparecimento da *Revista*.¹⁰⁴ Vários dos membros do IHGPSP eram políticos e militares e, portanto, pessoas envolvidas diretamente na guerra, caso de seu presidente, o Barão de Porto Alegre. Da mesma forma, foi no ano de 1863 que teve início a dissidência partidária dos liberais rio-grandenses “puros”, que levaria à criação do Partido Liberal (Radical) no Rio Grande de São Pedro, sob a batuta de Félix da Cunha. Esse novo partido recusou a estabilidade das instituições imperiais e se mostrava abertamente favorável à autonomia das elites locais, o que era um problema para o governo centralizado de D. Pedro II e sua administração nas províncias.¹⁰⁵ O apoio do Partido Liberal Progressista à Guerra contra o Paraguai foi o ápice da deflagração da crise do partido

¹⁰³ CIBILS, Luís Alberto. “Institutos Históricos e Geográficos Anteriores”. In: *Revista do IHGRS*, vol. I, n. 135. Porto Alegre, 2000, p. 10.

¹⁰⁴ Armando Dias de Azevedo, sócio do IHGRS e neto do Capitão Antônio Dias da Costa, membro do IHGPSP, assim explica a extinção do velho Instituto: “A morte prematura de vários sócios, inclusive, em 1862, a do meu avô, e a Guerra do Paraguai fizeram com que a instituição se extinguisse”. Mais recentemente, Luís Alberto Cibils, também membro do IHGRS, apresenta a mesma opinião de Azevedo e de um colega de ambos, Florêncio Abreu. Diz ele: “Florêncio Abreu aponta a Guerra do Paraguai, com a invasão da Província, reclamando o concurso de todos na defesa da pátria, como causa precípua da extinção do Instituto, com a dispersão de seus membros”. AZEVEDO, Armando Dias de. “O Jubileu de Ouro do Instituto Histórico”. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 de agosto de 1970, s/p.; CIBILS, Luís Alberto. op.cit., p. 11.

¹⁰⁵ O Partido Liberal Histórico, reorganizado por Félix da Cunha, tinha entre seus membros mais destacados Gaspar Silveira Martins e Manuel Luís Osório. TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991, p. 29.

e sua dissolução. O IHGPSP, diretamente ligado ao liberal-progressismo, segundo Lazzari, não sobreviveria a sua derrocada. Para ele,

Mesmo que não fosse um ato declaradamente partidário, a criação do Instituto Histórico e Geográfico rio-grandense fez-se pela iniciativa dos notáveis e homens de letras do liberal-progressismo e de certa forma celebrava a fidelidade da província ao Estado imperial sob o ponto de vista deste partido. Embora não se tenha condições de fazer um levantamento preciso, seria razoável supor que boa parte de seus sócios efetivos e correspondentes tenham abandonado o Instituto à medida que rompiam com o partido e aderiam aos liberais.¹⁰⁶

Caldre e Fião, um dos sócios fundadores do IHGPSP, bem como os correspondentes Canabarro, José Amaro d'Ávila e Henrique Francisco d'Ávila são exemplos de associados que se filiaram ao Partido Liberal de Félix da Cunha.

Porém, não se pode comprovar, por falta de indícios, que o IHGPSP tenha de fato desaparecido completamente nesse período de conflito bélico. Nem mesmo a hipótese de que sua *Revista* circulou pela última vez em 1863 é clara. O Reverendo Baptista Hafkemeyer, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e correspondente do IHGB, por exemplo, diz ter visto uma *Revista Trimensal* datada de 1864. Embora tenha sido ele quem forneceu, até os dias de hoje, as melhores explicações sobre o desaparecimento do Instituto, sua afirmativa a respeito de ter visto o último fascículo referente a 1864 parece confusa, já que Hafkemeyer caracteriza esse número de 1864 como sendo o primeiro do quarto ano de publicação da *Revista* quando, na verdade, ao quarto ano de publicação corresponderia o ano de 1863 e não 1864. Assim, é mais provável que o religioso tenha tido contato não com uma publicação de 1864 e sim com último e raro número de 1863, preciosidade que, como se viu anteriormente, foi achada apenas nas últimas décadas do século XX, na biblioteca do IHGB e reeditada somente em 1982, pela *Revista do IHGRS*.

A despeito disso, Baptista Hafkemeyer, baseado em discursos do Barão de Porto Alegre, foi quem forneceu os esclarecimentos mais convincentes sobre a baixa atividade do IHGPSP a partir da eclosão da guerra. Segundo Hafkemeyer, ainda em 1869, época em que o Barão, até então envolvido no conflito armado contra o Paraguai, regressava do Rio de Janeiro, a instituição ainda existia, embora suas atividades não fossem muito constantes. Um

¹⁰⁶ LAZZARI, Alexandre. op. cit., p. 61.

dos motivos que não permitiam as reuniões regulares era o fato de vários sócios da agremiação ainda estarem nas frentes de batalha. De acordo com ele,

A revista já não existia mais. Vi o primeiro fascículo do quarto anno 1864, e não me consta ter sahido mais. Era mau agouro. Abandonar a publicação indicava diminuição de forças, de interesses e de animação para a nobre causa do Instituto. Tudo isto tinha existido e já não havia forças para sustentar o pequeno esforço que a tão modesta revista exigia. A animação que o publico lhe devia fazer era mesquinha e, provavelmente, também os meios pecuniários bastante escassos. A Revista pode ser considerada como o pavilhão visível do Instituto que dá á associação consistência que as reuniões ordinárias não podiam dar. Nestas, os sócios tinham de ordinário apreciar a rhetorica – como se vê pelas actas do Conde e da revista e já por isso nem todos se sentiam attrahidos, que gostariam de uma occupação e discussão seria de factos históricos.¹⁰⁷

Hafkemeyer publicou integralmente na *Revista do IHGRS* importantes preleções que o Barão de Porto Alegre teria feito na qualidade de presidente do IHGPSP em duas ocasiões especiais: quando de sua ida para a Guerra contra o Paraguai e no regresso dos campos de batalha. No primeiro discurso, bastante curto, Manoel Marques se despedia de seus colegas de agremiação e observava, mais uma vez, a importância do trabalho da instituição. Para ele, que se via como testemunha viva dos fatos, era de vital importância “honrar os nomes dos bravos” rio-grandenses que lutavam pelo Brasil.¹⁰⁸ Assim, o presidente do IHGPSP pedia a seus compatriotas que fizessem esse serviço ao país, “especialmente a esta Província, dando ao mesmo tempo aos vossos nomes um lustre immorredouro”.¹⁰⁹ Como que o recado final de alguém que partia rumo à incerteza, o Barão não dispunha de tempo e nem de eloquência suficiente para se estender nas palavras, sendo bastante direto: pedia aos colegas de instituição que preservassem, através da história, a vida dos homens ilustres, conferindo-lhes vida eterna através do lançamento de “seus nomes gloriosos nas columnas do Templo da memória”.¹¹⁰ Firmando como que um pacto com a história, o Barão assinalava: “Contae commigo, como eu

¹⁰⁷ HAFKEMEYER, J.B. “Manoel Marques de Souza”. In: *Revista do IHGRS*, III e IV Trimestre, Anno III. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1923, p. 280.

¹⁰⁸ PORTO ALEGRE, Conde de apud HAFKEMEYER, J.B. op. cit., p. 278.

¹⁰⁹ Idem, ibidem.

¹¹⁰ Idem, ibidem.

conto com a vossa illustração e patriotismo”.¹¹¹

No discurso do regresso, o Barão de Porto Alegre estava diferente. Suas palavras bem cuidadas e agora carregadas de retórica demonstravam uma urgência de outra ordem. Não era mais a partida apressada e a luta contra o tempo e contra os esquecimentos que o passar desse tempo poderia provocar que perturbavam o Barão. O que o inquietava era a possibilidade de ver perdido o trabalho do Instituto. Por isso, se dispôs de sua experimentada eloquência para revigorar os ânimos de uma instituição que parecia enfraquecida pela ação dos acontecimentos. Aos companheiros, solicitava:

O nosso silencio ante esta importante travessia do tempo tem sido um resfolegar, em que tereis junto muito cabedal para a tradição que vos estava confiada. Reparastes: é mister que vos levanteis, e que mostreis á provincia que sois dignos della e de memorar muito feito titânico, muitas aspirações, muitas lições proveitosas. Tendes muito a fazer, o concurso de novos homens de letras ser-vos-á preciso; a reorganisação de vosso quadro social será obra que vos deva ocupar, e que absorverá vossos cuidados.¹¹²

Na época, estava o Barão adoentado. Talvez por isso, mais sereno. Possuidor da experiência de ter estado à frente do Instituto por tantos anos, aconselhava os companheiros de casa a buscarem a reestruturação da agremiação, a fim de continuar os trabalhos iniciados havia quase uma década. Segundo ele, discordâncias partidárias não deveriam impedir tal retomada. Para o Barão,

A provincia é rica de homens de intelligencia: a congregação delles nos trabalhos do Instituto será uma manifestação patriótica, sem que isso impeçam as diversas crenças ou princípios políticos que professão: porque é verdade que os homens illustres pertencem á pátria e não ás facções, e que a sua inscripção no livro da posteridade é obra de todos, de quantos presam a honra da geração em que vivem; e o bem estar e aperfeiçoamento da humanidade.¹¹³

No seu entendimento, a tarefa de prosseguir com a missão a que se delegaram os

¹¹¹ Idem, p. 279.

¹¹² Idem, ibidem.

¹¹³ Idem, p. 280

homens de letras da Província de São Pedro permanecia inabalável. Em suas palavras:

A memoração dos feitos illustres dos nossos homens vos está confiada, mas também a historia, a geração do porvirvos fará justiça honrando vossos serviços, os esforços de vossa intelligencia. O estado das letras, se é o que exige menos perigo, não é o menos glorioso para aquelles que sabem vencello.¹¹⁴

Esses discursos, reveladores da difícil situação em que se encontrava a instituição, não chegaram a ser impressos pelo periódico, que, pelo que até aqui se sabe, já não era editado naquela época. E o Instituto, ainda que tenha se mantido por mais algum tempo (que não se sabe ao certo qual foi), não se recuperaria. Para Hafkemeyer, isso se deu porque a política estava dominando, na época, todos os interesses.¹¹⁵ Em parte, tendo a questionar essa conclusão, já que em 1868, a Província de São Pedro viria surgir o Partenon Literário, instituição duradoura e de grande importância para as letras da província. Essa agremiação contava, inclusive, entre seus sócios, com vários nomes ligados ao Instituto Histórico, como Caldre e Fião, que seria escolhido presidente de honra do Partenon. Foi, inclusive, na sede do Partenon Literário, que o Conde de Porto Alegre encontraria guarida para retomar os trabalhos do Instituto, em 1870.¹¹⁶

Uma informação de Hafkemeyer leva à conclusão de que a situação da associação não melhoraria após o findar da Guerra contra o Paraguai. Citando cartas que Caldre e Fião teria escrito ao seu amigo Conde de Porto Alegre, diz o autor:

¹¹⁴ Idem, ibidem.

¹¹⁵ Idem, ibidem.

¹¹⁶ Encontrei, no Arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, documentação que mostra como, em 1870, o IHGPSP tentava dar prosseguimento a seus trabalhos. Por três dias consecutivos, foi publicada na seção de anúncios do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal, o seguinte aviso: “Instituto Historico Geographico. De ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tenente-general Conde de Porto Alegre, presidente d’esta sociedade, convido todos os sócios do Instituto a comparecerem em sessão ordinária, no domingo 23 do corrente, ás 11 horas da manhã, na sala do Parthenon, a fim de marcar-se o dia da posse da nova mesa, organizar-se o novo quadro de sócios, e propôr-se as mais providencias necessárias. Da sala das sessões do Instituto. 16 de janeiro de 1870. O primeiro-secretário Ignacio Manoel Domingues. N° 81”. Pesquisei todos os números preservados do jornal referentes ao primeiro semestre de 1870 e não consta mais nenhuma referência ao IHGPSP. Procurei, ainda, referências à atuação da instituição no ano de 1872, pois Hafkemeyer afirma que a associação ainda existia no referido ano, mas também nada encontrei no jornal a esse respeito. *A Reforma*, Porto Alegre, 21 de janeiro de 1870, p. 2.

Estava este interessadíssimo pelo Instituto, mas nas cartas escritas ao Conde, cheias sempre e interessantes, pouquíssimas vezes e como postscriptum entra uma notícia sobre o Instituto. A 16 de fevereiro de 1871 escreve: “O Instituto não tem se reunido, porque diz-me o dr. Ignácio, o Sr. Andradesinho tem posto suas dificuldades na entrega do Archivo. Veremos o que se pode fazer”. E a 7 de maio do anno seguinte: “O Instituto vegeta, enquanto V.E. aqui não chega – os sócios tudo esperam de V. E.”¹¹⁷

Essas linhas revelam que talvez já não fosse possível à associação permanecer ativa sem a presença constante e animadora de seu presidente, modelo do grande homem que as páginas do periódico tencionaram perpetuar como sendo as do herói rio-grandense por excelência.¹¹⁸ Era como se as palavras do discurso de abertura do Instituto agora pudessem ser aplicadas ao novo contexto: “O facho da guerra tudo incendeia”.¹¹⁹

Junto ao desgaste de uma luta prolongada, veio a desilusão. Já não se podia impunemente “salvar do esquecimento” os atos bravos dos heróis militares da história brasileira, defensores de uma monarquia que mais do que nunca deixava de representar os desejos e aspirações da nova geração de homens de letras que despontava no cenário rio-grandense.

Em 1870, o cenário havia mudado consideravelmente no Império do Brasil. O momento diferia sobremaneira daquele observado no já distante ano de 1854, no qual o relatório de Joaquim Manoel de Macedo expunha as épocas que deveriam dividir a história da nação. Naquela ocasião, dizia ele:

Os tres primeiros seculos, que se arrastaram depois da descoberta do venturoso Cabral, pertencem à infância e à servidão do Brazil: (...) E quando

¹¹⁷ HAFKEMEYER, J. B. “Manoel Marques de Souza”. op. cit., p. 280.

¹¹⁸ No dia 11 de julho de 1873, o jornal *A Reforma* publicou uma notícia intitulada “O Sr. Conde de Porto Alegre”, assinada por Caldre e Fião. Era um relato do médico explicando que o Conde ficara muito doente devido à sua participação na Guerra do Paraguai. Caldre informa ter, por dois anos, cuidado pessoalmente do enfermo, que se encontrava convalescendo em sua fazenda, a Santa Maria, agora sob os cuidados do Dr. Jonathan Abott. Segundo Caldre, “A invasão d’esta província em que se apresentou como voluntario da pátria o Sr. Conselheiro Conde de Porto Alegre, tenente-general reformado, e a sua marcha para as fronteiras da Confederação Argentina, e o theatro da guerra que até então se fazia sobre o Passo da Pátria, onde commandou o 2º Corpo do Exército, que organisára n’esta província, arruinaram sensivelmente a saúde de S. Ex.”. À notícia de Caldre, seguiu-se um texto, onde o novo médico explicava aos leitores d’*A Reforma* o tratamento a que fora submetido o Conde, além de um terceiro texto, onde era o próprio Conde que agradecia aos médicos. CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. “O Exm. Sr. Conde de Porto Alegre”. *A Reforma*, Porto Alegre, 11 de julho de 1873, p. 1.

¹¹⁹ *Revista do IHGSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 171.

o período descuidoso da infância, em que não podia haver poesia nacional, e, portanto menos ainda a história, passou enfim para o Brasil, elle sentiu-se abatido sob o peso de uma compressão systematica: a política egoistica da metropole (...): O Brazil começava já a ufanar-se das asppirações e do gênio de seus filhos; mas as aspirações do patriotismo esvaíam-se em inuteis esforços, os cantos do genio eram ainda acompanhados pelo tinir das cadêas, e os Brasileiros que tinham direito de querer ser um povo irmão, e que so formavam um povo escravo, deviam antes pensar na historia, cuidar da liberdade. Em 1808 o Brazil arrancava-se ao abatimento de tres séculos se saúda com o entusiasmo a véspera da emancipação. (...) O primeiro passo para uma revolução gloriosa estava dado. (...); e a colônia, que se tornava reino, não consentiria mais em humilhar-se de novo; a sabedoria do rei o previu, e quando novos e extraordinários acontecimentos o forçavam a voltar para Portugal, o Sr. D. Pedro, que havia de ser o primeiro imperador do Brazil, ouviu nas ultimas despedidas de seu real pai a prophesia da nossa independência. A época já era, portanto, gloriosa; mas ainda não a mais própria para a inauguração do templo da historia: nas próximas lutas patrióticas, que se auguravam, antevia-se a possibilidade de renhidas batalhas: *os Xenophontes deviam combater antes de escrever; preparavam, pois, as espadas e ainda não se lembravam das penas.*¹²⁰

Inspirados pelo IHGB, os heróis militares do Instituto Histórico regional também precisaram “combater antes de escrever”, privilegiando a espada em detrimento das demais armas que possuíam. Renunciaram às penas e abdicaram dos escritos. Todavia, no derradeiro retorno do campo de batalha, já cansados, foi-lhes difícil demais retomar os trabalhos e reerguer a agremiação e, não conseguindo mais cumprir sua “missão”, tiveram que se retirar da luta travada em nome da escrita da história da pequena pátria. Deram, então, lugar a novos combatentes. Homens que renunciaram às armas em prol da literatura.

Porém, alguns dos velhos lutadores não arrefeceram, permanecendo vinculados à causa e se unindo ao nascente Partenon Literário. Foi o caso de Caldre e Fião, o literato que serviu como elo entre a proposta de coligir e ajuntar documentos do Instituto e o ímpeto narrativo que caracterizaria o grupo partenonista.

¹²⁰ MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatorio do primeiro secretario o Dr. Joaquim Manoel de Macedo” apud CEZAR, Temístocles. “Une Poétique de l’histoire: le romantisme à L’IHGB”. In: *L’écriture de l’histoire ao Brésil au XIX^e siècle...*, pp. 101-102. Grifos meus.

Capítulo 2

O Partenon Literário: a promoção do homem rio-grandense à condição de herói

Em um estudo dedicado à memória de Apolinário Porto Alegre, assim se manifestava Antonio Carlos Machado sobre o “acontecimento” denominado Partenon Literário:

A fundação do PARTHENON, que marcou uma etapa interseccional na evolução mental do Rio Grande, turvou o amodorrado ambiente provinciano e azou ensejo a magníficas afirmações espirituais. Efetivamente, o que é preciso ver nele, antes e acima de tudo, é o centro irradiante que foi. O seu grande e desaveriguado mérito está em ter concorrido preponderantemente para o florescimento das letras estremenhas numa época em que o manejo da pena, mesmo na corte, constituía tarefa ingrata e sempre despremiada. Não haverá ninguém que de boa fé ouse dizer o contrário. (...) Quase que não se erra dizendo que o PARTHENON foi um dos mais importantes movimentos literários surgidos no Brasil durante a segunda metade do século XIX.¹

A citação acima é resultado de uma conferência que Machado apresentou, na sede da Federação das Academias de Letras do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1944. Na ocasião, se comemorava o centenário do nascimento de Apolinário Porto Alegre. Portanto, a preleção de Antonio Carlos Machado deveria centrar-se na figura do literato. Contudo, não é o que acontece: o autor acaba dissertando muito mais sobre o Partenon que sobre Apolinário, de modo que a impressão que se tem é que Apolinário foi usado como um pretexto para se falar da associação.

Apolinário foi, com certeza, um dos grandes expoentes das letras rio-grandenses no século XIX e sua obra é até hoje revisitada e estudada em trabalhos acadêmicos, principalmente nas áreas de Letras e História. A trajetória de vida do literato está inseparavelmente ligada a do Partenon Literário e é praticamente impossível pensar a instituição sem pensar a ação que Apolinário exerceu para sua manutenção. Da mesma forma, e a conferência aqui elucidada confirma, pode-se dizer que seria difícil pensar em Apolinário sem pensar no Partenon. Também seria complicado falar em Aquiles, Apeles, José Bernardino, Luciana de Abreu ou Caldre e Fião sem tratar da dedicação que todos esses

¹ MACHADO, Antonio Carlos. *O solitário da Casa Branca. A sua vida, a sua obra, a sua época*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1945, pp. 16-17.

escritores oitocentistas tiveram para com a associação literária. O exemplo colhido no texto de Machado ilustra essa impressão.

Talvez o que tenha levado o autor a naturalmente enfatizar em seu discurso mais a associação que seu homenageado, esteja no grande sucesso que o Partenon Literário efetivamente obteve enquanto associação literária, pois a agremiação representou o caso mais bem-sucedido de associativismo cultural na província durante o Oitocentos. Para compreender os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX, assim como o princípio de um processo de panteonização de heróis e homens ilustres rio-grandenses e de formação de um regionalismo literário na província, é indispensável conhecer o Partenon e a produção escrita que daquele espaço derivou. O presente capítulo tentará dar conta dessa tarefa.

2.1. Efervescência cultural? As tentativas de fundação de revistas literárias

Foi no período anterior ao surgimento do Partenon Literário que se deu uma maior movimentação nas letras provinciais. Desde 1856, quando se fundou a primeira revista destinada à literatura na Província de São Pedro, havia um grupo de escritores se dedicando, como diz Guilhermino Cesar, a “descobrir o Rio Grande para a vida literária”.² Todos eles constituíam o que Cesar denomina “primeira floração romântica” no Rio Grande do Sul.³ Porém, o autor destaca que esses escritores pertenciam a uma corrente herdeira do lirismo português (com poetas de um lirismo “casimiriano”, antes mesmo de Casimiro de Abreu) e isenta de traços localistas.

Quando a Sociedade Partenon Literário apareceu, em 1868, as apostas do grupo que a criou eram altas, como se depreende a partir da leitura de um dos entusiasmados textos inaugurais da associação, escrito há mais de 140 anos:

O dia 18 de junho de 1868 marcou uma grande época. Ergueu-se um monumento. Os alicerces foram lançados sob os auspícios de horrenda tempestade... Parecia que terra e céus conspiravam contra uma idéia em sua sublime realização. (...) O dia 18 de junho abriu o ciclo literário na província, que até então não pudera reunir um núcleo, onde a luz civilizadora se concentrasse nos certames científicos, nos pleitos da tribuna e na discussão transcendente

² CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2006, p. 184.

³ Idem, p. 23.

sobre o verdadeiro, o bom e o belo.⁴

Para o jovem grupo partenonista, sua obra nascente era inédita e naquele momento mesmo de fundação foi por eles tomada como um acontecimento de grande importância na vida cultural da província. O mais interessante é que o episódio, até hoje, é saudado pela bibliografia especializada com igual entusiasmo, tal foi o poder de persuasão que teve aquela mocidade em autopromover sua empresa.⁵ Na intenção de buscar espaços de atuação no cenário local, esses moços não se furtaram em considerar imenso o tamanho do “sacrifício” de sua empreitada, da qual se regozijavam:

Esta, graças à boa-vontade de alguns obreiros que medem a grandeza da obra pela extensão do sacrifício, veio felizmente a lume. É o Partenon Literário. (...) O Partenon criou uma tribuna, para a pugna oratória; uma biblioteca, onde reunirá as obras mais importantes relativas à grandiosa trindade de seus estudos; filosofia, história e literatura; aulas noturnas para os sócios que quiserem dedicar-se sem dificuldades ao granjeio da ciência; e afinal uma revista tão necessária, como as outras criações.⁶

Com a intenção clara de investir no desenvolvimento das letras rio-grandenses, a proposta e o programa do grupo que fundou o Partenon Literário eram ambiciosos, principalmente em uma província sempre lembrada pelas divergências políticas para com o Império e pelas práticas militares nas variadas guerras em que esteve envolvida. Todavia, o grupo do Partenon, formado na maior parte por uma novíssima geração de rio-grandenses, não desejava misturar a literatura que tentava afirmar com questões que envolviam disputas

⁴ PORTO ALEGRE, Apolinário. “Partenon Literário (Instalação)”. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, n. 40 (jun. 1980), p. 11.

⁵ Othelo Rosa, em conferência proferida no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, por ocasião do aniversário de 80 anos da fundação do Partenon Literário, assim se referia à sociedade oitocentista: “(...) o maior movimento de idéias de que há memória entre nós, do Rio de Janeiro para baixo, como do Rio de Janeiro para cima. Maior pela amplitude e variedade de seus desígnios e propósitos; maior pelo número de homens de letras, e de simples associados, que congregou; maior pela influência que exerceu, que não se limitou a Porto Alegre, irradiando pela Província inteira, e compreendendo não só a literatura como a vida política e social”. Mais adiante, o autor afirma que a cerimônia em que orava, era “uma solene reparação” ao pouco e injusto reconhecimento que se dava à instituição. Para ele, “o Rio Grande do Sul, em grande parte, desconhece o valor exato e real significado do ‘Parthenon Litterario’. Fora daqui, então, a inciência é absoluta e total. Temos sido negligentes e injustos com a memória daquele grupo, numeroso e brilhante, de homens de pensamento e de ação, que ao signo do templo maravilhoso em que a arte de Phídias esculpiu a glória da Grécia, desenvolveu em Porto Alegre uma ação cultural de altíssimo relevo”. ROSA, Othelo. “O Partenon Literário – Conferência do Sr. Othelo Rosa”. In: *Revista do IHGRGS*, n. 109 a 112. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1948, pp. 166 e 169.

⁶ PORTO ALEGRE, Apolinário. “Partenon Literário (Instalação)”. op. cit., p. 12.

político-partidárias. Para Lazzari,

(...) se o malgrado IHGPSP foi condenado ao esquecimento, a sociedade de letrados que o sucedeu em Porto Alegre conquistaria renome e um lugar na memória literária do Rio Grande do Sul, embora a obra deste grupo tenha permanecido à margem dos estudos da história da literatura brasileira, normalmente centrados nos autores canônicos. Fundada em 1868, em meio à euforia que anunciava a vitória brasileira na Guerra do Paraguai, a Sociedade Parthenon Litterario tinha como uma de suas finalidades consagrar um *espaço exclusivo de afirmação das letras na província, independente dos interesses da política partidária*.⁷

Uma parte considerável dos envolvidos na fundação do Partenon fazia parte de um grupo ligado às instituições de ensino da província, uma “nova geração de cidadãos cultos nascidos após a guerra de 1835-45”.⁸ Fizeram-se conhecer, inclusive, como “a mocidade do Parthenon Litterario” e tinham idades em torno dos vinte anos. Esses moços, extremamente ilustrados, não ignoravam os problemas da realidade nacional - como a escravidão, que combatiam solenemente - e defendiam princípios republicanos em face de uma monarquia com a qual não conseguiam se identificar.⁹ Muitos deles, como se verá posteriormente, além de terem ocupações ligadas à educação, trabalharam e fundaram jornais no Rio Grande do Sul. Estavam, enfim, em busca de espaços possíveis que lhes permitissem cultivar uma literatura genuinamente rio-grandense.

Cássia Silveira lembra que a literatura brasileira da época era “parte de um sistema complexo de relações sociais”, onde eram muitos os papéis que poderiam ser exercidos por um mesmo cidadão: na política, na carreira pública ou no profissionalismo liberal e, também, na literatura.¹⁰ Enfim, não havia qualquer profissionalização para o homem de letras

⁷ LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 62. Tese (Doutorado em História). Grifos meus.

⁸ Idem, p. 62.

⁹ Lazzari identifica que havia, contudo, uma ambigüidade no grupo partenonista a ser levada em conta. Essa dizia respeito à continuidade ou ruptura para com o passado provincial, já que muitos associados da casa eram provenientes da geração de literatos anterior e que não separava, como no Partenon, sua ação político-partidária da vida cultural. Entre esses nomes, estava o do presidente de honra do Partenon, o médico e poeta Caldre e Fião. A admiração do grupo pela figura do jornalista liberal Felipe Bethbezé de Oliveira Nery, também apontada por Lazzari, é outro indício que revela um paradoxo no grupo entre a adoção de uma postura de ruptura ou a aceitação e reconhecimento de heranças e continuidades em relação ao passado. Idem, p. 63.

¹⁰ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 14. (Mestrado em História).

oitocentista. E, conforme Silveira, é justamente o desempenho desses letrados em inúmeros papéis e em diversas esferas da vida pública que influenciava na produção literária e nas lógicas de relação do meio letrado no século XIX. Segundo ela,

Os recursos oriundos de outras esferas eram utilizados para ascender nas letras e os recursos das letras eram utilizados para ascender em outras esferas. (...) O *Parthenon Litterario*, nesse sentido, se constituía em uma possibilidade de consagração, mas que não era autônoma, não era exclusivamente literária.¹¹

A autora afirma que existia, nesse sentido, uma nítida separação entre literatura e política para os partenonistas:

A compreensão geral destes agentes era a de uma separação clara e intransponível entre as duas áreas, como se, inclusive, o contato fosse pernicioso: a política macularia a pureza da literatura. (...) Ou seja, na compreensão do periódico, o poeta deveria resistir às tentações da política, pois esta poderia seduzi-lo, tornando-o ambicioso de glórias fáceis e, muitas vezes, mesquinhas. Envolvido em intrigas partidárias o literato perderia uma de suas principais qualidades: a sensibilidade, o coração aberto e puro.¹²

Isso não impedia que muitos literatos, inclusive do grupo partenonista, participassem ativamente da vida política. Justamente, esse foi o objetivo da pesquisa de Silveira acerca do Partenon Literário: compreender como eram acionados os vínculos que o grupo possuía em outras esferas que não a literária visando à obtenção de vantagens tanto para a associação quanto para seus sócios. Da mesma forma, ela procurou compreender como os vínculos literários desses associados os permitiu adquirir benesses em outras esferas.¹³

Entre essas “outras esferas”, estava a imprensa. Os homens de letras rio-grandenses, literatos responsáveis por aquele que ficou conhecido como um período de grande “efervescência” na vida cultural da província, mantinham contatos bastante próximos com a imprensa periódica local. No intrincado jogo de relações entre política, literatura e imprensa jornalística na Província de São Pedro, o primeiro e mais eficaz meio de divulgação do fazer

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Idem, *ibidem*.

¹³ Idem, p. 5.

literário foi o jornal, mesmo que essa literatura não tivesse muito espaço nesses periódicos.¹⁴

Em um texto até agora inédito, Mauro Póvoas destaca que uma divulgação mais efetiva da literatura no Rio Grande do Sul oitocentista ocorreria principalmente entre as décadas de 1850 e 1880, na chamada “fase de consolidação” da historiografia rio-grandense.¹⁵ A partir de 1850, poemas e contos começaram a ser difundidos em jornais e revistas.¹⁶ Nessa época, o Rio Grande de São Pedro estava definitivamente incorporado ao Império e a imprensa ganhou um novo ânimo.

Athos Damasceno Ferreira caracteriza essa imprensa rio-grandense da segunda metade do século XIX como “inspirada e atuante”. Era um tempo, como ele assinala, “em que a natural carência de meios de toda ordem não podia ser propícia à indústria, comércio e propagação do livro”.¹⁷ Deste modo, os periódicos seriam, para o autor, meios de “difusão cultural” mais acessíveis “a toda classe de leitores”.¹⁸ Em sua tese de doutoramento, Póvoas apresenta perspectiva semelhante àquela de Damasceno. Segundo ele,

(...) se hoje temos um quadro de relativa estabilidade, numa imaginária linha temporal que fosse traçada tendo como perspectiva o sistema literário sul-rio-grandense, as revistas do século XIX, mesmo que em geral pouco citadas ou mesmo ausentes dos estudos críticos-literários, assumem importância capital devido à facilidade com que chegavam às mãos dos

¹⁴ Dillenburg chama atenção para esse fato. Segundo ele, “a imprensa no Rio Grande do Sul, nos seus primeiros tempos, caracterizou-se como um eficiente instrumento aos interesses das correntes político-partidárias . (...) A política, assim, ocupava o maior espaço das páginas dos periódicos de então, ficando os demais assuntos, como a literatura e os problemas comunitários relegados a um plano secundário. Quem primeiro apontou esta falha foi Apolinário Porto Alegre quando, no editorial publicado no primeiro número da *Revista do Parthenon Litterario*, registrava o descontentamento dos intelectuais”. DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987, p. 7.

¹⁵ A divisão utilizada por Póvoas – aqui também adotada - e que estabelece três fases distintas para a historiografia da imprensa rio-grandense é fornecida pela obra *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. As fases apontadas são as seguintes: fase inicial (1827-1845), que vai do surgimento de *Diário de Porto Alegre*, primeiro jornal do sul do país, até o término da Guerra Civil Farroupilha; fase de consolidação (1845-1895), subdividida em três partes, todas elas pontuadas pelo aparecimento de jornais importantes no Rio Grande. Assim, essa subdivisão traz as datas de 1845 até 1869, quando surge *A Reforma*; de 1869 a 1884, quando aparece *A Federação* e de 1884 até 1895, ano de fundação do *Correio do Povo*. A terceira fase, chamada “fase moderna”, teria como marco inicial o ano de 1895, seguindo até os dias atuais. SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Corag, 1986, pp. 15-16; PÓVOAS, Mauro Nicola. *No rastro do Partenon Literário*. Porto Alegre: PUCRS (mimeo), 2006, p. 6. Texto gentilmente cedido pelo autor.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975, p. 13.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

leitores, numa época em que o livro era muito pouco disseminado. Nesse processo, *O Guaíba* assume papel vital, por ser o primeiro periódico a agrupar uma lista de nomes que gira em torno da literatura escrita, numa região em que guerras e conflitos tomavam boa parte do tempo das pessoas.¹⁹

A citada revista *O Guaíba* é o primeiro periódico literário lançado na província. Teve direção de dois homens importantes no desenvolvimento das letras provinciais: Carlos Jansen e João Vespúcio de Abreu e Silva. Ambos, inclusive, se tornariam, a partir de 1860, associados do IHGPSP. Como colaboradores desse periódico literário pioneiro, figuraram outros nomes respeitáveis para a história da imprensa rio-grandense. Muitos deles, também, se ligariam ao IHGPSP, ao Partenon ou, em alguns casos, a ambas as associações: Félix da Cunha, Miguel Meirelles, Rita Barem de Melo, Ulhôa Cintra, Ignácio de Vasconcellos Ferreira, Frederico de Villeroy e Eudoro Berlink, entre outros. Para Dillenburg, *O Guaíba* “foi o primeiro periódico a dar guarida aos poetas e prosadores rio-grandenses, levando aos leitores gaúchos as idéias, aspirações e talentos de nossos primeiros literatos”.²⁰

O Guaíba desapareceria em 1858, sendo sucedido pelo *Álbum de Domingo*, que começou a ser publicado no final de 1860 e, portanto, esteve em atividade quando a *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro* começou a circular. Athos Damasceno julga o *Álbum de Domingo* um semanário menos importante que *O Guaíba*, embora reconheça “que não ficou muito aquém” deste.²¹

Ainda são registrados outros empreendimentos literários em Porto Alegre antes do nascimento daquele que seria o órgão literário mais importante da imprensa rio-grandense no século XIX, a *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario: O Diógenes* (1863- 1864), *O Ipiranga* (1863), *Atualidade* (1867) e, lançado simultaneamente ao periódico partenonista, em 1869, *O Relâmpago*. Na cidade de Rio Grande, surgiria, ainda, *Arcádia* (1867-1870), outro periódico literário de grande envergadura na literatura rio-grandense. Guilhermino Cesar lembra que, nessa época, “Porto Alegre não havia ainda adquirido completo domínio sobre a vida cultural da província”.²² E a *Arcádia* teve ampla influência nas letras provinciais,

¹⁹ PÓVOAS, Mauro Nicola. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. Porto Alegre: PUCRS, 2005, p. 16. Tese (Doutorado em Letras)

²⁰ DILLENBURG, Sérgio Roberto. op. cit., p. 23.

²¹ FERREIRA, Athos Damasceno. op. cit., p. 30.

²² CESAR, Guilhermino. op. cit., p. 167.

contando com a participação de alguns dos mais atuantes e conhecidos escritores da província, vários deles também colaboradores do Partenon, a saber: Bernardo Taveira Junior, Apolinário Porto Alegre, Menezes Paredes, Caldre e Fião, Nicolau Vicente Pereira, Vasco de Araújo e Silva, Carlos Eugenio Fontana, Aquiles Porto Alegre, Lobo da Costa e Frederico de Villeroy, entre muitos outros. Sobre a *Arcádia*, assim se manifesta Cesar:

Bem cuidada, bem impressa, publicando o que se escrevia de melhor na província, a *Arcádia* por mais de três anos divulgou exclusivamente matéria literária e pesquisas históricas. E quando já começava a entrar no ocaso, apareceu em Porto Alegre a *Revista Mensal do Partenon Literário*.²³

De acordo com Cesar, foi com *O Guaíba* e *Arcádia* que o movimento romântico se iniciou na província. Para o autor,

Através das páginas d'*O Guaíba* e da *Arcádia* os poetas e escritores rio-grandenses do século XIX tiveram o seu primeiro veículo de comunicação essencialmente literário; começaram a carrear os seus sonhos e ambições de glória para um movimento que se revestiria de singular importância: o Partenon. Mas o certo é que as duas primeiras revistas mencionadas haviam já aperfeiçoado o espírito e o gosto aos cânones do Romantismo, e mesmo divulgado algumas de suas peças mais expressivas. Quando Apolinário e seus companheiros fundaram a revista do *Partenon* a quadra inicial do movimento romântico fora já vencida com algum brilho.²⁴

Além de todas as revistas criadas em Porto Alegre e do estabelecimento da *Arcádia*, se constituiu, no ano de 1857, em Pelotas - cidade para onde, aliás, se transferiu a redação da *Arcádia*, pouco antes de seu fim - o *Araribá*, fundada pelo Barão do Arroio do Meio, Francisco Antunes Gomes da Costa.²⁵

Percebe-se, então, que o decênio compreendido entre a fundação de *O Guaíba* e o surgimento da Sociedade Partenon Literário é todo ele permeado por exemplos de revistas

²³ Idem, p. 179.

²⁴ Idem, p. 180.

²⁵ Idem, p. 194.

literárias a brotar na província. A maioria delas teve curta existência, caracterizada pelas dificuldades financeiras, mas é inegável que houve tentativas consideráveis se levarmos em conta a carência de publicações de períodos em período anterior a 1856. No entender de Guilhermino Cesar, no princípio da segunda metade do século XIX, os empreendimentos literários marcavam “tentativas de afirmação mental” na Província de São Pedro.²⁶ De acordo com ele, as letras provinciais somente alcançariam um maior desenvolvimento a partir dessa segunda metade do século XIX - momento em que o Rio Grande do Sul já se encontrava devidamente incorporado ao Estado brasileiro – e isso deve ser relacionado diretamente à dificuldade que a província enfrentou em se manter militarmente pacificada num período que se estendeu da ocupação do território e seu povoamento até o final do movimento farroupilha. Nesse mesmo sentido, afirma Póvoas:

Na verdade, os inúmeros conflitos, internos e externos, pelos quais a Província passou, aliados ao pouco desenvolvimento dos centros urbanos, devido à força do campo na economia, atrasaram o surgimento de manifestações significativas nos campos artístico e literário no Rio Grande do Sul, não permitindo uma maior expansão cultural e a formação de um mercado consumidor de literatura, com autores, editores e leitores. Junto a esses, outros fatores contribuíram para a inércia cultural: a falta de escolas e instrutores adequados, acarretando a falta de um público leitor; a tardia integração da Província ao território nacional, devido ao constante envolvimento da região em conflitos armados, determinados pelos mais diversos motivos (delimitação de fronteiras, crises econômicas, luta pela independência); a preocupação em primeiro consolidar a posição do Estado em outros níveis – econômicos e políticos, principalmente; e o atraso no desenvolvimento da imprensa em solo gaúcho (como de resto em toda a Colônia, em decorrência da proibição da existência de prelos em território brasileiro), sendo o primeiro jornal sul-riograndense, o *Diário de Porto Alegre*, de 1827.²⁷

Embora tenda a concordar com a linha de raciocínio do autor, enfatizo o emprego da expressão “inércia cultural”, que possui similitude com outra expressão frequentemente utilizada para caracterizar a produção escrita rio-grandense até a metade do século XIX, a do

²⁶ Idem, p. 193.

²⁷ PÓVOAS, Mauro Nicola. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX...*, p. 73.

“atraso cultural”.²⁸ Na Introdução deste trabalho, afirmo que a hipótese do “atraso cultural” deve ser relativizada por acreditar que a expressão possa soar pejorativa, de forma a não conseguir dar a dimensão necessária à situação vivenciada pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante esse período, além de fazer parte, ainda, de uma perspectiva evolucionista do conhecimento. Póvoas, em sua tese, não avança na discussão do “atraso cultural” e acaba enveredando por outro caminho explicativo mais apropriado para dar conta da situação cultural da província na ocasião anterior à entrada em cena da Sociedade partenonista: a da não existência de um “sistema literário” no Rio Grande antes do aparecimento do Partenon.²⁹

Portanto, parece mais adequado destacar que, mais que atraso cultural, a Província de São Pedro estava descobrindo, na segunda metade do século XIX, algo que na primeira metade do século foi impedida de viver, pelas inúmeras revoluções em que esteve envolvida. A dura e longa Guerra Civil Farroupilha durou cerca de dez anos e se iniciou justamente no período em que era publicada a primeira revista literária nacional, a referida *Niterói*, impressa em Paris no ano de 1836. É correto que a publicação de revistas literárias no Brasil seja apontada como marco de uma autonomia literária brasileira, num caminho de constituição de um ideário artístico nacional ainda na primeira metade do século XIX, conforme explica Flora Süssekind.³⁰ O que chama a atenção é o fato de as circunstâncias observadas pelo Rio Grande da primeira metade do século terem impedido a província de vivenciar acontecimentos semelhantes aos sofridos no centro do país.³¹ Porém, não se pode afirmar que o motivo foi tão

²⁸ E que o próprio Póvoas utiliza em trabalho anterior, conforme se nota na seguinte frase: “Os prenúncios do Realismo, no entanto, não impediram que o Romantismo tenha vicejado em terras gaúchas paralelamente ao seu declínio nos centros mais adiantados à época, em decorrência do atraso cultural da Província, antes aludido”. PÓVOAS, Mauro Nicola. *Literatura e Imprensa em Porto Alegre: A Revista Murrúrios do Guaíba (1870)*. Porto Alegre: PUCRS, 2000, p. 9. Dissertação (Mestrado em Letras)

²⁹ “Em outras palavras, anteriormente ao Partenon não existia um conjunto de produtores literários conscientes de seu papel, nem tampouco havia um conjunto de receptores, formando diferentes tipos de público – faltava a constituição efetiva de um sistema literário”. PÓVOAS, Mauro Nicola. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX...*, pp. 75-76.

³⁰ Além da *Niterói*, idealizada por Gonçalves de Magalhães e Sales Torres Homem, surgiu a *Minerva Brasileira*, em 1843, com Torres Homem como relator e Gonçalves de Magalhães, Silva Maia, Joaquim Caetano da Silva e Joaquim Norberto como colaboradores. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 82-83.

³¹ Ao buscar explicações para a não elaboração de uma “sociedade polida” no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XIX, assim se manifesta Guilhermino Cesar: “População esparsa, atormentada pela guerra, a do Rio Grande conheceu muito tarde também os benefícios da escola. A instrução era de remota serventia para essa gente: de guerreiros é que ela nascera; de guerreiros continuava a precisar, e não de letrados e sonhadores”. CESAR, Guilhermino. op. cit., p. 39.

somente o “atraso cultural”, já que os homens de letras rio-grandenses, apesar de não serem numerosos, tinham contato com a produção letrada européia e recebiam as notícias vindas tanto do Velho Continente quanto dos Estados Unidos com pouco tempo de diferença em relação à chegada das mesmas no Rio de Janeiro. Os jornais rio-grandenses, após um reinício difícil, tinham nas décadas de 60 e 70 se desenvolvido e sempre traziam notícias recentes vindas tanto da capital do Império quanto do exterior.³² Ainda, deve-se lembrar que o Rio Grande de São Pedro fora a primeira província do Império a lançar mão da criação de uma filial local do IHGB, em 1860, concretizando uma idéia surgida na província ainda na década de 50, quando houve a primeira tentativa de fundação do IHGPSP.

A sensação dos letrados sulinos, porém, ainda era a de marginalização em relação à velha Europa e à próspera América do Norte.³³ Todavia, no Rio de Janeiro, as modas de Paris vinham em, no máximo 50 dias e daí a Porto Alegre, era somente o tempo de chegada do vapor...³⁴ Dessa forma, talvez uma hipótese a ser explorada para a problemática do porque o Rio Grande de São Pedro viver, na segunda metade do século XIX, o que o centro do país

³² A pacificação, como destaca Dillenburg, favoreceu o desenvolvimento do jornalismo na província e, a partir da década de 1850, Porto Alegre viveria um surto de progresso, tanto em termos urbanísticos, com aumento no número de residências e calçamento e abertura de novas ruas, quanto pelo surgimento da primeira litografia na cidade, além da finalização da construção do Theatro São Pedro e da fundação de novos jornais. Em 1856, viria *O Guaíba*, onde escreviam os primeiros literatos rio-grandenses. Assim, a década de 1860, quando surgem a *Revista do IHGPSP* e o *Partenon Literário*, já teria uma imprensa mais consolidada na província. DILLENBURG, Sérgio Roberto. op. cit., pp. 14-15.

³³ O jornal *Correio do Sul*, fundado por Felipe Bethbezé d'Oliveira Nery em 1845, foi um dos poucos periódicos surgidos imediatamente ao final da Revolução Farroupilha. No difícil recomeço do pós-pacificação, o jornal logo seria fechado, reabrindo somente em 1852. Na publicação de 6 de fevereiro de 1861, há um retrospecto do ano de 1860 no Brasil e no mundo. No texto, se nota que não é somente a Europa que serve de modelo ao Rio Grande: "Recolhendo agora os olhos que longamente estendemos pelo velho mundo e pelas republicas do Prata, occupemo-nos com os outros estados da America. Não é sómente a Europa que nos pode offerecer na successão e marcha dos acontecimentos lições apreciaveis e importantes: talvez que a vida ardente e tumultuosa de quasi todos os estados do novo continente nos apresente quadros e exemplos cuja meditação seja ainda de mais proveito para nós outros brasileiros. Na Europa, o theatro é sem duvida colossal e os dramas immensos e grandiosos; na America, pelo contrario, a magestade da natureza é amesquinhada em quasi toda a parte pelos feitos acanhados dos homens; mas a vastidão do Oceano, e, mais do que esta, o facto de ser o Brazil completamente estranho a todas as questões europeas, nos separão muito do velho mundo, ao mesmo tempo que o destino desses estados, quasi tão novos quanto o nosso, pois que mais velhos são apenas alguns annos, os seus recursos naturaes, a sua situação geographica em fim pode ser para nós um livro admiravel e cheio de conselhos de sabedoria que muitos devem utilizar-nos. Não temos comparações que fazer entre o Brazil e as potencias da Europa". *Correio do Sul*, Porto Alegre, 06 de fevereiro de 1861, p. 1.

³⁴ “Estava-se a ‘50 dias de viagem de Portugal, França, Inglaterra e mais nações mercantis da Europa’, mas nem sempre se considerava que tudo e todos que para lá seguiam, assim como tudo e todos que de lá vinham, faziam-no em navios que não tinham a bandeira do Império do Brasil: em janeiro de 1850, por exemplo, todos os navios chegados ao porto do Rio de Janeiro vindos da Grã-Bretanha eram ingleses, assim como também eram grande número dos provenientes de outros portos”. MATTOS, Ilmar Rohloff de. “O Império do Brasil”. In: *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 2004, p. 25.

experimentara anos antes esteja ligada aos próprios desdobramentos apreendidos com a luta farrapa.

Além disso, não parece descabido levar em consideração a proposição levantada por Guilhermino Cesar de que, durante a Guerra Farroupilha, se desenvolveu no Rio Grande uma espécie de "fermentação oculta" na vida cultural provincial. Para ele, esta fermentação explicaria como teria sido possível à província oferecer, num período tão curto, marcado pelo antes e o depois do conflito de 1835-45, uma evolução tão considerável em sua história literária. Tal "fermentação" se deveu ao isolamento do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país. Segundo Cesar,

É que a fermentação oculta não foi levada até hoje em linha de conta. A sociedade rio-grandense, acostumada ao sofrimento oriundo da luta com os espanhóis e do clima ríspido e variável, adquiriu bem cedo, isolada como se achava no extremo Sul, a certeza de que não podia esperar grande coisa dos irmãos do Norte. (...) Progrediu porque a comunidade vivia à mercê de constantes perigos.³⁵

Cesar afirma que, durante a Revolução Farroupilha, houve uma "forte agitação intelectual" na província e a prova disso estão nos jornais da república rio-grandense, em seus poetas, suas leis e constituição, seu jornalismo político e, também, na "verificação de que seus habitantes esposavam, na prática de uma revolução que durou dez anos, os princípios liberais mais avançados".³⁶

Para o autor, essas questões seduzem o historiador, visto que, poucos anos antes do início dos combates, em 1823, os homens letrados do Rio Grande de São Pedro eram praticamente inexistentes, havendo apenas três sulinos formados e quatro em estudos, em Coimbra. No entanto, pouco tempo após o conflito teve início uma considerável proliferação de revistas e autores em solo rio-grandense, como aqui já foi referido.

³⁵ CESAR, Guilhermino. op. cit., p. 75.

³⁶ Idem, *ibidem*.

2.2. A Revista do Parthenon Litterario

A *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, publicada a partir de março de 1869, foi o veículo que permitiu ao Partenon alcançar terras distantes, de modo a espriar suas idéias por outros lugares, não se limitando ao circuito local.³⁷ Inspirados na história, de onde tiravam os exemplos que guiavam suas ações, os partenonistas aspiravam ganhar com a *Revista* um rápido e poderoso instrumento de divulgação e disseminação de suas idéias:

Aristóteles ensina passeando nas galerias do Liceu, Zeno entre os fustes do Pecílio, Platão à sombra dos plátanos e oliveiras à margem do Cefiso, Sócrates não desmerecia indo discutir com Aspázia em companhia de seus discípulos. As praças, ruas, pórticos, alamedas e ginásios serviam de tribuna, de escola e de academias. Hoje o invento de Guttemberg e Faust veio suprir essa falta. Assim o compreendeu o Partenon, criando a revista mensal, que, veículo poderoso, irá ao longe levar os frutos de seus talentos e labutações.³⁸

Dessa forma, através da publicação - impressa, com algumas interrupções, entre 1869 e 1879 – a Sociedade Partenon Literário, que existiria até 1885, instruíu seu público leitor e pregava muitas idéias em voga na época, defendendo, por exemplo, a emancipação feminina e clamando pelo abolicionismo e republicanismo no Brasil.³⁹

³⁷ A *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, como o próprio nome diz, era uma publicação de periodicidade mensal. Ao longo de sua existência houve, entretanto, algumas modificações quanto a seu nome e intervalos de divulgação. Chamou-se, também, *Revista do Parthenon Litterario* e, a partir de 1877, quando iniciou a terceira série da publicação, a revista se tornou quinzenal. A periodicidade quinzenal durou pouco: até outubro do mesmo ano, quando ela voltou a ser mensal. Na última série, em 1879, ela recebeu, ainda, o nome de *Revista Contemporanea do Parthenon Litterario consagrada às letras, sciencias e artes*. Villas-Bôas informa que, no decorrer de sua existência, a *Revista do Parthenon* foi impressa em diferentes tipografias: em 1869, na tipografia do *Jornal do Comércio*; em 1872, na tipografia do jornal *A Reforma*; em 1873, a tipografia passou a ser do *Constitucional*. De 1874 a 1877, na *Imprensa Literária* e, no ano de seu desaparecimento, na *Imprensa da Deutsche Zeitung*. VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. “Síntese Histórica e Índice Geral da Revista do Partenon Literário”. In: HESSEL, Lothar et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, 1976, p. 87.

³⁸ PORTO ALEGRE, Apolinário. “Partenon Literário (Instalação)”. Op. Cit., p. 12.

³⁹ A *Revista* teve quatro séries. A primeira começou em março de 1869 e se estendeu por todo aquele ano. De janeiro de 1870 até junho de 1872, não houve publicação. A partir de julho de 1872 se iniciou a segunda série, que duraria até maio de 1876 (corresponderia aos anos I, II, III, IV e V). Houve uma nova interrupção de 15 meses e a *Revista do Parthenon* iniciaria sua terceira série em 15 de agosto de 1877. Tal série duraria até a primeira metade de 1878. Houve uma nova suspensão, que durou até o mês de abril de 1879, quando teve início a quarta e última série, de curtíssima duração. O último número da *Revista do Parthenon* saiu em setembro de 1879.

A publicação possuía diversas seções. As mais importantes e regulares eram a “Chrônica”, que recebeu, inicialmente, o nome de “Ementario Mensal”; a seção de poesias e a seção dos “Esboços Biographicos”, mas a *Revista* publicava, também, narrativas diversas, como romances – históricos ou não; contos e lendas; literatura dramática; novelas; pareceres; estudos filosóficos ou históricos; comentários e críticas; discursos e editoriais, entre outros gêneros literários. Publicou, também, as atas de suas reuniões ordinárias e extraordinárias ocorridas em 1872, 1873 e 1879. Em relação ao material contido no periódico, merecerão maior atenção nesta pesquisa as crônicas ou ementários mensais, as biografias (também chamadas, por vezes, de estudos biográficos, elogios biográficos ou necrologias), os estudos filosóficos ou históricos, as atas e os discursos e editoriais.⁴⁰

Para Lothar Hessel, desse amplo e heterogêneo conjunto de produções, eram os esboços biográficos e os discursos as melhores fontes para se estudar os escritores da associação e seus dados e, acrescento, a própria sociedade em questão.⁴¹

Em relação aos discursos, Hessel os distribui em dois grandes grupos: festivos ou fúnebres.⁴² Para o autor, através desses textos, é possível detectar os objetivos e as idéias da entidade e vislumbrar o modo como tais preceitos foram reafirmados pelos associados do estabelecimento ao longo de sua atuação na vida letrada provincial. Em relação aos discursos fúnebres, esses eram proferidos nas ocasiões de passamento de alguma personalidade importante da associação ou da vida literária e política provincial. No capítulo terceiro, no item que trata dos estudos biográficos, voltarei ao assunto que envolve os discursos e elogios fúnebres.

No que toca aos discursos festivos, esses eram pronunciados, geralmente, nas datas comemorativas da Sociedade Partenon, com especial destaque para seu aniversário de fundação, o dia 18 de junho. Muitos desses textos recebiam lugar de relevo e espaço próprio nas edições da *Revista do Parthenon*. Em outros momentos, eram inseridos em alguma das seções, geralmente na crônica ou ementário mensal.

Tais quais os discursos articulados nas sessões aniversárias do IHGPSP, os discursos do Partenon eram utilizados como uma espécie de prestação de contas dos resultados que a

⁴⁰ No terceiro capítulo, tratarei mais detalhadamente dos discursos ou preleções, das atas e das biografias publicadas na *Revista do Parthenon*. No entanto, aqui também serão utilizados tais tipos de textos, embora de forma menos pontual e com a finalidade de dar a conhecer o conteúdo dos periódicos e a própria organização societária partenonista.

⁴¹ HESSEL, Lothar. “Críticas, Biografias e Discursos”. In: HESSEL, Lothar et al. op. cit., p. 79.

⁴² Idem, p. 84.

sociedade conseguira colocar em prática até dado momento. Para ilustrar essa intenção, destaco o discurso do presidente da associação no ano de 1874, Firmiano Antonio de Araújo, pronunciado por ocasião do 6º aniversário da entidade e realizado durante a festa comemorativa, que ocorreu nas dependências do Paço Municipal, no dia 18 de junho de 1874. Assim dizia o administrador:

O “Parthenon Litterario” commemora hoje o sexto anniversario de sua existência. Seis annos de combate se hão escoado no filtro da realidade. Uma mocidade perseverante e estudiosa pôde conquistar a sympathia da opinião sisuda do nosso paiz. Ella fez justiça, reconheceu a sinceridade de intenções beneficadas dedicadas no altar da patria. O “Parthenon” caminha, e caminha firme, porque ao seu esforço se assimilhou o valioso concurso do sexo gentil. Este concurso é uma homengam aos brilhantes commettimentos dos obreiros do futuro. O “Parthenon” quer a educação do povo, e, cheio de fé, cheio de esperança, avança pela estrada luminosa do porvir!⁴³

Esses obreiros do futuro, no ano de 1879, quando uma série de alocuções festivas referentes ao aniversário de onze anos do grupo foi publicada na *Revista*, continuavam a se intitular construtores da literatura rio-grandense. Seus discursos são muito importantes para ilustrar como a “instrução” era o caminho a ser trilhado em nome do esclarecimento e da civilização que o século XIX trazia à humanidade. Nesses discursos, muitas vezes se felicitava a Sociedade Partenon e seus membros, chamados de “soldados” das letras, das artes e das ciências. Homens que combatiam um novo inimigo a ser derrotado: a ignorância. A bandeira era a civilização. E se desejava propagar o progresso. Os sábios, ou seja, os “atletas das letras” partenonistas eram os lutadores. Havia, enfim, inúmeras metáforas presentes nesses discursos e que, na maior parte das vezes, eram ligadas ao universo militar – porque resultantes de um passado bélico que se queria, também, immortalizar no corpo da história. Assim dizia a sócia Luiza de Azambuja:

Vão longe os tempos em que a proeminência das armas symbolizava a gloria das nações; e o direito da força cede o passo a força do direito; e ao século XIX, filho da mais pavorosa hecatombe, que memora a historia, - repugna o heróe, que se acclama e ergue-se sobre as ruínas e os cadáveres de um povo vencido. A humanidade não pode applaudir-se em taes triumphos, porque

⁴³ ARAÚJO, Firmiano Antonio de apud TOTTA, Augusto. “Chronica”. *Revista do Parthenon Litterario*, Anno II, 2ª série, n. 6, junho de 1874, p. 829.

elles sangrão-lhe o coração! O inimigo á vencer – não é mais o que extrema a fronteira de um povo com outro. O inimigo, que o espírito de século se empenha por debellar e vencer, é aquelle que nos asphixia em seus cem braços, é a ignorancia, a superstição e o despotismo; - é a tyrannia, quer ella se apreze na fórma do governo, ou dos privilégios, quer se nos imponha ao espírito ou á consciência. E a estes foi que offereceste batalha, e a estes foi que vencestes! Fostes apóstolos e simultaneamente heróes! Debellando a ignorancia, destruindo os preconceitos, affrontando a indifferença e o egoísmo destes a prova, a mais brilhante de vossa calma bravura; mas partindo os ferros aos captivos, que amaldiçoavão a terra em que nascerão – e que lhes não era pátria, tornando-os cidadãos... mas destruindo os preconceitos sociaes, que negavão á mulher o seu posto de honra na cruzada da civilização – fostes sublimes de abnegação, de talento e patriotismo. Illuminando o espírito e libertando a consciência – remistes os captivos, protegestes os desherdados da fortuna, - déstes aos ignorantes a escola e a bibliotheca! Propagandista – bateste-vos denodadamente pelos direitos conculcados – fundando uma tribuna illustre e uma imprensa doutrinaria, moral e profícua. Salvé, pois, obreiros incançaveis do progresso material e do engrandecimento moral da pátria, d'esta pátria tão extremecida, tão grande, tão nobre, tão fadada por Dêos! Fazem hoje onze annos que vossa existencia se assignala por uma serie brilhante e ininterrupta de grandiozas ações, de brilhantes feitos e de sublimes incentivos! (...).⁴⁴

Nessa última série da *Revista do Parthenon*, são reconhecidas as lutas em que esteve envolvido o Partenon, muitas aqui mencionadas de antemão: cultivo das letras e da instrução, combate em prol dos direitos da mulher, rejeição ao despotismo e à escravatura. Invariavelmente, os sócios que discursaram nessa ocasião elencaram as batalhas em que o grupo esteve envolvido e saudaram as vitórias conquistadas no terreno literário. A preleção reproduzida acima é conveniente por exemplificar a idéia geral a ser perpetuada, qual seja, a do combate literário, no qual o rio-grandense guerreava com a intenção de colocar sua produção escrita lado a lado àquela proveniente do centro do país. A oradora, nesse sentido, demonstrava partilhar dessa visão disseminada de que já se tinha entrado em novos tempos, tempos em que as armas já não representam a glória das nações e o combate passou a ser travado em nome do desenvolvimento da civilização.

Na mesma ocasião, proferiu-se outra alocução de semelhantes traços. Pronunciada na tribuna do Partenon pelo sócio Affonso Henrique de Oliveira Duarte, a fala procurava exaltar a “belicosidade literária” do grupo partenonista. Como se percebeu na preleção de Azambuja,

⁴⁴ AZAMBUJA, Luiza de. “Discurso proferido pela Ex^a Snr^a D. Luiza d’Azambuja, sócia effectiva do Parthenon Litterario”. *Revista Contemporanea do Parthenon Litterario*, 4^a série, n. 3, junho de 1879, pp. 121-123.

a heroicidade a ser louvada, para Duarte, era a das letras e não a das armas. Acompanhem os alguns trechos de seu discurso:

O mundo progride; a civilização caminha; as letras pátrias tomão novo e vigoroso impulso; a mocidade não descança e a indiferença pelo que há de nobre e sublime ainda não paralyzou a seiva do enthusiasmo no coração dos verdadeiros patriotas. (...) Exulta! Rio Grande do Sul, berço de tantos martyres que na ultima cruzada contra a barbaria e o despotismo tombarão gloriozamente no campo da honra, para reviverem na historia. Filha dilecta da liberdade, baluarte invencível da honra nacional, por tudo quanto tens de grande e esplendido, pela lealdade e bravura do gaúcho de teus pampas, pela uberidade de teu solo, pela benignidade de teu clima, pelo heroísmo de teus filhos, pela abnegação de teus martyres, pelas bênçãos da patria e pelas esperanças da posteridade, exulta altiva, heroína do Sul, no dia em que esta mocidade retempéra as forças para de novo prosseguir a romagem, que a conduz ao futuro.⁴⁵

A pátria de Affonso Duarte era sem dúvida seu local de nascimento, o Rio Grande de São Pedro. O herói era o gaúcho, que ele afirmava ter entrado para a história porque forneceu mártires que lutaram pelo Brasil. A heroína, a Província de São Pedro, terra que cultivava a liberdade e, principalmente, a luz civilizadora das letras.

Ainda, o espaço dos discursos foi utilizado pelos membros do Partenon com a finalidade de pregar idéias concernentes à instrução na província. Sobre isso, diz Hessel:

Tema crucial que se prolongaria até nossos dias foi o da Instrução. Atentos ao generalizado analfabetismo no Brasil, é evidente que os partenonistas pugnariam pela difusão do ensino, pela criação de Escolas Normais, pela instalação de Bibliotecas públicas e populares, e por outros empreendimentos de análoga natureza.⁴⁶

Um caso que diz respeito ao tema foi o debate travado nas reuniões ordinárias da associação em maio de 1879 e reproduzido em atas publicadas no periódico. Nessas atas, se pode presumir que houve uma acalorada discussão dentro do grupo devido a um projeto com

⁴⁵ DUARTE, Affonso Henriques de Oliveira. “Discurso proferido pelo Ilmo. Snr. Affonso Henrique de Oliveira Duarte, sócio effectivo do Parthenon Litterario”. *Revista Contemporanea do Parthenon Litterario*, 4ª série, n. 3, junho de 1879, pp. 123-125.

⁴⁶ HESSEL, Lothar. “Críticas, Biografias e Discursos”. In: HESSEL, Lothar et al. op. cit., p. 85.

fins educacionais, apresentado pelo sócio Apolinário Porto Alegre. De acordo com o projeto, o Partenon deveria se comprometer a enviar para cada localidade da província que fundasse bibliotecas, com exemplares de livros. A discussão sobre esse ponto do projeto causou polêmica, pois muitos dos associados não concordaram em desmembrar a biblioteca do Partenon para realizar a doação às bibliotecas nascentes.

Pelas atas, é possível saber que a biblioteca da instituição estava “augmentada, intelligentemente organizada e seus livros cathalogados”.⁴⁷ Na segunda parte da sessão de 14 de maio de 1879, o grupo se dedicou a uma terceira discussão sobre o projeto apresentado por Apolinário. O sócio Delphim Carvalho pediu a palavra para discorrer sobre a proposta, e, segundo a ata,

Acha a idéa grandioza e sympathica, e se lhe faz opposição é porque entende que o Parthenon deve antes de tudo cuidar de si, consolidar-se e empregar todo o esforço para adquirir um prédio onde funcione, para augmentar a sua bibliotheca, e nunca distrahir os poucos livros que possui, distribuindo-os por outras bibliothecas, porque isso seria empregar-os improficuamente, seria semear para não colher, e que nem o Parthenon pode de fórma alguma tomar o compromisso de enviar cem volumes para os núcleos de bibliothecas que se fundarem, porque elle não os tem.⁴⁸

José Bernardino dos Santos pediu a palavra e afirmava ter tido uma impressão positiva da proposta de Apolinário. Porém, a ata registra que o associado, apesar das boas intenções que via na proposta apresentada, opinou que o Partenon não deveria abrir mão de um só livro de sua biblioteca ou prometer auxílios materiais a quem quer que fosse, por não possuí-los.⁴⁹ Sua argumentação é muito perspicaz. Diz a ata:

Se se diz que a bibliotheca do Parthenon não satisfaz aos seus fins porque ninguém a consulta, como asseverarão, e o orador contesta; se em uma cidade de quase 40, 000 almas, em que raras são as que não sabem ler, ella não aproveita; de que servirão os cem volumes, que se querem dar para a fundação de núcleos de bibiothecas populares em localidades onde a

⁴⁷ “Atas das sessões de maio de 1879”. *Revista Contemporanea do Parthenon Litterario*. 4ª série, n. 2, ano XI, maio de 1879, p. 99.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁹ Idem, pp. 99-100.

instrucção é nenhuma?⁵⁰

Para Bernardino, ao Partenon “só convém o papel de propagandista e não o de executor das idéas que inicia”.⁵¹ Por isso, ele pedia “a criação de uma comissão promotora do desenvolvimento da instrucção publica, a que incumba essa árdua e gloriosa tarefa, a que prestará elle todo o esforço de que é capaz uma grande dedicação”.⁵²

Desse episódio acima descrito, se depreende que, onze anos após a fundação da associação, a questão da instrucção pública, tema que sempre preocupou o grupo, continuava em pauta nos debates da agora não tão jovem “mocidade do Partenon”. Contudo, a manutenção dessas antigas discussões parece demonstrar que a vontade de seguir trabalhando para a ampliação das letras na província não estava se findando, o que parece paradoxal, visto que, em pouco tempo, o fôlego do Partenon em defender idéias e projetos de desenvolvimento educacional começaria a se esgotar, como demonstra o próprio desaparecimento da *Revista*, no mês de setembro de 1879.

O Partenon preconizava princípios extremamente patrióticos, sendo considerado o iniciador de um regionalismo literário no Rio Grande do Sul. Primeiramente, a preocupação daqueles moços quanto à narração da história local estava veiculada ao registro das lendas e tradições próprias ao povo rio-grandense. Nas palavras de Hessel, a instituição foi, em seu tempo, um “notável repositório da História cultural do Rio Grande do Sul”, tendo sua *Revista* constituído a melhor coleção para o estudo da “intelectualidade” sul-rio-grandense naquele período.⁵³

O regionalismo foi assumindo pouco a pouco excepcional importância nos trabalhos da Sociedade, bem como o estudo da literatura rio-grandense, mote de união do grupo. Era o início de uma literatura “gaúcha”. Guilhermino Cesar aponta, inclusive, o período compreendido entre 1869 e 1884, que tem como limites temporais o aparecimento do Partenon, e o início do Parnasianismo na província, em 1884, como o momento de maior fecundidade e gênese de uma literatura regional no Rio Grande. No tempo limitado por esses eventos, Cesar observa ter havido um recuo temático ao regional e, concomitantemente, sua

⁵⁰ Idem, p. 100.

⁵¹ Idem, ibidem.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ HESSEL, Lothar. “A Revista da Sociedade Partenon Literário”. In: HESSEL, Lothar et al. op. cit., p. 17.

renovação, marcada pelo aproveitamento da linguagem oral dos homens da campanha na produção escrita. Diz ele:

É a fase do Romantismo de cunho liberal, defensor e pregoeiro da liberdade, sua nota permanente. Por mais paradoxal que pareça, acentua-se a volta ao passado gaúcho, espécie de mergulho nas peculiaridades da campanha. A sede de veracidade, de autenticidade, manifestada pelos autores em geral, leva-os pouco a pouco para o Realismo, que vai ter entre os grandes nomes desse período os seus primeiros representantes. Mas a tendência regionalista ocorrente estava destinada a servir de leito comum à literatura gaúcha. Não mais desaparecerá.⁵⁴

Para Zilberman, a apropriação de motivos regionais no Partenon se deu de maneira *politizada*. Segundo ela, “o reaparecimento da questão da liberdade dá a medida do regionalismo: ele significa a integração da questão política com a temática romântica”.⁵⁵ A liberdade e a autonomia política marcavam o ideal buscado por liberais e republicanos. Assim, tornou-se necessário “fixar o território onde ela eclodia, qual seja, o Rio Grande do Sul”.⁵⁶ Por tal motivo, o Partenon trabalhou em cima do caráter nativista romântico e de seu “tipo humano portador”, que primeiro teve como modelo a figura do índio, posteriormente substituído pela do campeiro.

Ao situar o regionalismo dentro da historiografia rio-grandense, Nedel se refere às diferentes fases em que gerações inteiras de pesquisadores gaúchos se detiveram no tema. Segundo ela, foi somente a partir dos anos 1970 que uma “relação especular dos especialistas gaúchos” para com o regionalismo enquanto matéria de interesse começou a ser superada.⁵⁷ Num clima de denúncia marcado pela dissensão ideológica que vivia o país, após anos de ditadura militar, os autores objetivavam romper com a tradição literária até então aceita, por

⁵⁴ CESAR, Guilhermino. op. cit., p. 23.

⁵⁵ ZILBERMAN, Regina. “O Partenon Literário: Literatura e Discurso Político”. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa – Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1980, p. 38.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ NEDEL, Leticia Borges. “Introdução”. In: *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005, p. 3. Tese (Doutorado em História).

eles tomada como anacrônica e reacionária.⁵⁸ Na década seguinte, principalmente nos cursos de pós-graduação em Letras, se discutia amplamente o regionalismo rio-grandense.⁵⁹ Os estudos iniciais de Zilberman acerca do regionalismo rio-grandense se inscrevem justamente nesse período. O tom denunciatório apontado por Nedel se aplica à fase inicial de sua produção sobre o Partenon Literário. Assim, a leitura e análise do material relativo ao Partenon realizada por toda essa geração, apesar de ter importância capital para o desenvolvimento do estudo das letras (no sentido amplo do termo) no estado, devem ser olhadas com cuidado. Zilberman, por exemplo, ao tratar da política abolicionista do grupo partenonista, afirma corretamente que ela se “manifestará de modo mais evidente” no repúdio do Partenon às normas políticas imperiais. De fato, em inúmeras passagens dos discursos e crônicas publicadas na *Revista*, se percebe essa posição política crítica para com o Estado imperial e a favor da luta abolicionista. Todavia, Zilberman afirma que o regionalismo partenonista “estava ligado ao separatismo sul-rio-grandense”.⁶⁰ Ora, essa tendência separatista vislumbrada pela autora não parece se confirmar pela leitura do material produzido pelo grupo e nem mesmo pelas posições políticas assumidas pelos literatos ligados à casa, que, ao contrário, estavam empenhados em consolidar uma *literatura nacional brasileira*, inserindo a literatura praticada no Rio Grande no corpo maior da literatura pátria. Segundo Nedel,

A preocupação com a história do estado – sobretudo com a reabilitação da memória farroupilha e a singularidade dos processos envolvidos na formação do Rio Grande do Sul – foi outro componente próprio à atividade literária da época, passível de ser encontrada em obras de autores positivistas e não-positivistas e nos programas de edição de diversas revistas e almanaques circulantes.⁶¹

⁵⁸ Idem, p. 4.

⁵⁹ Nedel lembra que o crescimento do interesse das Letras pelo regionalismo foi caracterizado pelo trabalho de pesquisa e reconstituição de acervos sobre autores regionalistas sul-rio-grandenses, estudo que envolveu pesquisadores de várias universidades, em especial a PUCRS e a UCS. Idem, *ibidem*.

⁶⁰ ZILBERMAN, Regina. *op. cit.*, p. 38.

⁶¹ NEDEL, Leticia Borges. “A Transmutação do gaúcho na Historiografia Sul-Rio-Grandense: da Exclusão ao Mito”. In: *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p 105. Dissertação (Mestrado em História).

Havia, pois, uma defesa de um passado heróico e guerreiro do homem rio-grandense observado nos textos escritos tanto pela geração partenonista quanto naqueles produzidos por escritores mais maduros e que atuaram em outras instituições, caso da produção escrita dos associados ao IHGPSP (a maioria Liberal Progressistas, tal qual o Barão de Porto Alegre, seu presidente). Embora queixosos em relação à política centralizadora, esses liberais utilizariam a contenda farrapa e a imagem do rio-grandense belicoso muito mais para alegar uma maior autonomia junto ao poder central do que no sentido de ameaçar o Império. Seguindo essa orientação de crítica ao centralismo monárquico, ressurgiu no Rio Grande o Partido Liberal histórico, do qual muitos partenonistas seriam simpatizantes ou comporiam sua legenda. Esses liberais históricos desbancariam o Liberal Progressismo ao longo dos anos 1860, mas muitos partenonistas partilhariam de princípios políticos defendidos nas tribunas parlamentares pelos progressistas e como faziam em relação aos liberais históricos, respeitavam suas imagens, publicando na *Revista do Parthenon*, em diversas oportunidades, suas biografias, como foi o caso daquelas do Barão de Porto Alegre e do Dr. Ubatuba.⁶²

Em várias passagens de escritos da *Revista*, a questão da identidade nacional aparece em sentido diverso daquela detectada por Zilberman. Na conferência “A Instrução e o século”, proferida pelo Dr. Oliveira Bello no sarau do Parthenon Litterario de 30 de janeiro de 1875, o autor tece um elogio ao Rio Grande, que é mostrado como parte constituinte do Brasil: “Grande provincia, immortal povo! Gloria excelsa do meu paiz, estrella peregrina

⁶² No capítulo anterior, mencionei que Félix da Cunha era a principal liderança do Partido Liberal histórico. Por sua importância política e por ser considerado um dos homens ilustres do Rio Grande do Sul, Félix da Cunha seria diversas vezes homenageado pelo Partenon. No ano de 1863, o político lançaria o programa de seu partido. Em relação a esse programa, Piccolo aponta, entre outros, para a presença dos seguintes itens: soberania nacional, responsabilidade dos ministros, eleição direta, liberdade individual, descentralização administrativa e reforma das municipalidades. Enfim, era um programa reformista e que visava à correção de distorções provenientes de práticas políticas autoritárias e centralizadoras por parte do governo brasileiro, mas nunca separatista. Na legislatura de 1866-67, o Partido Liberal Progressista seria derrotado pelo Liberal histórico, muito mais crítico em relação à política imperial e que receberia, entre seus membros, antigos quadros do liberal progressismo. Apolinário Porto Alegre também se identificaria com o partido encabeçado por Félix da Cunha. Polemista, o líder partenonista se tornou um pregador das idéias republicanas no Rio Grande, anos após a paz de Ponche Verde, mas antes da existência de um partido republicano na província. Embora fosse propagandista republicano, tentando desde cedo pregar suas idéias junto à juventude, Piccolo lembra que Apolinário “não conseguiu traduzi-las na organização de uma força política capaz de impor-se à província”. Apolinário e seus irmãos estiveram, inclusive, ligados à fundação do primeiro clube republicano no Rio Grande do Sul, em 1878. Todavia, houve uma divergência muito grande da elite letrada provincial, da qual os irmãos Porto Alegre faziam parte, para com a orientação positivista que o republicanismo rio-grandense adotou com o advento do PRR de Julio de Castilhos. Dissidente desse republicanismo positivista, a oposição contundente de Apolinário ao regime acabou por levá-lo ao ostracismo político. PICCOLO, Helga. *Vida Política no século XIX*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998; NEDEL, Leticia Borges. “A Transmutação do gaúcho...”. op. cit., p. 118.

d'essa constelação do Cruzeiro, que brilha no céu americano com fulgor tão intenso como brilhará um dia nossa patria querida no seio da humanidade e nas paginas da historia”.⁶³

Oliveira Bello trata também das glórias que são o heroísmo militar para uma nação, principalmente aquelas alcançadas no Rio Grande de São Pedro. Para ele, o rio-grandense ainda era o pampeiro que voava...

Pelos plainos interminaveis de suas campinas, leal como seus campos sem brenhas, suas coxilhas sem despenhadeiros, suas serras sem emboscadas, livre como suas brisas, hospitaleira como seu clima, carinhosa como seu céu, forte como seu valor, bemdicta como seu patriotismo.⁶⁴

Assim, acredito que o investimento no homem rio-grandense e em seu heroísmo como marca distintiva, eram elementos utilizados pelos literatos e políticos locais com vistas a buscar uma maior autonomia para a província em termos políticos, mas tais fatores não podem ser tomados como tendências separatistas do povo rio-grandense em relação à nação brasileira. A utilização da Guerra Civil Farrroupilha pela mocidade partenonista estava muito mais ligada à construção de uma tradição heróica para o rio-grandense do que a ameaças separatistas.

No primeiro ano da *Revista do Parthenon*, Ferreira da Luz publica a “These Histórica - Combate de Ponche Verde”.⁶⁵ O texto de Luz apresenta um claro propósito: tem por intenção situar a Guerra Civil justamente como um ato heróico dos rio-grandenses, reabilitando o movimento. No texto, ele opta por reproduzir como ocorreu o combate de Ponche Verde. Faz uma breve introdução, onde situa o momento histórico em que se deu o movimento farrapo. Para o autor, a principal causa da guerra era,

A politica astuciosa e traiçoeira do governo, que, cioso do aumento progressivo da provincia, e temendo desde entao, como ainda agora, o ardor bellicoso de seus filhos, *procura sempre infiltrar-lhes nas veias o veneno corrosivo da discordia*, para, aniquilando-os e roubando-lhes a seiva de sua vitalidade, *afastar dos altos poderes do Estado a influencia a que tem direito*

⁶³ BELLO, Oliveira. “A Instrução e o século”. *Revista do Parthenon Litterario*, Ano IV, 2ª série, nº 1, janeiro de 1875, p. 19.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ LUZ, F. Ferreira da. “These Histórica - Combate de Ponche Verde”. *Revista do Parthenon Litterario*, Ano I, 1ª série, nº 7, setembro de 1869, p. 210.

*como guarda avançada em todos os transes difficeis em que até hoje se tem achado o paiz.*⁶⁶

Ele chama a guerra travada na província sulina de "espectaculo heroico e medonho de que foi teatro constante por espaço de dez annos a infeliz província de São Pedro do Sul".⁶⁷ A seguir, passa a descrever como se formou a cena do Ponche Verde, a partir do ataque que o então Barão de Caxias deu ao comando de seu brigadeiro, Bento Manoel Ribeiro, para que esse perseguisse David Canabarro. Canabarro, por sua vez, juntou-se aos generais republicanos Netto, João Antonio e Bento Gonçalves nas imediações de Ponche Verde, a fim de esperarem o inimigo (os imperiais), que logo apareceram. Ele descreve a batalha de 26 de maio de 1843 e o número de soldados que estavam guerreando de ambos os lados, sempre deixando claro que a vitória não aparecia para nenhum deles. Foi assim que, segundo a apreciação de Luz, os revolucionários, vendo que não poderiam vencer os imperiais, acharam por bem desistir de um ataque que pudesse colocar tudo a perder. Ambos os lados proclamaram-se vencedores, tanto que, dois anos depois, "os mesmos chefes, sob os mesmos arraiaes, e contemplando ainda os destroços de uma peleja recente, *suffocaram-se em lagrimas de alegria e uniram-se em amplexos de amisade*".⁶⁸ Era restituída, enfim, a paz. Luz afirma que foi nesse mesmo cenário de Ponche Verde que o general republicano Canabarro "fazia entoar os primeiros canticos de paz", paz essa proclamada por Caxias, nas margens do Rio Santa Maria, no dia 1º de maio de 1845.⁶⁹

Em seu texto, Ferreira da Luz descreve negativamente a política centralista do governo brasileiro e chega, inclusive, a mencionar o temor do Império pela qualidade belicosa dos rio-grandenses. Era certamente uma crítica à política centralizadora imperial, que não dava ao Rio Grande liberdade para resolver seus problemas internos. Porém, de longe parecia uma ameaça à segurança nacional. Ao contrário, a utilização da contenda farrapa era mais uma forma de se queixar e de mostrar um exemplo do passado onde o rio-grandense foi deixado de lado pela política governamental. Todavia, a paz foi selada e a amizade "restituída entre lágrimas". A lembrança da guerra era uma mostra da coragem rio-grandense, mas a resolução do conflito emoldurada pelo abraço amigável e, principalmente, a menção ao trabalho dos rio-grandenses

⁶⁶ Idem, *ibidem*. Grifos meus.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁸ Idem, p. 211. Grifos meus.

⁶⁹ Idem, *ibidem*.

como sentinelas avançadas do Império no sul, era mostra de que a questão não era a ameaça da unidade nacional, mas sim a busca por maior espaço decisório dentro da nação. E a literatura foi o meio encontrado para dar esse recado ao país.⁷⁰

Na “Chrônica” que Aquiles Porto Alegre publica em julho de 1872, ele se aproveita do espaço para discorrer sobre a importância da constituição de uma literatura dramática nacional no Brasil. Ele reclama da inexistência de um teatro nacional (peças nacionais), visto que as companhias dramáticas existentes somente montavam autores estrangeiros. Segundo Aquiles, até havia um teatro nacional, mas que não era montado, pois as companhias, como tudo no Brasil, dizia, preferiam o que era estrangeiro:

O theatro nacional tem dramas de sabido valor, de incontestavel merito, como a “Historia de uma moça rica”, “Omphalia”, “As azas de um anjo”, “Luxo e vaidade” e muitos outros. O mal de todo já vem de longe. É que o nosso povo habituou-se á receber tudo, o que traz em si o rotulo do estrangeiro. É uma mal immenso, e é necessario, portanto, que *aquelles que se interessam pelo engrandecimento da litteratura patria*, busquem exterminá-lo de uma vez.⁷¹

Os partenonistas, em diversas ocasiões, louvaram a literatura e viram nela uma missão de cunho nacional. No discurso pronunciado no 20º Sarau do Partenon, em fevereiro de 1876, José Bernardino dos Santos assim se refere à literatura:

A litteratura é a historia minuciosa e concreta de uma nacionalidade, é a sua verdadeira expressão (...). Comparai a litteratura dos povos decadentes com a das nações que marchão na vanguarda do século, e tereis a prova cabal,

⁷⁰ César Augusto Barcellos Guazzelli assinala que, de tempos em tempos, um “sentimento disseminado de desprestígio que os rio-grandenses têm em relação ao conjunto nacional” vem à tona. Nessas ocasiões, compromissos não assumidos pela União em relação ao Rio Grande do Sul são mencionados e o autor detecta “a presença difusa de um discurso que se articula em torno de uma ‘crise’, de uma ‘identidade’ e de uma ‘nostalgia’” em torno da questão. Segundo ele, essa situação de “crise” é algo muito importante para a conformação de um antagonismo entre o Rio Grande do Sul e seus interlocutores. Guazzelli salienta que, nesses momentos, o Rio Grande do Sul sempre se coloca em uma posição de vítima em relação ao restante do país, controlado pelos “outros”, ou seja, pelos demais membros do Estado nacional, que não arcam, como o estado sulino, com os ônus que o Rio Grande do Sul “historicamente” enfrenta. Para o autor, a Guerra dos Farrapos sintetiza o discurso da “crise” como nenhuma outra época da história rio-grandense. GUZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, pp. 11-13. Tese (Doutorado em História).

⁷¹ PORTO ALEGRE, Aquiles. “Chronica”. *Revista do Parthenon Litterario*, Anno II, n. 1, julho de 1872, p. 40. Grifos meus.

evidente!⁷²

Em outra ocasião, Apeles Porto Alegre discursa na tribuna do Partenon em defesa da literatura. Diz ele:

Há povos, senhores, que tem considerado a litteratura desnecessária á vida das nações; mas contra esse preconceito absurdo levanta-se não só o passado com a eloqüência de seus louros triumphaes, como também o presente com o esplendor de seus gloriosos tropheos. O século XIX proclamou a supremacia litteraria e escreveu no escudo da guerra de seus arrojados commetimentos uma divisa que é um dogma para a sociedade contemporânea – povo sem litteratura é povo sem civilização. (...) a patria de uma grande litteratura é sempre a pátria de um grande povo.⁷³

Por isso, para os partenonistas, era necessário mostrar ao país a literatura genuína do povo rio-grandense.

A luta pela constituição de uma literatura nacional, no Partenon, parece ter sido inseparável das ações políticas dos literatos da época, já que muitos deles, como se viu, estavam diretamente envolvidos com questões político-partidárias. Além disso, mais que uma tentativa de diferenciação em relação à literatura nacional, o regionalismo deve ser entendido como um aspecto do processo de constituição da identidade nacional. Como afirma Nedel,

As dificuldades imediatamente colocadas pelos usos diversos de categorias como nação, nacional, nacionalidade, região, regional, etc. não são fortuitas. Na verdade os movimentos regionalistas, como parte integrante das lutas de representação pela identidade social, lançam-nos ao desafio de compreender a própria lógica segmentar do pertencimento, já que não permitem supor a exclusividade da identificação patriótica/nacional sobre as outras maneiras pelas quais as pessoas julgam pertencer a determinado grupo.⁷⁴

Baseando-se no estudo sobre a formação da identidade nacional francesa elaborado por Anne-Marie Thiesse – que afirma, em sua investigação, que os ensinamentos sobre o

⁷² SANTOS, José Bernardino. “Preleção – Bosquejo Histórico e Geographico da Provincia do Rio Grande do Sul”. *Revista do Parthenon Litterario*, Anno V, 2ª série, n. 1, fevereiro de 1876, p. 53.

⁷³ PORTO ALEGRE, Apeles. “Discurso pronunciado pelo 2º orador na sessão magna de 18 de junho de 1876”. *Revista do Parthenon Litterario*, Anno I, 3ª série, n. 1, agosto de 1877, p. 18.

⁷⁴ NEDEL, Leticia Borges. “Pressupostos de Análise”. In: *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta...*, pp. 38-39.

nacional acabam por incorporar o regional na tentativa de demonstrar a diversidade e a riqueza da identidade nacional -, Nedel mostra como o discurso regionalista utiliza “estratégias discursivas comuns ao nacionalismo”, numa lógica que é, ao mesmo tempo, integrada e excludente, para fundamentar o caráter regional.⁷⁵ A afirmação de Nedel de que “a região acaba por figurar simultaneamente como uma instância de mediação do patriotismo nacional e como uma arma política utilizada nas disputas com as outras unidades junto ao poder central” é perfeitamente aplicável ao que aqui se tenta demonstrar.⁷⁶ Para Nedel, “longe de manter com o Estado Nacional uma relação de puro antagonismo, o regionalismo é também o investimento na complementaridade, pois é na *tensão* entre os dois pólos que reside seu maior trunfo político”.⁷⁷

Assim, o panteão de heróis que o Partenon Literário criou para dar corpo à história heróica do aguerrido e destemido rio-grandense, deveria ser, a um só tempo, regional e nacional. Através do *topos* da *historia magistra vitae*, os exemplos do passado serviriam às gerações do porvir como modelos morais. Contribuindo solidamente para formação da galeria de homens ilustres da província, o Partenon Literário realizava um dos objetivos da história projetada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ainda na primeira metade do XIX. Em sua *Revista Mensal*, havia uma seção intitulada “Esboço Biográfico”, onde eram publicadas biografias ou notícias biográficas de rio-grandenses ilustres.⁷⁸ Conforme a edição, a seção biográfica recebia ainda o título de “Elogio Fúnebre”, para o caso da prestação de homenagem aos grandes mortos da história pátria.

No “Esboço Biographico de David Canabarro”, Menezes Paredes assim introduz seu heróico biografado na “glória da história rio-grandense”, principalmente após o decênio de 1835-45, ao qual ele chama de “epopeia homérica”:

⁷⁵ Idem, p. 39. Ver também THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales. Europe XVIII- XX siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1999, pp.189-228.

⁷⁶ NEDEL, Leticia Borges. “Pressupostos de Análise”. op. cit., p. 39.

⁷⁷ Idem, ibidem. Grifo no original.

⁷⁸ Na biografia do Cônego Thomé de Souza, de autor anônimo, nota-se uma alusão aos princípios da história exemplar. Conforme o autor, é sua missão “stereotipar nas paginas da revista os caracteres elevados que tem existido entre nós”, pois esses servem “de modelo á acções nobres seja ela digna de estima publica e útil á sociedade nos diversos empregos de sua actividade”. Para ele, “a Historia, a lição do passado, a tradição dos erros, ou virtudes da humanidade, de muito servem ao presente, ás sociedades de novo constituídas, porque dão a medida da fraqueza e das forças de que são doctadas, dos recursos de que podem dispôr, e dos melhoramentos de que são susceptiveis”. “Esboço Biographico do Cônego Thomé Luiz de Souza”. *Revista do Parthenon Litterario*, Anno I, 2ª série, n. 3, setembro de 1872, p. 83.

No meio das evoluções e revoluções constantes por que tem passado a grande família humana, a historia, essa arca santa, que salva dos naufragios do tempo, a memoria e tradições dos seculos (...), a Historia, Pantheon vivo e interminavel dos faustos da Humanidade, aponta-nos milhares d'aquellas criaturas privilegiadas (...) Collocada entre o berço conhecido (...) a Historia, soberana e dogmática em seus juízos, liga os elos eternos da cadeia que prende o creado do increado, o passado do porvir. Conselheira intima e fiel, ella, autorisada pela verdade de sua doutrina (...) diz ás gerações presentes o que as passadas fizerão (...) É em homenagem á Historia, e muito particularmente á nossa província que, embora deficientes de noticias sobre a vida do grande cidadão Canabarro, escrevemos hoje este artigo dedicado á sua saudosa memoria.⁷⁹

A publicação das biografias seria o principal meio do Partenon cumprir a tarefa de formar o desejado panteão sulino, sendo a seção biográfica uma das mais regulares da publicação partenonista. Entre discursos biográficos, elogios fúnebres e necrológicos, há cerca de 40 textos publicados, dos quais muitos ocupam de três a quatro edições da *Revista*, caso da biografia de José de Alencar, que chegou a desenrolar-se em 5 números (do número 9 de 1873 ao número 2 de 1874). Em crônica publicada por Caldre e Fião na edição de dezembro de 1873, percebe-se um reforço ao projeto do grupo em publicar uma galeria de retratos dos homens ilustres da Província, “vultos condignos de consideração da patria”, como se refere o cronista.⁸⁰ Na ocasião, Caldre saudava o Partenon pelos estudos biográficos que divulgava no periódico. Saudava também o público leitor, ao qual creditava o sucesso da seção. Procurou, ainda, se aproveitar do espaço da crônica mensal para anunciar a próxima biografia a ser publicada na *Revista*: a de Manoel de Araújo Porto Alegre, “um dos mais illustres rio-grandenses nas artes e nas letras”.⁸¹

Nesse sentido, uma biografia louvando um homem exemplar para a história da “pequena pátria” regional poderia em muito contribuir para a galeria de heróis da nação. Isso porque, como aponta com propriedade a tese de Nedel, há uma ambigüidade da identidade regional que foi inaugurada no século XIX como instrumento de luta entre as elites políticas da província. Nedel procura evidenciar, através de sua pesquisa, que há uma longa duração no processo da memória do estado sul-rio-grandense como fronteira e que tal memória não se

⁷⁹ PAREDES, Menezes. “Esboço Biographico de David Canabarro”. *Revista do Parthenon Litterario*, Anno III, 2ª série, n. 1, janeiro de 1874, pp. 647-648.

⁸⁰ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. “Chronica”. *Revista do Parthenon Litterario*, Anno II, 2ª série, n. 12, dezembro de 1873, p. 552.

⁸¹ Idem, *ibidem*.

constitui em si própria, mas é construída no ato mesmo da relação do regional com o nacional em diferentes momentos históricos e de acordo com os interesses de cada momento específico.⁸² No Rio Grande de São Pedro do Partenon Literário, o regionalismo nascente foi uma maneira de afirmar simultaneamente a brasilidade do rio-grandense e a particularidade em ser rio-grandense. Instância de mediação com a nação, o regionalismo muda de figura conforme se dão as disputas e conflitos de um campo científico, para usar termos bourdianos.⁸³

2.3. Sob a sombra do Partenon, formam-se literatos

O quadro social do Partenon Literário era bastante heterogêneo e extenso, e muitos foram os sócios que contribuíram com trabalhos em sua *Revista*.⁸⁴ Houve, também, associados que se dedicaram somente à administração da associação, pouco publicando no periódico, como o boticário Firmiano Antonio de Araújo, antigo sócio do IHGPSP, e Cristiano Kraemer, desafeto de Apolinário Porto Alegre, de quem voltarei a falar no terceiro capítulo. Existiram, ainda, associados eleitos apenas por serem nomes de prestígio na sociedade rio-grandense, embora não tenham tido nenhuma participação ativa dentro da entidade. Foi o caso, por exemplo, dos sócios honorários Antonio da Costa Pinto e Silva,

⁸² Nedel também chama atenção para o fato de haver, no Rio Grande do Sul, um “arcabouço simbólico de representação da região” que está previamente pronto (desde o Partenon Literário, segundo ela) e que “abriram, com suas formulações as sucessivas versões encetadas ao sabor do tempo, ao calor da hora e ao estado de concorrência entre o Rio Grande do Sul, outras regiões e os centros de poder do Brasil”. NEDEL, Letícia Borges. “Sob o signo da Fronteira: a Gauchesca ‘de três bandeiras’”. In: *Um passado...*, p. 133.

⁸³ Para uma reflexão sobre as noções de disputa em um determinado campo intelectual e as diferentes versões sobre a idéia de região, ver BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 107-132.

⁸⁴ A dissertação de Cássia Silveira apresenta a pesquisa mais consistente acerca das relações estabelecidas entre os sócios do Partenon Literário, além de trazer informações valiosas acerca do percurso intelectual e trajetória de vida de seus principais membros. A autora afirma que, em uma contagem superficial, mais de 300 pessoas foram convidadas a associarem-se à casa. Guilhermino César informa que se encontra perdida a documentação referente à parte administrativa da associação, o que torna complicado fornecer uma lista de associados. Contudo, ele arrisca um levantamento e apresenta o número de 119 sócios. Porém, nem mesmo sua lista é completa, visto que não consta ali, por exemplo, o nome do sócio Delphim Carvalho, referido anteriormente neste capítulo, quando se tratou da polêmica envolvendo o projeto de Apolinário Porto Alegre acerca da doação de livros às bibliotecas municipais. Ainda, ele não menciona o nome de Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, que fora presidente da Província de São Pedro e era considerado um sócio correspondente do Partenon, conforme informação retirada do “Ementario Mensal” de agosto de 1869. Em relação a Delphim Carvalho (1825-1896), Doratioto informa que ele fora chefe-de-esquadra na Guerra do Paraguai, recebendo, em 1868, o título de Barão da Passagem por seu comando bem-sucedido quando da ultrapassagem de Humaitá. SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. op. cit., p. 54; CESAR, Guilhermino. op. cit., pp. 188-190; BITTENCOURT, Aurélio V. “Ementario Mensal”. *Revista Mensal do Parthenon Litterario*, Ano I, 1ª série, n. 6, agosto de 1869, pp. 201-202; DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 149.

Sebastião Dias Laranjeira e Conde de Porto Alegre, eleitos logo na segunda sessão ordinária da associação, ocorrida em 24 de janeiro de 1869.⁸⁵ O Dr. Manoel Ubatuba, que, juntamente ao Conde fora um dos mais assíduos colaboradores do IHGPSP, no Partenon também não exerceu nenhuma atividade digna de nota. Paula Soares, outra figura de destaque no IHGPSP, igualmente estava entre os associados do Partenon, mas não há registros de alguma participação mais ativa desse renomado professor nas atividades da agremiação.

Esse conjunto diverso e reunido sob a categoria de sócios abarcou muitos poetas e prosadores, educadores, profissionais liberais, políticos e homens de teatro e, ainda, três religiosos (o Padre Teixeira e os Cônegos José Gonçalves Viana e José de Noronha Nápoles Massa, que fora sócio do IHGPSP). Em número bem mais reduzido, houve a presença feminina, com quatro sócias – Luciana de Abreu, Amália dos Passos Figueroa, Luiza de Azambuja e Revocata de Melo.⁸⁶

Foge aos propósitos dessa pesquisa tratar de maneira pormenorizada cada um desses associados. Portanto, a opção escolhida foi a de abordar as personalidades que mais se destacaram na associação. Como critérios para a seleção, considerei a importância que tais membros tiveram na administração da Sociedade e na sustentação das relações firmadas com

⁸⁵ O político Antonio da Costa Pinto e Silva (1827-1877) era, na ocasião, presidente da Província de São Pedro. Dom Sebastião Dias Laranjeira (1820-1888), que foi Bispo do Rio Grande do Sul entre 1860 e 1888, publicava um conhecido periódico dominical católico, *A Estrella do Sul*. Apesar de ter sido eleito membro honorário do Partenon, o bispo (que também foi sócio do IHGPSP) julgaria duramente, em seu jornal, a atitude dos partenonistas em publicar, no mês de junho de 1869, a tese histórica “Jovita é, ou não, uma heroína?”. Na tese, seu autor, Ferreira da Luz, sustentava a idéia de que a moça, a cearense Jovita Alves Feitosa, que cometera suicídio aos 19 anos, era sim uma heroína. Luz defendia as atitudes de Jovita, brasileira que ficara famosa no país por suas ações corajosas e sua vida trágica. Aos 17 anos, a moça cortara os cabelos para tentar se unir, como voluntária da pátria, aos soldados brasileiros na Guerra do Paraguai. Chamada de Joana d’Arc brasileira, teve seu pedido de alistamento recusado e passou a viver no Rio de Janeiro. Na capital imperial, se apaixonou por um engenheiro inglês, com quem foi viver até ser abandonada. Entregue à prostituição, Jovita acabou cometendo suicídio em 1867, aos 19 anos, em um caso de forte repercussão no país. Em nome da “moralidade”, o artigo de *A Estrella* criticou severamente “os jovens amantes das letras, e ávidos de glória” do Partenon que, para o jornal, publicara, sem escrúpulos, a tese de “uma mulher perdida”. O artigo clamava que a *Revista* da instituição não concedesse espaço para estudos onde suicidas fossem tomados como heróis, a fim de evitar imitações. *A Estrella do Sul*. Anno VII, 08 de agosto de 1869, pp. 346-347. Sobre a eleição dos sócios honorários, ver “Acta da 2ª sessão ordinaria”. *Revista do Parthenon Litterario*, Ano I, 1ª série, março de 1869, p. 18.

⁸⁶ Viviane Schitz apresenta doze nomes femininos que contribuíram com trabalhos na *Revista do Parthenon Litterario*. Segundo a autora, esse grupo feminino se associou às colaborações masculinas tanto nas páginas do periódico, com a publicação de contos, discursos, crônicas e poesia, quanto nos saraus da agremiação, onde muitas vezes recitaram seus trabalhos. Os doze nomes são os seguintes: Luciana de Abreu, Amália dos Passos Figueroa, Luiza de Azambuja, Maria José Coelho, Ana Sabóia Viriato de Medeiros, Zulmira da Silveira, Cândida Isolina de Abreu, Revocata Heloisa de Melo, Avelina Barém, Maria Luisa Leal, Amélia de Souza e Joana Manoela Gorriti. SCHITZ, Viviane. *Presença de Mulher: a produção feminina na revista da Sociedade Partenon Literário*. Porto Alegre: PUCRS, 2002, p. 14. (Mestrado em Letras).

a “ilha de letrados” provincial, além, é claro, da suas parcelas de participação na redação da *Revista do Parthenon*.

Desse modo, examino, rapidamente, a atuação dos irmãos Apolinário, Aquiles e Apeles Porto Alegre e de Hilário Ribeiro, José Bernardino dos Santos, Mucio Teixeira, Luciana de Abreu e Vasco de Araujo de Silva, todos pertencentes à ala jovem do grupo. Dentre esses nomes, somente Mucio e Luciana de Abreu não faziam parte do grupo fundador.⁸⁷ Somente em 1872, quando contava, então, com quinze anos de idade, é que Mucio Teixeira começou seu envolvimento com o Partenon. Luciana de Abreu entraria para o grupo no ano seguinte.

Merece destaque, ainda, a experiente figura de Caldre e Fião, que, mais do que qualquer outro sócio, emprestou seu prestígio para a instituição, da qual foi o presidente honorário.⁸⁸ Na *Revista*, foi ele autor de muitos dos esboços biográficos e discursos publicados. Além disso, a presença do poeta nas reuniões e saraus promovidos pelo grupo foi fundamental para a visibilidade da instituição em seus primeiros anos de existência.

Em relação à mocidade, Apolinário Porto Alegre (1844-1904) foi o associado que mais contribuiu com a *Revista do Parthenon*, com 78 trabalhos publicados.⁸⁹ Igualmente, foi ele o grande entusiasta da idéia de criação do grupo e seu principal articulador.⁹⁰

⁸⁷ Silveira confirma 20 nomes como o grupo fundador do Partenon: Affonso Marques, Antonio Ferreira das Neves, Apolinário e Aquiles Porto Alegre, Augusto de Castro Bandeira, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Francisco Antunes Ferreira da Luz, Francisco Isidoro de Sá e Brito, Ernesto Estrella de Villeroy, Ignácio Manoel Domingues Filho, José Bernardino dos Santos, José Theodoro de Souza Lobo, Jorge Raineri, Juvêncio Augusto de Menezes Paredes, Miguel de Castro Werna e Bilstein, Norberto Vasques, Vasco de Araujo e Silva, Henrique Maya de Castilhos, Hilário Ribeiro de Andrade e Silva e Frederico de Vasconcellos Ferreira. Entretanto, Aquiles Porto Alegre afirma que seu irmão, Apeles, também figurava entre os fundadores, assim como fazem referência Ari Martins e Pedro Leite Villas-Bôas. SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. op. cit., p. 53; PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1980, p. 196; MARTINS, Ari; VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. “Bibliografia”. In: HESSEL, Lothar et al. op. cit., p. 142.

⁸⁸ Sobre a vida e a obra de Caldre e Fião, ver capítulo 1, nota 89.

⁸⁹ HESSEL, Lothar. “A Revista da Sociedade Partenon Literário”. In: HESSEL et al. op. cit., p. 17.

⁹⁰ Apolinário Porto Alegre era o mais velho de quatro irmãos. Todos eram naturais de Rio Grande, onde o pai, Antonio Gomes Porto Alegre, era funcionário da fazenda imperial. Em 1859, Antonio foi nomeado inspetor da alfândega da capital, para onde se mudou com a família. Com boa situação financeira, os irmãos Porto Alegre estudaram no importante Colégio Gomes, instituição particular dirigida por Fernando Gomes. Foi ali que Apolinário frequentou seu curso preparatório antes de seguir para São Paulo, a fim de estudar Direito. Com a morte prematura do pai e a má situação financeira que recaiu sobre a família, o jovem Apolinário teve que retornar a Porto Alegre e assumir a direção da casa. Foi aí que Apolinário, ainda muito moço, iniciou sua carreira como professor. Alguns anos após seu ingresso no magistério, Apolinário fundaria, em 1867, em companhia do irmão Aquiles, o Colégio Porto Alegre. Em 1870, junto a Apeles, Apolinário criou o Colégio Rio-Grandense, que fechou em 1876, quando organizou e dirigiu outro estabelecimento de ensino, o Instituto Brasileiro, dessa vez ao lado do amigo Hilário Ribeiro. MACHADO, Antonio Carlos. op. cit., pp. 35-36.

Apesar de ter apenas 24 anos na época em que apareceu o *Partenon*, o escritor, também conhecido pelo pseudônimo de Iriema, já era um nome bastante popular na imprensa rio-grandense, principalmente por ter integrado, juntamente a José Bernardino dos Santos, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Hilário Ribeiro e Antonio Ferreira das Neves, entre outros, o corpo de colaboradores do semanário *Atualidade*, jornal crítico, literário e noticioso surgido na capital, em 1867 e lido em vários cantos da província.⁹¹ Seu chefe de redação e proprietário, Miguel de Castro Werna e Bilstein, também compunha o time de criadores do *Partenon*.⁹² Segundo Athos Damasceno Ferreira, os propósitos e finalidades que animaram o surgimento do jornal *Atualidade* foram os mesmos que inspiraram o grupo reunido em torno do *Partenon*. Para o autor, embora não se possa afirmar que no jornal estavam as raízes do *Partenon*, também não se deve esquecer que foi em seu ambiente que se reuniram, pela primeira vez, os futuros partenonistas.⁹³ O editorial de abertura do periódico se assemelhava e muito ao programa do *Partenon*, como se depreende nessa passagem transcrita por Ferreira:

Secundamos também os varonis esforços dessa plêiade nobre do futuro que, combatendo as velhas usanças, descerra as portas do templo da luz. Para tão grandioso intento surge hoje a *Atualidade*. Sem títulos que a nobilitem, ela surge temerosa e só o bafejo público poder-lhe-á dar seiva e animação. Para a seção literária, a principal da *Atualidade*, além dos redatores, contamos com o concurso valioso de algumas penas conhecidas do público porto-alegrense e por ele devidamente acatadas. Principal, dissemos, *porque é necessário que levantemos a nossa tão nova e tão pobre literatura do abatimento em que a fizeram tombar os seus antigos cultores; porque é necessário que nos esforcemos para dar-lhe um cunho verdadeiramente nacional*, elevando-a a competir com as de maior nomeada. (...) Não trepidaremos em sacrificar-nos para corresponder à confiança pública, que humildemente imploramos. *A mocidade é o futuro e unicamente por ela apresentamo-nos em campo.*⁹⁴

⁹¹ FERREIRA, Athos Damasceno. op. cit., pp. 36-45.

⁹² Dillenburg traz informações interessantes sobre a personalidade de Miguel de Castro Werna e Bilstein, famoso na Província de São Pedro por seu temperamento violento, extremamente crítico e anticlerical. Monarquista ferrenho, foi ele um dos principais inimigos do renomado jornalista Carlos von Koseritz e do político Ramiro Barcelos. DILLENBURG, Sérgio Roberto. op. cit., pp. 31-32.

⁹³ FERREIRA, Athos Damasceno. op. cit., p. 45.

⁹⁴ Idem, pp. 37-38. Grifos meus.

Apolinário, escrevendo no segundo número de *Atualidade*, reforçava ainda mais os objetivos do semanário. Segundo ele,

Merencório era o presente para a literatura nesta Província; porém, um pugilo de bravos mancebos, que não dormiam sobre os louros de seus antepassados, a escudavam atentos e altaneiros de sua missão. (...) Do Rio Grande partiu o rebate. A *Arcádia* nascera cheia de esperanças, brilhante de heroísmo e com o fogo sagrado de celeste inspiração. Aqui a sua voz produziu a mais suave emoção, a liça cobriu-se dos poucos justadores... poucos, é certo, porém denodados. E entre eles a *Atualidade* tomou seu posto de honra. (...) Luzido painel descortina-se na província. A literatura geme, se estorce, agoniza nas lutas em que pleiteia a conservação da arte, contra o materialismo que deseja por-lhe a planta na garganta, peiar-lhe os cimeiros vãos e fulminá-la para sempre. (...) Eis, pois, mocidade inteligente e laboriosa, mocidade do Rio Grande do Sul, brademos em coro, num grito arrancado do íntimo da consciência à ponta do lábio: Abaixo o mercantilismo! Abaixo a aristocracia do ouro! Abaixo a política! (...) Trabalhai, moços, que a posteridade guardará de vós uma grata recordação, e o Panteon da história vos receberá em seu majestoso seio. A Província pode até possuir uma literatura somente sua. Esmerilhemos seus anais, suas lendas e seus costumes e o problema será resolvido. Surja este dilúculo de redenção e teremos vencido nossos inimigos.⁹⁵

Fora esse mesmo entusiasmo e desejo de legar à província uma literatura própria que acompanhou Apolinário e seus companheiros quando, um ano depois, se reuniram para fundar o Partenon Literário.

No Partenon, Apolinário exerceu todo tipo de atividade: além de desempenhar funções administrativas, teve forte participação nas reuniões da associação, sempre apresentando opiniões seguras para a melhoria dos trabalhos da casa. Por diversas vezes foi redator da *Revista* e ali experimentou os mais diferentes gêneros narrativos, colaborando com a publicação de peças teatrais, romances, estudos biográficos e filológicos, contos e poesias.⁹⁶ Em meio a esse vasto corpo de trabalhos, que cobre todo o período de existência do periódico, merecem menção especial as novelas *O Vaqueano* e *Feitiço de uns Beijus*, além do estudo

⁹⁵ Idem, p. 38-39.

⁹⁶ Silveira destaca que a participação de Apolinário na *Revista do Parthenon* tornou-se mais escassa em 1876, quando ele fundou, na capital, o Instituto Brasileiro. Realmente, não consta ter havido participação escrita do autor naquele ano, o que não acontece nos demais, onde Apolinário sempre comparece com trabalhos na *Revista*. SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. op. cit., p. 147. VILLAS-BOAS, Pedro Leite. “Síntese Histórica e Índice Geral da Revista do Partenon Literário. In: HESSEL, Lothar et al. op. cit., pp. 95-97.

biográfico sobre José de Alencar e o poema regional abolicionista *Gabila*, que ele dedicou ao amigo Hilário Ribeiro.⁹⁷

Aquiles Porto Alegre (1848-1926) foi o segundo autor que mais publicou na *Revista do Parthenon*, comparecendo com 50 trabalhos. Assumiu, como o irmão, atividades administrativas dentro da associação, chegando a desempenhar o cargo de presidente. Como Apolinário, Aquiles foi professor, além de inspetor escolar em Porto Alegre. Tinha um gosto especial pela publicação de crônicas, mas também escreveu em versos. Seu trabalho como biógrafo, principiado no Parthenon foi, ao longo dos anos, adquirindo grande importância em sua produção escrita, tanto que, em 1916, ele publicaria *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*, obra de referência para o estudo da formação histórico-cultural do estado.⁹⁸

O professor e literato Apeles Porto Alegre (1850-1917), foi, em relação aos irmãos Apolinário e Aquiles, aquele que menos trabalhos publicou na *Revista do Parthenon*, com 29 colaborações.⁹⁹ No Parthenon, utilizava, por vezes, o pseudônimo Tancredo, título de uma novela de sua autoria, publicada durante o ano de 1872. Outro dos longos trabalhos do partenonista foi o romance *Georgina*, publicado em sete edições da *Revista*, entre 1873 e 1874. Considerado por Aquiles um “prosador escorreito e fino, e poeta de inspiração fácil e suave lirismo”, em sua produção merecem destaque os discursos.¹⁰⁰ No Parthenon, proferiu, em 1875, uma importante preleção sobre a educação, na qual defendeu a idéia de ser ela um dever do Estado e um direito do povo, embora não concordasse com a obrigatoriedade do

⁹⁷ *Feitiço de uns Beijus* é sua terceira novela. O ambiente descrito é o da capital Porto Alegre, e a novela é apresentada ao leitor através de cartas, trocadas entre os personagens André e seu futuro cunhado Albino. André, jovem que estuda as “ciências positivas”, abandona os estudos para dedicar-se à “vagância”. É nesse momento que a cidade de Porto Alegre recebe peculiar descrição na novela. *O Vaqueano*, que o autor intitula um “romance histórico”, fora publicado em 1872. A ação descreve episódios da Guerra Civil Farroupilha e tem como personagem principal o vaqueano rio-grandense, um tipo por ele descrito como agreste, leal, forte e corajoso. Essa obra teve grande repercussão na província, pois foi considerada um ato de protesto do literato ao romance *O Gaúcho*, de José de Alencar. Em relação ao poema *Gabila*, o personagem homônimo é um escravo fugitivo que escapa de seu senhor por sofrer maus tratos. O poema, apresentado nas páginas da *Revista* em cantos, é interessante, pois mostra o escravo como um herói que estabelece uma forte relação de amizade com seu cavalo, símbolo, ali, da liberdade, juntamente à força da natureza, também bastante presente no poema. Para uma análise de *Gabila*, ver ZILBERMAN, Regina. “O Parthenon Literário: Literatura e Discurso Político”. In: *Letras Hoje*. Porto Alegre, n° 40 (junho/1980), pp. 24-25; Sobre *Feitiço de uns Beijus* e *O Vaqueano*, ver HESSEL, Lothar. “As Narrativas”. In: HESSEL, Lothar et al. op. cit., p. 22-24.

⁹⁸ LUCAS, Maria Elizabeth. “Apresentação”. In: PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres...*, p. 7.

⁹⁹ Fez parte do grupo, ainda, Lucio Porto Alegre, o mais moço dos quatro irmãos. Apesar de seu nome estar presente no primeiro número do periódico, em março de 1869, como membro da comissão de redação, ele não aparece como produtor de trabalhos na *Revista*.

¹⁰⁰ PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres...*, p. 197.

ensino para aqueles que não a desejassem.¹⁰¹ Grande orador, Apeles também publicou na *Revista* três importantes discursos fúnebres, proferidos em homenagem ao Dr. Ubatuba e João da Cunha Lobo Barreto, ambos em 1875, e a Caldre e Fião, em 1876.

Além dos irmãos Porto Alegre, outro nome de vital importância dentro da Sociedade foi o de José Bernardino dos Santos (1845-1892), o Daymã. Para a *Revista do Parthenon*, Bernardino ofereceu 32 trabalhos. Era, como Apolinário, um grande polemista e um escritor de talento, publicando poesias, romances, contos, trabalhos de crítica literária, discursos e biografias. Seus estudos históricos são bastante significativos, embora o literato tenha alcançado maior sucesso como autor de peças teatrais. Jornalista e funcionário público, José Bernardino trabalhou boa parte da vida na tesouraria da Fazenda. Em 1870, ele fundou a *Revista Murmúrios do Guahyba*, da qual foi o redator e principal articulista.¹⁰² Todavia, foi na *Revista do Parthenon* que o autor concentrou a maior parte de sua produção, cujos principais trabalhos foram a composição escrita da lenda *Boy-tata*, a publicação dos contos *Serões de um Tropeiro* e seus diversos estudos biográficos.¹⁰³

José Bernardino dos Santos prefaciou, ainda, o primeiro livro de poesias de outro parthenonista de sucesso, Mucio Teixeira (1857-1926), que publicou sua primeira obra muito moço, em 1873: *Vozes Trêmulas*.¹⁰⁴ Dante de Laytano menciona a admiração de José Bernardino pelo trabalho do poeta.¹⁰⁵ Educado no Colégio Gomes, onde também estudaram os irmãos Porto Alegre, Mucio era filho, como se aludiu no capítulo anterior, do prestigiado militar Manuel Lopes Teixeira Junior, que fora deputado à Assembléia Provincial e chegou a

¹⁰¹ PORTO ALEGRE, Apeles. “Ensino Livre”. *Revista do Parthenon Litterario*, Anno IV, 2ª série, fevereiro de 1875, pp. 72-82.

¹⁰² No próximo item deste capítulo, a produção de José Bernardino dos Santos na *Revista Murmúrios do Guahyba*, bem como sua atuação à frente daquele periódico serão destacados.

¹⁰³ A lenda *Boy-tata*, publicada no periódico em 1869, será objeto de atenção no capítulo seguinte.

¹⁰⁴ Na crônica mensal publicada em outubro de 1872, o livro de Teixeira foi anunciado com entusiasmo por Aurélio Viríssimo de Bittencourt: “Mucio Teixeira, menino de 15 anos, e que já figura com vantagem entre os poetas de nossa terra, vai também publicar um volume de suas poesias, a que deu a denominação de *Vozes Trêmulas*. Formo a mais lisongeira idéia d’essa criança, e faço votos para que não arrefeça o ardor no caminho que vai trilhando, certo de que conseguirá firmar brilhante reputação, se for constante ao estudo e dócil às lições que consócios mais autorizados lhe ministram”. BITTENCOURT, Aurelio V. de. “Chronica”. *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 2ª série, n. 4, outubro de 1872, p. 40.

¹⁰⁵ LAYTANO, Dante. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1979, p. 102.

ser sócio fundador do IHGPSP, falecendo no primeiro ano de funcionamento daquela instituição.¹⁰⁶

No Partenon, Mucio publicou 21 trabalhos, na sua grande maioria em versos. O primeiro deles, de 1872, era uma poesia chamada *À minha mãe*. Maria Nadir de Freitas lembra que Mucio, juntamente a Apolinário Porto Alegre, foi um dos iniciadores da poesia pampiana, com especial destaque para suas *Flores do Pampa*, divulgadas na *Revista do Parthenon*, em 1873.¹⁰⁷

Hilário Ribeiro de Andrade e Silva (1847-1886), o grande amigo de Apolinário, com quem fundou o Instituto Brasileiro, era outro dos talentosos jovens partenonistas que não tiveram a sorte de ter nascido em família rica. Ao contrário, o jovem somente pôde estudar devido ao auxílio do pai, um velho professor porto-alegrense.¹⁰⁸ Segundo Aquiles Porto Alegre, Ribeiro concluiu na capital do Rio Grande o curso preparatório para cursar Medicina no Rio de Janeiro.¹⁰⁹ Embora tenha conseguido partir para a Corte, motivos de saúde o fizeram retornar sem que ele concluísse seus estudos. De volta a Porto Alegre, passou a se dedicar ao magistério. Autodidata, o partenonista foi um nome importante na instrução pública da província, onde publicou diversos livros didáticos, com isso alcançando fama. Na *Revista do Parthenon*, ele compareceu com 30 trabalhos, entre poesias, dramas, editoriais, crônicas e estudos biográficos.

Vasco de Araujo e Silva (1842-1898), como grande parte dos fundadores do Partenon, também era professor. Da mesma forma que Apolinário e Hilário Ribeiro, ele chegou a sair da província para estudar na Escola Militar do Rio de Janeiro. Segundo Ari Martins, uma enfermidade o trouxera de volta a Porto Alegre, deixando o curso incompleto.¹¹⁰ De todos os

¹⁰⁶ Na época em que faleceu Manuel Lopes Teixeira Junior, Mucio contava com apenas três anos de idade. A morte do pai, porém, não afetou sua vida econômica. De família abastada, o jovem, ao contrário de muitos de seus colegas partenonistas, não teve que trabalhar cedo para sobreviver. Por parte de mãe, ele era neto do Tenente-Coronel Vitorino José Ribeiro, que foi comandante de um importante núcleo da Guarda Nacional no Vale do Taquari, no início da década de 1860, além de fundador da Colônia de Estrela. CRISTILLINO, Cristiano Luís. “A Lei de terras e a transição ao capitalismo no Brasil do século XIX: uma análise micro dos efeitos da Lei sobre a afirmação da propriedade”. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006*. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/cristiano.pdf> Acessado em: 01/01/2009.

¹⁰⁷ Conforme Mucio Teixeira, “(...) Entre os moços do Parthenon destacam-se um velho e um menino: o velho era o venerando Dr. Caldre e Fião, o menino era eu”. TEIXEIRA, Mucio. *Os Gaúchos*. Vol. I. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920-1921, p. 65.

¹⁰⁸ MACHADO, Antonio Carlos. op. cit., pp. 70-72.

¹⁰⁹ PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres...*, pp. 50-52.

¹¹⁰ MARTINS, Ari; VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. “Biobibliografia”. In: HESSEL, Lothar et al. op. cit., p. 154.

sócios fundadores aqui referidos, ele foi o que menos publicou no periódico partenonista. Dos 15 trabalhos de sua autoria ali publicados, merecem destaque os estudos biográficos e suas crônicas mensais.

Dentre as poucas mulheres que fizeram parte, na qualidade de sócias-colaboradoras, da *Revista do Parthenon*, figurava a professora Luciana de Abreu (1847-1888). A educadora se tornou associada da entidade em dezembro de 1873. Nessa data, ela discursou na tribuna do Partenon por conta do sexto sarau promovido pela agremiação. Seu talento verbal foi imediatamente percebido por Caldre e Fião, que teceu muitos elogios à sua postura, em crônica mensal publicada na *Revista*.¹¹¹ Pela coragem em subir à tribuna da casa, ela se tornou uma oradora importante dentro do grupo, embora tenha ali realizado apenas três preleções. Após o discurso de 1873, intitulado “Educação das Mães de Família”, Luciana subiria à tribuna no ano 1875 e em 1879. Nas duas últimas ocasiões, as falas por ela proferidas foram em comemoração ao aniversário do Partenon.

O valor de Luciana de Abreu dentro da Sociedade era imenso, pois, afora ser considerada pelos conterrâneos uma “mulher talentosa” em um universo majoritariamente masculino, era também reconhecida como defensora da emancipação feminina, uma das bandeiras levantadas pela associação. Sua derradeira oração é uma demonstração de como a professora bem utilizava as palavras, além de ser um importante e consciencioso testemunho do quanto ela, enquanto membro do Partenon, acreditava nas ações promovidas pela associação a qual se vinculou. Pintando a mudança ocorrida no cenário rio-grandense provindo pela criação do grupo, a altiva partenonista assim descrevia:

Mais que nunca sinto neste momento me faltem os dotes oratorios de um Mont' Alverne, o Bossuet do pulpito brasileiro, para pintar-vos o quadro entristecido de nossa litteratura ao tempo em que nasceo o *Parthenon*. Da imprensa litteraria se havião perdido os últimos échos abafados pelo som da tumba marcial. Já há muito o mimozo Gahyba, onde navegarão alterozos João Caspitrano, Felix da Cunha e tantos outros, tinha seccado as suas lympidas agoas: mais tarde o *Diógenes* tinha apagado a sua lanterna; (...) e os *Murmurios do Gahyba* enlavão de chofre seus poéticos sussurros ante a sphynge da política, monstroza voragem, para onde deslisou, e precipitou-se sua trepida e patriótica corrente. Tribuna Litteraria? Não a havia. Existia apenas a tribuna político-partidaria, a d'hontem como a de hoje, arena de combates pessoases, eterno escolho dos bons talentos e das reputações

¹¹¹ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. “Chronica”. *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 2ª série, n. 12, dezembro de 1873, p. 552.

immaculadas. E, por que o não direi? ... invertendo por uma cruel anthitese o seu papel gloriozo, em vez de Capitolio, onde se exalte e nobilite a pátria pela defeza de seus direitos e pela sabedoria de suas leis; (...) A França, a immortal França, inda que a industria bellica inventasse os mais pavorozos instrumentos de destruição, será sempre a França de Rousseau e Montesquieu, de Hugo e de Lamartine; a Inglaterra é mais forte em Byron e em Shakespeare que no poder de suas esquadras; a Allemanha mais brilha em Schiller e Humboldt, que nos heróes de Sedan; Portugal, o pygmeo gigante, repouza á sombra dos louros, que Camões immortalizou, e na senilidade apresenta ao mundo Herculano, Castilho e Garret, que valem, se não excedem, os Gamas, Castros e Albuquerque de sua juventude.

O Brazil, a perola mais precioza da América, não deve pois ficar atraz. Sigamos as pegadas de Alencar, S. Carlos e Gonçalves Dias e teremos farta messe de palmas e capellas. E agora, mocidade rio-grandense, que o *Parthenon* atravessou incólume a quadra perigoza da infância e vive a mais robusta adolescência, não mancheis os lábios apenas avelludados pelo tênue buço da pubescencia na taça envenenada dos prazeres materiaes, que gastão o corpo e corrompem o espírito; que envelhecem a alma, antes que a fronte embranqueça; olhae á muza da historia e á deoza da poesia, que vos abrem os níveos braços e alção o vôo para conduzir-vos ao templo da immortalidade; acolhei-vos á sombra do *Parthenon*, honrae sua tribuna, escrevei sua revista, frequentae a sua bibliotheca e estudae em seu muzeo. O sabor desses prazeres não vos há de amargar nunca: ao contrario, dourará fulgente o nome que vossos filhos uzarão. E vós, senhoras brasileiras, que reunis á belleza plástica uma vasta intelligencia e um terno coração, não quereis que pulse elle ao amor das letras e da gloria nacional? (...) O dia dezoito de Junho não é mais a simples data anniversaria de uma distincta sociedade; é sim, uma data nacional; e quando um dia a geração vindoura escrever a historia litteraria do Rio Grande, o *Parthenon*, se não der a sua pagina mais brilhante, dará por certo a mais rica de amor e patriotismo, de esforços e dedicacão pelas letras nacionaes.¹¹²

Pertencer ao Partenon era, pois, somente motivo de orgulho e prazer – nunca um fardo a carregar -, sentimentos que a faziam assumir confortavelmente o papel de cuidadora da associação:

E não estranheis que confunda em um só culto a terra de meu berço e o *Parthenon Litterario*, seu filho mais dilecto. Mãe e filho são dous seres, que se completão, que se aviventão e unem na mais intima expansão. Louvar ao filho é pois honrar a mãe; saudar a mãe é coroar de jubilos o coração filial.¹¹³

¹¹² ABREU, Luciana de. “Discurso proferido pela Ex.^a Snr.^a D. Luciana de Abrêo, sócia effectiva do Parthenon Litterario”. *Revista Contemporanea do Parthenon Litterario*. 4^a série, n. 3, ano XI, junho de 1879, pp. 118-121.

¹¹³ Idem, p. 118.

Acredito que as palavras da professora simbolizem o quadro que se tentou aqui esboçar acerca da geração que se uniu para criar o Partenon, seu “filho dilecto”. Esses escritores, em sua grande maioria defensores de princípios políticos republicanos, e que aspiravam fazer do Rio Grande um ambiente caracterizado pelo cultivo de uma história e literatura próprias, eram também jovens entusiasmados conscienciosos da importância do investimento que fizeram para o desenvolvimento das letras provinciais. Formaram, apesar de todas as dificuldades enfrentadas para a manutenção de seus propósitos, um grupo de literatos atuantes na capital da afastada Província de São Pedro. Um grande e animado conjunto de vozes, que tentava retirar o Rio Grande da monotonia provinciana para fazê-lo se destacar na tarefa de composição das letras nacionais.

2. 4. Dissidências e tensões: a fundação da *Revista Murmúrios do Guahyba*

A criação, por José Bernardino dos Santos, da *Revista Murmúrios do Guahyba*, em 1870, foi um episódio de especial significado para o desenvolvimento da literatura do Rio Grande do Sul oitocentista. Apesar de ter circulado por um curto espaço de tempo (foram, como referi no capítulo introdutório, 6 edições, publicadas mensalmente de janeiro a junho de 1870), a proposta apresentada pelo periódico, bem como o conteúdo que a *Revista Murmúrios* divulgou fazem jus ao exame aqui elaborado.¹¹⁴

Foram colaboradores da *Murmúrios*, além de José Bernardino dos Santos, seu editor e principal redator, outros nomes conhecidos na imprensa rio-grandense, muitos dos quais participantes ativos da *Revista do Parthenon*: Apolinário Porto Alegre, Bernardo Taveira Junior, Carlos Ferreira, Ignácio de Vasconcellos Ferreira, Hilário Ribeiro, Eudoro Berlink, Antonio Ferreira das Neves, Santos Sousa, Bento Porto da Fontoura, Pedro de Calasans, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, Francisco de Bittencourt Sampaio, Vilhena Alves, José de Noronha Nápoles Massa e João Carlos Moré, os dois últimos antigos associados do IHGSP. Ainda, constam as colaborações de Alphonse de Lamartine e de um certo Silvio, talvez pseudônimo de algum escritor rio-grandense do período.¹¹⁵

¹¹⁴ De acordo com Athos Damasceno Ferreira, a *Murmúrios do Guahyba* era impressa na Tipografia d’O Rio-Grandense, em Porto Alegre, e saía em folhetos de cerca de quarenta páginas, com numeração corrida, tal qual o Partenon fazia. FERREIRA, Athos Damasceno. op. cit., p. 64.

¹¹⁵ Póvoas informa que, a princípio, se supôs que “Silvio” fosse, na verdade, João da Cunha Lobo Barreto Filho, que usava tal pseudônimo, embora também assinasse “Cândido”. Não há, porém, certeza quanto a isso. PÓVOAS, Mauro Nicola. *Literatura e imprensa em Porto Alegre: a Revista Murmúrios do Guaíba...*, p. 11.

A *Revista Murmúrios*, que teve, como se sabe, na literatura e na história seus principais pilares, publicou com regularidade as seguintes seções: “Retrospecto Mensal”, “Traços Biographicos”, “Estatística”, “Viagem”, “Revolução da Província”, “Crítica Litteraria”, “Crenças Populares” e uma seção de “Annuncios”.¹¹⁶ Na apresentação editorial escrita no primeiro número, se nota a presença de um redator temeroso por ter que lidar com uma possível rejeição do público a seu empreendimento:

Oh! Que horrível esta hypothese! Trabalhar, trabalhar tanto, para depois ver o producto d’esse trabalho – perdido, - lançado ao fundo do mar!...Deve ser doloroso! Somos sós. Mas será possível que, em empreza que visa tão nobre e grandioso fim, o estejamos sempre? E esse povo magnânimo nos deixará fallecer a mingoa? E essa mocidade ardorosa e inspirada para quem apelamos será impassível? Não, certamente. Temos fé que nos não deixarão isolados, entregues a nossos próprios recursos, que levantamos e lhe offerecemos como symbolo de sua autonomia litteraria.¹¹⁷

Apesar dos receios, Bernardino, inspirado pelo romantismo de Lamartine e pelo entusiasmo da idéia de progresso característica do século a que pertencia, proclamava a missão de seu projeto:

Os *Murmúrios do Guahyba* têm por missão: levar longe os échos dos estrondosos feitos que illustrão a província; tornar-se a repercussão das lyras dos bardos do Sul; fazer de suas paginas novas laminas de Daguerre, onde á luz de nosso brilhante sol se retratem indeleveis as nossas glorias nas lettras, nas artes e nas armas; ser o nuncio das aspirações da mocidade rio-grandense; o pregoeiro emfim, das tradições e renome de seus illustres antepassados. A litteratura, a historia e a philosophia são, nos primeiros tempos, as tres grandes divisões dessa revista, a que mais tarde, se progredir, se adicionará uma dedicada ás sciencias, e outra ás bellas artes.¹¹⁸

O editorial possibilita entrever as semelhanças entre os programas da *Revista Murmúrios* e da *Revista do Parthenon*, principalmente no que toca às aspirações de ambas em

¹¹⁶ Segundo Póvoas, a *Murmúrios* foi uma das primeiras revistas literárias rio-grandenses a publicar anúncios comerciais, algo que, por exemplo, não acontecia na *Revista do Parthenon*. Idem, p. 16.

¹¹⁷ SANTOS, José Bernardino dos. “Murmúrios do Guahyba”. *Revista Murmúrios do Guahyba*, 1ª série, n. 1, janeiro de 1870, p. 3.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*.

fazer circular ao longe a literatura genuína do Rio Grande. Ainda, as três bases sob as quais as duas publicações se dividiam – literatura, filosofia e história – eram as mesmas. Porém, há de se levar em conta que se no grupo partenonista o texto de abertura transpunha uma entusiasmada confiança de que a obra por eles edificada era pródiga, o mesmo não se evidencia no escrito de Bernardino. Talvez a experiência vivida dentro do grupo partenonista e as dificuldades lá enfrentadas para manter uma publicação do gênero tenham influenciado nas próprias expectativas do autor, pois Bernardino, apesar de acreditar na proposta da *Murmurios*, não tinha a certeza que Apolinário demonstrava possuir quando escreveu o editorial de abertura da *Revista do Parthenon* de que seu projeto iria prosperar.¹¹⁹

Não há como afirmar que a *Murmurios* tenha surgido a partir de uma dissensão no grupo partenonista. Sua publicação se deu em um período em que a circulação da *Revista do Parthenon* havia sido interrompida. Assim, não houve menções à sua criação por parte do Partenon, o que dificulta a elaboração de uma explicação mais completa sobre as motivações que levaram José Bernardino dos Santos a conceber uma nova revista. Athos Damasceno também não encontra “fontes merecedoras de fé”, conforme palavras suas, que façam referências aos motivos de concepção do periódico. Até mesmo uma nota fornecida por Bernardino em crônica da *Murmurios*, na qual o articulista tratava da eleição ocorrida para compor a nova diretoria do Partenon, não é prova suficiente para se falar em dissensão. Na nota, Bernardino declarava ter feito oposição ao grupo que estava deixando o poder na agremiação partenonista, de forma que tal afirmativa poderia levar a possíveis elucubrações sobre um desentendimento dele dentro daquela casa, mas isso é classificado por Ferreira como incerto.¹²⁰ Póvoas também se debruça sobre a questão e igualmente conclui que a hipótese de a *Revista Murmurios* ser produto de uma desavença do Partenon não é algo claro. O autor levanta, inclusive, outra hipótese, a de que a criação da *Murmurios do Guahyba* tenha, talvez, ocorrido simplesmente para preencher a lacuna literária deixada pela inoperância temporária do periódico partenonista. Como explicação para essa suposição, o

¹¹⁹ Outro ponto desse mesmo texto caracteriza Bernardino como um autor apreensivo por ter tido experiências negativas anteriores. Localizado na parte final de sua exposição, estava o trecho no qual ele confessava que o programa da *Revista Murmurios* era idêntico ao que ele proferiu “quando acariciando a mesma esperança que hoje nos alenta, escrevíamos o artigo inicial do *Jornal do Povo*”. Desse jornal, saído em 1869, Bernardino se desligou logo no terceiro número, provavelmente carregando frustrações. Idem, p. 4.

¹²⁰ A nota diz assim: “O que raramente se obtém de uma eleição essa produzio (...). E isto é o maior elogio que se possa fazer a directoria que acaba de ser substituída, e a qual fizemos franca e leal opposição, o que significa – que estas palavras que ora nos merece são a expressão da justiça”. SANTOS, José Bernardino. “Retrospecto Mensal”. *Revista Murmurios do Guahyba*, 1ª série, n. 1, janeiro de 1870, p. 47; FERREIRA, Athos Damasceno. op. cit., p. 65.

autor destaca o fato de a *Murmurios* comentar positivamente, na mesma crônica acima referida, as atividades da Sociedade Partenon. Além disso, salienta que a *Murmurios* contava com diversos colaboradores associados ao Partenon.¹²¹ Acrescento, ainda, que se deve considerar outro fato: a *Murmurios* não se constituiu enquanto associação, mas simplesmente como uma publicação periódica cujo “único escopo” que pretendia era “a glória de propagar a liberdade e o progresso ao povo, de quem nos constituímos órgão”.¹²² E, segundo José Bernardino, sua aparição provinha de uma proposta que visava a satisfazer “uma necessidade real da litteratura provinciana, tão novel como brilhante, tão brilhante como desprotegida... como ignorada!”.¹²³

Entretanto, não se deve deixar de referir que havia uma forte presença de tensões e divergências entre os partenonistas. Tais dificuldades, conforme Athos Damasceno Ferreira, “produzidas em geral pelo excessivo ardor com que os sócios mais jovens procuravam pôr em prática certos objetivos do grêmio”, culminaram com a criação de outras associações literárias durante o período em que o Partenon existiu.¹²⁴ Foi o caso do surgimento, em 1872, da *Ensaio Literários*, esta sim fruto de uma manifesta crise no Partenon. O mesmo José Bernardino dos Santos, aliado a um grupo de partenonistas, esteve envolvido na concepção dessa sociedade literária, que teve vida relativamente longa e chegou a publicar uma revista.¹²⁵

¹²¹ PÓVOAS, Mauro Nicola. *Literatura e Imprensa em Porto Alegre: A Revista Murmúrios do Guaíba...*, p. 21.

¹²² SANTOS, José Bernardino dos. “Murmurios do Guahyba”. *Revista Murmurios do Guahyba*, 1ª série, n. 1, janeiro de 1870, p. 4.

¹²³ SANTOS, José Bernardino dos. “Retrospecto Mensal”. op. cit., p. 42.

¹²⁴ FERREIRA, Athos Damasceno. op. cit., p. 80.

¹²⁵ A revista publicada pelo grupo só começaria a circular em 1875, extinguindo-se em 1877, tendo constituído 18 fascículos. Entre seus fundadores, nomes como os de Lobo Barreto, Frederico de Villeroy, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, José de Sá e Brito, Joaquim Alves Torres e Artur Rocha. Em crônica mensal publicada em novembro de 1872, Gonçalves Junior informou sobre a criação da *Ensaio* e transmitiu os cumprimentos do Partenon pela criação da nova associação. Também houve repercussão referente à fundação nas sessões mensais do Partenon, como as atas de novembro de 1872 acusam. No capítulo seguinte, examinarei melhor a questão da exaltação e troca de acusações entre os sócios devido ao surgimento da Sociedade Ensaio Literários. Por ora, cabe destacar que os associados do Partenon ligados à nova casa deram escassa contribuição na *Revista do Parthenon* durante o período de existência da *Ensaio*. Sobre o assunto, ver: JUNIOR, M. J. Gonçalves. “Chronica”. *Revista do Parthenon Litterario*, 2ª série, Anno I, n.5, novembro de 1872, p. 194-195. Ver também “Actas das Sessões do Parthenon Litterario”. In: *Revista do IHGRS*, I e II Trimestres, Ano IV. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1924, p. 245; FERREIRA, Athos Damasceno, op. cit., p. 81.

A *Murmurios*, apesar do breve período de existência, teve uma qualidade superior no que concerne ao material divulgado, se constituindo, entre todas as revistas literárias criadas no Rio Grande a partir da segunda metade do século XIX, naquela que mais se aproximou da *Revista do Parthenon*. Entre suas bem elaboradas subdivisões, merece atenção a série “Revolução da Província (1835-1845)”, produzida por José Bernardino dos Santos.¹²⁶ Nela, o autor publica uma seleção de documentos por ele compilados e que intitula assim: “Colleção de documentos officiaes, peças authenticas e notas importantes relativas a historia da Revolução da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. Segundo Bernardino, ao publicar esse corpo documental, a *Revista* assumia um compromisso com a fidelidade dos fatos, apresentando a documentação em ordem cronológica e “conservando esta redacção perfeita imparcialidade sobre elles”.¹²⁷ Como texto de abertura à publicação da coleção de documentos, Bernardino escreveu uma longa e significativa introdução, onde é possível acompanhar o valor que o autor dava à história e à tarefa do historiador como bases para a narração literária.

Ele começa essa introdução com mais uma referência extraída do francês Lamartine, dessa vez retirada de sua “História dos Girondinos”. Segundo Lamartine, a história por ele almejada se caracterizaria pela imparcialidade, uma imparcialidade própria de um sujeito responsável por ver, escutar e sentenciar com neutralidade um fato, tal qual faria um juiz ao proferir uma sentença.¹²⁸ E foi justamente por não se sentir capaz de escrever a história da Guerra Civil Farroupilha sem ser parcial e acreditando não poder julgá-la de maneira isenta, é que Bernardino desistira da empresa de escrevê-la, se limitando ao papel de compilador de documento, mas não de escritor capaz de dar forma a uma obra histórica sobre o conflito. Essa, o autor delegava a alguma pessoa que, no futuro, se sentisse apta a cumprir tal tarefa. Porém, mesmo se sentindo incapaz de assumir por completo o papel de historiador, Bernardino não se esquivou em colaborar, publicando na *Murmurios* cerca de 300 documentos por ele reunidos sobre o conflito. Conforme ele,

¹²⁶ Para um estudo detalhado de cada seção da *Revista Murmurios do Guahyba*, ver a dissertação de Mauro Póvoas. PÓVOAS, Mauro Nicola. op. cit., principalmente os capítulos 2 e 3.

¹²⁷ SANTOS, José Bernardino dos. “Revolução da Província (1835-1845)”. *Revista Murmurios do Guahyba*, 1ª série, n. 2, fevereiro de 1870, p. 82.

¹²⁸ A citação diz o seguinte: “A imparcialidade da história não é a do espelho que reflecte unicamente os objectos; é a do juiz que vê, que escuta e que sentenciar. Os annaes não são a historia, pois que para merecer esse nome precisam de uma consciência; visto que ella mais tarde se torna a do gênero humano. A recita vivificada pela imaginação, reflectida e julgada pela prudência, eis a historia qual os antigos a entendião, e tal como também eu desejára, dignando-se Deos guiar a minha penna, deixar um fragmento ao meu paiz”. LAMARTINE, Alphonse de apud SANTOS, José Bernardino dos. op. cit., p. 78.

Estes grandes espectaculos nos arrebatarão e o entusiasmo nos movia a penna; e assim, se por insuficiência desistimos de uma empreza grandiosa, o egoísmo nem o despeito de nossa própria defecção intima pelas palavras do historiador que citamos, nada influem em nosso espírito, pois que gostosamente contribuiremos para que outros levem a effeito (o que já é tempo) essa missão, de que nos julgamos incapazes; e a esses com prazer offerecemos tudo quanto podemos reunir em longas e enfadonhas investigações, em trabalho assíduo e por sua natureza difficil, no empenho de colleccionar documentos officiaes e authenticos, que possam servir de prova quando forem levados ao tribunal da historia essa epocha e os seus pró-homens, os personagens que figurarão n'esse grande drama de sangue de que foi theatro a Provincia do Rio Grande do Sul desde 20 de Setembro de 1835 até o 1º de maio de 1845.¹²⁹

Interessante notar que, além do prazer que o autor demonstrava sentir por estar, de alguma forma, contribuindo para a escrita da história da Guerra Civil, Bernardino apresentava uma noção precisa de quais documentos seriam mais adequados para escrever a “verdadeira” história da luta: aqueles de cunho oficial e que serviriam como prova documental, podendo ser submetidos à investigação e a um “tribunal”. Ainda, outra passagem curiosa é aquela em que o autor caracterizou como “longas” e “enfadonhas” as tarefas investigativas que compuseram seu trabalho de historiador, mas que, ao final, seriam compensadas pela certeza de que, na posteridade, ele se tornaria fonte de consulta:

Este trabalho foi arduo, mas confessamos que elle nos desvanece, porque se não saciamos a nobre ambição que nos impellia a enthesoural-os, compensanos a convicção de termos n'isso prestado um serviço real a terra em que nascemos, e a gloria de que seremos um dia consultados por aquelles que tiverem de escrever a historia d'esse decennio tão fecundo em feitos de glorioso heroísmo, quanto maculado por actos de Barbara carnagem e requintada perversão.¹³⁰

Para Bernardino, era chegada a hora de escrever a história do decênio farroupilha:

É pois já tempo de se desentranhar do cáhos as peças sobre as quaes se há de formular o processo d'essa geração, já quase toda extincta; e nós gostosamente offerecemos as que forão o fructo de nossas noutes de insomnia, de estudo e de locubrações penosas: este prazer é-nos immenso; e

¹²⁹ Idem, p. 78.

¹³⁰ Idem, p. 81.

é a grata e bastante recompensa de nossos esforços.¹³¹

Todavia, não foi ainda aquele o momento em que foi formulada uma narrativa histórica sobre a contenda farrapa. Bernardino não se sentiu preparado e, ao que parece, nenhum rio-grandense de sua geração.¹³² Somente em 1880 um homem se entusiasmaria em enfrentar a questão, publicando um estudo amplo: *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*. Escrita pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe (que era sócio do IHGB e fora presidente da Província de São Pedro entre 1876 e 1877), a obra, publicada em quatro tomos, continha mais de 1038 páginas e apareceu pela primeira vez na *Revista do IHGB*.¹³³ Antes dele, a documentação sobre a guerra estava, havia anos, sendo reunida e publicada esparsamente em periódicos literários como a *Revista Murmúrios* e a *Revista do Parthenon*.¹³⁴ A José Bernardino coube somente ser mais um desses compiladores, embora sua coleção apresente, inegavelmente, uma peculiaridade: ele comentava amplamente cada documento divulgado, fornecendo ao leitor não apenas fontes de referência, mas também anotações pontuais sobre o contexto em que essas se encontravam inseridas.

Por meio desses comentários explicativos, a coleção, apesar da longa reflexão introdutória do autor sobre a imparcialidade do trabalho do historiador, acabou oferecendo uma apreciação carregada de juízos de valor. Portanto, mesmo que tenha evitado ao máximo, Bernardino não encontrou meios eficazes para se ocultar atrás de sua seleção documental.

¹³¹ Idem, *ibidem*.

¹³² Na própria coleção de documentos que José Bernardino apresenta, havia referência à recomendação imperial de que se deveria esquecer o passado da guerra. Assim dizia o Barão de Caxias, em 1845: “Uma só vontade nos una, Rio-Grandenses! Maldicção eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas! União e tranqüilidade sejam de hoje em diante nossa divisa!”. Idem, p. 79.

¹³³ Antes desse trabalho, a questão farrapa era evitada pelo IHGB e, quando se necessitava nela tocar, como na biografia sobre o chefe militar legalista Bento Manoel Ribeiro, se sublinhava a “excepcionalidade” do movimento, do qual participaram “alguns grupos da classe proletária, d’essa força brutal operante que irrefletidamente accede a transbordamentos”; “foi n’elle envolvida uma fracção da população da provincia, estando esta longe de alterar as formulas governamentais adoptadas; e este movimento foi posto em perpetuo esquecimento pela alta munificência do imperante”. OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Revista do IHGB*, Tomo XXXI, 1868, p. 395.

¹³⁴ Em *Os gaúchos*, Mucio Teixeira, ao tratar da produção escrita da *Revista do Parthenon*, chega a mencionar a numerosa coleção de documentos inéditos sobre a Guerra Civil Farroupilha que a associação partenonista possuía, denunciando o comportamento de Araripe em relação a ela. Diz ele: “Seria completo o arquivo historico do Pantheon sobre esse glorioso decennio do Rio Grande do Sul, si um presidente nortista, Tristão de Alencar Araripe, abusando de seu cargo administrativo, não tivesse retirado da secretaria do governo de Porto Alegre, uma grande parte, que remetteu ao seu primo José de Alencar, que os pedira para documentar um livro que nunca escreveu”. TEIXEIRA, Mucio. op. cit., p. 71 (nota 59).

Paradoxalmente, o mesmo José Bernardino que evitou narrar a história farrapa, não se furtou em escrever um artigo histórico sobre outro conflito que ele mesmo presenciara, a Guerra do Paraguai. Nesse caso, o poder da visão e a memória da experiência suplantaram quaisquer receios e autorizaram Bernardino a fornecer, através de seu *Combate de Aquidabam*, uma exaltada apreciação da derrota de Solano Lopez. Em sua análise,

O feito de Aquidabam é dos dessa ordem: elle foi a scena final da pavorosa e sanguinolenta tragédia que se representou na America meridional e que se intitulou *Guerra do Paraguay*. O feito de Aquidabam é, pois, do numero d'esses grandes acontecimentos que se perpetuão no bronze das estatuas, nas paginas eternas da historia e nas tradições das legendas.¹³⁵

Não chegou, contudo, a *Murmurios* a se perpetuar no “bronze das estátuas” ou “nas paginas eternas” da vida literária provincial, confirmando o receio de seu criador. Parece que Bernardino captou muito bem a rapidez do momento em que vivia e que acabou por decretar o fim de seu empreendimento.¹³⁶

2. 5. A pedra fundamental da Princesa Isabel

O Partenon Literário nunca chegou a ter um espaço próprio de funcionamento. Embora possuísse um terreno em local próximo onde hoje está situada a Igreja Santo Antônio, no atual bairro do Partenon, em Porto Alegre, não conseguiu erguer ali a tão sonhada sede social.¹³⁷ Em 1873, houve uma grande mobilização para angariar fundos a fim de empreender a construção do edifício, o que acabou não ocorrendo. No mês de setembro daquele ano, o jornal *A Reforma* assim anunciava:

¹³⁵ SANTOS, José Bernardino dos. “Combate de Aquidabam”. *Revista Murmurios do Guahyba*, 1ª série, n. 3, março de 1870, p. 139.

¹³⁶ “N’esta provincia pois, onde tudo se engrandece como por encanto, onde o dia de hontem não póde ser equiparado ao de hoje pela rapidez com que uma idéa em embryão se torna corpo e realidade, onde uma mocidade cheia de vitalidade e intelligencia se levanta semelhante ao bando alado em uma manhã de primavera, cantando estrophes ao arrebol d’um futuro grandioso”. SANTOS, José Bernardino dos. “Murmurios do Guahyba”. *Revista Murmurios do Guahyba*, 1ª série, n. 1, janeiro de 1870, pp. 3-4.

¹³⁷ A pedra fundamental da Capelinha de Santo Antonio, hoje substituída por outro templo católico (que abriga a atual Igreja de Santo Antonio do Partenon), foi lançada no terreno da Sociedade Partenon Literário em 1876 e inaugurada definitivamente em 1881.

O Parthenon Litterario teve um arrojado e útil pensamento. N'uma destas próximas sessões autorizou a sua directoria a levar á realidade a idéa que há muito tivera de fazer o seu edificio; e disse-lhe que o fizesse n'um arraial salubre, que domina a cidade (...). Em pouco tempo o Parthenon deve lançar os seus fundamentos materiaes, e elevar-se á pouca distancia da cidade, o arraial grego em condições hygienicas tão favoraveis, que dará ás familias commodas habitações cercadas de jardins, com ruas largas e arborizadas, um panorama encantador e pontos de vista aprasiveis, ar o mais puro, vivificante e secco, e água potável das melhores dos suburbios.¹³⁸

Na *Revista do Parthenon* de novembro de 1873, Aquiles Porto Alegre também noticiava o lançamento da pedra fundamental da futura sede no arraial.¹³⁹ No local, chegaram a ser feitas quatro ruas. Os nomes de três delas homenageavam partenonistas: o decano Caldre e Fião e os sócios falecidos Felipe Nery e Affonso Marques. A quarta rua se chamava 18 de Junho, em alusão à data da fundação da Sociedade.

O projeto do arraial, entretanto, não foi levado adiante. Em 1879, as atas de reunião demonstram que a construção de um edificio para o Partenon ainda fazia parte da pauta da entidade. Na sessão ordinária de 14 de maio de 1879, houve referência a uma soma em dinheiro que um grupo de cidadãos porto-alegrenses desejava ceder para a construção do prédio. A princípio, o dinheiro arrecadado por tal grupo seria destinado à fundação de uma sociedade beneficente, de nome Santa Isabel. Esta, porém, não vingou e os colaboradores decidiram doar a quantia arrecadada para a obra do Partenon. Embora a idéia da doação tenha sido recebida com simpatia pelos sócios, o ocaso da *Revista* não permite que se saibam quais fatores contribuíram para o abortamento dessa nova tentativa.

Em 1885, ano que marca o fim definitivo da associação, uma nova pedra fundamental fora lançada pelo Partenon. Dessa vez, o lugar escolhido para sediar a agremiação foi um terreno doado à entidade pelo Governo da Província.¹⁴⁰ Situado na Rua Riachuelo, região central de Porto Alegre, o local receberia, no dia marcado para a solenidade, 10 de janeiro, a visita de dois convidados ilustres: a Princesa Isabel e seu consorte, o Conde D'Eu, símbolos da monarquia que o Partenon tanto combateu. Na ocasião, os príncipes cumpriam a agenda de

¹³⁸ “O Arraial do Parthenon”. *A Reforma*, Porto Alegre, 17 de setembro de 1873, p. 1.

¹³⁹ PORTO ALEGRE, Aquiles. “Chronica”. *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterario*, 2ª série, Anno II, n. 11, novembro de 1873, pp. 506-508.

¹⁴⁰ SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. “O Partenon Literário: Imprensa e Sociedade Literária”. In: ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. op. cit., p. 19.

uma viagem iniciada no final de 1884 pelas províncias do sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Em um momento em que a campanha abolicionista se acirrava – em março de 1884, a Província do Ceará fora a primeira do Império a libertar seus escravos –, críticas ao regime monárquico se tornavam mais pesadas e, ainda, o Imperador mostrava problemas de saúde, o Conde D’Eu planejou tal viagem a fim de tornar Isabel mais popular, já que a princesa se aproximava cada vez mais do trono. Naquele momento, a figura de Isabel, apesar de ainda estar vinculada à sua fama de beata ultramontana, começou a sofrer as transformações que a ligariam, quatro anos mais tarde, à Abolição - outra das grandes bandeiras defendidas pelo Partenon.¹⁴¹ Segundo Mesquita, “Embora totalmente favorável ao fim da escravidão, o envolvimento de Isabel com a libertação de escravos tinha, até então, um caráter caritativo, permeado pela noção de doação de liberdade”.¹⁴²

Em um país visivelmente marcado pela escravidão e pela decadência progressiva do regime de governo, o Partenon Literário também mostrava sinais de declínio. O desaparecimento da *Revista* ocorreu em 1879, embora a biblioteca, o museu e as aulas noturnas tenham continuado em funcionamento por mais tempo. De acordo com Silveira e Baumgarten, as aulas tiveram suas atividades suspensas por volta de 1884, devido às dificuldades financeiras e à carência de um local próprio para o funcionamento da escola.¹⁴³ Para os autores, embora seja difícil precisar com exatidão como foram os últimos anos de atividade do Partenon, devido à carência de fontes informativas, é possível dizer que, além dos mais perceptíveis problemas econômicos, também existiram divergências internas de ordem religiosa e ideológica entre os partenonistas.¹⁴⁴

¹⁴¹ Cássia Silveira lembra que o Partenon Literário chegou a combater o ultramontanismo através da publicação de uma série de artigos do político liberal Francisco Xavier da Cunha, intitulado “A religião nas sociedades modernas”. Nos artigos, o autor se mostrava defensor das liberdades laicas e sustentava que, nas sociedades modernas, a religião e o Estado estão separados: “A religião não é meio de governo. (...) O domínio da religião é puramente espiritual. Sua acção, toda moral, não pode estender-se além da consciencia”. Aliás, no mesmo ano de 1872, Francisco Cunha, que era irmão de Félix da Cunha, publicou em Porto Alegre o jornal *A Democracia*, que se dizia um órgão do partido republicano. CUNHA, Francisco Xavier da. “A religião nas sociedades modernas”. *Revista do Parthenon Litterario*, 2ª série, Anno I, n. 1, julho de 1872, p. 33; SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. op. cit., pp. 60-61.

¹⁴² Para a autora, a progressiva adesão de Isabel à causa abolicionista é que a levaria a ultrapassar esse caráter meramente caritativo com que tomava a libertação dos cativos, culminando, em 1888, com a abolição da escravatura. MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *Isabel e a escrita de si: uma princesa entre o público e o privado*. XII Encontro de História ANPUH – RJ – Identidades, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212868603_ARQUIVO_ISABELEAESCRITADESI-ANPUH.pdf.

¹⁴³ SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. op. cit., p. 23.

¹⁴⁴ Idem, ibidem.

Guilhermino Cesar relaciona o perecimento do Partenon com os próprios rumos que seus associados seguiram. Por um lado, a ousadia dos temas abordados no Partenon parecia demais para uma província tão conservadora.¹⁴⁵ De outra parte, no quadro social da entidade nem todos eram favoráveis à mudança do regime político e, mesmo entre os republicanos, houve “sérias divergências”.¹⁴⁶ Segundo Cesar, tais desacordos tinham a ver com a nova geração que nascia à sombra do Partenon e que era ligada ao jornal *A Federação*.¹⁴⁷ Recém chegada de São Paulo, para onde fora mandada estudar, essa prole trazia ao Rio Grande novas idéias, marcadas por um republicanismo de cunho positivista, o que contrariava o ideário romântico sob o qual gravitava o republicanismo partenonista.¹⁴⁸ Para Silveira e Baumgarten,

Estava-se, pois, às vésperas da abolição da escravatura e do fim da monarquia, com a vitória da república positivista. A Sociedade Partenon Literário, dentro desse contexto, envelheceu. Envelheceu como centro literário e representante de um pensamento vinculado totalmente ao ideário romântico. Talvez aí está o motivo para o seu desaparecimento. Mais do que as causas econômicas – que sempre a acompanharam – as mudanças por que

¹⁴⁵ Desde 1869, o grupo do Partenon não fugia dos temas polêmicos. Era o caso dos combates contra os jesuítas. Por exemplo, no parecer sobre a tese histórica “A vinda dos jesuítas ao Brasil foi benéfica ou perniciososa?”, de Aquiles Porto Alegre, se reiterou a perniciosidade. Para o autor, embora os primeiros jesuítas tenham vindo com boas intenções, a “sede de ouro” dos sucessores acabou por contaminar a ordem, que passou a escravizar o índio, utilizando-o como mão-de-obra para a Companhia de Jesus. Aquiles apresentava, no texto, duas opiniões sobre o assunto: a de Joaquim Manoel de Macedo e do escritor francês Raynal. Macedo, que fala da primeira época dos jesuítas no Brasil de maneira positiva (o jesuíta é mostrado como levando a civilização ao mundo indígena), muda de opinião sobre o último período da presença jesuíta no país: padres pervertendo, escandalosamente, os costumes indígenas. Para Raynal, o importante papel dos jesuítas acabou se perdendo com os sucessores, que tiveram atitudes menos nobres e puras, “lançarão o germen de domínio e fundarão um systema de ambição e de soberania sobre a destruição de todas as bases sociaes, e buscarão um augmento de fortuna e de poder, onde não deverião ter em fito mais que a gloria do christianismo e o bem da humanidade...”. Assim, Aquiles conclui seu parecer partilhando da mesma idéia dos dois pensadores por ele citados, concluindo que a vinda dos jesuítas tornou-se sim algo pernicioso. Guilhermino Cesar aponta como os padres jesuítas de São Leopoldo, inquietos com os ataques desferidos contra sua ordem pelo grupo do Partenon, iniciaram uma propaganda contrária à entidade através do jornal *Deutsches Volksblatt*. Segundo Cesar, após essa propaganda, elementos conservadores ligados ao Partenon se afastaram da Sociedade e, paulatinamente, isso contribuiu para a perda de prestígio da casa, ao mesmo tempo em que as dissensões internas minavam seus alicerces. CESAR, Guilhermino. op. cit., p. 193; PORTO ALEGRE, Aquiles. “A vinda dos jesuítas ao Brasil foi benéfica ou perniciososa?”. *Revista do Parthenon Litterario*, Anno I, n. 2, abril de 1869, pp. 64-66.

¹⁴⁶ CESAR, Guilhermino. op. cit., pp. 198-199.

¹⁴⁷ Sobre o grupo de republicanos positivistas rio-grandenses e sua atuação política na província, ver ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*.

passava o país determinaram a sua morte.¹⁴⁹

Morto o Partenon, permaneceria vivo, contudo, o legado que a entidade deixava ao Rio Grande do Sul. Instituição defensora de um nacionalismo autonomista para o país, o Partenon foi, como se viu aqui, o centro promotor de toda uma geração de escritores e obras, além de ter construído e divulgado, através de sua *Revista*, uma literatura “genuinamente” rio-grandense, valorizando os habitantes da terra sulina e a história que dessas personalidades emanava, de maneira a produzir, através desse conjunto de ações, um passado heróico e guerreiro, mas também “civilizado” e “ilustrado” para Província de São Pedro.

¹⁴⁹ SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. op. cit., p. 23.

Capítulo 3

O Rio Grande do Sul e os Murmúrios do Guaíba

Proponho agora um exame mais atento acerca do papel desempenhado pela produção escrita na Província de São Pedro a partir do surgimento das revistas literárias até aqui analisadas. Conforme tenho tentado demonstrar nesta dissertação, tais publicações são pensadas como espaços privilegiados da escrita da história na província em um período em que ainda não era operante uma clara distinção entre os campos literário e histórico.

A análise do material gráfico proveniente dessas publicações possibilita conhecer alguns dos significados e intencionalidades que marcaram a constituição dessa escrita da história que buscava elevar o homem sulino à categoria de herói nacional. Na segunda parte deste capítulo, pretendo me dedicar pormenorizadamente a essa questão da formação de um panteão sulino na segunda metade do século XIX. Contudo, as fontes desse trabalho permitem refletir sobre outro tema deveras importante para a constituição de uma escrita da história no Rio Grande do Sul oitocentista: a passagem de um mundo eminentemente oral para outro, no qual a palavra escrita passa a ter um valor consideravelmente maior.¹ A produção escrita sintetizada nas páginas dos periódicos rio-grandenses analisados contribuiu para a difusão e consolidação de uma "república das letras" em solo rio-grandense, nos termos pensados por Rama.² Assim, calcada nas considerações desenvolvidas pelo autor, busco entender como se processou a constituição de uma literatura escriturada na Província de São Pedro a partir de sua emergência como forma de comunicação gráfica, difundida quando se dava a decadência da comunicação oralizada.

¹ Em *Parler comme un livre*, a historiadora francesa Françoise Waquet descreve as práticas e formas de comunicação *savante* entre o século XVI e o século XX. Na obra, Waquet chama a atenção para a perda de valor que a oralidade sofreu com a invenção da imprensa. Todavia, a autora destaca que há um universo de linguagem presente na esfera intelectual e, por isso, empreende um trabalho de inventário e descrição dos resquícios qualitativos de oralidade no mundo intelectual. Para ela, a importância fecunda da oralidade em nosso mundo possibilita nos indagarmos: como imaginar nosso mundo intelectual sem as conferências, seminários, discursos e congressos de que participamos, ou seja, sem as atividades de fala? Sua obra, assim, além de refletir sobre a diferença “marcada” ou, melhor, grafada, com a impressão, trata também da presença viva da *parole* em um mundo caracterizado pelo impresso. WAQUET, Françoise. *Parler comme un livre. L’oralité et savoir (XVI-XX siècle)*. Paris: Albin Michel, 2003.

² RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

3.1. Registrar é historiar? A província entre a oralidade e a literatura³

De acordo com Rama, no momento em que iniciou o declínio dessa comunicação oral, característica própria de sociedades mais rurais, a memória viva das canções e narrações dos homens do campo sofreu um processo de fixação e abriu caminho para a manifestação das pautas educativas dos circuitos letrados urbanos. Nesse percurso, a oralidade se tornou “engessada” e a escritura assumiu o papel de uma espécie de túmulo da produção oral, que perdeu sua mobilidade.⁴ Nesse sentido, a escrita passa a assumir a função de objeto histórico por natureza a ser trabalhado e a cidade se converte em seu ambiente de produção. Dessa forma, perceber as mudanças trazidas com a emergência do universo escrito, bem como as sutis permanências e resquícios da comunicação oral são movimentos caros de atenção.

Angel Rama mostra como o continente americano presenciou, nas últimas décadas do século XIX (particularmente a partir de 1870), a modernização de suas cidades e uma ampliação de seu circuito letrado. Rama não quer dizer como isso que a comunicação mais oralizada das sociedades rurais se tornou imóvel. Para o crítico literário uruguaio, o que diferenciava as formas de comunicação oral e escrita seria o tempo de variação das culturas rural e urbana. Para Rama, a produção escrita da cidade apresentaria uma variação comunicativa muito mais acelerada que a cultura oral do campo.⁵ No México desse período, surgiram gazetas populares de imprensa e na região do Rio da Prata, nasceram as folhas soltas e as revistas gauchescas. Para Rama, esse momento foi de especial importância, já que um novo setor recentemente incorporado às letras desafiava o poder constituído.

A considerável ausência de letrados, como vimos no capítulo anterior, foi por muito tempo sentida na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas com o século XIX, esse quadro começou a sofrer significativas transformações e os homens de letras finalmente se tornaram mais presentes entre seus habitantes. Naqueles tempos, um ambiente letrado praticamente inexistia por aqui, pois a Província era profundamente marcada por uma economia ruralizada e que pouco espaço cedia ao desenvolvimento educacional de seu povo.

³ Uma primeira versão deste subcapítulo foi apresentada como trabalho de conclusão do seminário “Práticas de leitura e escrita em sociedades de Antigo Regime”, ministrado pelo Prof. Dr. Eduardo Neumann, no Curso de Pós-Graduação em História desta universidade, no ano de 2007.

⁴ RAMA, Angel. "A cidade modernizada". op. cit., p. 90.

⁵ Idem, p. 76.

A Universidade de Coimbra foi, até 1850, o reduto dos abastados formadores da elite letrada brasileira, já que a América Portuguesa não contava com uma universidade própria.⁶ Um dos únicos patrícios sulinos a cursar Direito no colégio coimbrano foi Antonio Manoel Corrêa da Câmara.⁷ Nesse tempo, os “grandes intelectuais” do Rio Grande se resumiam a duas pessoas: Domingos José de Almeida e o sócio do IHGPSP, Vicente da Fontoura. Ambos se esforçaram na tarefa de elevar o Rio Grande a uma posição mais próxima àquela ocupada pelos ilustrados da Corte imperial. No entanto, eram meros comerciantes e estavam bem longe de serem considerados “ilustres”, pois não haviam passado por uma academia, o que descartava qualquer chance de se aproximarem da elite central que cercava o imperador. Essa precária formação intelectual persistiria por anos a fio, tanto é que os maiores intelectuais rio-grandenses nas décadas seguintes, o historiador e professor Pereira Coruja e o médico Caldre e Fião, homens que chegaram a circular na Corte Imperial, muitas restrições sofriam por não ter uma formação letrada mais tradicional.

No que concerne ao continente latino americano como um todo, Rama observa que particularmente três espaços demandaram por novos elementos na segunda metade do século XIX: a educação, a diplomacia e o jornalismo. Desses ambientes, que na cidade letrada viriam a se somar à administração e às instituições públicas e políticas, o jornalismo era um espaço especialmente alheio ao controle do Estado. Em relação à Província de São Pedro, a maioria dos escassos órgãos jornalísticos existentes continuavam a ser ambientes predominantemente políticos, algo que já era, segundo afirma Rama, proveniente da tradição romântica que repercutia na América Latina oitocentista.⁸ Todavia, o que parece não suscitar dúvidas como uma característica presente no mundo latino-americano, foi a visão idealizada das funções intelectuais que viveu a cidade que ali se modernizava.⁹ Para Rama,

A letra apareceu como a alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros do poder; mas também, em um grau

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatros de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

⁷ Segundo Carvalho, “No que se refere ao Rio Grande do Sul, a relativa ausência de gaúchos em Coimbra foi certamente uma razão adicional para o isolamento da província e seu sempre problemático relacionamento com o governo central”. Idem, p. 72.

⁸ RAMA, Angel. op. cit., p. 79.

⁹ Idem, *ibidem*.

que não havia sido conhecido pela história secular do continente, de uma relativa autonomia em relação a eles, sustentada pela pluralidade de centros econômicos que a sociedade burguesa em desenvolvimento gerava. (...) No setor letrado acadêmico, o exercício independente das profissões chamadas ainda "liberais", ou a criação de institutos que proporcionassem títulos habilitadores (professores primários, de segundo grau) instauraram um espaço mais livre, menos diretamente dependente do Poder, para as funções intelectuais, e será neste leito que começará a desenvolver-se um espírito crítico que buscará abarcar as demandas dos estratos baixos, fundamentalmente urbanos, da sociedade, ainda que ambicionando, obsessivamente, infiltrar-se no poder central, pois afinal se continuou a vê-lo como o dispensador de direitos, hierarquias e bens.¹⁰

A imprensa foi, de acordo com Rama, a mais notória e abarcadora de todas as ampliações letradas da modernização. Isso porque, contrariando as previsões dos educadores, os novos leitores nascentes compravam muito mais jornais e revistas que livros.

Retomando um pouco o que até aqui foi exposto, diria que, dentre esses periódicos, a *Revista do Parthenon* foi aquela que mais importância teve para o desenvolvimento das letras provinciais. Contudo, foi a *Revista do IHGPSP* a primeira a apresentar um projeto de elevação do rio-grandense à condição de herói nacional e regional. O escolhido para representar a vanglória do soldado heróico rio-grandense dentro da instituição, o general Manoel Marques de Souza, militar dos mais eminentes na província e também na nação brasileira, seria o único presidente eleito pelo Instituto nos seus três anos de trabalho efetivo. A sua escolha para presidir o IHGPSP casava perfeitamente com a intenção da casa em promover o herói sulino como representante fiel da "pátria" brasileira.¹¹

O surgimento da Sociedade Partenon Literário, reduto de uma mocidade ávida por

¹⁰ Idem, p. 80.

¹¹ Sobre a figura do Barão, diz Lazzari: "Por meio desta representação, a do 'soldado de nobre caráter', o Barão construía sua versão de uma identidade específica para a província e seus habitantes e sugeria a escrita de uma historiografia que transmitisse a memória de seus feitos às futuras gerações. A construção da nação tinha, segundo ele, 'os sábios e os heróis' como seus principais sujeitos (...). Sua retórica não se deteve em esboçar o retrato de um 'outro', pois o caráter particular do 'soldado rio-grandense' definia-se implicitamente em relação aos inimigos externos ou aos naturais das demais províncias. O que mais importava era enfatizar a missão combatente da província na construção da pátria. Comparado ao padrão dos estudos historiográficos do IHGB, a história épica proposta pelo Barão de Porto Alegre sugeria uma perspectiva peculiar. Em vez da paulatina construção civil do Estado civilizador pelas elites, ou mesmo a versão da contribuição das três raças do trabalho premiado de Von Martius, nosso tenente-general preferia o sacrifício das batalhas e os ideais que as justificam". LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 49. Tese (Doutorado em História).

encontrar um lugar de destaque nas letras nacionais, seria mais duradouro na província. Inicialmente, a associação encontrou um grande respaldo ao se associar a personalidades que fizeram parte do IHGPSP, como o Dr. Ubatuba, o próprio Barão (naquele período, já Conde de Porto Alegre) e, ainda, a figura carismática e respeitosa do antigo orador do IHGPSP, Caldre e Fião.

A Europa era o padrão civilizatório e cultural para os membros integrantes de ambas associações. Segundo os componentes do grupo literário, o modelo europeu de civilização pedia que os poetas sulinos escrevessem como Byron, compusessem como Verdi e pintassem como os artistas das academias francesas.¹² Tanto no Instituto Histórico quanto no Partenon Literário a norma era ajustar a estética europeia à “cor local”. Assim, a cultura parisiense era o modelo exemplar que ditava as regras em uma sociedade que precisava criar sua própria história baseada num passado glorioso e cheio de atos dignos de memória.¹³

No programa romântico proclamado no Brasil na primeira metade do século XIX, a natureza teve um papel preponderante. Nas cidades urbanas que despontavam no ambiente imperial, viviam os letrados, responsáveis pela elevação da exuberante terra brasileira e seus fenômenos naturais à condição de pátria nacional.¹⁴ No Rio Grande de São Pedro, essa influência romântica foi sentida posteriormente em relação ao resto do país: enquanto o Brasil respirava os novos ares provenientes do advento do realismo europeu e seus desdobramentos - como o naturalismo literário -, o Partenon espraiaria na província a estética romântica.

¹² GONZAGA, Sergius. “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”. In: DACANAL, José Hildebrando; FREITAS, Décio; GONZAGA, Sergius. *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 124.

¹³ Manoel Luiz Salgado Guimarães lembra que a Revista *Minerva brasiliense*, em 1843, já demonstrava que os olhos dos brasileiros estavam voltados para Paris: “A percepção da vida cultural brasileira como tributária dos modelos e padrões da França (...) era comum a boa parte da intelectualidade comprometida no processo de construção de uma nacionalidade civilizadora nos trópicos. É com os olhos voltados para o Velho Mundo, e mais particularmente para Paris, que este grupo de intelectuais procurará elaborar um projeto de nação, buscando também lá os parâmetros para encaminhar uma escrita da história nacional”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História”. In: *Acervo*. Rio de Janeiro: n. 1, vol. 4, jan.jun. 1989, p. 135.

¹⁴ “Regada de soberbos e majestosos rios, a cujas margens se debruçam seculares e ainda virgens florestas, producto de uma vegetação quasi tropical, ella promete ser o berço de uma geração vigorosa, que destinada a succeder ás passadas na defeza das fronteiras do Imperio como baluarte vivo d'elle, nem por isso deixará de figurar muito salientemente nas victorias pacificas da inteligencia e da industria que o payz tem de alcançar no futuro”. *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRGS*, n. 100, 1945, p. 171.

Os partenonistas da metade final do século, mostrariam todo seu interesse em “pintar” a cor local da província através das belas paisagens sulinas, como bem se observam nas publicações que tinham lugar em sua *Revista*.¹⁵ Rama destaca que tal atributo era como que um "desvio pelos esplendores naturais" a caracterizar a escrita desses letrados urbanos.

Nesse movimento de “engessamento”, a nascente escrita da história rio-grandense, que visava à construção de uma galeria de heróis modelares, foi buscar principalmente nas guerras (em especial, na Revolução Farroupilha, mas também em outros momentos de emergência da qualidade guerreira do rio-grandense - tomado como uma espécie de “espartano brasileiro”) as condições de representá-lo positivamente face à nação. Essa panteonização marcou a escrita da história a tal ponto que até hoje faz parte do horizonte cultural e da memória viva da pátria nacional brasileira.¹⁶

Em um texto bastante provocativo, David Olson objetiva desendeusar a escrita e, de certa forma, partilha da mesma sensação de Rama de que a escrita sepulta o oral. Para ele, vivemos em um mundo "textocêntrico", marcado pela hegemonia do escrito. Olson lembra que a transmissão do conhecimento ainda passa pela fala e que não há vínculos diretos entre cultura escrita e desenvolvimento cultural. De acordo com ele, é um erro identificar os meios de comunicação com o conhecimento que se comunica.¹⁷ Trabalhar a oralidade, todavia, é uma questão complexa. Há, até mesmo, uma dificuldade de definição do que seria essa oralidade. Neste sentido, é ela uma enunciação momentânea que prevê uma demanda comunicativa na qual se tem um receptor - no que se opõe à comunicação escrita, marcada pela experiência individual. Esse endeusamento da comunicação escrita e a concomitante desconsideração da oralidade, Olson situa ter ocorrido no século XVIII, época em que Gibbon caracteriza o uso das letras como um elemento a distinguir um povo civilizado de outro

¹⁵ Entre 1872 e 1874, Francisco da Natividade Franco se dedicaria a escrever as monografias "A Gruta das Borboletas", "A Cascata do Macaco Branco", "A Cascata das Náiades" e "A Gruta das Dríades" na *Revista do Parthenon*. Nesses trabalhos, ao descrever as paisagens naturais da Província, o autor tem a preocupação de fazer uma descrição geográfica do Rio Grande. Na sua "Chronica", Aquiles Porto Alegre, mostrava seu contentamento pela publicação da monografia de Natividade, pois, segundo ele, o período em que viviam era um momento de suma importância para a demarcação de fronteiras. A descrição de paisagens sulinas serviria justamente a esse fim. PORTO ALEGRE, Aquiles. "Chronica". *Revista do Parthenon Litterario*, Anno II, 2ª série, n. 6, dezembro de 1872, p. 236.

¹⁶ LAZZARI, Alexandre. op. cit., pp. 11-21.

¹⁷ "El conocimiento puede comunicarse de diversas maneras: mediante el habla, la escritura, gráficos, diagramas, cintas de audio, vídeos. El papel de la escuela nos es desplazar las percepciones y creencias del niño en edad preescolar, sino explicarlas y elaborarlas, actividades éstas que dependen tanto o más del habla que de la escritura". OLSON, David R. "Desmitologización de la cultura escrita". In: OLSON, David R. *El mundo sobre el papel*. Barcelona: Gedisa, 1997, pp. 32-33.

"selvagem".¹⁸ Para Rama, a literatura, no momento em que impôs a escrita e negou a oralidade acabou por negar também o processo produtivo proveniente da oralidade, e "o fixa sob as formas de produção urbana".¹⁹ O projeto letrado que se apropria da tradição oral conclui com uma exaltação do poder, abarcando a população que constitui o espaço pátrio, mas não sem antes "embelezá-la". Para Rama,

A constituição da literatura, como um discurso sobre a formação, composição e definição da nação, haveria de permitir a incorporação de múltiplos materiais alheios ao círculo anterior das belas letras que emanavam das elites cultas, mas implicava, além disso, uma prévia homogeneização e higienização do campo, o que somente poderia ser realizado pela escritura. A constituição das literaturas nacionais que se cumpre no final do século XIX é o triunfo da *cidade das letras*, que pela primeira vez em sua longa história, começa a dominar o seu contorno. (...) É estritamente paralela a produção historiográfica do período, que cumpre as mesmas funções: edifica o culto dos heróis, situando-os acima das facções políticas e tornando-os símbolos do espírito nacional.²⁰

No IHGPSP e no Partenon é a história que tem por objetivo fixar, através dos registros escritos, os feitos notáveis. A literatura é o meio de acesso privilegiado da história. Através de um projeto de construção de uma literatura genuinamente rio-grandense, se forja o sentimento de pertencimento regional e nacional. Apolinário Porto Alegre afirmava ser objetivo do Partenon "trazer á tella da vida" a literatura que o Rio Grande possui.²¹ Segundo ele, era necessário pintar essa tela através da história. Diz o autor:

Sua Historia tem periodos diversos que se adaptão a diversos gêneros litterarios: o período mytológico e o primitivo e encerrado nos tempos em que as tribus de guaranys, minuanos e tapes vagulavão pelas coxilhas e

¹⁸ Idem, p. 26.

¹⁹ Rama reitera, contudo, que a oralidade não desaparece, sequer nas culturais rurais, "pois a desculturação que a modernização introduz dá lugar a novas neoculturações, mais fortemente marcadas pelas circunstâncias históricas. Para essas, a cidade das letras será cega; também para o processo similar que ocorre dentro da própria cidade, onde se prolonga a produção oral misturando-se com a escrita e dando lugar a novas linguagens, sobretudo através da mezzo-música e do teatro". RAMA, Angel. "A cidade modernizada". op.cit., p. 94.

²⁰ Idem, p. 93.

²¹ PORTO ALEGRE, Apolinário. "Discurso pronunciado no primeiro aniversário do Parthenon Litterario". *Revista do Parthenon Litterario*, Anno I, 1ª série, n. 4, junho de 1869, p. 112.

cordilheiras; o periodo heroico que póde começar na conquista, da fundação das missões jesuíticas, quando o pendão das quinas disputava geira por geira o territorio actual com perda de precioso sangue; e afinal o período de emancipação nacional em que se acha encravado um deccenio de guerras civis, cujas paginas brilhantes de heroismo e gloria honrão tantos ás duas parcialidades que disputavão o poder. (...) Além d'essas epocas há outros recursos para o desenvolvimento de uma litteratura, como as lendas que aqui abundão e os costumes peculiares aos rio-grandenses.²²

Há um esforço e uma preocupação com o registro escrito das lendas provenientes da memória oral sulina, que tentam aproximar-se bastante do original falado. É o caso da primeira lenda rio-grandense registrada pela *Revista do Parthenon*, a popular "Boy - tata", trabalho realizado por José Bernardino dos Santos. O autor inicia o texto afirmando que todos os povos, mesmo os mais bárbaros ou os mais cultos têm suas lendas, de forma a tentar explicar o porquê dessa necessidade:

O povo selvagem adóra essas imagens em idolatria, o povo civilisado ama e venera essas crenças: aquelle por ser-lhe a sciencia um mysterio; este porque respeita n'essas tradições a innocente ignorancia de seus antepassados; porque vê n'essa extrema credulidade nos mãos espiritos, uma parte influente d'esse ingenuo fantastico religioso dos primeiros tempos. Ou quando não por essa causa, reconhecem e aceitão essas lendas como a fabula nacional, como as bellas imagens da poesia nascente.²³

Depois, Bernardino diz que os filósofos riem ou condenam as lendas, que a "historia não as consigna, a sciencia recusa-as, mas os poetas cantão-as".²⁴

A literatura, ao impor a escrita e negar a oralidade pôde fixar o processo produtivo oral sob a forma da produção urbana, como atestam as fábulas e costumes dos rio-grandenses que o grupo partenonista registra em sua *Revista*. Todavia, a oralidade não desapareceu de cena. Para Walter Ong, "a oralidade básica da linguagem é constante".²⁵ De acordo com ele, há implicações profundas e contrastantes entre a oralidade e a escrita. Ele destaca que uma

²² Idem, p. 111.

²³ SANTOS, José Bernardino dos. "Boy-tata - lenda rio-grandense". *Revista do Parthenon Litterario*, Anno I, 1ª série, n. 3, maio de 1869, p. 87.

²⁴ Idem, p. 87.

²⁵ ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998, p. 15.

linguagem tem a função tanto de ser falada quanto escrita, de forma que a escrita não existe sem a oralidade, embora a oralidade possa prescindir da escrita.²⁶ Nesse sentido, há remanescentes da produção oral que persistem na cultura escrita e acabam, até mesmo, por gerar novas linguagens comunicativas, como o teatro e a poesia declamada nos saraus literários, no caso específico da Sociedade Partenon Literário. Outro exemplo ilustrativo dessa herança do oral que as publicações aqui estudadas retêm, são os registros escritos dos discursos proferidos nas tribunas de ambas as instituições, resquícios claros da importância herdada da oralidade na sociedade rio-grandense da segunda metade do século XIX. As atas das reuniões dessas duas instituições também são fontes elucidativas para uma reflexão em torno do debate oral-escrito. Todavia, há uma perda nesse exercício de escrituração atestado pelas atas que deve ser considerada, pois, no momento em que se registra em ata uma reunião ou encontro, o papel escrito nada mais é que o resultado final de um debate de idéias. Nesse registro escrito, se perdem todas as tensões que o apelo oral flagra, já que não é possível captar satisfatoriamente as interjeições, os gestos, as pausas daquilo que é dito no ato mesmo da fala. Como destaca Zumthor, não é possível recuperar a performance daquele que pronuncia um texto ou vocaliza um aparte, um depoimento, um diálogo, etc.²⁷ As palavras escritas são, dessa forma, resíduos daquilo que pela fala se proferiu. O que demonstra, para Ong, que a escrita nada mais é que uma atividade imperialista e "embora as palavras estejam fundadas na linguagem falada, a escrita tiranicamente as encerra para sempre num campo visual".²⁸

Buscar a presença de marcas de oralidade e resíduos orais em um texto escrito está longe de ser uma tarefa simples. Paul Zumthor deseja ressoar o não-dito.²⁹ Segundo o autor,

²⁶ Idem, p. 16.

²⁷ "O distanciamento dos tempos, essa tão longa ausência, força-nos a perseguir o que sabemos *não poder atingir*; é então que em nós decide-se a sorte do paradoxal conhecimento ao qual ainda aspiramos. Ninguém duvida que a voz medieval, (assim como o canto, cuja prática podemos entrever) resistiu a deixar-se capturar em nossas metáforas, inspiradas por uma obsessão do discurso pronunciado, linear e homofônico: para este, tanto o tempo quanto o espaço constituem um recipiente neutro, onde se depositam os sons como uma mercadoria. Mas é *outra voz* - outra escuta, à qual nos convida nossa música mais recente - que se recusa a pensar o uno, que se recusa a reduzir o ato vocal ao produto de uma cadeia causal unívoca". ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 21. Grifos meus.

²⁸ ONG, Walter. op. cit., p. 20.

²⁹ Em seu estudo sobre as canções de gesta medievais, fornece preciosas pistas a esse respeito. Ele procura ver a audição como um ato e fala em um projeto de audição. Daí, seu objetivo de traçar os signos de uma intenção. A performance, para ele mesmo, não é algo passível de ser recuperado, embora seja possível mencionar as diferenças entre um texto feito para ser lido em voz baixa e outro em silêncio. Todavia, como colocar em prática a metodologia de Zumthor? Seu texto pode ser visto mais como um alerta para a presença desses elementos numa documentação, muito mais que servir como um método a ser aplicado. ZUMTHOR, Paul. op. cit., p. 20.

há "índices de oralidade" que podem ser percebidos num texto.³⁰ Seria possível verificar marcas de oralidade ou índices orais em conjuntos documentais como os periódicos do IHGPSP e do Partenon? Marcas de fala podem ser por vezes percebidas na documentação, mas há uma diferença entre intuir esses resíduos fragmentados ou pensar a oralidade como transmissão de tradição. Em suma, identificar elementos orais num texto é um trabalho passível de ser realizado e há lingüistas e historiadores que exploram essa questão. Porém, trabalhar com a oralidade no sentido perseguido por Zumthor (aquele da transmissão do oral no presente de sua performance) me parece ser um campo inexplorado pelo historiador de ofício, até porque seu trabalho é geralmente marcado por uma concepção documentalista da história, ou seja, uma concepção ligada aos registros escritos.³¹

Apesar das dificuldades inerentes ao trabalho com a oralidade, acredito ser possível, mesmo que parcialmente, detectar rumores desse universo oral não registrado em materiais como, por exemplo, os discursos pronunciados pelos sócios das instituições e as já citadas atas de reuniões. Tratarei inicialmente das atas.

Quando elaboradas mais detalhadamente, as atas permitem captar vestígios do ambiente social no qual foram feitas. A partir da leitura dos registros das atas das sessões do Partenon Literário entre os anos de 1872 e 1873, foi possível perceber certas disputas e tensões entre os membros da instituição, que, muitas vezes, discordavam sobre aquilo que deveria compor o material a ser reunido para publicação na *Revista*. Era o caso das notícias biográficas e, também, de uma série de teses, de cunho filosófico, religioso, moral ou histórico, que eram discutidas nessas sessões da Sociedade.³²

³⁰ "Por 'índice de oralidade' entendo tudo o que, no interior de um texto, informa-nos sobre a intervenção da voz humana em sua publicação - quer dizer, na mutação pela qual o texto passou, uma ou mais vezes, de um estado virtual à atualidade e existiu na atenção e na memória de um certo número de indivíduos". Idem, p. 35.

³¹ O próprio Zumthor afirma que nunca havia-se tentado interpretar a oralidade da poesia medieval, contentando-se os historiadores em apenas observar a existência dessa poesia. O que ele tenciona, ao contrário, vai além: é uma interrogação da natureza e das funções próprias da oralidade. Idem, pp. 17-18.

³² Dentre as teses discutidas pelo grupo partenonista, destaco dezesseis: 1. "Qual o verdadeiro representante da nacionalidade brasileira, no desenvolvimento literário deste século?"; 2. "Qual a influência do século de Péricles no domínio da literatura? Que domínios trouxe à história literária?"; 3. "Qual foi a época mais brilhante de Roma, sob o governo monárquico ou sob a república?"; 4. "O sangue derramado em troco da liberdade é necessário?"; 5. "Os fins justificam os meios?"; 6. "Na antiguidade qual foi a forma de governo que presidia à marcha progressiva da humanidade? Qual é a que trouxe a maior soma de civilização? Qual é a que presidiu aos destinos dos povos modernos? Qual tem sido, pois, o ideal de liberdade em todos os tempos?"; 7. "A invasão da Província em 1865 tem justificação?"; 8. "Quem demonstra maior abnegação e valor em sua missão - o padre ou o soldado?"; 9. "As cruzadas trouxeram algum benefício em prol da civilização hodierna?"; 10. "O casamento nas condições do Catolicismo funda-se na lei natural? A indissolubilidade dos laços é útil ou prejudicial aos interesses sociais?"; 11. "A pena de morte é fundada no direito natural? A sociedade pode tirar aquilo que não pode dar?"; 12. "Em qualquer dos sentimentos ou paixões humanos quem revela mais nobreza e mais generosidade - o homem ou a mulher?"; 13. "Qual o meio a empregar-se, a fim de impedir e derrocar a influência

As atas se ocupavam de comentar a discussão dessas teses, que eram calorosamente debatidas tanto nos saraus públicos quanto nas sessões privadas realizadas pelos associados. Os debatedores encarregados de discutir determinado assunto liam para os demais suas conclusões do alto de uma tribuna, exercendo o papel de oradores. Muitas vezes, as acaloradas discussões geravam tanta polêmica que eram comentadas tanto na imprensa local quanto na *Revista*. Guilhermino Cesar, em sua *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, assim caracteriza essas reuniões:

Como se está vendo, não faltou energia, combatividade e idealismo ao Partenon. As atas de suas reuniões, nos anos de 1872 e 1873, mostram ao vivo a ebulição intelectual que por lá se verificava. Realizavam, então, os agremiados seus círculos de estudo, em que discutiam variados temas, desde os maliciosos e provocantes aos ingênuos e escusados.³³

Na sessão ordinária ocorrida em 22 de abril de 1872, se iniciava o debate sobre a tese "O casamento nas condições do catolicismo funda-se na lei natural? A indissolubilidade dos laços é útil ou prejudicial aos interesses sociais?", cujo parecer fora designado a Vasco de Araujo.³⁴ Na sessão seguinte, ocorrida em 29 de abril, a tese de Vasco foi por ele lida, suscitando polêmica:

O Snr. Vasco de Araujo leu o parecer sobre a these que entra em discussão, e não havendo quem pedisse a palavra, o Snr. Affonso Marques, na qualidade de primeiro orador, argumenta contra o parecer em discussão; o orador tenta justificar que a indissolubilidade dos laços não só é útil aos interesses sociaes como aos interesses particulares; e depois de tocar em diversos pontos sem abono de seu argumento, traz em seu auxilio os grandes legisladores do catholicismo, que, achando a indissolubilidade dos laços tão útil e tão elevados, os santificarão. O orador conclue dizendo que não se achava prevenido para entrar nesta discussão e por isso não tinha feito estudo algum sobre a these, esperando que para a segunda parte da discussão tomassem parte nella oradores de idéas mais esclarecidas que a sua e com

exercida pela Companhia de Jesus sobre o ensino?"; 14. "A alma é imortal?"; 15. "Quais as causas que trouxeram a revolução de trinta e cinco na Província? A revolução foi necessária? A revolução exprimia a real manifestação do povo?"; 16. "Por que razão a mulher não goza da liberdade do homem? Deve gozá-la?".

³³ CESAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2006, p. 192.

³⁴ "Actas das Sessões do Partenon Litterario". In: *Revista do IHGRGS*, I e II Trimestres. Ano IV. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1924, p. 214.

conhecimentos de causa. Pede a palavra o Snr. Appollinario Porto Alegre que diz também não ter vindo prevenido para entrar nessa discussão; pois que tinha visto um movimento animoso dar esperanças de que haveria uma luta brilhante nesta sessão, mas que ia fazer algumas reflexões sobre o que tinha dito o Snr. Affonso Marques; e argumentou contra as idéas do mesmo. Succedeu-lhe o Snr. Ulrich, que pede ao Snr. Presidente para, no caso em que seja possível, mandar entregar-lhe o parecer, pois que desejava fazer algum estudo sobre elle afim de discutil-o na proxima sessão; e concorda com as idéas do Snr. Affonso Marques.³⁵

Todavia, o acima citado Ulrich não apareceu na sessão seguinte, dia 6 de maio. Pela falta do colega, Marques propôs o adiamento da discussão para a sessão seguinte. Hilário Ribeiro interveio em defesa do colega ausente, afirmando que a palavra não ficara com Ulrich, "como acabava de declarar o orador (Marques) que lhe precedeu na tribuna".³⁶ A discussão da tese, então, foi postergada e retomada na sessão ordinária de 13 de maio, em que Ulrich se encontrava presente. Novamente, a discussão tornou-se tensa, e Apolinário Porto Alegre continuou a defender a solubilidade dos laços matrimoniais. Caldre e Fião, na qualidade de membro mais velho e presidente honorário da agremiação, resolveu intervir, calcado, segundo ele, em médicos (ele próprio um) e baseado em pensadores socialistas. Sua posição foi a favor da indissolubilidade. Num texto que permite ao leitor quase imaginar como teriam se dado os diálogos e embarcar na tensão presente naquele momento, assim registrou em ata o segundo secretário, Augusto Totta:

Entra em segunda discussão o parecer sobre a indissolubilidade dos laços. Pede a palavra o Snr. Achylles, dizendo que não entrava na discussão da these semm que primeiramente tomassem parte nella, aquellas pessoas que, como o Snr. Victorino, achavão-se compromettidos. Em resposta o Snr. Victorino declarou que não havia se compromettido a tomar parte na discussão da These e que ninguém lhe poderia impor a liberdade. Em seguida orou o Snr. Appollinario Porto Alegre, declarando á casa que, se pela segunda vez subia á tribuna para tratar da these em discussão, é porque via o indifferentismo com que a travavão tantos moços illustrados pelo que lamentava, tornando-se o orador naquelle momento o recurso nas discussões. Tomou a palavra o Snr. Presidente honorario para fazer uma addenda ao discurso do Snr. Appollinario, e expoz a sua opinião sobre a these,

³⁵ Idem, pp. 216-217.

³⁶ Idem, p. 218.

robustecido em diversos socialistas e médicos profundos que combatem o casamento dissolúvel.³⁷

O debate se arrastaria pelas sessões seguintes, mesmo após o início de outra discussão de tese - sobre a pena de morte, assunto não menos polêmico - na sessão imediatamente consecutiva, dia 27 de maio. Nessa sessão, um número maior de sócios fez uso da palavra, de maneira que a discussão foi prolongada. O que parece interessante a partir da leitura desse material é justamente a polêmica que um debate de idéias podia gerar entre a mocidade do Partenon. Não seria possível captar com a mesma densidade dramática esse tipo de informação apenas pela leitura das teses publicadas no periódico. Somente o trabalho com um material mais descritivo, como as atas aqui estudadas, é capaz de fornecer uma perspectiva que possibilite ao historiador depreender o funcionamento e os embates travados em ambientes sociais como esse. Por isso, se pode concluir que a opinião que figura na *Revista* nem sempre revela o que pensa a maioria dos sócios, que, ao contrário, demonstravam suas opiniões em debates infundáveis. No Partenon, uma tese somente deixava de ser discutida quando outra, mais polêmica que aquela, tomava, como que naturalmente, o lugar da anterior. É o que se pode observar nesse caso em particular acerca da tese sobre a indissolubilidade dos laços, em que a discussão, de tão protelada, se dissolveu. Entretanto, havia situações - mais raras - em que o grupo conseguia dar por encerrada uma discussão. Foi o que aconteceu no caso da polêmica sobre a pena de morte, cujo debate se findou na sessão ordinária de 19 de agosto, passadas sete sessões em que esteve em pauta de discussão. Nessa sessão, antes de lavrar a ata, disse o segundo secretário, Lobo Barreto Filho:

(...) na segunda parte o Snr. Kraemer declara ser contra a pena de morte, mas que tinha se manifestado a favor somente para promover discussão, sendo na mesma ocasião encerrada essa these e aprovado que a pena de morte não se funda na lei natural e a sociedade não pode tirar aquilo que não póde dar.³⁸

Outro fator relevante em relação ao trabalho com as atas do Partenon, é o fato de serem elas aprovadas e retocadas na sessão seguinte a sua feitura. Esse elemento é

³⁷ Idem, pp. 219-220.

³⁸ Idem, p. 232.

significativo para o tipo de discussão que aqui se faz, já que aquilo que o texto escrito no calor da hora representa passa por mais um filtro, o dos próprios sócios, antes de chegar até o presente. Embora haja certamente um ponto positivo nessa filtragem – o que fica registrado é um consenso ou, pode-se dizer, um acordo “mais democrático” dos assuntos tratados –, se observa que persistem na documentação, certas rugas entre os membros. Cito dois casos. O primeiro envolve os nomes de Apolinário Porto Alegre e Caldre e Fião. O segundo, do mesmo Apolinário, mais Cristiano Kraemer e Mucio Teixeira. Essas contendas se desenrolaram por várias sessões dos meses de setembro e novembro de 1872. Na sessão de 02 de setembro, percebe-se um certo mal-estar e um clima de cobranças, desencadeado por Apolinário Porto Alegre, pelo fato do sócio Caldre e Fião, ausente na data, não ter apresentado seu parecer de tese sobre a seguinte questão: "Em qualquer dos sentimentos ou paixões humanas, quem revela maior nobreza e mais generosidade - o homem ou a mulher?". Nessa sessão, Apolinário censurou e foi censurado pelos demais, como mostra o termo lavrado novamente por Lobo Barreto Filho:

O Snr. Appollinario Porto Alegre, servindo-se da palavra, pede que se officie de novo ao mesmo Snr. Dr. (Caldre e Fião) instando para que apresente o parecer e ao mesmo tempo que se marque no decurso da semana um dia para sessão ordinária, afim de ter logar a discussão adiada, o que foi aprovado pela casa. (...) Em seguida o Snr. Appollinario Porto Alegre dirige algumas censuras ao Snr. Thesoureiro por não haver ainda apresentado á casa um balancete. O Snr. Gaspar Guimarães, censurando também o Snr. Thesoureiro, especialisa o facto de achar-se ainda o Parthenon em atrazo com as dividas relativas aos festejos do quarto anniversario. Em seguida, o Snr. Kraemer faz a seguinte censura: ao Snr. Bibliothecario e seu adjunto, pelo pouco cuidado que têm votado aos livros da bibliotheca, dos quaes nem catalogo existe, á comissão de revisão dos Estatutos por não ter ainda concluido os seus trabalhos, prejudicando assim os interesses da sociedade.(...) Na mesma occasião, declara o Snr. Kraemer que, tendo como lhe fora disposto na sessão antecedente, exigido do Snr. Ulrich a entrega dos livros pertencentes ao Parthenon, que se achavão em seu poder, este Snr. lhe declarou haver encarregado o Snr. José Theodoro de Miranda de restituil-os. O Snr. Appollinario Porto Alegre, respondendo ás censuras do Snr. Kraemer na parte relativa ás aulas nocturnas, declara que se acha tudo proncto para ellas funcionarem. (...).³⁹

Duas sessões ordinárias depois, Caldre e Fião, novamente ausente, ainda não apresentara seu parecer. E mais uma vez Apolinário criticou-o, pedindo que a ele se officiasse

³⁹ Idem, p. 234.

uma carta, a fim de que "apresentasse o parecer de que estava incumbido", além de propor, ele mesmo, a discussão de uma nova tese: "A alma é immortal?".⁴⁰

Outro fato atesta o clima pouco cordial e tenso do segundo semestre do ano: a realização de eleições, que não eram, aliás, o desejo de todos, pois alguns, como Sá Brito, alegavam que o fim do ano estava próximo para serem nele efetuadas novas eleições. Todavia, o pedido de demissão de Manoel Gonçalves Junior do cargo de primeiro secretário, fez com que a casa optasse por realizar as eleições na sessão ordinária de 14 de outubro.

Na sessão de 22 de novembro, os ânimos estariam quase no limite. Novas acusações foram feitas por Apolinário Porto Alegre, dessa vez contra Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Bittencourt fazia parte da nova associação que se fundava na capital naquele final de ano, a *Ensaio Literários*. Numa sessão acalorada, onde se nota uma exaltação por parte dos associados, a crise e o clima de discórdia no Partenon eram claramente percebidos, como a ata demonstra:

(...) O Snr. Appollinario pediu a palavra (...) Accusa o Snr. Aurelio com esforço, accrescentando que este Snr. calumnia e vilipendia esta Associação usando das cobardes armas da intriga afim de lançar a desharmonia entre os membros desta casa. Apresenta este socio como inconveniente para continuar a permanecer não só na Directoria, com os altos cargos que occupa, como até de continuar em ser socio do Parthenon Litterario, requerendo que sejam os accusados convocados para comparecerem á primeira sessão ordinaria, afim de tomarem as suas defesas, e não comparecendo ou não se defendendo, sejam expulsos como refractarios á sociedade.⁴¹

Dessa vez, Kraemer, um desafeto de Apolinário, endossou o coro de acusações, lançando-se contra Mucio Teixeira. Contudo, Apolinário, contrário que era a Kraemer, defendeu o jovem Mucio:

O Snr. Christiano Kraemer obtendo a palavra accusa o Snr. Mucio Teixeira, dizendo ser sobre quem recahe uma grande parte das intrigas tramadas entre os socios, por cujo objeto pede que seja contemplado no numero dos accusados, soffrendo a mesma pena que a esses tenha de ser inflingida. O Snr. Appollinario Porto Alegre toma a defesa, não concordando com a

⁴⁰ Idem, p. 236.

⁴¹ Idem, p. 245.

opinião do orador que o antecedeu, porque julga que o Snr. Mucio, sendo uma creança e cheio de leviandade, justificada por sua mesma menoridade, entende que na sentença que pediu contra os Snrs. Aurelio e Cancio, não seja contemplado esse jovem, pois não o julga com bastante madureza de espirito para discernir o mal.⁴²

Os sócios Aurélio Viríssimo de Bittencourt e Cância Gomes, que não compareceram à sessão seguinte, foram expulsos da associação. Kraemer solicitou novamente a expulsão de Mucio Teixeira e esse, presente na sessão, ofendeu verbalmente seu algos e pediu ele mesmo sua demissão do cargo de sócio do Partenon. Interessante notar que foi o próprio Cristiano Kraemer quem lavrou a ata da sessão onde ocorreram as expulsões. A briga entre Cristiano Kraemer e Apolinário Porto Alegre se seguiu até o final do ano, como atestam as atas de dezembro. Mucio Teixeira só voltaria a frequentar as reuniões do Partenon em outubro de 1873.

O ano de 1873, aliás, foi mais calmo que o anterior. As questões debatidas pelos associados diziam respeito muito mais à administração da associação e à discussão de teses que a disputas pessoais internas. Nesse ano, entrou em pauta, ainda, a discussão acerca do melhor local para a fundação da sede social do Partenon, sede essa que, como se sabe, jamais foi edificada. Um grupo de associados encabeçado por Hilário Ribeiro e Apeles Porto Alegre, era contra a edificação fora da cidade, opondo-se ao grupo de Aquiles, Apolinário e Menezes Paredes, favorável à construção de uma sede para além do contorno urbano. A opção escolhida em 13 de outubro de 1873 acabou sendo pela construção fora da cidade. Como comissão escolhida para tratar da edificação, foram eleitos Aquiles Porto Alegre, Caldre e Fião e Lúcio Porto Alegre.⁴³

Afirmei anteriormente, que os discursos proferidos pelo sócios do Partenon e do IHGPSP traziam elementos importantes acerca das marcas de oralidade nos textos escritos. Walter Ong informa que, desde os antigos gregos, a fascinação pelo discurso oral "apresentou-se na vasta e rigorosamente elaborada arte da retórica".⁴⁴ Esse autor lembra,

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ Idem, p. 205.

⁴⁴ ONG, Walter. *op. cit.*, p. 17.

ainda, que, no grego original, a palavra retórica referia-se fundamentalmente à arte do discurso, embora na *Arte Retórica* aristotélica "a retórica fosse e devesse ser um produto da escrita".⁴⁵ Assim, a retórica é a arte de falar em público, também chamada oratória. Segundo Ong, essa arte oratória permaneceu como o paradigma de todo discurso, até mesmo do discurso escrito. Para Ong, essa afirmação traz consigo um elemento importante para o estudo da oralidade, pois "a escrita, desde o início, não levou a oralidade a um encolhimento, mas consagrou-a, possibilitando a organização dos 'princípios' ou constituintes da oratória em uma 'arte' científica".⁴⁶

Walter Ong, como aqui já foi comentado, também afirma que não existe escrita sem oralidade. Todavia, o autor parece absolutizar demais a produção escrita, esquecendo-se que há outras formas humanas de comunicação gráfica que não a palavra escrita, como é o caso da pintura, da tecelagem e da arte cerâmica, somente para citar alguns exemplos. Em sua tese, contudo, ele dá um espaço elevado à escrita como a única forma que fica, embora não deixe de considerar a oralidade, mesmo que a tome como residual. Segundo ele,

Os discursos - ou quaisquer outras apresentações orais - que eram estudados como parte da retórica, dificilmente poderiam ser idênticos aos que eram apresentados oralmente. Proferido o discurso, não permanecia nada sobre o que se pudesse trabalhar. O que se usava para "estudar" era necessariamente os textos dos discursos que haviam sido escritos - geralmente depois de proferidos e muitas vezes muito tempo depois (...). Desse modo, até mesmo os discursos compostos oralmente eram estudados não como discurso, mas como textos escritos.⁴⁷

Hayden White partilha, em parte, dessa opinião. Para o crítico literário, ligado ao *linguistic turn*, não é possível conhecer nada fora do texto e nada além da linguagem, pois o texto é o que fica registrado daquilo que ocorreu no passado.⁴⁸ Apesar das diferenças de referencial teórico nos trabalhos desses dois autores, Ong, tal qual White, localiza na era romântica o desvio do ímpeto retórico de uma apresentação oral para a escrita. Entretanto,

⁴⁵ Idem, p. 18.

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, Edusp, 1992; _____. "O Fardo da História". In: *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 39-64.

Ong atribui importância aos indícios de oralidade remanescentes de forma diferente daquela trabalhada por White.

Na *Revista do IHGPSP*, os documentos a serem coligidos e armazenados eram sem sombra de dúvida provenientes de documentação escrita. Todas as comissões responsáveis pela escrita da história da instituição são marcadas por essa premissa. Essas comissões eram divididas em "De Fundos e Orçamentos", "De Estatutos e Redação da Revista", "Da Revisão de Manuscritos", "De Trabalhos Historicos", "De Trabalhos Geographicos", "De Arqueologia, Ethnographia e Lingua dos Indigenas", "De Admissão dos Socios" e, por fim, "De Pesquisas de Manuscritos e Documentos". Apesar disso, a presença de um orador na instituição e a publicação dos discursos proferidos pelos sócios revelam a sobrevivência de práticas de sociabilidade marcadas ainda por um universo oralizado.⁴⁹ Enquanto no Partenon Literário os sócios se reuniam nos saraus para ler em voz alta suas teses, discursos e capítulos de romances e declamar poesias, o grupo do IHGPSP se reunia em sessões solenes para apreciar longos discursos escritos pelos seus associados. Na tribuna, a arte de proferir era um hábito cultivado. Os textos discursivos eram escritos para serem lidos em público. De acordo com o artigo 21 do Estatuto do IHGPSP, era o orador quem deveria falar ou responder pela instituição em todas as ocasiões, exceto quando o presidente o fizesse, pois tinha ele preferência tanto na assembléia geral quanto nas deputações do Instituto. Era também o orador quem deveria fazer o elogio histórico dos falecidos durante o ano social e também o discurso fúnebre sobre a sua sepultura. O orador possuía um papel igualmente importante por ser ele o responsável, durante as reuniões, por chamar a atenção dos sócios quando esses não estivessem tratando dos assuntos estipulados.⁵⁰

Em discurso proferido pelo presidente do IHGPSP há elementos interessantes. Ali, o político e militar afirma ter consciência do pouco que podia fazer pela "patriótica associação" da qual era presidente, mas que nem por isso ele via sua vontade de participar resfriada. Tratando de si, o Barão tem consciência de que é testemunha ocular da história, mas não se vê

⁴⁹ Chartier menciona que no século XVIII, se tem abundantes representações de sociedades unidas pela leitura, em voz alta, de livros. O autor lembra que a leitura atua "nos diversos níveis da privatização", sendo uma das "práticas constitutivas na intimidade individual". Porém, a leitura funcionava também como ponto de centralização de "grupos de convivialidade", caso aplicável às sociedades aqui estudadas, onde a leitura funcionava como aglutinadora e marcava o convívio social. CHARTIER, Roger. "As práticas da Escrita". In: ARIÈS, Philippe; _____. (org.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 151.

⁵⁰ *Revista do IHGPSP*. Anno I, n. 1, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, n. 100. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945, 4º trimestre, pp. 205-208.

capaz de escrevê-la.⁵¹ É, então, que ele pede que os sócios escrevam a história que ele afirma fazer parte:

Vós que tendes a intelligencia bem illustrada escrevei essas cousas e transmitti-as á posteridade, porque ellas são um padrão de gloria com que nossos filhos poderão orgulhar-se.⁵²

Ele, que se define como um testemunho da história (aquele que “viu”) e, ainda, se mostra capaz de sobre ela orar, não se acredita competente para escrever o que, pela experiência, transmite através de sua voz.⁵³

A "Primeira Sessão Anniversaria de Instalação no dia 24 de fevereiro de 1861", documento publicado na *Revista do IHGPSP*, é uma espécie de ata do que ocorreu nessa sessão, presidida pelo Barão de Porto Alegre.⁵⁴ Acredito que o documento é redigido pelo 2º secretário, Ignácio Manoel Domingues, porque, de acordo com os estatutos, era ele quem deveria escriturar as atas. Esse texto é uma excelente descrição de como ocorriam as sessões comemorativas dentro do IHGPSP. Uma leitura ligeira mostraria que essas sessões pareciam ser, em comparação com a documentação proveniente das sessões partenonistas, bem mais amenas. Contudo, não seria uma boa comparação, visto que aqui se trata de uma sessão aniversária e as sessões que a documentação das atas do Partenon revelam dizem respeito aos debates de idéias travados em sessões ordinárias, ou seja, daquelas que faziam parte do cotidiano da associação.

⁵¹ Idem, p. 209.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ No Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, a forte presença de discursos nos periódicos demonstra que, naquele universo, a palavra do testemunho que *viu* a história, ainda era valorizada como fonte de conhecimento. Para usar uma frase de Hartog, “pressupõe, de fato, um mundo onde é natural que a palavra valha como conhecimento, onde a palavra *sabe*. Um mundo em que o discurso oral não é desvalorizado com relação ao discurso escrito. Enfim, um mundo dominado pela oralidade ou ainda amplamente dominado pela oralidade”. Isso poderia se aplicar ao Rio Grande do Sul oitocentista? Seria ele um mundo da palavra escrita e não um mundo da escrita? Parece que sim, ainda mais se compararmos a conjuntura em questão com um exemplo fornecido pelo próprio Hartog, aquele da sociedade francesa, a qual, por um “lento caminhar da escrita”, o oral sobreviveu até o coração do século XX. HARTOG, François. “O Olho e o Ouvido”. In: *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, pp. 273-314 (principalmente, pp. 283-291).

⁵⁴ “Primeira Sessão Anniversaria de Instalação no dia 24 de fevereiro de 1861”. *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. II, vol. I, março de 1861. In: *Revista do IHGRGS*, n. 101, 1946, p. 49.

Nesta sessão aniversária do IHGPSP, estavam presentes, além dos membros do Instituto, o Presidente da Província, o governador do bispado, o vigário geral, o comandante superior da Guarda Nacional da comarca, membros do corpo consular e a diretoria da Sociedade Beneficência Portuguesa. Sobre o funcionamento da sessão, a descrição do narrador é detalhista. A partir de seu relato, se podem enumerar as ações do encontro da seguinte maneira:

1. O presidente abre a sessão saudando o Imperador e sua família, depois o governador;
2. Toca-se o Hino Nacional (quem o faz é o IV Batalhão de Infantaria);
3. O Barão lê seu discurso de abertura;
4. Seguem-se "variadas peças de música" executadas pela banda;
5. Paula Soares, 1º secretário, lê os relatórios dos trabalhos do ano social de 1860. Ele propôs, na ocasião, a criação de uma Comissão de Estatística como auxiliar da de trabalhos históricos;
6. Mais uma peça musical é executada;
7. Lido um ofício do Sr. Senador Conselheiro do Estado Candido Baptista d'Oliveira, em que ele expressa sua satisfação em ser nomeado sócio honorário do IHGPSP;
8. Caldre e Fião, orador do IHGPSP, lê seu discurso, como mandam os estatutos;
9. Fala-se sobre as novas obras recebidas;
10. Trata-se dos falecidos no último ano e lêem-se as resenhas dos discursos fúnebres;
11. Peça musical;
12. Novo discurso apologético de um novo membro da associação;
13. Peça musical;
14. O Barão termina a sessão, encaminhando o assunto da próxima, qual seja, as eleições da mesa administrativa para o próximo ano social.

Paula Soares, primeiro secretário do IHGPSP, escreveu o relatório lido nessa sessão sobre os trabalhos do IHGPSP no primeiro ano. Em "Organização do Instituto", faz ele uma espécie de histórico de como a associação se reuniu. Ali, expôs que Caldre e Fião foi escolhido orador da associação por ter "(...) adquirido uma bem merecida reputação de literato na tribuna e na imprensa".⁵⁵ Ou seja, Caldre já era conhecido naquela época pela qualidade daquilo que escrevia e falava. Mais adiante, quando informa que será Caldre quem pronunciará os elogios fúnebres aos membros do Instituto até ali falecidos, ele mais uma vez

⁵⁵ Idem, p. 53.

elogia o médico e poeta, de forma a convencer sua audiência que ninguém melhor que Caldre e Fião poderia ocupar o cargo de orador: "Ao nosso eloquente Orador e não a mim cabe a tarefa de pronunciar o elogio fúnebre destes nossos malfadados patricios; elle com a sua brilhante erudição vos patentiará as virtudes civicas de tão respeitaveis cidadãos (...)"⁵⁶

Outra sorte de documentos nos permite observar como se organizavam os famosos saraus dentro da Sociedade Partenon Literário. Tratam-se dos relatos publicados na imprensa sulina a respeito das ocasiões festivas no Partenon. Por meio deles, fica-se sabendo, por exemplo, como se concebia a organização interna dos bailes e a quem se desejava atrair para deles participar. Ainda, e, talvez, mais relevante que isso, as crônicas sobre os saraus partenonistas reforçam a enorme importância que a arte do bem falar e do saber ouvir tinha naquela sociedade.

No jornal *A Reforma* de 19 de julho de 1873, consta uma notícia sobre o primeiro sarau ocorrido na agremiação:

Saráo – O saráo do Parthenon Litterario foi summamente concorrido e esteve animadíssimo. Além da preleção sobre a educação das mãis de família, thema escolhido e bem desenvolvido pelo Sr. Vasco de Araujo, outros sócios entretiveram o auditório com a leitura de poesias e trabalhos litterarios. A parte recreativa foi brilhantemente desempenhada, fazendo-se ouvir algumas distinctas amadoras, que enthusiasmaram os ouvintes, assim executando ao piano excellentes composições musicaes. Dansaram-se algumas contradansas durante a festa até as duas horas.⁵⁷

Sobre esse mesmo sarau literário, o cronista do jornal, Desgenais, publicou, na edição seguinte, uma importante crítica. Seus comentários são bastante interessantes:

Quinta-feira inaugurou o Parthenon os seus saráos litterarios. Foi uma idéa excellente, e bem acolhida. Juntando o attractivo ao útil, o Parthenon formou uma bellissima reunião: suas salas estavam completamente cheias, e o sexo das graças dava á festa um brilhantíssimo realce. Abriu a funcção a Exma. Sra. D. Ida Mariante, tocando ao piano uma bonita ouvertura, tanto mais apreciada quanto não era a que estava indicada no programma, e cuja executora não havia ainda comparecido. Inaugurada por mãos d' anjo a festa, subiu á tribuna o Sr. Vasco de Araujo, e desenvolveu com profficiencia e alguma demora o thema escolhido para a preleção (...). Em diversos pontos

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ *A Reforma*, Porto Alegre, n. 163, 19 de julho de 1873, p. 1.

foi applaudido. Finda a prelecção, sentou-se ao piano a Exma. Sra. D. Emilia Totta, eximia pianista, muito applaudida (...). N'um baile onde há poetas e litteratos, há por força grande palestra com as moças; e foi o que eu notei na passagem dos pares. Havia muita vivacidade e fluência na conversação, especialmente por parte do meu amigo que faz versos (...).⁵⁸

O “folhetim” de Desgenais, ou Joaquim Antonio Vasques, seu verdadeiro nome, era pleno de elogios à sociedade literária partenonista. Nessa e em outras crônicas, o autor sempre tecia comentários acerca do público feminino que freqüentava os saraus partenonistas. Era praxe, entre os autores dos folhetins d’A *Reforma* frisar, em seus textos, o quanto os bailes eram totalmente de acordo com a “boa moralidade”. Tais ajuizamentos faziam parte de uma estratégia da agremiação para atrair as moças de boa família para a casa, pois, segundo Manfredo,

Póde-se dizer sem exageração alguma que o sarão litterario é uma necessidade para a sociedade porto alegre. Ali póde ir a mãe de família levar a sua jovem filha, cujo coração ainda palpita de innocencia e candura, por que *as frívolas occupações do baile são ali temperadas pela lição severa da prelecção, pelas doutrinas dos discursos sobre a matéria diversa e pelo interesse da leitura amena.*⁵⁹

Ressalta-se que, se o Partenon promovia o baile e as danças para a mocidade - atividades consideradas “frívolas” -, essas deveriam ser “perdoadas” pelos seus pais, pois, para além dessas futilidades, o encontro promovia uma oportunidade de instrução sobre os assuntos que ali eram tratados, esses sim tomados como relevantes. Uma das bandeiras defendidas pelo Partenon, a educação feminina também poderia ocorrer nessas ocasiões em que eram as moças de família expostas ao convívio social:

O baile é, na vida pratica dos povos, uma necessidade. É ahi que a moça ostenta toda a sua gentileza e formosura, e que os rapazes mostram toda a galhardia de suas formas vigorosas. (...) No baile, há a reunião das familias, a conversação, e a troca mutua e recíproca de idéas. Póde mesmo ser uma escola de civilidade, de trato fino e delicado, de atenções entre os diversos

⁵⁸ DESGENAIS. “Folhetim”. A *Reforma*, Porto Alegre, n. 164, 20 de julho de 1873, p. 1.

⁵⁹ MANFREDO. “Folhetim”. A *Reforma*, Porto Alegre, n. 197, 29 de agosto de 1873, p. 1. Manfredo era um pseudônimo utilizado por Aquiles Porto Alegre. Grifos meus.

membros da família humana. Foi isso que pensou o Parthenon Litterario instituindo os seus saraus; e n'uma época de discussão e de progresso, de conferencias e de prelecções, em que se tem entendido que o povo precisa ser educado e instruído, addicionou-se a prelecção, que sem duvida é o seu padrão de glória, o fim utilitário que visou na sua criação. O Parthenon, póde-se dizer, reformou o baile, tirando-lhe a frivolidade, a monotonia que resentia-se, para dar a variada distração da musica, do canto, do recitativo, que tem o concerto e a succulenta lição da prelecção e harmônicos accents da poesia e dos discursos de ligeira litteratura.⁶⁰

Conscientes que a maior parte dos leitores era composta pelo público feminino, os cronistas faziam questão, muitas vezes, de se pronunciar para esse público específico, como nesta outra passagem:

No Parthenon há a cortesia e a urbanidade de todas as salas onde se reúnem pessoas de educação; mas está banida a etiqueta monótona e às vezes parva dos afidalgados salões. Por isso, no Parthenon, a alegria é geral, e o contentamento se traduz em todos os rostos. (...). Houve namoro, namoro, muito namoro. Era olhar-se para o vão de uma das janelas, para as cadeiras do fundo, para os pares que passeavam e percebia a gente logo um colloquio amatorio. Enfim, leitores, eu não posso contar-vos tudo o que vi, ouvi, espreitei e prejudiquei. A festa esteve magnífica, esplendente; e o Parthenon solidifica-se, proporcionando tão proveitosas quão agradáveis reuniões.⁶¹

Tentando receber a atenção das moças, os cronistas arriscavam, inclusive, fazer dessas reuniões motivos de suspense, como se vê por meio deste anúncio: “Enfim, leitoras, o Parthenon há de obrigar-me a vir no domingo proximo fazer-lhes uma visita, até lá, pois”.⁶²

Independentemente das táticas lançadas a fim de seduzir o público feminino para os saraus, estes despertavam um certo interesse na sociedade local devido aos discursos pronunciados e às récitas de poesias. Esse fenômeno de audiência que ocorria em saraus como os promovidos pelo Partenon, reforça o que Costa Lima impetrou acerca da realidade da escrita do Brasil oitocentista, uma escrita marcada pela predominância da audição dentro de um universo já dominado pela palavra escrita. Segundo o autor, até o século XIX, o público

⁶⁰ DESGENAIS. “Folhetim”. *A Reforma*, Porto Alegre, n. 216, 21 de setembro de 1873, p. 1.

⁶¹ DESGENAIS. “Folhetim”. *A Reforma*, Porto Alegre, n. 199, 31 de agosto de 1873, p. 1.

⁶² DESGENAIS. “Folhetim”. *A Reforma*, Porto Alegre, n. 193, 24 de agosto de 1873, p. 1.

do escritor brasileiro “era mais um fantasma que uma realidade”.⁶³ Desde o século XVIII, formava-se uma *cultura auditiva* que tinha no púlpito e na tribuna seus veículos de difusão por excelência. Essa cultura auditiva, introduzida no país pelo ensino jesuítico, era também classificada como uma cultura da persuasão. Ou seja, uma cultura que desejava deixar o auditório boquiaberto por meio da persuasão sedutora que impunha o orador. Este, por sua vez, não buscava o entendimento de sua platéia, mas sim, sua submissão em relação ao texto pronunciado.⁶⁴

Após a exposição desses exemplos acerca dos remanescentes orais nos escritos das duas instituições aqui estudadas, acredito ser necessário fazer uma ressalva. Esta diz respeito justamente aos exemplos escolhidos aqui para tratar do assunto. Utilizar crônicas, discursos ou estudos de atas de reuniões para detectar marcas de oralidade, pode parecer um tanto ingênuo, fácil e, até, equivocado, se minha intenção tivesse sido simplesmente a de mostrar, através dos próprios textos por mim escolhidos, os fragmentos de fala contidos nesses discursos, com todas as pausas dramáticas, as interjeições e as exclamações que eles contêm e são fáceis de ser percebidos.⁶⁵ Isso porque não resta dúvida de que esses textos foram realmente elaborados para serem pronunciados, em voz alta, nas tribunas de ambas as associações. O que tentei demonstrar, todavia, diz respeito muito mais à opção de como os literatos ligados às duas instituições selecionavam o que deveria ser publicado nas revistas. Nesse sentido, a natureza do material publicado, os discursos, é que é reveladora dos resquícios orais que marcavam a forma de fazer história e literatura própria desses homens de letras do século XIX. Embora uma concepção documentalista fosse defendida e houvesse

⁶³ Assim, o autor critica nomear “oral” uma cultura que se deu numa civilização da escrita. Dessa forma, ele prefere falar em *auditividade* e não em oralidade. Costa Lima vê traços auditivos na literatura indianista de Alencar, no tom melódico que ele atribui a Gonçalves Dias e, no século XX, na prosa de Gilberto Freyre. LIMA, Luís Costa. “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”. In: *Dispersa Demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, pp. 3-29 (principalmente, pp. 6-15).

⁶⁴ Sobre a retórica e sua utilização nos discursos do Brasil do século XIX, ver SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

⁶⁵ No discurso “A instrução e o século”, conferência pública do Dr. Oliveira Bello, proferida no sarau do Partenon Literário de 30 de janeiro de 1875, citado no capítulo 2, até mesmo os “muitos e calorosos aplausos” da audiência são registrados na *Revista*. Na “Chronica” daquele mês, Augusto Totta também reitera que Belo, a quem Guilhermino Cesar caracteriza como um dos grandes oradores de seu tempo, fora muito aplaudido. Segundo Cesar, “sua especialidade (...) era a conferência bem urdida, matizada a capricho, rica de metáforas”. CESAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2006, p. 398.

grande espaço nas revistas para a exposição de documentos “tradicionais”, não deixa de ser relevante que o espaço dedicado à publicação de discursos e teses, defendidos inflamadamente nas tribunas oratórias pelos associados, tivesse uma importância tão grande. Assim, a publicação tanto dos discursos, das atas de reunião e dos relatórios dos trabalhos das instituições durante o ano social, pode ser percebida a partir da necessidade de se prestar atenção às atitudes coletivas diante dos textos, atitudes essas que acabam por nos expor como, enfim, as práticas coletivas, tanto de leitura quanto de escrita, ainda marcavam os indivíduos que compunham aquela sociedade. Como Castillo Gómez brilhantemente aponta, “se trata de seguir captando lo que una sociedad entera escribe o lee”, tentando entender por que razão a escrita foi utilizada por uma determinada sociedade.⁶⁶ Para Castillo Gómez,

(...) La escritura no puede interesar sólo porque contenga y transmita un texto literario y pueda orientar el modo mismo de su difusión y recepción. No se trata solamente de ver en ella la palabra mágica de un escritor o una escritora y su adecuación o no a los criterios que gobiernan la institución literaria. Es mucho más que eso; la escritura comporta una racionalidad específica, la condición de una posibilidad: pensar, representar y administrar el mundo de un modo distinto al que opera en las sociedades inscritas en el estadio de la oralidad primaria.⁶⁷

As atenções ao suporte documental e aos protocolos de leitura impressos nos próprios textos são reveladores de novas chaves de leitura que podem ser utilizadas pelo historiador de ofício em sua tarefa de “exumação” desses documentos.

Procurei aqui refletir sobre algumas formas de compreensão do estudo da produção escrita aplicáveis a duas das revistas literárias elaboradas no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, tentando buscar novas possibilidades de captação de estratégias e intencionalidades de escrita daqueles que as elaboraram, de forma a privilegiar a ação desses agentes sociais no universo em que estavam inseridos e tencionando verificar, também, esses elementos nas próprias escritas por eles realizadas, ainda muito marcadas pela oralidade. Esse exercício de pesquisa me fez perceber novas formas metodológicas possíveis de trabalho no

⁶⁶ CASTILLO GÓMEZ, Antonio. “La fortuna de lo escrito: funciones y espacios de la razón gráfica (siglos XV-XVII)”. Bordeaux: *Bulletin Hispanique*, t.100, n.2, 1998, p. 344.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

campo do conhecimento histórico. Isso porque, como destaca com propriedade Armando Petrucci, “as vías de la escritura (...) son de verdad infinitas”.⁶⁸

3.2. Em busca de um panteão⁶⁹

O século XIX, marcado pela consolidação da história enquanto disciplina científica, foi também o momento em que se deu a acentuação da identidade individual. Nesse período, o questionamento sobre o que seria o indivíduo ganhou espaço, ao mesmo tempo em que a história buscou se separar de suas origens literárias.

No Rio Grande do Sul do século XIX, a escrita da história se entrelaçava com a escrita da vida dos grandes homens, que eram mostrados pela historiografia nascente como exemplos a serem seguidos pelas gerações do porvir. Questionava-se não só o indivíduo em si, mas a grandeza daqueles que poderiam representar uma coletividade através de sua história individual. Escrever a história da nação brasileira e, por conseguinte, da pátria sulina, era também uma maneira de colaborar para a formação de um panteão de heróis nacionais e dar a conhecer suas vidas.

Nas páginas das revistas do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, da Sociedade Partenon Literário e da *Murmurios do Guahyba*, se observa a utilização do gênero biográfico como uma forma de narrativa auxiliar para o forjamento de uma idéia de nação brasileira em domínio local. Nesses espaços, o papel do indivíduo ganhou destaque, de maneira que a escrita biográfica foi um recurso utilizado para dar significado à sociedade rio-grandense do período.

Essa parte do capítulo tenciona analisar como a biografia adquiriu sentido na escrita da história produzida nesses órgãos literários, tentando associar o processo de invenção de uma história propriamente rio-grandense com o concomitante processo de fundação de um panteão de heróis e homens ilustres do Rio Grande de São Pedro. Para tal, busco refletir acerca do trabalho de elaboração desse panteão de personagens representativos da Província de São Pedro através das biografias divulgadas nas revistas em questão.

⁶⁸ PETRUCCI, A. “Para una historia cualitativa del alfabetismo”. In: *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 53.

⁶⁹ Uma primeira versão deste subcapítulo foi apresentada como monografia final da cadeira “História e Biografia”, ministrada neste curso de Pós-Graduação, durante o segundo semestre de 2007, pelo Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt.

3.2.1. A *Revista Murmúrios*, o IHGPSP e o Partenon Literário: contribuições para a constituição da figura do homem rio-grandense

Enquanto, em esfera nacional, o IHGB era o responsável por oferecer, por meio de estudos biográficos e necrologias publicadas em sua *Revista*, retratos de brasileiros ilustres, na Província de São Pedro, o IHGPSP tomaria para si essa tarefa. Os letrados que compunham a associação local acreditavam na necessidade de tal ação, pois, para eles, o Rio Grande do Sul, baluarte meridional do Império, deveria fazer o país conhecer as valorosas figuras que há tantos anos protegiam as fronteiras nacionais.

Contudo, a galeria de heróis rio-grandenses que o Instituto regional planejou fomentar não chegou a ser posta em prática. Como se sabe, apenas uma biografia fora publicada na *Revista Trimensal*, aquela de seu falecido associado, o popular Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito.⁷⁰ A idéia de apresentar na *Revista* uma seção biográfica derivava de um pensamento partilhado na instituição de que os estudos biográficos eram auxiliares significativos para a constituição da história.

Como se viu na Introdução dessa dissertação, foi no século XIX que os escritores abandonaram a concepção plutarqueana de narração das vidas calcadas unicamente em ações moralmente exemplares. O grande homem oitocentista se converteu, acima de tudo, em um cidadão útil à sua época e ao seu país. Assim, o século XIX ampliou os tipos de personalidades a serem retratadas. Embora continuasse a ser bastante aludida, a figura do herói militar passou a conviver com as mais diferentes encarnações. Assumia o esboço do cidadão patriota, aquele que, no século XIX, tivesse importância vital para a construção da história da nação. Assim, não só os heróicos guerreiros rio-grandenses seriam pintados, mas também haveria lugar para magistrados e legisladores, oradores e literatos e, em grande número, grandes homens religiosos, tal qual o Padre Brito, tão admirado na Província de São Pedro por sua obra caridosa e sua atuação política segura.⁷¹

⁷⁰ "Biographia do fallecido vigario da Freguezia da Madre de Deus desta capital e sócio do Instituto Histórico Geographico Rio Grandense Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito". *Revista do IHGPSP*, 1863, n. 1, vol. IV. In: *Revista do IHGRS*, 1982, n. 123, pp. 163-166.

⁷¹ Aquiles Porto Alegre, em *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*, escrito em pleno século XX, continuaria a perpetuar a figura desses religiosos virtuosos. Em sua seleção dos notáveis rio-grandenses, observa-se a presença de muitos homens de fé. Além do Padre Brito, cuja biografia fecha a seleção, Aquiles Porto Alegre não esquece do Padre Tomé de Souza, de D. Feliciano José Rodrigues Prates, do Padre Luiz Pinto, do Padre Chagas, do Cônego José Gonçalves Viana, de João de Santa Barbara, do Monsenhor Diogo Saturnino Dias Laranjeira e do Cônego Augusto Joaquim de Siqueira Canabarro. PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1980.

De acordo com Armelle Enders, são várias as razões que explicam o grande contingente de padres nas galerias criadas no Brasil oitocentista. Para a autora, os padres, que representam um dos pilares das galerias nacionais, adquirem notoriedade não somente no domínio do sagrado, mas também devido, entre outros fatores, à caridade ou à sua participação no campo das ciências, das letras e da catequese dos índios, por exemplo. Ainda, a autora lembra que os padres eram, no século XIX, avatares do heroísmo na tipologia apresentada pelo inglês Carlyle.⁷² Para ela,

O catolicismo é também o elo essencial que liga o passado, o presente e o futuro do Brasil. As figuras de frei Henrique, dos padres Nóbrega e Ancheita debruçaram-se sobre o berço da nação e fizeram o sinal da cruz sobre o seu destino.

Foi assim que, na *Revista do IHGB*, os padres estiveram presentes em 19 biografias das 72 publicadas entre 1839 e 1849.⁷³ Na *Revista do Parthenon*, os religiosos também tiveram ampla presença na seção de biografias, que igualmente fazia muito sucesso, constituindo-se em uma publicação das mais regulares do periódico. Conforme a edição, a seção biográfica recebia ainda o título de “Elogio Fúnebre”, para o caso da prestação de homenagem aos grandes mortos da história pátria. De acordo com Lazzari, são cerca de 40 textos de caráter biográfico divulgados na *Revista*: 17 homens de letras (3 deles nascidos fora do Rio Grande, além de 4 mulheres biografadas), 13 militares e 12 personalidades políticas.⁷⁴

Na *Revista Murmúrios do Guahyba*, a seção de biografias, denominada “Traços Biographicos”, também lançou um único estudo, “O Coronel Antonio de Melo e

⁷² “A poesia, a prosa e a eloquência sacras são igualmente um domínio de excelência prezado pelos historiadores do Império.” ENDERS, Armelle. “Plutarco brasileiro’. A Produção de Vultos Nacionais no Segundo Reinado”. In: *Estudos Históricos*, n. 25, Vol. 14, 2000, p. 16. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>.

⁷³ OLIVEIRA, Maria da Glória de. “Traçando vidas de brasileiros com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). In: *História*, vol. 26, n. 1. Franca: 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-9074200700100013.

⁷⁴ “Entre os 658 títulos publicados nos dez anos de existência da Revista, 58 são relativos a biografias, os quais, excluindo as repetições e séries de um mesmo personagem, referem-se a 40 nomes de indivíduos considerados exemplos notáveis de conduta pública”. LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, pp. 67-68. Tese (Doutorado em História).

Albuquerque”, cujo autor foi o Cônego José de Noronha Nápoles Massa.⁷⁵ O estudo sobre o militar, que havia pouco tempo falecido, se apresenta incompleto, constando na *Revista* somente a sua parte introdutória, publicada no segundo número, em fevereiro de 1870.⁷⁶

Embora a *Revista do IHGPSP* e a *Revista Murmúrios* ofereçam apenas dois trabalhos biográficos, número considerado irrisório se comparado ao corpo documental sobre o tema que oferece a *Revista do Parthenon*, elas não devem ser desconsideradas para a elaboração de um estudo sobre a biografia nas revistas literárias rio-grandenses do século XIX, pois seus dois exemplos, as vidas de um padre e de um militar, são plenos de significado. Por meio de um estudo específico em cima dessas biografias, é possível entender como elas ocupam espaço dentro do projeto de escrituração dos periódicos a que pertencem. O mesmo pode ser dito em relação às biografias estampadas na *Revista do Parthenon*. A seguir, tento particularizar cada um desses casos de estudos biográficos.

3.2.2. O IHGPSP e sua malograda tentativa de biografar

"A necessidade do estudo das cousas patrias, da historia, da geografia e estatistica desta Provincia de S. Pedro, fazia-se sentir de ha muito tempo a esta parte", dizia a apresentação editorial da *Revista do IHGPSP*, em 1860.⁷⁷ Nesse texto fundador, estavam elencadas as necessidades de pesquisa e estudo no Rio Grande do Sul da época: história, geografia e estatística. Tal texto caracterizava, ainda, os principais fundamentos contidos na história que a *Revista* visava a edificar: uma história heróica do passado rio-grandense, que

⁷⁵ MASSA, José de Noronha Nápoles. "Traços Biographicos. O Coronel Antonio de Melo e Albuquerque". *Revista Murmúrios do Guahyba*, 1ª série, n. 2, fevereiro de 1870, pp. 67-69.

⁷⁶ Na referida biografia, o militar é louvado por sua obra caridosa, sua posição de pai de família exemplar e seu civismo irrestrito. Ele figura, assim, entre o grande homem e o herói. Maria Eunice Maciel tenta diferenciar um pouco as modalidades de exemplos. Para a autora, os heróis são aqueles cujos atos heróicos estariam relacionados com a morte, ou seja, aqueles homens que, por atos excepcionais ligados à sua morte, se elevaram a uma dimensão acima dos demais. Ela ressalta, porém, que os grandes heróis nacionais podem ser elevados por ações excepcionais praticadas em vida, mesmo que, frequentemente, tais homens sejam homenageados postumamente. Em relação ao homem ilustre, esse se tornaria notável não por atos de excepcionalidade, mas sim "por qualidades dignas de louvor". MACIEL, Maria Eunice. "Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão". In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. *Mitos e heróis: a construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 1998, pp. 81-82.

⁷⁷ *Revista do IHGPSP*, Anno I, n. I, agosto de 1860. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 171.

pudesse servir de inspiração para as futuras gerações de compatriotas, numa clara alusão ao princípio da história *magistra vitae*. Em uma narrativa onde foi "theatro de continuas guerras", a província conheceu mais de um herói, como procurava estabelecer o editorial:

(...) essa provincia viu mais de um heroe, escrevendo com seu gladio sucessos memoraveis que deviam ser narrados no livro da patria; viu mais de um facto alevantar-se para dizer a todo o Imperio uma ou outra tremenda lição de politica, que foram algumas vezes aproveitadas com grande vantagem da comunidade; viu, enfim, triumphar a industria do homem dos elementos destruidores que o pleito das armas espalhava sobre o seu horisonte, enriquecendo-a com novas descobertas.⁷⁸

Como narrar a participação desses heróis? Como divulgar a história desses homens que deram suas vidas e seu sangue pela pátria brasileira? Paula Soares, primeiro secretário do IHGPSP, em seu relatório anual sobre os serviços prestados no primeiro ano da instituição, fez uma longa exposição do método de trabalho do historiador e forneceu preciosas pistas de como esse trabalho deveria ser realizado. A razão mais elementar acerca dos motivos que o levaram a discorrer tão detalhadamente sobre tal questão era a de que, naquele período, a Província de São Pedro ainda não dispunha de uma revista de estudos históricos e os próprios pilares sob os quais a história deveria ser narrada também eram bastante obscuros para aqueles homens que se aventuravam a escrever a história pátria. Dessa forma, expor os métodos era dar a conhecer e destacar a todos os membros da instituição quais os critérios que careceriam ser levados em conta na empresa de narrar a história provincial. Por esse ângulo, a exposição de Paula Soares não parece deslocada dentro da proposta de relatório que ele é encarregado de escrever, pois a própria exposição da metodologia que deveria reger as investigações históricas na *Revista* ajudava a divulgar e consolidar essa mesma metodologia. Dizia ele:

Narrar os factos passados, investigar as causas que os motivarão, esmerilhar todas as suas consequencias são trabalhos que requerem um prolongado estudo e conhecimentos mui variados, não só das sciencias fundamentaes, auxiliares e accessorias, inseparaveis da historia, como também das fontes veridicas d'onde esses factos devem ser tirados. De todos estes estudos aquelle a que em primeiro lugar o historiador deve prestar a maior attenção é indubitavelmente ao do exame das fontes historicas, para nellas procurar o

⁷⁸ Idem, ibidem.

que ha de verdadeiro, compilando os documentos, e cotejando-os; sem este estudo a narração historica pecca por sua base, ou mais propriamente falando não a tem. Conscios d'esta verdade, os membros do Instituto se hão esmerado em colligir os documentos que jazem esparsos pelas diferentes localidades desta Provincia, e tem resolvido compulsar os archivos das diversas repartições publicas, certos de que não poderão deixar de obter a necessaria coadjuvação da parte das autoridades.⁷⁹

Mais uma vez, se pode perceber que a compulsão por publicar documentos fazia parte do indispensável ato de formação de um arquivo documental. Essa tarefa era necessária antes mesmo daquela segunda e mais importante, mas que ainda não podia ser colocada em prática: a da redação de uma história da Província. Nesse momento, o que interessava era a publicação e o arquivamento de material, material esse que posteriormente serviria de inspiração e comprovação para a escrita da história pátria. Todavia, não só a publicação dos documentos deveria fazer parte dessa tarefa inicial de ajuntamento, armazenamento e promoção de documentação. Ao lado desses atos primordiais de ajuntamento documental, era preciso publicar a biografia dos responsáveis pelos atos contidos naqueles registros.

Deste modo, ficou decidido na sessão ordinária de 16 de dezembro de 1860, como informa Paula Soares, que a publicação dos documentos nas páginas da *Revista* deveria ser seguida da publicação "das biographias dos varões que por seus feitos gloriosos se hão tornado illustres".⁸⁰ No entendimento de Paula Soares, a realização dessas biografias seria um *auxiliar* precioso no fornecimento de esclarecimentos sobre fatos duvidosos dos anais do Rio Grande, bem como serviriam para descobrir outros até então ignorados. Assim, pode-se notar que a biografia era vista aqui como um importante acessório para a história. Uma história também poderia ser escrita e esclarecida, para Soares, pelos fatos vivenciados pelos homens ilustres, numa perspectiva cara ao século XIX, época, segundo François Dosse, marcada pelo movimento de democratização da sociedade, uma sociedade que aplicou ao indivíduo um valor crescente e, por conseguinte, viveu a disseminação dos sujeitos biografados.⁸¹

Porém, o mesmo Dosse lembra que, apesar de ter sido amplamente difundida no século XIX, a ponto de alguns chamarem esse período como aquele de sua época de ouro, a biografia não passou, nesse momento, de uma subdisciplina auxiliar da história, um de

⁷⁹ SOARES, Paula. "Trabalhos historicos". *Revista do IHGSP*, Anno II, n. I, vol. II, 1861. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 101, pp. 56-57.

⁸⁰ Idem, p. 56.

⁸¹ DOSSE, François. "L'Âge Héroïque". In: *Le Pari Biographique*. Paris: Éditions La Découverte, 2005, p. 185.

seus múltiplos materiais de base.⁸² Ela deveria facilitar o futuro, ou seja, promover o posterior trabalho do historiador na tarefa de escrita da história nacional, história essa que, na conjuntura do Brasil do século XIX, se ambicionava redigir após o ajuntamento de material necessário para tal.

Deste modo, a biografia, para usar expressão empregada por Dosse, era como que um “parente pobre” da história, um gênero menor em comparação com a “grande” história. O biógrafo era aquele que deveria escolher alguns indivíduos capazes de apresentar provas históricas de sua grandiosidade.⁸³

Embora Dosse sublinhe que não desapareceu no Oitocentos a articulação do discurso histórico em torno de algumas figuras heróicas e de alguns percursos biográficos, não parece ser o caso da história que o IHGPSP objetivava escrever, pois o lugar ocupado pela biografia, no projeto historiográfico da agremiação, era anterior ao da escrita da história da pátria. Era, enfim, a utilização do conhecimento proporcionado pela biografia em prol de uma escrita que ainda estava por vir e que seria enriquecida quando o rio-grandense pudesse conhecer os “nobres atos” daqueles patrícios que lutaram pela defesa da nação brasileira. Pelo orgulho e pelo exemplo fornecido, se chegaria, no futuro, à edificação da escrita histórica rio-grandense. Por ora, se contentavam os literatos em reunir documentação sobre o passado provincial e incrementar esses registros com as biografias dos agentes históricos.

Entretanto, se, na maioria das vezes, a biografia era apresentada pelos associados da *Revista do IHGPSP* como um subgênero da história, uma ciência auxiliar que serviria para que, posteriormente, obras históricas fossem escritas a partir dela ou por ela inspiradas, em outras ocasiões o papel da biografia encontrava um maior destaque nas concepções e opiniões defendidas nas páginas do periódico. Esse é o caso das considerações que trazia o discurso do Barão de Porto Alegre acerca do projeto de escrita biográfica do IHGPSP, como se depreende através de suas palavras, abaixo transcritas:

Avulta entre eles o meritorio empenho de escreverdes as biografias dos mais illustres varões, que por armas ou letras brilharão no firmamento rio-grandense; e essa obra, quando a terminardes, quando reunida n'uma só

⁸² Idem, p. 187.

⁸³ Idem, *ibidem*.

grinalda tiver tecido a mais bella corôa da nossa terra, terá, só ella illustrado tambem o vosso nome entre os mais benemeritos da provincia.⁸⁴

Logo a seguir, ele fala de seu entusiasmo com a empresa, delegada aos seus companheiros de associação, de escrever a história da província. Para ele, esse empreendimento implicava, certamente, a escrita da história dos feitos heróicos do passado rio-grandense, nos quais ele próprio, enquanto chefe militar de alta patente que era, teve participação fundamental. Assim, mais que escrever a história do Rio Grande, a tarefa de que a associação se incumbia, para o Barão, era a de mostrar ao país e às gerações de futuros rio-grandenses, que a região sulina também viveu atos heróicos e teve soldados atuantes, homens fortes e guerreiros, verdadeiros defensores da pátria, a serem lembrados e reverenciados. Ou seja, se ele emprestava seu prestígio para a associação, ocupando o cargo de presidente, era também porque queria ver reconhecida sua história de vida como intrinsecamente ligada à história pátria. Para um chefe militar de sua alçada, ver seu trabalho no campo de batalha ser celebrado como um importante momento de formação da cultura pátria, não era algo corriqueiro. E o Barão de Porto Alegre, homem de seu tempo, um tempo marcado pelo *exemplum* do grande homem, não deixava de demonstrar o quanto esse reconhecimento era para ele motivo de satisfação, de sensação de dever patriótico cumprido:

Como me ufana essa idéa, senhores, e quanto me honro de haver partilhado della! Homem de espada, gasto no rude, em que glorioso, mister da guerra o tempo que houvera devido dar a mais amplo cultivo da minha acanhada intelligencia, eu não vos pude trazer mais que as animações de uma alma afetiva a enthusiasmar-se com a idéa da patria, e a firmeza de quem aprendeu nas duras provações dos campos a não succumbir ás difficuldades. A vossa bondade disse-me que era muito, e quiz honrar nas cans do mais obscuro soldado da Independencia as tradicções daquelle heroico exercito, de que eu vos poderia contar a impreterita coragem, o animo inapeavel, e as virtudes com que soube vencer os quasi invensiveis lusitanos.

Durante dous annos tenho acceitado grato e submisso essa pesada e immerecida gloria. Contemplava-a como um tributo das novas gerações e que as prececederão; porém, hoje é tempo de que a robusta intelligencia

⁸⁴ PORTO ALEGRE, Barão de. “2ª Sessão Anniversaria em 23 de fevereiro de 1862”. *Revista do IHGPSP*, Anno III, n. I, vol. III, 1862. In: *Revista do IHGRS*, 1946, n. 102, p. 205.

desta época rica de nobres esperanças reclame o lugar que lhe pertence.⁸⁵

No IHGPSP, a seção biográfica não chegou ser desenvolvida, sendo publicada, como vimos, apenas uma biografia. Além dela, aparece na *Revista Trimensal* uma Necrologia, acerca do Capitão Antonio Dias da Costa.⁸⁶ Era a primeira vez que um sócio do Instituto tinha três páginas da *Revista* dedicadas a sua pessoa. Dias da Costa seria um dos colaboradores da instituição: fora eleito membro da Comissão de Trabalhos Geográficos, escolhida para o terceiro ano social no dia 25 de março de 1862, tendo falecido 20 dias depois, no dia 14 de abril.

Seu necrológio não está assinado, mas deve ter sido escrito pelo orador, Felipe Nery, já que, de acordo com os estatutos da casa, caberia ao ocupante desse cargo a tarefa de escrever e se pronunciar tanto nas ocasiões festivas quanto fúnebres que envolvessem o Instituto. Todavia, não há possibilidades de saber ao certo se é dele o texto publicado na *Revista*, pois uma necrologia não é o mesmo que uma oração fúnebre, texto que geralmente é lido quando dos atos fúnebres realizados pela memória do falecido e onde, geralmente, se anuncia quem é seu orador.⁸⁷ Uma necrologia, ao contrário, é um texto que apresenta um caráter literário e tem como intenção deixar um registro da morte de alguém, compondo uma espécie de breve biografia da pessoa falecida, de modo que não é feita com o propósito específico de ser lida em voz alta, como o é uma oração, texto preparado para o discurso retórico.⁸⁸

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁸⁶ “Necrologia – Capitão Antonio Dias da Costa”. *Revista do IHGPSP*, n. II, vol. III, 1863. In: *Revista do IHGRS*, 1948, n. 109-112, pp. 269-271.

⁸⁷ Ao tratar dos “segredos do indivíduo”, Corbin assinala que Phillipe Ariès foi um autor a relatar como se processou o triunfo da tumba individual e a emergência do culto aos mortos no alvorecer do século XIX, época em surgiram os epitáfios personalizados, que iriam vulgarizar-se e enaltecer os méritos do esposo, do pai ou do cidadão. Para Corbin, “inscreve-se sobre a pedra tumular o avanço da *privacy*”. CORBIN, Alain. “Bastidores”. In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 427.

⁸⁸ Jean-Claude Bonnet destaca que, na segunda metade do século XVIII, a eloquência fúnebre perde seu brilho. Tal crise marca um momento importante de laicização da memória. O discurso sobre os mortos é destinado ao uso da cidade: lembrar os pais fundadores. O orador fúnebre é o juiz: ele tem uma visão exclusivamente comemorativa em relação ao falecido e perde a antiga perspectiva escatológica. Faz-se uma aposta sobre a posteridade: a memória daquele que desce ao túmulo se dá pelos méritos. A Academia é o novo “tribunal da posteridade” e se coloca a serviço do novo discurso lendário. Agora, se compõem elogios aos verdadeiros heróis nacionais. Os homens de letras se vêem como os guias capazes de formar o espírito da nação. BONNET, Jean-Claude. “De l’oraison funèbre a l’éloge”. In: BONNET, Jean-Claude. *Naissance du Panthéon. Essai sur le culte des grands hommes*. Paris: Fayard, 1998, pp. 53-66. Sobre o declínio da oração fúnebre no século XVIII, acelerada pela crítica dos filósofos, que a tomavam como um gênero suspeito e mais reservado àqueles que

A necrologia do Capitão Dias da Costa, antes de tudo, é um dos dois únicos exemplos que chegaram até nós do frustrado projeto do IHGPSP a respeito da composição de biografias dos grandes homens do Rio Grande de São Pedro. Na *Revista do IHGPSP*, exclusivo material da instituição que sobreviveu ao tempo, não se encontra qualquer apontamento que possa oferecer pistas mais precisas acerca de quem deveria ser homenageado com uma biografia, além daquelas mais evidentes e que aqui já foram expostas, quais sejam, de que se deve escrever biografias de homens ilustres que tenham contribuído para o bem-estar da pátria. O Capitão Dias da Costa, por exemplo, recebera a homenagem necrológica, embora os sócios falecidos anteriormente não tenham chegado a ter suas necrologias ou biografias publicadas com maior detalhamento. Na *Revista*, esses associados apenas tiveram noticiadas as suas mortes e os escritos biográficos sobre suas pessoas foram prometidos para publicações vindouras, que nunca ocorreriam. Portanto, paira a dúvida: a que se deve essa concretização do projeto biográfico para o caso do Capitão Dias da Costa e a não observância do mesmo para o caso dos demais sócios falecidos? Será que o Capitão Dias da Costa era considerado mais importante na formação da instituição que os finados anteriores? Ou será que, simplesmente, ele recebera a homenagem porque, afinal, uma idéia há tempos formulada teve tempo hábil de ser posta em prática, visto que o capitão falecera no ano anterior ao da publicação do número em que aparece seu necrológico?

No texto a ele dedicado, o Capitão aparece como um grande homem, e, por tal qualidade, mereceu que sua morte fosse lembrada como um tempo de dor, dor semelhante àquela que sentira no longo calvário do leito de morte que sofreu até seu passamento. Os grandes homens, embora não sejam heróis à maneira dos heróis plutarqueanos, apresentavam características que deveriam ser determinantes para sua classificação como respeitados e dignos de serem lembrados. Uma delas era justamente o sofrimento da morte.⁸⁹ Outro fator a ser levado em conta é que Dias da Costa era um militar e os

tinham o privilégio do nascimento em detrimento dos méritos, ver BONNET, Jean-Claude. “Les morts illustres. Oraison funèbre, éloge académique, nécrologie”. In: NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p.217-241.

⁸⁹ Guardadas, obviamente, as devidas ressalvas, se pode fazer, à guisa de comparação, uma analogia entre o ritual que cercava o enterramento no século XIII, tempo em que George Duby situa os atos de agonia e passamento de Guilherme o Marechal, e os ritos de enterro do século XIX. Parece persistir, no caso dos atos fúnebres realizados no Oitocentos, um grande respeito pelo tempo da morte, como se a data da morte fosse mais importante que o dia do próprio nascimento do indivíduo. Dentro da idéia cara à civilização burguesa de que um nome se ilustra durante a vida para que a posteridade pudesse festejá-lo e dele tirar lições, a morte serve como o ato final que vai perpetuar aquela existência terrena a registrando para sempre nas páginas da história. Sobre a concepção que tinham os guerreiros e a sociedade diante da morte no medievo, ver DUBY, George. *Guilherme*

militares, até pelo menos o século XVIII, eram considerados exemplos de homens virtuosos. Assim, Dias da Costa possuía as características perfeitas: era um militar dedicado à pátria brasileira e que prestara 23 anos de serviços ao país, além de ter sofrido as agruras de uma morte dolorosa e penosa. Sobre ele, seu necrologista assim se expressa:

O fio de uma existencia preciosa rompeo-se, separando do mundo um caracter nobre e cheio de virtudes uma intelligencia feliz no ambito da sciencia. Transpassando o coração de tantos que sentidamente lamentão o passamento de um vulto proeminente, liga-se a estes o Instituto Historico e Geographico Rio-Grandense, que lamenta tambem a morte de um de seus membros, a quem tributava as mais devidas homenagens.⁹⁰

Fora ele, segundo sua necrologia, um militar e servidor dedicado à construção civil, além de chefe do Arquivo Provincial e funcionário da Repartição de Obras Públicas Municipais. Exerceu, ainda, a carreira do magistério, tendo dado aulas de desenho topográfico na Escola Militar da Província. O necrólogo apresenta-o como um homem que, apesar de não ter tido uma posição melhor no Exército, ali chegara após muita luta, pois era filho de um comerciante pobre e, por tal motivo, não tivera muitas chances de ascensão social, chegando aonde chegou por seus próprios méritos e talento.⁹¹ Sobre isso, assim fala o necrologista:

O capitão Dias da Costa não resplandeceu á sombra de um nascimento privilegiado: filho de João Dias da Costa, homens de principios são porem de acanhada posição comercial, não devia d'ahi esperar a posição que attingio, e que outros devem ao lustre dos seus maiores, ou de sua fortuna. Atravessando a vida laboriosa, e sobre as difficuldades com que luta de ordinario quem não tem a sorte de levantar-se sobre o apoio de uma ascendencia portentosa, colheo por seos unicos exforços o nome que deixou

Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

⁹⁰ “Necrologia – Capitão Antonio Dias da Costa”. op. cit., p. 269.

⁹¹ Sobre a ascensão da meritocracia como um sentimento que tende a reforçar o “sentimento do eu” no século XIX assim se expressa Alain Corbin: “A época fornece muitos outros sinais nesse sentido, conforme se verifica o ascenso da meritocracia: a importância atribuída ao quadro de honra, ao ritual das distribuições de prêmios, ao diploma que se pendura na parede do salão ou da sala comum; ou ainda o prestígio da decoração, o tom hagiográfico da rubrica necrológica. (...) Qualquer um pode, agora, ser tentado a adotar a pose de herói; ainda que seja apenas no seio do círculo familiar, onde essa nova pretensão modifica o ambiente”. CORBIN, Alain. op. cit., pp. 429-430.

ilustrado, e os respeitos que mereceu pelo seu caráter puro.⁹²

Mona Ozouf lembra que os grandes homens são aquelas figuras passíveis de terem seus valores reconhecidos por seus pares, na qualidade de iguais. Isso porque a grandeza que possuem se construiu justamente no período pós-Revolução Francesa, momento caracteristicamente democrático e onde se deu o triunfo daqueles que poderiam vencer por seus próprios méritos e talentos em detrimento daqueles que possuíam os privilégios do nascimento, característica própria de uma sociedade de Antigo Regime. Ou seja, o grande homem é o contrapeso ao poder despótico. Exatamente em oposição a todas essas imagens brilhantes e solitárias foi que se construiu, no século XVIII, a grandeza que lhe é própria, distinta daquela do herói. Dessa forma, o Capitão Dias da Costa, um homem que ascendera socialmente por seus próprios méritos, tinha sua importância reconhecida por seu necrólogo, provavelmente alguém que se reconhecia na figura por ele representada. Segundo Ozouf:

D'une part le grand homme est souvent la victime des rois; mais surtout, à la différence du roi, le grand homme n'est jamais un héritier. Il est à lui-même *sa propre origine*. En cela la leçon des grands hommes est naturellement démocratique et on comprend que la Révolution Française s'en soit saisie. Contre les privilèges de la naissance, leur triomphe annonce la carrière ouverte aux mérites et aux talents.⁹³

Méritos e talentos, insisto, mas não heroísmo. Segundo Ozouf, o século XVIII se encarregaria de fazer a distinção entre o grande homem, aquele verdadeiro e plausível homem, que poderia se fazer por si mesmo, e o herói, sempre tomado como o extraordinário, o inalcançável. Igualmente, a autora destaca que o grande homem nascido no período pós-revolucionário era distinto dos homens ilustres. Diferentemente destes, o grande homem era a figura que se prestava a múltiplas encarnações: o padre, o soldado, o atleta, o defensor da pátria, o orador... Ozouf fala de outras cinco possibilidades de grandes homens: o filósofo que esclarece a nação, o legislador que dá a ela boas leis, o magistrado que executa com integridade essas leis, o orador que expõe com zelo a defesa dos oprimidos, o negociante generoso que restabelece a abundância em tempos de privação. A essa galeria formada no

⁹² “Necrologia – Capitão Antonio Dias da Costa”. op. cit., p. 271.

⁹³ OZOUF, Mona. “Le Panteón. L'École Normale des morts”. In: NORA, Pierre. op. cit., p. 143. Grifos meus.

XVIII, se ajustaria, mais adiante, o pai de família. Na medida em que o século XVIII avança, o pai de família torna-se a figura central do culto dos grandes homens. A encarnação ideal do grande homem passa a ser a do legislador patriota tomado pelo papel de pai de família.⁹⁴ Há nessa figura uma grandiosidade pública e privada. E Dias da Costa, na qualidade de zeloso pai de família, também obedeceu a esse “quesito”:

Já em idade amadurecida compreendeu a necessidade de abraçar uma vida menos isolada, ligando-se pelos laços do matrimonio no dia 17 de dezembro de 1859 a uma distinta família desta cidade; e ainda nesta phase de sua vida não desmentio o capitão Dias da Costa os princípios de sua educação, fazendo a escolha da sua desventurada consorte pelo impulso do coração bem formado, de uma alma superior ás vicissitudes humanas, e só procurando na boa moral, e o nascimento d’aquella a quem legou o seu infortúnio, á verdadeira paz do novo estado que abraçara. Deixou d’essa união dois innocentes orphaos, confiados á direção mais fraca, e que já nos primeiros passos da vida lhe trilhão um terreno escabroso privados da sollicitude paterna.⁹⁵

Destarte, o autor do necrólogo não se furta de expor como se deu o cerimonia de velório e enterramento do grande homem e pai de família Antonio Dias da Costa:

Morreu pois para o mundo, para a sociedade, para a sciencia e para a familia um ente de maior valia. Não indifferente a esta calamidade foi o Instituto Historico d’esta provincia que perdeu um de seus mais vigorosos membros. O feretro do illustre consocio teve sahimento carregado á braços por uma commissão do Instituto á Igreja aonde lhe forão feitas as exequias religiosas, que o acompanhou até seu ultimo jazigo, tributando neste acto leaes e sentidas provas do apreço em que tinha os serviços do seu malogrado consocio.⁹⁶

⁹⁴ Para Jean-Claude Bonnet, a imagem do pai se revela como a chave simbólica que torna possível a constituição de um culto aos grandes homens. Da figura do pai em Roma até a França do século XVIII, o mesmo fenômeno foi origem de um formidável imaginário em torno da figura paternal: do Rei “pai” ou monarca “patriarca” ao “pai de família”, passando pelo Papa e pelos “pais do povo”, como Mirabeau e Voltaire, há algo em comum nessas figuras a tocar o coração dos “filhos da pátria”. BONNET, Jean-Claude. “Du père de famille aux pères de la Nation”. op. cit., pp. 17-27.

⁹⁵ “Necrologia – Capitão Antonio Dias da Costa”. op. cit., p. 271.

⁹⁶ Idem, ibidem.

No último número do periódico foi que, finalmente, apareceu a aludida biografia do Padre Brito, intitulada "Biographia do fallecido vigario da Freguezia da Madre de Deus desta capital e sócio do Instituto Histórico Geographico Rio Grandense Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito".⁹⁷ A biografia não está assinada e tem três páginas, mesmo número do necrológio de Dias da Costa.

O texto inicia com a informação do biógrafo anônimo de que fora na sessão de 27 de maio que se decidiu que a *Revista* deveria publicar uma biografia do Padre, tendo o encargo sido dado a ele, um dos sócios da casa.

A biografia apresentada é bastante ilustrativa a respeito do projeto do grupo: a construção da galeria de ilustres. A figura do Padre Brito é ali pintada levando em conta seus protagonismo nas mais dignas ações que poderia ter realizado.

Dividida em três partes, na primeira delas a narrativa é dedicada à vida escolástica do reverendo. Na segunda, se trata de sua vida como sacerdote e, na última, de sua vida pública. Assim se refere o biógrafo acerca dessa divisão:

Essas tres partes da vida do illustrado e benemerito consocio é o prologo da historia que em traços mais vivos e fieis ficará esboçada com a simples enumeração dos actos manifestos e tão espontaneos de toda a população d'esta capital: e que nas vehementes orações com que prantearão o fatal passamento do illustre vigario, nas preces que elevarão ao Todo Poderoso, pelo feliz destino da alma bemfaseja, do conselheiro severo e amigo, derão as mais expansivas provas do sentimento profundo, da grande magoa que só merece o justo e o santo filho da Igreja.⁹⁸

O biógrafo não informa somente sobre a vida escolástica e sacerdotal do padre, mas também sobre sua ligação política a um partido provincial, tratando disso na terceira e última parte da biografia.⁹⁹ Ainda, prefere não comentar a que partido político pertencia o jovem padre, morto aos 33 anos de idade, em decorrência de problemas pulmonares. Talvez, sua opção por omitir a filiação partidária tenha sido um ato pensado, no intuito de

⁹⁷ "Biographia do fallecido vigario da Freguezia da Madre de Deus desta capital e sócio do Instituto Histórico Geographico Rio Grandense Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito". op. cit., pp. 163-166.

⁹⁸ Idem, p. 163.

⁹⁹ O Padre Brito fora eleito deputado à Assembléa Provincial em 1862 e 1863, conforme texto de Axt e Aita. Todavia, nele também não consta a que partido pertenceu o padre. AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias*. Porto Alegre: Assembléa Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996, p. 43.

tornar a figura do religioso mais “unânime”.¹⁰⁰

O autor menciona também as qualidades que para ele, biógrafo, tinha o padre por distribuir esmolas aos pobres e também por ser o presidente de uma associação de caridade, a Beneficência Brasileira União. Por fim, ele apresenta o falecimento do religioso, aqui encarnado na figura de “pai dos pobres” e, ao mesmo tempo, “pai religioso”, como um motivo de verdadeira comoção popular:

A cidade de Porto Alegre em sua totalidade foi o testemunho das altas considerações que merecia uma alma tão dedicada; do centro de todas as classes se erguerão fervorosas preces ao todo Poderoso, e a propria Igreja de sua direcção foi aquella em que se elevou o mausoleo soberbo para as suas exequias, consagrando-se todos nessa resignada demonstração de dôr, com que recebem o transporte de um passamento inesperado.¹⁰¹

Era, enfim, a figura distinta por excelência e, por isso, era ele digno de receber a homenagem que o IHGPSP lhe fazia ao publicar essa biografia, como se pode observar pelas palavras de seu biógrafo:

Morreu cercado de todas as provas que só alcanção caracteres distinctos. Que nome se ligará á historia, mais pomposo que o do jovem sacerdote? Como ministro da Igreja, vigario da primeira freguezia da provincia e revestido das honras de conego, por graça do nosso actual prelado. Na escala publica, deputado á representação da provincia, presidente da Sociedade Beneficencia Brasileira União, socio effectivo do Instituto Historico Geographico Rio Grandense.¹⁰²

Seus funerais foram, de depreende, a culminância de uma vida valorosa.

Na *Revista do Parthenon Litterario* de fevereiro de 1875, há um texto biográfico

¹⁰⁰ Aquiles Porto Alegre informa que o Padre Brito era membro do Partido Liberal e que “sua palavra era acatada por gregos e troianos”. PORTO ALEGRE, Aquiles. op. cit., p. 234.

¹⁰¹ "Biographia do fallecido vigario da Freguezia da Madre de Deus desta capital e sócio do Instituto Histórico Geographico Rio Grandense Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito". op. cit., p. 166.

¹⁰² Idem, *ibidem*.

dedicado ao Padre Brito, escrito pelo sócio Menezes Paredes.¹⁰³ As diferenças entre os dois escritos biográficos a respeito do religioso são notáveis. Nesse segundo texto, as características passionais estão muito mais vivas que na biografia escrita pelo IHGPSP. O biógrafo, Menezes Paredes, sócio do Parthenon, está presente no texto praticamente o tempo todo e, em alguns momentos, parece tratar mais dele próprio que do biografado, como nesta passagem:

Enorme encargo pesa hoje sobre mim! Os meus distintos confrades do *Parthenon Litterario* quizerão que, á todo custo, eu apoiasse a minha fraca individualidade aos seus trabalhos na *Revista Mensal*, e para isso pedirão-me que me encarregasse da biographia do sempre chorado padre Brito. Para mim, o pedido dos meus consócios e amigos é quasi uma ordem, á que me não posso furtar, já pela amisade que nos liga, já pelo respeito que tributo á confraternidade litteraria, que existe entre todos os membros do *Parthenon*. Retirado, ha muito, das lides da imprensa diária e periódica, eu sinto, bem á pezar meu, que me vão fallecendo, dia á dia, os recursos intellectuais, de que se há mister na arena da palavra escrita. Sinto-o; e convicto d'isso, continuaria a vegetar no meu esquecimento, se não for a lembrar-me (como já o disse) da muita deferência que devo ás attenciosas instancias d'esses amigos.¹⁰⁴

Menezes Paredes se lamenta, enfim, de sua própria condição atual de vida e faz questão de sublinhar seus sentimentos ao mesmo tempo em que informa a seu leitor (com quem ele dialoga o tempo todo, inclusive) do lugar onde fala: é a preleção de um homem que já não atua na vida literária como um dia o fez e que carrega uma perceptível melancolia por isso, fazendo questão de partilhá-la com seus leitores.

Em seguida, o biógrafo explica quais suas fontes para a escrita da biografia do padre, num tom justificativo: “De passagem, por alguns dias, n’esta cidade, não tive tempo de angariar minuciosas informações, que collocassem o meu espírito na altura do assumpto de que devo tratar”.¹⁰⁵ E as informações ele as retira justamente da biografia publicada pela *Revista do IHGPSP* e das “muito escassas, muito exíguas” notícias fornecidas por alguns

¹⁰³ PAREDES, Menezes. “Esboço Biographico – Padre Luiz M. Gonçalves de Brito”. *Revista do Parthenon Litterario*, fevereiro de 1875, pp. 417-421.

¹⁰⁴ Idem, p. 417.

¹⁰⁵ Idem, ibidem.

amigos do falecido.¹⁰⁶ Ou seja, se tratava da biografia de um grande homem “recente”, cuja memória ainda estava bastante viva na recordação daqueles que com ele conviveram, o que, de certo modo, poderia servir como uma limitação às “invenções” sobre o falecido.

Nas explicações “metodológicas” e nas escusas que oferece, Menezes Paredes ocupa uma página e meia das quatro e meia que escreve. Para Paredes, tais desculpas são necessárias para que os leitores (seus pares, consócios do Partenon e membros da “elite letrada” provincial, leitores da *Revista*) não estranhassem o fato dele não apresentar uma “biografia completa”, como alude ao trabalho a ele confiado, mas sim um “esboço biographico, e esse mesmo mal delineado e imperfeito”.¹⁰⁷ Para o biógrafo, era necessário colocar seu biografado num pedestal mais alto que aquele em que ele se encontrava, o que explicaria sua limitação na empresa de escrever a biografia. Diz Paredes, finalizando esse trecho introdutório:

Para que haja valor intrínseco n’um trabalho d’esses, é mister que o biographo tenha o condão de subir á altura do biographado; e, infelizmente, eu não o posso fazer. Limitar-me-hei, portanto, á deitar algumas flores singelas e puras pela intenção sobre a lousa, que hoje encobre o illustre padre Brito. É muito pequeno, é muito humilde o tributo que lhe pago; mas n’essa pequenez e humildade terá ao menos por si a sinceridade com que é votado. Seja ella a salvaguarda d’este meu escripto.¹⁰⁸

A leitura e análise das biografias oitocentistas revelam que era costume, na época, o uso metafórico, o sentimentalismo e a exposição dos estados d’alma e, principalmente, o tom glorificador com que os autores costumavam apresentar seus “personagens”. Porém, a biografia que Paredes escreve acerca do Padre Brito extrapola essas prerrogativas na medida em que, ali, é o biógrafo quem está em primeiro plano, e não o biografado, mas não porque essa seja sua intenção e sim porque ele simplesmente precisa de subterfúgios para preencher as lacunas textuais e encontra esses subterfúgios não só no contexto que constrói, mas na própria qualidade retórica que possui. É o autor que, para suprir suas poucas informações sobre o objeto de pesquisa, utiliza seu aparato retórico para “pintar” a

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁷ Idem, p. 418.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*.

figura do padre Brito.

E Menezes Paredes acaba por oferecer ao leitor um retrato do padre bastante diferente do que ele obtivera da mão do biógrafo anônimo do Instituto, onde o texto, como se viu, recebeu uma clara divisão em três partes. Aqui, o padre é “retratado” em sua infância e adolescência numa proporção desigual em relação ao caráter caridoso do adulto apresentado no primeiro esboço. O biógrafo dá bastante ênfase às dificuldades de aquisição de instrução na época da juventude do clérigo, marcada pela Revolução Farrapa, e fala muito mais do contexto em questão do que da vida de Brito nessa época.¹⁰⁹ Arriscaria dizer que o personagem é colocado num contexto pronto anteriormente pela pena do biógrafo, como uma peça num tabuleiro.

A relação do biografado com sua mãe também é destacada por Paredes. Ele relaciona as qualidades que observava na figura pública do padre aos cuidados que recebera na infância de uma mãe que apresenta como um modelo de zelo, amor e abnegação, quase uma santa, acabando por fazer um elogio à maternidade. Diz ele:

Era ella que idollatrava o filho, ella que o alentava com seus affagos, era ella a única que podia e devia receber os primeiros sorrisos do innocente; foi ella, sem duvida, quem regou suas lagrimas a flor dos bellos sentimentos que mais tarde tanto o illustrarão. Nos brincos innocentes da primeira infância, os seus cuidados erão a santa salvaguarda do menino; elles o cercavão por toda a parte, amparando-lhe os passos incertos e conduzindo-o pela senda da virtude e do dever. A esses cuidados, sem duvida, deveu elle o conservar intacta a pureza d'alma, numa época de subversão dos costumes, como foi aquella em que se lhe escoou a infância. (...) N'aquella conflagração geral, em que se subvertião os bons costumes, só os olhos da mãi caridosa e desvellada pelo filho poderia livra-lo. (...) Oh! Mãis de família, como é sublime a vossa missão!¹¹⁰

¹⁰⁹ Giovanni Levi explicita duas perspectivas diferentes que pode apresentar uma biografia em relação ao contexto. Na primeira, a reconstituição do contexto em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender aquilo que, num primeiro olhar, parece inexplicável e desconcertante. Ou seja, ver qual o contexto histórico e interpretar a vida individual à luz dele. Porém, há uma segunda possibilidade na relação biografia/contexto: quando esse último “serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, ou esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado”. Além de inserir o biografado em um contexto pronto, na biografia apresentada por Menezes Paredes, o autor chega a comparar a vida do Padre Brito quase a de um santo a dar esmolas aos pobres, com a de Jesus Cristo. Sobre os usos da biografia na atualidade e a elaboração de uma tipologia das abordagens que os historiadores dão à biografia, ver LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 167-182.

¹¹⁰ PAREDES, Menezes. “Esboço Biographico – Padre Luiz M. Gonçalves de Brito”. op. cit., p. 419.

Mesmo que essas informações tenham sido a ele repassadas pelas testemunhas com quem conversou (embora ele nada diga acerca de quem foram tais pessoas), é interessante destacar a maneira com que ele cria uma fantasia em torno delas e como se utiliza da eloqüência narrativa e de suas impressões pessoais para preencher as lacunas documentais. Por exemplo:

A fortuna, cega e incompreensível sempre não o embalou em berço doirado, nem o acalentou com suas esquivas e illusórias caricias. O inocente não soltou os seus primeiros vagidos entre as pompas da grandeza mundana. (...) Não houve movimento na cidade; a população da capital, tão amiga de cortejos (...) não se apresentou á porta do casal Brito para ver e beijar o recém-nascido. Ninguém foi prophetizar, junto do berço do inocente, qual seria sua vida futura. Ninguém deu fé do acontecimento. Tudo se conservou materialmente tranqüilo na cidade.¹¹¹

Sobre o “homem social” Brito, ele consagra apenas dois curtos parágrafos, na parte final de seu texto, não dando informações precisas sobre a atuação do padre, nem a que instituições pertenceu, salvo as referências à sua passagem pela Assembléia Provincial na legislatura de 1862 e 1863 e, ainda, que era Brito “liberal de convicções”, algo que não aparece com a mesma clareza no texto anônimo do IHGPSP, uma instituição ligada diretamente ao Partido Liberal.

3.2.3. Traços de um projeto biográfico

No capítulo 2, mencionei que a *Revista Murmúrios do Guahyba* apresentava um amplo projeto a respeito da literatura e da história rio-grandense, divulgando, na parte considerada não-literária do periódico, artigos dos mais variados temas: história, geografia, estatística e, também, biografia. O estudo biográfico do Coronel Antonio de Melo e Albuquerque (1803-1868), escrito pelo Cônego José de Noronha Nápoles Massa, se oferece, entretanto, incompleto, já que a *Murmúrios* publicou apenas sua parte introdutória, prometendo, por meio do habitual “Continúa”, dar seqüência ao trabalho.

Ao tecer um comentário acerca do trecho publicado, Mauro Póvoas destaca a

¹¹¹ Idem, p. 418.

“presença de um forte caráter laudatório comum para a época”.¹¹² O próprio Cônego Massa, apresentando uma boa reflexão acerca de sua própria escrita, fez questão de explicar porque seu texto resultava em um elogio ao falecido. Primeiramente, o religioso conhecia e era amigo de seu biografado, tendo por ele grande admiração. Porém, isso não significava, para Massa, que sua escrita pudesse se constituir em uma “adulação” ao falecido. Dizia o biógrafo:

O seu contato tão immediato comnosco era sem duvida um livro aberto, onde de dia registrávamos em caracteres vivos os apontamentos que nos fornecem os materiaes para a descripção de tão distincto character. Mas si por um lado essas considerações podem ser um motivo para d’aquello fallarmos de um modo lisongeiro, de outro lado a fidelidade com que nos cumpre retratar esse quadro, impõe-nos o dever de coloril-o com as feições que o identifiquem com o original que temos em mira. Importa isso significar que nenhum favor faremos a essa memoria sobre maneira cára, visto como nem ella reclama ouropéis, nem mendiga alheios ornatos, para louçã e custosa ajaezar-se. (...) Thuriferario de sua memoria ver-nos-hão os leitores; mas os incensos que queimamos n’este thuribulo, acreditem elles, que não são os da adulação, a que por índole somos avesso.¹¹³

Para Massa, importava escrever o retrato verdadeiro a respeito do militar, a quem, por sua “proverbial bondade”, “sua inalterável resignação” e sua “vida longa de sacrifícios que fizeram realçar o seu civismo, sempre mal recompensado”, merecia ser traçado.¹¹⁴

Embora o Coronel Melo e Albuquerque fosse conhecido e respeitado na Província de São Pedro por seu importante papel militar, tanto na Guerra Civil Farroupilha, na qual lutou ao lado das forças imperiais, quanto na contenda contra o Paraguai, para onde mandou vários de seus homens, a biografia de Massa não chega a citar tais fatos. Porém, são eles essenciais para entender as motivações que fizeram com que a *Revista Murmúrios* publicasse o retrato do coronel após quase dois anos de seu falecimento. Eram ainda as marcas do recente conflito paraguaio que mexiam com o cotidiano da sociedade rio-grandense, já que a província sulina foi aquela que mais contingentes forneceu para a

¹¹² PÓVOAS, Mauro Nicola. *Literatura e Imprensa em Porto Alegre: A Revista Murmúrios do Guaíba (1870)*. Porto Alegre: PUCRS, 2000, p. 133. Dissertação (Mestrado em Letras)

¹¹³ MASSA, José de Noronha Nápoles. op. cit., p. 67.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*.

luta.¹¹⁵ E a *Revista* de José Bernardino, ele próprio um dos participantes rio-grandenses do conflito, parecia ter por intenção registrar em suas páginas a glória daqueles que, defendendo o Brasil, estiveram nele envolvidos. Ainda mais quando o exemplo a ser anunciado era o de um militar da alçada do Coronel Melo e Albuquerque, que, segundo reforçaria, anos depois, Aquiles Porto Alegre, “tão relevantes serviços prestou ao país com o maior desprendimento”.¹¹⁶

A ação de registrar pelas mais variadas formas a presença da guerra não era, todavia, uma prática isolada da *Revista Murmúrios* ou dos periódicos produzidos na Província de São Pedro. O Império do Brasil fazia questão de promover os heróis da guerra como uma forma de manter a motivação da nação, há tanto tempo abalada pelo longo conflito.¹¹⁷ Armelle Enders, lembra que, durante o conflito, o Império entrou em uma “muito prudente estatuomania”. Segundo a historiadora,

O conflito fornecia batalhões de glória militares, de mortes prematuras e trágicas, de mártires para a pátria e para o imperador que convinha homenagear. (...) A Guerra do Paraguai motiva várias encomendas oficiais a fim de fixar para a posteridade os grandes momentos do Exército e da Marinha imperiais, associando-lhes alguns semblantes.¹¹⁸

Assim, a publicidade dada ao conflito bélico contra o Paraguai – quando, salienta-se, apregoava aos brasileiros o brilho militar de seus soldados - era algo estimulado. Quem

¹¹⁵ Por meio da leitura dos ementários da *Revista*, se percebe que a guerra e suas conseqüências estavam ainda muito presentes no dia-a-dia dos rio-grandenses. Em praticamente todos os ementários, Bernardino se ocupava de emitir opiniões sobre o conflito. No primeiro número, por exemplo, há uma dessas referências. Na ocasião, a luta ainda se mantinha, mas sua resolução era já uma expectativa: “E qual poderia surgir mais radiante para todos, aquelle que começa o anno novo. E qual poderia surgir mais radiante e auspicioso que o de 1870, este que ao erguer o seu primeiro sol promete ao povo, cansado de esperar 5 annos, o termo glorioso d’essa guerra tremenda que sangra o coração da America do Sul?”. SANTOS, José Bernardino dos. “Retrospecto Mensal”. *Revista Murmúrios do Guahyba*, 1ª série, n. 1, janeiro de 1870, p. 42.

¹¹⁶ PORTO ALEGRE, Aquiles. op. cit., p. 181.

¹¹⁷ De acordo com Coradini, “A primeira e mais geral característica dos heróis políticos (e militares) é a já mencionada maior “visibilidade”. Na medida em que o poder político, por definição, tem a capacidade de sobrepor-se a todas as demais formas de poder e há interesse por parte dos agentes do Estado em transformar determinados agentes políticos e ou militares em simbologia da identidade nacional, é evidente que este tipo de herói, mais genericamente associado ao conjunto da nação, se torne mais visível e inclusive mais difundido”. CORADINI, Odaci Luiz. “Panteões, iconoclastas e as ciências sociais”. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. op. cit., p. 229.

¹¹⁸ ENDERS, Armelle. op. cit., p. 26.

sabe fosse até por isso que José Bernardino e seus companheiros não apresentassem dificuldades para dela tratar, ao contrário do que ocorria em relação à Guerra Civil Farroupilha, que, como referi no capítulo anterior, era um assunto mais delicado de se tocar.

3.2.4. E o Partenon panteoniza

Diferentemente do que ocorrera no IHGPSP ou na *Revista Murmúrios*, na Sociedade Partenon Literário a biografia encontrou maior especialização e foi exercitada em inúmeras ocasiões. No Partenon, os grandes homens biografados são personagens históricos e de relevância para a história da pátria brasileira.¹¹⁹ Instituição abolicionista e com tendências republicanas, a escrita biográfica no Partenon deve ser observada levando em conta esses aspectos.¹²⁰ Muito mais que no IHGPSP, agremiação que nasceu ligada à monarquia e, querendo ou não, aos preceitos de uma sociedade de corte, a escrita biográfica encontraria, nas páginas da *Revista do Parthenon* uma maior liberdade no que tange a um século XIX que acompanhou a secularização e a democratização do período pós-revolucionário. No Parthenon Litterario, a biografia tinha um espírito educador e pedagógico e utilizava os grandes homens e suas memórias como auxiliares para irradiar suas lições, bem ao gosto do regime de historicidade da *historia magistra vitae*. Assim explica Maurice Agulhon:

¹¹⁹ “Le grand homme, différent en cela du héros avec lequel on a parfois tendance à le confondre, est forcément un personnage historique. Quels se soient les embellissements que la littérature apporte à sa légende, il a pour caractéristique d’avoir existé”. MILNER, Max. “Présentation”. In: *Romantisme*, n. 100, vol. 28, 1998-2, p. 7.

¹²⁰ Para Alice Gérard, o culto dos heróis aconteceu num século XIX nacionalista e pedagógico. Ela destaca que, após as perturbações do período revolucionário, os heróis plutarqueanos e voltairianos já não respondiam ao espírito do novo tempo e se deu uma revisão radical do papel do indivíduo na história. A autora discorre sobre o debate que a figura do grande homem terá num século XIX marcado pela herança de desmilitarização e socialização vinda do século XVIII, onde o fenômeno da democratização aparece. Após a Restauração, Gérard percebe, na França, uma oposição entre, de um lado, uma história laica e marcada pela obra de grandes homens exemplares e, de outro, o surgimento de uma história dos “debaixo”. Com a história militante, muda a maneira de escrever a história e o grande homem terá novas funções, já que ele passa a ser impotente para, sozinho, decidir o curso dos acontecimentos. Respondendo às necessidades de sua época, o grande homem passa a representar seu povo e se afasta de uma concepção fatalista de história. Os novos suportes de uma individualidade coletiva estão na sociedade, no povo e na nação. Assim, Gérard mostra que há uma relação intrínseca dessa figura com os jogos políticos. A opinião dos historiadores da época sempre levava em conta o palco político, até mesmo porque eram eles os ocupantes dos cargos políticos. E se isso era perceptível para a sociedade francesa, na brasileira não seria diferente. GÉRARD, Alice. “Le grand homme et la conception de l’histoire au XIX siècle”. In: *Romantisme*. op. cit., pp. 31-48.

Parce qu'il était laïque, démocratique, inventif, ingénieux, ambitieux, "notre" siècle dix-neuvième devait fatalement multiplier les "grands hommes" et de fait il a beaucoup usé et peut-être abusé, de la pédagogie de l'exemplarité; il a donc forcément laissé se désacraliser quelque peu la pédagogie de la place publique (a-t-on assez daubé sur les-grands-hommes-de-chef-lieu-de-canton).¹²¹

A biografia do general José Fernandes dos Santos Pereira, publicada pela *Revista* em dezembro de 1874, de autoria do Dr. Augusto Fausto de Freitas, resume a intenção pedagógica e exemplar que tinham as biografias dentro do trabalho que faziam os literatos oitocentistas pela construção da história pátria. Assim inicia o texto do biógrafo: "A vida dos cidadãos beneméritos de uma nação é a melhor página de sua história. É a um tempo a voz da gratidão com que ella reconhece os serviços que lhe foram prestados, e o exemplo que apresenta aos olhos da nova geração para que procure imital-o".¹²²

Essa nacionalidade a qual o biógrafo se refere não é ditada pelo local de nascimento, mas sim pelos atos que esse cidadão tem para com o lugar onde escolheu viver, ou seja, pelo "sentimento de nacionalidade" desse indivíduo. Assim, ele atribui que o biografado, nascido na época em que o país ainda era colônia portuguesa, era um "elemento nacional" por possuir as características próprias ao patriota:

O Brasileiro continúa a ser o portuguez americano, assim como o filho de Portugal será sempre o nosso próximo parente, que de coração se associa aos nossos *sentimentos*, afligindo-se com as nossas dores, e celebrando com entusiasmo a nossa prosperidade e o nosso triumpho. O simples facto do nascimento não basta para determinar a nacionalidade do individuo.¹²³

Em inúmeras biografias, notícias ou apontamentos biográficos, necrologias e orações e discursos fúnebres presentes na *Revista do Parthenon Litterario*, se percebe a persistência dos biógrafos em ressaltar o caráter pedagógico e exemplar da narrativa biográfica. Aquiles Porto Alegre, ao biografar o liberal Oliveira Belo, expõe que o esboço biográfico era uma forma de "prestar um testemunho de respeito á virtude e ao talento em

¹²¹ AGULHON, Maurice. "Sur les statues de "grands hommes" aux XIX siècle". In: *Romantisme*. op. cit., p. 14.

¹²² FREITAS, Augusto Fausto de. "Apontamentos biographicos – O general José Fernandes dos Santos Pereira". *Revista do Parthenon Litterario*, dezembro de 1874, p. 233.

¹²³ Idem, p. 234. Grifo meu.

si personificados e (uma maneira) de legarmos ás gerações porvindas um modelo vivo de concentração ao trabalho, de independência de caracter e de acrysolado patriotismo”.¹²⁴

Mesmo temendo parecer um tanto repetitiva, creio ser necessário ressaltar, mais uma vez, que no processo de construção da galeria de homens ilustres da Província de São Pedro, o local ocupado pela biografia era também o espaço reservado para se discorrer sobre as idéias que tinham os biógrafos sobre o significado do exercício que se delegavam empreender. Ainda, narrar a vida do biografado era um pretexto para dar a conhecer posicionamentos dos autores dos textos. Assim, páginas e páginas da seção eram ocupadas com a exposição do pensamento político e pessoal daqueles cidadãos incumbidos do papel de narradores de vidas. Hilário Ribeiro, por exemplo, utilizava a “tribuna” de papel para tratar da situação das letras no Império. Assim se expressava, na biografia dedicada a Abreu e Silva:

Trabalhar pelas letras, onde desgraçadamente o povo não se compenettrou da valia de seus escriptores, onde tudo que é nacional, tem por única recompensa o indifferentismo e a critica tacanha e desfaçada que encobre o nome porque não sabe respeitar-se a si; n’essa terra, não há esforço nem estímulos que se não esmoreção, não há talentos que não se percão, não há illusões que não se esfolhem, não há fé que não se extinga.¹²⁵

Seu texto pessimista e raivoso é uma denúncia, muito mais que uma biografia. Ele delata a paralisação das letras no Brasil, onde seu teatro nacional se limita a copiar textos estrangeiros e seu romance apresenta vacilações, apenas um ou outro escritor fugindo aos moldes dos trabalhos ligeiros. Para ele, o teatro se encontrava naquela situação desestimulante por falta de patriotismo. Segundo Hilário, para um texto ser condenado naquela década de 1870, bastava que fosse escrito por um autor nacional, que “nos falle de nossa vida e costumes, que nos pinte as paysagens magníficas de nosso berço”.¹²⁶ Pressagiando uma decadência literária ao país, o partenonista somente se refere ao poeta Abreu e Silva, morto prematuramente em Porto Alegre, em 1861, três páginas depois de

¹²⁴ PORTO ALEGRE, Aquiles. “Esboço biographico – Desembargador Luiz Alves Leite de Oliveira Bello”. *Revista do Parthenon Litterario*, n. 1, janeiro de 1873, p. 6.

¹²⁵ RIBEIRO, Hilário. “Esboço biographico de J. V. de Abreu e Silva”. *Revista do Parthenon Litterario*, janeiro de 1874, p. 555.

¹²⁶ *Idem*, p. 557.

iniciado o texto, que possui cinco páginas.

Para essa mocidade, a biografia foi, enfim, um espaço primordial para a transformação em ação de um tipo de história que necessitava o rio-grandense registrar nas páginas da literatura nacional. E ninguém melhor para expressar essa história épica que os heróis produzidos pela província, palco de infinitas e idealizadas guerras. A história da Guerra recente, aquela travada contra o Paraguai, ainda não era vista como possível de ser narrada. Mas a contenda farrapa, cujas pelepas a maioria daqueles moços não chegou a vivenciar e conheceu pela narração dos mais velhos, era admissível registrar. Assim, eles não se furtam de publicar documentos sobre a Revolução e transformam vários de seus soldados em heróis: Canabarro, General Sousa Netto, Conde de Porto Alegre, Bento Manoel, Andrade Neves... Todos têm suas biografias registradas nas páginas do panteão de heróis do Partenon.¹²⁷

No esboço biográfico que Caldre e Fião escreve para a poetisa rio-grandense Rita Barem de Mello, o autor se mostra contrariado em colocá-la na galeria que a instituição produzia. Já na primeira página, o autor, Dr. Caldre e Fião, diz o seguinte: "Querem que eu colloque na galeria dos retratos dos rio-grandenses illustres, da *Revista do Parthenon*, o de Rita Barem, no seu tempo festejada pela nossa mocidade, como hoje a nossa sympathica D. Amalia Figueirôa".¹²⁸

Para ele, Rita Barem, falecida muito nova, aos 28 anos de idade, em 1868, ainda poderia esperar algum tempo mais para ser retratada nas páginas da galeria em formação, pois havia pouquíssimo tempo que ela fenecera e ainda não havia sido feito nenhum estudo crítico mais apurado sobre sua produção artística. Dessa forma, um esboço biográfico de Rita Barem poderia ficar para mais tarde, pois ainda era cedo para dela se ocupar, visto que havia, inclusive, outros nomes importantes das letras rio-grandenses que careciam de um estudo mais elaborado, caso das citadas por ele Maria José e Eurydice Barandas, a primeira poetisa e escritora satírica, que costumava escrever sobre figuras da política rio-grandense em tom jocoso; a segunda, Eurydice, dedicada à poesia lírica. Também, muitos soldados não haviam ainda recebido suas homenagens, conforme ele lembra:

¹²⁷ Uma lista bastante detalhada dos biografados pela instituição se encontra no Índice Geral da Revista, trabalho de Pedro Leite Villas-Bôas. VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. "Síntese Histórica e Índice Geral da Revista do Partenon Literário". In: HESSEL, Lothar. op. cit., pp. 87-109.

¹²⁸ CALDRE E FIÃO, José Antonio do Valle. "Esboço Biographico – Rita Barém". *Revista do Parthenon Litterario*, n. 2, fevereiro de 1873, p. 30.

Durante os luctuosos dias de guerra civil por que passamos, muitos bustos honrados e varonis de matronas nossas se levantarão na memória da pátria. Ainda é fresca, porém, e muito contemporanea a historia dos factos, para que a narremos. A tradição que deixarmos guiará a penna da nova geração, que lhes ha de fazer justiça, como faz o meu coração ao recordar as scenas da Humanidade, de abnegação e de heroísmo pelas idéas que ellas então nutrião n'alma. É mais util, torno a dizel-o, gravarmos a virtude, a gloria, o heroísmo sobre o bronze ou o marmore ou nas paginas que vão escriptas, para lição da mocidade, para modelos das gerações porvindas, do que narrar triumphos faceis de intelligencias felizes que nos sabem dizer nas horas do desfastio, com belleza e graça, o quanto é bella e graciosa a natureza de nossos pagos, o nosso sol, a nossa lua e as aguas doces que nos sacião e as florestas que nos sombreão e gerão scismas melancolicas nas inebriantes em nossa alma. *O agradavel deve vir depois do util e este depois do necessario.* É uma lição que a pôde entender bem o biographo que me succeder, e que pôde pôr obra, se não fôr levado como eu em condescendencia, a um trabalho que podia ficar para mais tarde.¹²⁹

Portanto, Caldre e Fião não desmereceu a importância de Rita Barem, mas acredita que havia trabalhos mais imprescindíveis que um esboço biográfico dela em um momento como o que a província passava, naquela década de 1870, em que necessitava firmar sua identidade e promover sua galeria de homens valorosos, esses calcados no tema da guerra e da luta.

A história do Rio Grande era, para aqueles homens, o local por excelência dos heróis. No esboço biográfico de Joaquim Marques Lisboa, o mesmo Caldre e Fião afirma que a Província de São Pedro é a “pátria dos heróis”, pelo elevado número de guerreiros que fornecia ao Brasil. Ele chega a aludir a alguns, numa lista onde coexistem imperiais e revolucionários (o heroísmo estava, pois, acima das divisões políticas): Rafael Pinto Bandeira, Maneco, João de Deus, Netto, Canabarro, Lucas de Oliveira, Silva Tavares, J. Luiz Teixeira, Osório, o Conde de Porto Alegre só para citar determinados dos “centauros rio-grandenses” que nomeia.

Embora o século XIX seja um período caracterizado pelo aprofundamento da crise da heroicidade devido à progressão dos valores liberais e democráticos, que levaram, por sua vez, à valorização de outras lógicas, mais coletivas e societais, para usar as expressões empregadas por François Dosse, se nota que o herói não desaparece de todo, recebendo novas funções. Segundo o historiador, esse herói não se apagará do horizonte de identidade patriótica que se reforça no século XIX, conhecendo algumas “chamas nacionalistas”.¹³⁰

¹²⁹ Idem, p. 31. Grifos meus.

¹³⁰ DOSSE, François. op. cit., p. 183.

Como já se destacou aqui, houve, no Oitocentos, um alargamento no “leque” de opções das figuras que poderiam ser consideradas heróicas. Não só mais os heróis militares, como o Barão de Porto Alegre, teriam o direito de residir neste panteão de heróis. O herói desce de seu pedestal quase divino e se espraia pelo corpo social. É assim que os grandes homens passam a ser valorizados como exemplos virtuosos a compor a coletividade, exemplos que deveriam ser seguidos pelas gerações do porvir como modelos de patriotas e de homens de sucesso.¹³¹ As páginas da *Revista do Parthenon* estão repletas de grandes homens, ao mesmo tempo heróicos e ilustres, mas sempre representativos do que é, para o literato rio-grandense daquele período, o valoroso homem do Rio Grande.

O Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX viu surgir, nessas associações literárias, exemplos de grandes homens que, ao gosto da época, ajudaram a formar a galeria de ilustres rio-grandenses, cujas narrativas de vida, naquele conjunto social, marcado por uma concepção ciceroniana de história, apresentavam funções pedagógicas e cívicas.

Giovanni Levi chama atenção para o fato de a biografia servir como o “canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia”.¹³² Aqui, tentei refletir, mesmo que implicitamente, sobre esse papel desempenhado pela biografia em alguns dos ambientes literários do Rio Grande de São Pedro. A biografia, nesses espaços, serviu como um auxiliar para se narrar a história da pequena pátria rio-grandense ora aos próprios sulinos, ora à nação brasileira em formação, buscando implantar essa história rio-grandense nas raízes profundas da história nacional que se forjava. Contribuía-se para a constituição do tipo brasileiro, do homem nacional. Em um momento atual da escrita biográfica, um esquema tão perceptível como

¹³¹ Vale Machado, no "Esboço Biographico de Miguel Pereira de Oliveira Meirelles", fala o que entende por biografia: "A biographia é um esteryotipo moral em que o biographado apparece com todos os traços característicos que formão o conjunto de seu ser intelectual. Assim, pois, se na vida physica precisamos de um habil artista para que o trabalho seja perfeito; os caracteres indeleveis; nitidos, superiormente produzidos, assim na vida moral, para o biographado - o biographado precisa de um talento culto, afim de que, aproveitando todos os traços physionomicos - moraes do individuo de que tracta, o apresente ao publico tal qual foi na sociedade em que viveu. Eu traço hoje os fracos lineamentos biographicos de um morto. Falarei d'elle com toda a imparcialidade; esta já não pode molestal-o ou commovel-o. Do morto ja não ha mais esperar nem o temer. Com elle adormecerão-se-lhe as paixões (...). A imparcialidade, pois, como pode ser de razão, é possível, é mais: é superior a toda a suspeição". Vale Machado era amigo pessoal do biografado. MACHADO, Vale. "Esboço Biographico de Miguel Pereira de Oliveira Meirelles". *Revista do Parthenon Litterario*, março de 1873, p. 96.

¹³² LEVI, Giovanni. op. cit., p. 168.

esse - que tratava de redes sociais e grupos e como os indivíduos se definiam, conscientemente ou não, em relação ao grupo ao qual pertenciam e às identidades sociais - não é tão fortemente compreensível como foi naquele século XIX *historien* (vistos, ressaltado, com os olhos de nossa época).

Pensar a biografia do ontem é também uma forma de buscar compreender a fase atual da escrita biográfica, seus usos e suas inovações, mas também suas heranças. As biografias produzidas atualmente são devedoras dos modelos biográficos do passado e a possibilidade de pensá-las é uma oportunidade de nos permitirmos indagar sobre nosso próprio tempo. François Hartog, no Prefácio das “Viés Parallèles”, de Plutarco, procura refletir sobre o significado da reabertura do Panthéon francês, em 1981, pelo presidente Mitterand.¹³³ Percebe a nova economia do tempo que marca o fenômeno da patrimonialização, acontecimento no qual está mergulhada toda a sociedade ocidental. Hoje, nossas estrelas são *stars* e não mais os grandes homens do passado.¹³⁴ Nosso heroísmo passa por outra via. E as referências de Hartog a Plutarco e às diferentes maneiras com que ele foi utilizado revelam as mais diversas formas com que a sociedade ocidental nomeou, na ordem do tempo, seus heróis, de forma que às vezes coexistiam, em uma mesma época, maneiras variadas de nomeação desses heróis, herdeiros de Plutarco.¹³⁵

No presentismo, quem comporia a galeria de heróis que cultuamos? O herói que na *historia magistra* era o exemplo a imitar e no regime modernista o grande anunciador do futuro, retornou à bagagem do indivíduo contemporâneo como a estrela efêmera e passível de ser arrancada do tempo. Hoje, o presente satisfaz a si próprio. Mas até quando?

¹³³ HARTOG, François. “Plutarque entre les Anciens et les Modernes”. In: PLUTARQUE. *Vies Parallèles*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 9-50.

¹³⁴ Idem, p. 42.

¹³⁵ Idem, p. 47.

Considerações Finais

Na coluna “Transcrição”, do jornal *A Reforma* de 04 de outubro de 1873, assim se lia:

Quem examina a actual litteratura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instincto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as fórmas litterarias do pensamento buscam vestir-se com as côres do paiz, e não há negar que semelhante preocupação é symptoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madrugua, como aquelles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal accordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando physionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ypiranga; não se fará n’um dia, mas pausadamente, para sahir mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ella até perfazel-a de todo.¹

O trecho acima transcrito era parte integrante do ensaio *Litteratura Brasileira. Instincto de Nacionalidade*, de Machado de Assis, saído havia pouco mais de seis meses, no periódico *Novo Mundo*. Nesse texto, o ensaísta afirmava não haver, ainda, uma nacionalidade literária brasileira, mas reconhecia a presença de certo “instincto de nacionalidade” nas obras dos autores nacionais. Para Machado, do desenvolvimento desse instincto até a constituição de uma litteratura nacional brasileira, havia um longo caminho a ser percorrido e que somente seria vencido com a observação de uma série de fatores. Dentre esses fatores, Machado tomava como essenciais a investigação daquilo que ele chamou de “pontos de doutrina e de história”, além de um trabalho de apuro e educação do gosto literário dos nossos escritores. Somente assim, pregava ele, o país encontraria sua independência literária.²

Além disso, Machado afirmava que, no extenso percurso em busca da autonomia escrita, as investigações da vida e da natureza brasileira proporcionariam aos prosadores e poetas nacionais açambarcar um farto manancial, capaz de moldar a fisionomia de um pensamento nacional próprio para o país.

¹ ASSIS, Machado de. “Litteratura Brasileira. Instincto de Nacionalidade”. *A Reforma*, n. 227, Porto Alegre, 04 de outubro de 1873, p. 3.

² Idem, *ibidem*.

Quando o texto de Machado foi publicado, a mocidade rio-grandense da Sociedade Partenon Literário se encontrava em plena atividade. Na qualidade de literatos, os partenonistas - herdeiros da geração de letrados que atuou no Instituto Histórico local - também estavam imbuídos na obra de constituição de uma autonomia literária para o Brasil e, principalmente, para a literatura rio-grandense. Enquanto o Instituto Histórico queria “salvar do esquecimento” os atos bravos do passado rio-grandense, a fim de fazer o país conhecer sua história particular, os missionários das letras do Partenon Literário e da *Revista Murmúrios* defendiam, por meio do estudo e divulgação desses atos, a edificação de uma literatura a um só tempo rio-grandense e brasileira.

Ao longo do exercício de leitura empreendido nesta pesquisa, pude analisar algumas das páginas resultantes do trabalho desses construtores do passado provincial. Como fruto desse exercício, fica a constatação, em primeiro lugar, de que as revistas literárias por eles produzidas são o resultado de seus cuidadosos exames acerca do Brasil. Como apropriadamente destaca Manoel Salgado, um dos temas recorrentes ao longo do século XIX era o da “necessidade de estudar o Brasil como uma forma de fazê-lo conhecido para dentro e para fora”.³ A preocupação era, portanto, com a criação de uma literatura mais independente para a nação brasileira em formação. Para isso, era necessário o conhecimento, registro e publicação das peças que formariam essa literatura genuinamente brasileira e, por conseguinte, rio-grandense.

Machado de Assis também não duvidava que a criação de uma literatura autônoma para a nação carecia ser alimentada “dos assumptos que lhe offerece a sua região”. Todavia, o autor era cauteloso:

Mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escriptor, antes de tudo, é certo sentimento intimo, que o torne homem do seu tempo e do seu paiz, ainda quando trate de assumptos remotos no tempo e no espaço.⁴

O cuidado do ensaísta em aconselhar que se buscasse evitar localismos, pois esses poderiam desviar os escritores do projeto de constituição de uma escrita nacional, remete

³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as luzes e o romantismo; as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: _____. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 71.

⁴ Assis, Machado de. op.cit., p. 3.

às recomendações defendidas pela política de escrita do IHGB, maior artífice do Estado Imperial brasileiro na tarefa de criar uma história para o país. No IHGB, a meta de centralizar na Corte toda e qualquer informação sobre o passado nacional, a fim de forjar uma imagem de Brasil unido e coeso, teve uma ação bastante eficaz, tanto que, durante o período imperial, tal meta somente seria balançada pela constituição do IHGPSP. Porém, o receio do Instituto nacional de que pudesse perder a primazia conquistada como espaço hegemônico de escrita da história sulina, não se confirmaria, já que o IHGPSP teve efêmera existência na vida literária rio-grandense.

O grupo de literatos do Partenon Literário, embora tenha, em certo sentido, levado adiante o projeto do Instituto provincial em promover uma galeria de heróis rio-grandenses, se constituiu não como associação histórica, e sim enquanto agremiação literária. Por não se pretender, portanto, uma instituição congênere ao IHGB, o Partenon, ainda que tivesse pretensões consideravelmente altas em relação à história, não teve seus interesses chocados com os objetivos aglutinadores do IHGB, cujo reconhecimento como guardião da história rio-grandense não mais receberia “adversários”.

Não obstante, os documentos publicados nas revistas literárias rio-grandenses aqui analisadas revelam a apresentação de um Rio Grande belicoso e guerreiro. Na *Revista do IHGPSP*, essa qualidade bélica regional foi reverenciada e utilizada para realçar a posição do Rio Grande do Sul como um defensor meridional das fronteiras imperiais. No que concerne à documentação presente nas *Revistas Murmúrios do Guahyba* e *Parthenon Litterario*, não comprometidas com a visão “oficial” do IHGB, o cultivo da figura heróica e guerreira do soldado rio-grandense foi explorado com muito mais constância. Aliada a essa imagem guerreira, se desenvolveria, ainda, a produção de uma imagem do rio-grandense como um povo preocupado com o desenvolvimento da cultura letrada. Nesse sentido, não era somente o rio-grandense aguerrido que os literatos sulinos almejavam incorporar à nação brasileira: era também o homem letrado e empenhado com a difusão da instrução pública, a fim de “civilizar” a nação.

Assim, a galeria de heróis e homens ilustres que o Rio Grande forneceu ao país era composta pelas mais diversas e virtuosas personagens. No panteão sulino, foram retratados, por exemplo, valentes soldados, caridosos religiosos, honestos legisladores e cultos professores, além de oradores brilhantes, talentosos literatos e, ainda, corajosas mulheres que, descontentes com o papel de submissão a elas delegado, lutaram pela emancipação feminina. Ainda que a ordem do tempo tivesse adentrado em um regime moderno de historicidade – aquele caracterizado pela ideologia do progresso, em que

caberia ao futuro esclarecer o passado -, o processo de panteonização rio-grandense funcionou, nesse período, como um elemento-chave para a consolidação de uma escrita da história marcada pela *historia magistra vitae* na Província de São Pedro. Ou seja, dentro da escrita da história rio-grandense, era, ainda, por meio do exemplo fornecido pelo passado e passível de ser imitado, que se esclarecia o presente e se buscava orientação para o futuro.

Otimistas em relação ao futuro, os homens do Oitocentos viam a si mesmos como artesãos do passado nacional, em uma época na qual se marchava, sempre avante, em direção ao progresso. Nessa marcha, um sentimento era unânime: o projeto mais amplo de tornar o Brasil uma nação grandiosa, principalmente através de sua literatura:

Lancemos as vistas para o nosso Brasil. Deus o fade igualmente bem, para que aqui venham as letras a servir de refúgio ao talento, cansado dos esperançosos enganos da política! Deus o fade bem, para que os poetas, em vez de imitarem o que lêem, se inspirem da poesia que brota com tanta profusão do seio do próprio país e sejam, antes de tudo, originais - americanos. Mas que por este americanismo não se entenda, como se tem querido pregar nos Estados Unidos, uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos dos clássicos gregos e romanos, e dos clássicos da antiga mãe-pátria. Não. A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem, mas enganar-se-ia o que julgasse que para ser poeta original havia que retroceder ao *abc* da arte, em vez de adotar e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa.⁵

Se, no passado, mobilizações em torno da idéia de constituição de uma literatura brasileira foram possíveis pela ação de grupos de cidadãos que compunham a elite letrada nacional, hoje o processo não mais se apresenta nesses termos. De acordo com Habermas, “(...) o Estado nacional já não pode fornecer um arcabouço apropriado para manter a cidadania democrática num futuro previsível”.⁶ Para o autor, o desenvolvimento de possibilidades de ação política no atual mundo globalização somente pode se processar em um nível acima daquele em que foram forjados quando da constituição dos Estados

⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Ensaio Histórico sobre as letras no Brasil* (1847). Ministério da Educação: Fundação Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2083, p. 3. Acessado em: 02/03/2009.

⁶ HABERMAS, Jürgen. “Realizações e limites do Estado Nacional Europeu”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.309.

nacionais, já que estes não mais respondem aos anseios de seus cidadãos. Todavia, entender o processo de invenção do Estado nacional possibilita refletir sobre seus limites e seus desdobramentos (até porque a posição de Habermas está longe de ser unânime). Em um tempo como o nosso, no qual o presente se basta nele mesmo, observar, por meio de narrativas próprias do passado, como se orquestrou o projeto de construção mental e social do conhecimento histórico, ou seja, como os homens do passado interpretavam a si mesmos e ao mundo ao seu redor através da categoria narrativa, parece ser um modo de perceber o desenvolvimento, as rupturas e continuidades em relação às formas como, hoje, se dá a representação do passado.⁷

⁷ “O pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si mesmo e a seu mundo: a narrativa de uma história. Narrar é uma prática cultural de interpretação do tempo, antropológicamente universal. A plenitude do passado, cujo tornar-se presente se deve a uma atividade intelectual a que chamamos de ‘história’, pode ser caracterizada, categoricamente, como narrativa. O pensamento histórico obedece, pois, igualmente por princípio, à lógica da narrativa”. RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001, p. 149.

Referências Bibliográficas

- Fontes Primárias Impressas

a) Periódicos

- *A Estrela do Sul*. Porto Alegre, outubro e novembro de 1862; janeiro, fevereiro e setembro de 1863 e ano de 1869.
- *A Reforma*. Porto Alegre, 1º semestre de 1870; 1872; 2º semestre de 1876; 1º semestre de 1878 e ano de 1886.
- *Correio do Sul*. Porto Alegre, 1852; 1853; 1860; 1861 e 1868.
- *Revista Murmúrios do Guahyba. Revista Mensal consagrada às letras e à historia da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1ª série, janeiro a junho de 1870.
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, IV Trimestre, v. 1, n. 100. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945 (Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro, Anno I, n. I e II, agosto e dezembro de 1860. Reedição fac-símile).
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, I e II Trimestre, n. 101 e 102. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1946 (Revista do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro, Anno II, n. I e II, março e outubro de 1861; Anno III, n. I, 1863. Reedição fac-símile).
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1948 (Revista do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro, Anno III, n. II, 1863. Reedição fac-símile).
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 123. Porto Alegre: IHGRS, 1982 (Revista do Instituto Historico e Geographico da Provincia de São Pedro, Anno IV, 1863. Reedição fac-símile).
- *Revista do Parthenon Litterario*. Porto Alegre
1ª série: março a dezembro de 1869 (10 exemplares)
2ª série: julho de 1872 a maio de 1876 (47 exemplares)
3ª série: agosto a dezembro de 1877 (8 exemplares)
4ª série: abril a setembro de 1879 (5 exemplares)
- *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo I, 1839.
- *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XXIII, 1860.
- *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo XXIV, 1861.

- *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LI, 1888.
- *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 113 a 116. Porto Alegre: 1951 (Revista do Partenon Literário, março a dezembro de 1869. Reedição).
- *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 117 a 120. Porto Alegre, 1951 (Revista do Partenon Literário, julho a dezembro de 1872. Reedição).

b) Manuscritos, Atas, Estatutos

- “Actas das Sessões do Parthenon Litterario – 1872”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestres, Anno IV, 1924, pp. 197-252.
- “Actas das Sessões do Partenon Literário – 1873”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestres, Anno IV, 1924, pp. 153-216.
- “Alguns documentos sobre a Sociedade Partenon Literário”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRS, n. 134, 1999.

c) Livros e impressos

- ALMEIDA, Antonio da Rocha. *Vultos da Pátria*. IV Vol. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1961.
- AZEVEDO, Armando Dias de. “O Jubileu de Ouro do Instituto Histórico”. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07 de agosto de 1970.
- BLAKE, Augusto Sacramento. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. VII Vol.
- CIBILS, Luís Alberto. “Institutos Históricos e Geográficos Anteriores”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, vol. I, n. 135. Porto Alegre: IHGRS, 2000, pp.7-11.
- CORUJA, Antonio Álvares Pereira. “Coleção de vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XV, 1852, pp. 210-240.
- COSTA, Renato. “Os três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRS, n. 123, 1982, pp. 43-51.
- FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

- HAFKEMEYER, J.B. “Manoel Marques de Souza”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul*. III e IV Trimestre, Anno III. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923, pp. 276-284.
- HESSEL, Lothar et al. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama, IEL, 1976.
- MACHADO, Antonio Carlos. *O solitário da Casa Branca. A sua vida, a sua obra, a sua época*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1945.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Império do Brasil”. In: *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Fundado no Rio de Janeiro debaixo da imediata protecção de S.M.I. O Senhor D. Pedro II. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Typographia de Luiz dos Santos, 1863, pp. 121-143.
- MAUL, Carlos; ANTUNES, De Paranhos; GRAÇA, Jaime Ribeiro da. *Conde de Porto Alegre. Poliantéia organizada pela Biblioteca do exército em comemoração ao 1º centenário da Batalha de Caseros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Bethel, 1952.
- PORTO ALEGRE, Álvaro. *No transmonta da vida*. Porto Alegre: s/ editora, 1939.
- PORTO ALEGRE, Álvaro. *Caudal Rumorosa*. Porto Alegre: Thurmann, 1944.
- PORTO ALEGRE, Álvaro. *Ciclo Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: Thurmann, 1944.
- PORTO ALEGRE, Álvaro. *O Partenon Literário: ensaio lítero-histórico*. Porto Alegre: Thurmann, 1962.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1985.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium Sul-Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, IEL, 1980.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1980.
- REIS, Carlos. *Álbum do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia de César Reinhardt, 1905.
- ROSA, Othelo. “O Parthenon Litterario”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1948, pp. 165-170.
- SPALDING, Walter. “A 'Revista' do velho Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Reedição)”. In: *Revista do IHGRS*, 1945, n. 100, p. 169.

- TEIXEIRA, Mucio. *Os gaúchos*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. Volume I.
- TOSCANO, Arthur. “Papeis Velhos. Múcio Teixeira e seu tempo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, I e II Trimestres, Anno VIII. Porto Alegre: IHGRS, 1928, pp. 473-493.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Ensaio Histórico sobre as letras no Brasil* (1847). Ministério da Educação: Fundação Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2083>, p. 3. Acessado em: 02/03/2009.
- XAVIER, Paulo. “Retrato de Um pioneiro”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 de novembro de 1976.
- XAVIER, Paulo. “Retoque de Um Retrato”. *Correio do Povo*, 03 de dezembro de 1976, pp. 7-8.

d) Acervos consultados

- Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho
- Biblioteca Setorial de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS
- Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica/ PUCRS
- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Bibliografia Geral

- ABREU, Florêncio de. “Introdução”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, I e II trimestres, Ano IV, n. 13-14. Porto Alegre: IHGRS, 1924, p. 197-202.
- AGULHON, Maurice. “Sur les statues de “grands hommes” aux XIX siècle”. In: *Romantisme*, n. 100, vol. 28, pp. 11-16.
- AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996, p. 43.
- ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BANN, Stephen. *Romanticism and the Rise of History*. Nova Iorque: Twayne Publishers, 1995.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BONNET, Jean-Claude. "Les morts illustres. Oraison funèbre, éloge académique, nécrologie". In: NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p.217-241.

BONNET, Jean-Claude. *Naissance du panthéon. Essai sur le culte des grands hommes*. Paris: Fayard, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

CAMPOS, Pedro Moacyr. "Esboço da Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX". In: GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. "La fortuna de lo escrito: funciones y espacios de la razón gráfica (siglos XV-XVII)". Bordeaux: *Bulletin Hispanique*, T.100, n.2, 1998, pp. 343-381.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CÉSAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: IEL/Ed. da Universidade/ UFRGS, 1994.

CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul. (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ Corag, 2006.

CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Paris: EHESS, 2002. Tese de doutorado. 2 vol.

CEZAR, Temístocles. "Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX". In: *Métis: história & cultura*. Vol. 2, n. 3, jan/junh de 2003, p. 73-94.

CEZAR, Temístocles. "Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do

século XIX”. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, pp. 11-29, 2004.

CEZAR, Temístocles. "A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista". In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.1, pp. 79-99, jan./jun. 2005.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. "As práticas da Escrita". In: ARIÈS, Philippe; _____ (org.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, pp. 113-162.

COELHO, Geraldo Mártires. "Onde fica a Corte do Senhor Imperador?". In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí: Fapesp, 2003, pp- 267-284.

CORADINI, Odaci Luiz. "Panteões, iconoclastas e as ciências sociais". In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. *Mitos e heróis: a construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 1998, pp. 209-235.

CORBIN, Alain. "Bastidores". In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CRISTILLINO, Cristiano Luís. "A Lei de terras e a transição ao capitalismo no Brasil do século XIX: uma análise micro dos efeitos da Lei sobre a afirmação da propriedade. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006*. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/cristiano.pdf>> Acessado em: 01/01/2009.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987.

DOLHNIKOFF, Miriam. "Elites regionais e a construção do Estado nacional". In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí: Fapesp, 2003.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOSSE, François. *Le Pari Biographique*. Paris: Éditions La Découverte, 2005.

DUBY, George. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 2000, pp. 41-61.

ENDERS, Armelle. *Les Visages de la Nation. Histoire, héros nationaux et imaginaire politique au Brésil (1822-1922)*. Paris: Université de Paris I- Panthéon – Sorbonne, 2004.

GAUCHET, Marcel. *Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 2002 (1ª edição de 1987).

GÉRARD, Alice. “Le grand homme et la conception de l’histoire au XIX siècle”. In: *Romantisme*, n. 100, vol. 28, pp. 31-48.

GOMES, Carla Renata de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: O Triunfo do Avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História).

GONZAGA, Sergius. “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”. In: DACANAL, José Hildebrando; FREITAS, Décio; _____ (org.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, pp. 113-132.

GRIJÓ, Luis Alberto; KUHN, Fabio; Guazzelli, César Augusto Barcellos; Neumann, Eduardo Santos et al. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese (Doutorado em História).

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “A província de São Pedro e o Paraguai na conjuntura da formação dos estados nacionais”. In: *Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Academia Paraguaya de la Historia, 2001, pp. 155-189.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 388, jul./set. 1995, pp. 459-613.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História”. In: *Acervo*. Rio de Janeiro: n. 1, vol. 4, jan./jun. 1989, pp. 135-143.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História”. In: *Humanas: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: IFCH, 2000, v. 23, n.1/2, pp. 111-143.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) et al. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as luzes e o romantismo; as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: _____ (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 68-85.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

GUTFREIND, Ieda. “A historiografia sul-rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro”. In: GONZAGA, Sergius, FISCHER, Luís Augusto. *Nós, os gaúchos*. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1995.

HABERMAS, Jürgen. “Realizações e limites do Estado Nacional Europeu”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 297-310.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HARTOG, François. “Plutarque entre les Anciens et les Modernos”. In: PLUTARQUE. *Vies Parallèles*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 9-50.

HARTOG, François. *Régimes d’Historicité, présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *Nação e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IGLÊSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

IVO, Lêdo. “A ruína e a selva. A teoria literária de Domingos José Gonçalves de Magalhães”. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, pp. 5-13.

JANCSÓ, István. (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em História).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1979.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. (Doutorado em História).

LETERRIER, Sophie-Anne. *Le siècle XIX historien. Anthologie Raisonnée*. Paris: Éditions Belin, 1997.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 167-182.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACIEL, Maria Eunice. “Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão”. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Claudio P. *Mitos e heróis: a construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 1998, pp. 75-87.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a historia da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca de seu território”. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEDAGLIA, Marlene. *Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *Isabel e a escrita de si: uma princesa entre o público e o privado*. XII Encontro de História ANPUH – RJ – Identidades, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212868603_ARQUIVO_ISABELEAESCRITADESI-ANPUH.pdf> Acessado em: 01/01/2009.

MILNER, Max. “Présentation”. In: *Romantisme*, n. 100, vol. 28, 1998-2, pp. 7-10.

MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: IEL, 1989.

MOREIRA, Maria Eunice (org.). *Narradores do Partenon Literário*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2002.

NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta*. Rio de Janeiro: 1999. Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, 1999.

NEDEL, Letícia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

Tese (Doutorado em História).

NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara. "Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul". In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. "Traçando vidas de brasileiros com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)". In: *História*, vol. 26, n. 1. Franca: 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-9074200700100013>. Acessado em: 06/03/2009.

OLIVEN, Ruben George. "O processo de construção da identidade gaúcha". In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na historiografia nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.

OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLSON, David R. "Desmitologización de la cultura escrita". In: OLSON, David R. *El mundo sobre el papel*. Barcelona: Gedisa, 1997, pp. 21-39.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

OZOUF, Mona. "Le Panthéon – L'École Normale des morts". In: NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire*. Vol. I. Paris: Gallimard, 1984, pp. 139-166.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.

PESAVENTO, Sandra (org.) et al. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PETRUCCI, A. "Para una historia cualitativa del alfabetismo". In: *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

PICCOLO, Helga. "A Política Rio-Grandense no Império". In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 93-117.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX. Da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

PILLAR, Thanira Chayb de. *Núveas Tintas: índice classificado de assuntos e índice remissivo de colaboradores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1839-1864*. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Dissertação (Mestrado em Letras).

PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata. 1808-1828*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2002.

POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999.

PÓVOAS, Mauro Nicola. *Literatura e imprensa em Porto Alegre: A Revista Murmúrios do Guaíba (1870)*. Porto Alegre: PUCRS, 2000. Dissertação (Mestrado em Letras).

PÓVOAS, Mauro Nicola. *Uma história da literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Tese (Doutorado em Letras)

PÓVOAS, Mauro Nicola. *No rastro do Partenon Literário*. Porto Alegre: PUCRS (mimeo), 2006.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS - 1943 a 1950*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em História).

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da Crítica à História: Moysés Vellinho e a Trama entre a Província e a Nação. 1925 a 1964*. Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2006. (Doutorado em História).

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

SANTI, Álvaro. *Do Partenon à Califórnia: o nativismo gaúcho e suas origens*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2004.

SCHITZ, Viviane. *Presença de Mulher: a produção feminina na revista da Sociedade Partenon Literário*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Dissertação (Mestrado em Letras).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Corag, 1986.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Mestrado em História).

SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 231-269.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des idéntites nationales – Europe XVIII^o- XX^o siècles*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

THIESSE, Anne-Marie. *Ficções criadoras: as identidades nacionais. Anos 90*: Porto Alegre, n. 15, p.7-23, 2001/2002.

TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

TURIN, Rodrigo. “A ‘Obscura História’ Indígena. O Discurso Etnográfico no IHGB (1840-1870)”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 86-113.

VERDERY, Katherine. “Para onde vão a ‘nação’ e o ‘nacionalismo’?”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 239-247.

VIANNA, Lourival. *Imprensa Gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu Social de Comunicações Hipólito José da Costa, 1977.

WAQUET, Françoise. *Parler comme un livre. L’oralité et savoir (XVI-XX siècle)*. Paris: Albin Michel, 2003.

WEHLING, Arno. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 338, jan. /mar. 1983, pp. 7-16.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário: poesia e prosa*. Porto Alegre: EST: Instituto Cultural Português, 1980.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; ASSIS Brasil, Luiz Antonio de (org.). *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.